

Universidade Técnica de Lisboa

Instituto Superior de Economia e Gestão



***A NOVA CONSCIÊNCIA DE AMBIENTE, SUA
IMPLICAÇÃO NA ESTRATÉGIA DAS EMPRESAS DA
REGIÃO CENTRO DE PORTUGAL***

Orientador: *Prof. Doutor Vítor Gonçalves*

Juri:

Presidente: *Prof. Doutor Vítor Gonçalves*

Vogais: *Prof. Doutor Mário Pereira*

Vogais: *Prof. Doutor João Veríssimo Lisboa*

Elaborado por: *Eng. Cláudia Augusta Martins Duarte*

1995/1996

" Todo o mundo civilizado concorda hoje em dia numa coisa simples e absolutamente vital: a protecção do Ambiente.",
Luisa Schmidt In "O verde Preto no Branco



INTRODUÇÃO

Defender o ambiente tornou-se hoje numa cruzada tão universal que as mais poluidoras consciências de apressam a proclamar " Nós estamos pelo Ambiente". Até as indústrias poluidoras arranjam recursos de marketing para convencerem o consumidor de que o seu "eco-veneno", "marca verde" faz bem ao ambiente.

Até a bem pouco tempo Portugal nada fazia para preservar o seu património natural, no entanto a inércia do desenvolvimento tornava a sua degradação num processo muito lento, o que de certa forma auxiliava sobremaneira à sua conservação.

Actualmente, com a entrada na União Europeia tornou-se imperativo para o nosso país um aumento significativo no desenvolvimento de toda a economia portuguesa.

Qual será então a posição a tomar relativamente ao ambiente?

Será possível deixar que a economia avance, sem considerar a situação ambiental?

Tal situação seria insustentável.

Há semelhança dos países mais avançados Portugal adopta as legislativas internacionais sobre ambiente e sua preservação. Coloca-se então o problema aos industriais e a todos nós.

Como fazer para evitar a degradação do património natural?

As indústrias e empresas de todos os sectores, debatem-se hoje e cada vez mais com a escolha de estratégias que permitam desenvolver e crescer nas suas actividades tendo presente os impactos ambientais por elas provocados.

O presente trabalho pretende ir de encontro a esta dicotomia alertando os empresários para as legislações ambientais, actualmente em vigor, e para as que serão obrigatórias até ao ano 1997, e que é imperativo que sejam levadas em conta na escolha das suas estratégias e metas. Indicando ainda, quais as estratégias mestras que cada sector de actividade poderá ter ao seu dispor, nos diferentes distritos que compõem a Região Centro. Constituindo um trabalho empírico com o objectivo de proporcionar algum auxílio ao grande tecido industrial da região centro nas suas opções futuras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador pelo incentivo e ajuda que me proporcionou na elaboração da minha tese.

Agradeço ainda a todos os que colaboraram nas entrevistas e inquéritos, e que proporcionaram a elaboração deste trabalho.

Agradeço também a forma como as associações industriais e comerciais dos diversos distritos, as Câmaras, e alguns autarcas e empresários tão prontamente cederam a informação de que dispunham respeitante aos seus distritos e à Região Centro, e prestaram o seu contributo transmitindo o seu conhecimento e entendimento sobre os assuntos aqui abordados.

Agradeço a colaboração prestada pelos seguintes organismos:

CEC-Conselho Empresarial do Centro

AIDA de Aveiro

NERGA da Guarda

AIRV de Viseu

ANJE de Coimbra

ACIC de Coimbra

ACIC-B de Castelo Branco

NERCAB de Castelo Branco

NERLEI de Leiria

Agradeço aos dirigentes das Associações da Região Centro a concessão das entrevistas e toda a colaboração prestada.

A todos os que me apoiaram na realização desta tese e à minha família o meu agradecimento e reconhecimento.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
AGRADECIMENTOS	3
ÍNDICE	4
ÍNDICE DE FIGURAS	8
ÍNDICE DE GRÁFICOS	8
ÍNDICE DE QUADROS	9
SIGLAS/ABREVIATURAS	13
METODOLOGIA	14
CAP. I - A NOVA CONSCIÊNCIA DE AMBIENTE.....	16
1 - O HOMEM, SUA CONSCIÊNCIA SOBRE O AMBIENTE	16
1.1 - INTRODUÇÃO.....	16
1.2 - O HOMEM DE HOJE E A SUA VISÃO SOBRE O AMBIENTE.....	19
1.3 - PROBLEMÁTICA E ACTUALIDADE DAS QUESTÕES AMBIENTAIS.....	28
1.4 - INQUÉRITO À POPULAÇÃO DA REGIÃO CENTRO.....	28
1.5 -- CONCLUSÕES.....	29
CAP. II - A POLÍTICA E O AMBIENTE.....	31
1 - A POLÍTICA E O AMBIENTE.....	31
1.1 - INTRODUÇÃO.....	31
1.2 - A VISÃO ECONOMICISTA DO AMBIENTE	31
1.3 - LEI COMUM E O AMBIENTE.....	33
1.4 - A NECESSIDADE DE POLÍTICA AMBIENTAL.....	35
1.5 - A DIMENSÃO INTERNACIONAL DO AMBIENTE.....	39
1.6 - A DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS E A QUALIDADE AMBIENTAL.....	40
2 - AS POLÍTICAS AMBIENTAIS EM PORTUGAL	43
3- POLÍTICA NACIONAL DE AMBIENTE	47
4- CONCLUSÕES	50
CAP. III - A GESTÃO, AS ESTRATÉGIAS E O AMBIENTE	53
1 - A GESTÃO, AS ESTRATÉGIAS E O AMBIENTE.....	53
1.1 - INTRODUÇÃO.....	53
2 - A GESTÃO	53
3 - A GESTÃO E A ESTRATÉGIA.....	56
4 - A ESTRATÉGIA E O MEIO AMBIENTE ENVOLVENTE	58
4.1 - AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES.....	60
4.2 - RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES.....	60
4.2.1 - BARREIRAS À ENTRADA E À SAÍDA	61
4.3 - PRESSÃO DOS PRODUTOS SUBSTITUTOS.....	61
4.4 - PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES E DOS FORNECEDORES.....	62
4.5 - O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA.....	62
5 - O DESAFIO PROVOCADO PELA MUNDIALIZAÇÃO DOS ASPECTOS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE.....	64
6 - A RESPOSTA DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAS E INDUSTRIAIS FACE AO DESAFIO AMBIENTAL	70
CAP IV - ESTUDO DO CASO	72
1 - METODOLOGIA DE ESTUDO	72
1 - Estudo do ambiente envolvente.....	72
2 - Estudo do sector primário - Agricultura, Silvicultura, Caça e pesca em cada um dos distritos da região Centro	73
AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES.....	74
RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES.....	74
PRESSÃO DOS PRODUTOS SUBSTITUTOS.....	75
PODER DE NEGOCIAÇÃO DOS CLIENTES E DOS FORNECEDORES	75
O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA.....	75
2 - AMBIENTE ENVOLVENTE	77
2.1 - PORTUGAL	77
2.1.1 - INTRODUÇÃO	77
2.1.2 - PORTUGAL.....	79
2.1.2.1 - GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA.....	79

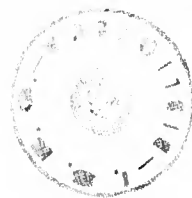
2.1.2.2 - INFRA-ESTRUTURAS	80
2.1.2.3 - POLÍTICAS E INDICADORES ECONÓMICOS.....	82
2.1.2.4 - ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	88
2.1.2.4.1. - A Indústria Portuguesa.....	88
2.1.2.5 - OS SECTORES DA ACTIVIDADE ECONÓMICA EM PORTUGAL.....	89
2.1.2.5.1 - Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	91
2.1.2.5.2- Indústria Extractiva	95
2.1.2.5.3- Indústria Transformadora.....	96
2.1.2.5.4- Electricidade, Gás e Água.....	98
2.1.2.5.5- Construção e Obras Públicas.....	99
2.1.2.5.6-Comércio por grosso e a retalho e hotéis	100
2.1.2.5.7- Transportes, Armazenagem e Comunicações.....	101
2.1.2.5.8- Bancos e outras Instituições Financeiras	101
2.1.2.5.9- Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Pessoais.....	102
2.2 - <i>POLUIÇÃO EM PORTUGAL</i>	104
RESÍDUOS PERIGOSOS.....	104
Indústria Extractiva	105
Sector Têxtil	105
Sector dos Curtumes.....	106
Sector da Pasta do Papel.....	106
Artes Gráficas	106
Produtos Químicos Inorgânicos de base	106
Produtos Químicos Orgânicos de base	107
Fabricação de Adubos	107
Preparação de Pesticidas	107
Fabricação de Resinas e Fibras Sintéticas.....	107
Sector de Tintas, Vernizes e Lacas.....	107
Fabricação de Produtos Farmacêuticos.....	108
Fabricação de Sabões Detergentes e Outros.....	108
Fabricação de Óleos e Gorduras Não Comestíveis.....	108
Fabricação de Produtos Químicos Diversos.....	108
Refinarias de Petróleo.....	108
Indústria da Borracha	108
Indústria dos Produtos Minerais não Metálicos.....	108
Fabricação de Artigos de Fibrocimento.....	108
Indústria Metalúrgica de Base	109
Fabricação de Produtos Metálicos, Máquinas Equipamentos e Material de Transporte.....	109
Produção de Electricidade	109
Comércio e Serviços.....	109
Óleos Usados	109
Armazém de Produtos Petrolíferos.....	110
ETAR de Sines.....	110
Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos e Hospitalares	110
2.3 - <i>PRÁTICAS ACTUAIS DE GESTÃO DOS RESÍDUOS</i>	111
3 - REGIÃO CENTRO	112
3.1 - <i>INTRODUÇÃO</i>	112
3.2.1 - GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA	112
3.2.2 - INFRA -ESTRUTURAS	116
3.2.3 - INDICADORES ECONÓMICOS.....	117
3.2.4 - ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	119
3.2.5 - SECTORES DE ACTIVIDADE	120
3.2.5.1 - Sector Agrícola, Pecuária, Silvicultura e Pesca.....	122
3.2.5.2 - Indústria Extractiva	124
3.2.5.3 - Indústria Transformadora.....	125
3.2.5.4 - Electricidade, Gás e Água.....	127
3.2.5.5 - Construção e Obras Públicas.....	128
3.2.5.6 - Comércio e Hotelaria.....	129
3.2.5.7 - Bancos, Seguros, OSI e SPEM.....	130
3.2.5.8 - Serviços.....	130
4 - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO	131
4.1 - <i>ANÁLISE DO AMBIENTE ENVOLVENTE</i>	131
4.1.1 - Análise dos factores do Ambiente Envolverte	131

Factores Económicos e Estruturais.....	131
Factores Tecnológicos.....	133
Factores Políticos e Legais.....	134
Factores Socio-Culturais.....	135
4.1.2 - Oportunidades/Ameaças.....	136
Oportunidades.....	136
Ameaças.....	136
4.1.3 - Os Subgrupos Existentes no Sector Primário.....	137
4.1.4 - Hierarquia de valores.....	138
Valores Básicos do sector de actividade.....	138
Principais estratégias do sector de actividade.....	138
5 - AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE AVEIRO	139
5.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE AVEIRO.....	139
5.2 - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO.....	142
5.2.1 - Análise das Forças de Porter.....	142
AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES.....	142
RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES.....	142
PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS.....	143
PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES.....	143
PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES.....	144
O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA.....	144
5.2.2 - Análise do Perfil de Capacidades do Sector.....	144
5.2.3 - Análise de SWOT.....	146
Forças.....	146
Fraquezas.....	146
5.2.4 - Ciclo de Vida do Produto.....	147
5.2.5 - Estratégias.....	148
6- AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE COIMBRA	150
6.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE COIMBRA.....	150
6.2 - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO.....	153
6.2.1 - Análise das Forças de Porter.....	153
AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES.....	153
RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES.....	153
PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS.....	154
PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES.....	154
PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES.....	154
O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA.....	154
6.2.2 - Análise do Perfil de Capacidades do Sector.....	154
6.2.3 - Análise de SWOT.....	156
Forças.....	156
Fraquezas.....	157
6.2.4 - Ciclo de Vida do Produto.....	158
6.2.5 - Estratégias.....	158
7- AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE LEIRIA	161
7.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE LEIRIA.....	161
7.2 - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO.....	163
7.2.1 - Análise das Forças de Porter.....	163
AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES.....	163
RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES.....	163
PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS.....	163
PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES.....	164
PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES.....	164
O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA.....	164
7.2.2 - Análise do Perfil de Capacidades do Sector.....	164
7.2.3 - Análise de SWOT.....	166
Forças.....	166
Fraquezas.....	166
7.2.4 - Ciclo de Vida do Sector.....	167
7.2.5 - Estratégias.....	168
8 - AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE VISEU	171
8.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE VISEU.....	171
8.2 - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO.....	173

8.2.1 - Análise das Forças de Porter	173
AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES.....	173
RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES.....	173
PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS	174
PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES	174
PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES	174
O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA.....	174
8.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector.....	174
8.2.3 - Análise de SWOT	176
Forças	176
Fraquezas.....	176
8.2.4 - Ciclo de Vida do Sector	177
8.2.5 - Estratégias.....	178
9-AGRICULTURA,SILVICULTURA,PECUÁRIA,CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO	180
9.1 - <i>ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO.....</i>	<i>180</i>
9.2. - <i>ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO</i>	<i>182</i>
9.2.1 - Análise das Forças de Porter	182
AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES.....	182
RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES.....	182
PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS	182
PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES	183
PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES	183
O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA.....	183
9.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector.....	184
9.2.3 - Análise de SWOT	185
Forças	185
Fraquezas.....	186
9.2.4 - Ciclo de Vida do Produto.....	187
9.2.5. - Estratégias.....	187
10-AGRICULTURA,SILVICULTURA,PECUÁRIA,CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE GUARDA.....	190
10.1 - <i>ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE GUARDA.....</i>	<i>190</i>
10.2. - <i>ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO</i>	<i>192</i>
10.2.1 - Análise das Forças de Porter	192
AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES.....	192
RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES.....	192
PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS	193
PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES	193
PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES	193
O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA.....	194
10.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector.....	194
10.2.3 - Análise de SWOT	196
Forças	196
Fraquezas.....	196
10.2.4 - Ciclo de Vida do Produto.....	197
10.2.5. - Estratégias.....	197
11 - CONSIDERAÇÕES	200
CAP V - CONCLUSÕES	202
BIBLIOGRAFIA.....	206
ANEXOS	

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 - Produção de Resíduos Perigosos	89
Fig. 2 - Distribuição das Empresas pelos Sectores de Actividade	89
Fig. 3 - Distribuição das Emprego pelos Sectores de Actividade	90
Fig. 4 - Distribuição do Volume de Negócios por Sector	104
Fig. 5 - Distribuição das Empresas pelos Sectores de Actividade	120
Fig. 6 - Distribuição das Emprego pelos Sectores de Actividade	121
Fig. 7 - Distribuição do Volume de Negócios por Sector	121



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Graf. 1 - Ciclo de Vida do Produto - G.1	147
Graf. 2 - Ciclo de Vida do Produto - G.2	158
Graf. 3 - Ciclo de Vida do Produto - G.3	167
Graf. 4 - Ciclo de Vida do Produto - G.4	177
Graf. 5 - Ciclo de Vida do Produto - G.5	187
Graf. 6 - Ciclo de Vida do Produto - G.6	197

ÍNDICE DE QUADROS

Quad 1. - Índice de preços no consumidor em Portugal	84
Quad 2. - Sociedades da região centro por escalões de pessoal	88
Quad 3. - Sociedades na região centro por volume de negócios (em 10contos)	88
Quad 4. - Utilização do solo e da Superfície Agrícola em 1993	92
Quad 5. - Utilização do solo e da Superfície Agrícola em 1993	92
Quad 6. - Produção por tipos de Culturas em 1993	93
Quad 7. - Vinicultura	93
Quad 8. - Produção de Azeite Manifestada em 1993	93
Quad 9. - Efectivos Animais em 1/1/93	94
Quad 10. - Reses Abatidas e Aprovadas para Consumo, segundo as espécies, 1993	94
Quad 11. - Pesca Descarregada (algumas espécies) em 1993	94
Quad 12. - Consumo energético do sector agrícola	95
Quad 13. - Consumo energético da Indústria Extractiva	95
Quad 14. - Indicadores Gerais da Indústria Extractiva em 1992 em Portugal	97
Quad 15. - Indicadores Gerais da Indústria Extractiva em 1992 em Portugal	97
Quad 16. - Consumo Energético da Indústria Transformadora	98
Quad 17. - Consumo Energético do Sector Electricidade	98
Quad 18. - Consumo de Electricidade no Continente (EDP) 1993	99
Quad 19. - Indicadores Gerais de Energia e Água em 1992 em Portugal	99
Quad 20. - Valor dos Trabalhos realizados pelas Empresas da Região Centro	100
Quad 21. - Formação Bruta de Capital Fixo das Administrações Públicas segundo a localização dos Activos	100
Quad 22. - Consumo Energético no sector da Construção em Portugal	100
Quad 23. - Estabelecimentos e Capacidades de Alojamento	100
Quad 24. - Consumo Energético do Sector dos Transportes	101
Quad 25. - Estabelecimentos Bancários e Companhias de Seguros	102
Quad 26. - Sectores de Actividade Económica-Pessoal	103
Quad 27. - Consumo Energético do Sector de Serviços	103
Quad 28. - Despesas Ambientais	105

Quad 29. - População Residente na Região Centro	114
Quad 30. - Taxa de Natalidade e Mortalidade Região Centro	114
Quad 31. - Estrutura da População Inactiva em 1994	115
Quad 32. - Desemprego por Tipo e Sexo	115
Quad 33. - Abastecimento de Água e Recolha de Resíduos Região Centro	116
Quad 34. - Rede Rodoviária da Região Centro	116
Quad 35. - Infra-estruturas de Educação Região Centro	117
Quad 36. - Índice de Preços no Consumidor na Região Centro	117
Quad 37 - Exportações e Importações de Empresas da Região Centro	118
Quad 38 - Sociedades da Região Centro por Escalões de Pessoal	119
Quad 39 - Sociedades da Região Centro por Volume de Negócios	120
Quad 40 - Utilização do Solo e da Superfície Agrícola - em 1993	122
Quad 41 - Produção das Principais Culturas - em 1993	122
Quad 42 - Vinicultura	123
Quad 43 - Produção de Azeite Manifestado em 1993	123
Quad 44 - Animais Efectivos em 01-12-1993	123
Quad 45 - Pescadores Matriculados e Embarcações em 1993	124
Quad. 46 - Pesca Descarregada em 1993	124
Quad. 47 - Indicadores Gerais da Indústria Extractiva - em 1992 Empresas Sediadas na Região Centro e Portugal	125
Quad. 48 - População Empregada por Ramo de Actividade e por sexo em 1994	125
Quad. 49 - Indicadores Gerais da Indústria Extractiva - em 1992 Empresas Sediadas na Região Centro e Portugal	126
Quad. 50 - Consumo de Electricidade (EDP)	127
Quad. 51 - Indicadores Gerais de Energia e Água em 1992 Empresas Sediadas na Região Centro e Portugal	127
Quad. 52 - Valor dos Trabalhos Realizados pelas Empresas da Região Centro	128
Quad. 53 - Formação Bruta de Capital Fixo das Administrações Públicas segundo a localização dos activos	128
Quad. 54 - Comércio e Hotelaria	129
Quad. 55 - População Empregada por Ramo de Actividade e por sexo em 1994	129
Quad. 56 - Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento	129
Quad. 57 - Estabelecimentos Bancários e Companhias de Seguros	130
Quad. 58 - População Empregada por Ramo de Actividade	

e por sexo em 1994	130
Quad. 59 - Áreas Chave - Estratégias do Sector de Actividade	138
 DISTRITO DE AVEIRO	
Quad. 60 - Caracterização dos Sectores de Actividade - 1994	139
Quad. 61 - Reses Abatidas e Aprovadas para Consumo em 1993	140
Quad. 62 - Pescadores Matriculados e Embarcações em 1993	141
Quad. 63 - Pesca Descarregada - (Algumas Espécies)	141
Quad. 64 - Gestão	144
Quad. 65 - Competitividade	145
Quad. 66 - Técnica	145
Quad. 67 - Produto	148
Quad. 68 - Estádio de Vida do Produto	148
Quad. 69 - Quota Relativa de Mercado	149
 DISTRITO DE COIMBRA	
Quad. 70 - Caracterização dos Sectores de Actividade	150
Quad. 71 - Reses Abatidas e Aprovadas para Consumo em 1993	151
Quad. 72 - Pescadores Matriculados e Embarcações em 1993	152
Quad. 73 - Pesca Descarregada - (Algumas Espécies) em 1993	152
Quad. 74 - Gestão	154
Quad. 75 - Competitividade	155
Quad. 76 - Técnica	155
Quad. 77 - Produto	159
Quad. 78 - Estádio de Vida do Produto	159
Quad. 79 - Quota Relativa de Mercado	160
 DISTRITO DE LEIRIA	
Quad. 80 - Caracterização dos Sectores de Actividade	161
Quad. 81 - Reses Abatidas e Aprovadas para Consumo em 1993	162
Quad. 82 - Gestão	164
Quad. 83 - Competitividade	165
Quad. 84 - Técnica	165
Quad. 85 - Produto	168
Quad. 86 - Estádio de Vida do Produto	169
Quad. 87 - Quota Relativa de Mercado	169



DISTRITO DE VISEU

Quad. 88 - Caracterização dos Sectores de Actividade	171
Quad. 89 - Produção das Principais Culturas Agrícolas no Distrito Viseu	172
Quad. 90 - Reses Abatidas e Aprovadas para Consumo em 1993	172
Quad. 91 - Gestão	174
Quad. 92 - Competitividade	175
Quad. 93 - Técnica	175
Quad. 94 - Produto	178
Quad. 95 - Estádio de Vida do Produto	178
Quad. 97 - Quota Relativa de Mercado	179

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Quad. 98 - Caracterização dos Sectores de Actividade	180
Quad. 99 - Distribuição do Sector Primário no	
Distrito de Castelo Branco	180
Quad. 100 - Reses Abatidas e Aprovadas para Consumo em 1993	181
Quad. 101 - Gestão	184
Quad. 101 - Competitividade	184
Quad. 102 - Técnica	184
Quad. 103 - Produto	187
Quad. 105 - Estádio de Vida do Produto	188
Quad. 106 - Quota Relativa de Mercado	188

DISTRITO DA GUARDA

Quad. 107 - Caracterização dos Sectores de Actividade	190
Quad. 108 - Reses Abatidas e Aprovadas para Consumo em 1993	191
Quad. 109 - Gestão	194
Quad. 110 - Competitividade	194
Quad. 111 - Técnica	195
Quad. 112 - Produto	197
Quad. 113 - Estádio de Vida do Produto	198
Quad. 114 - Quota Relativa de Mercado	198

SIGLAS/ABREVIATURAS

CEE - Comunidade Económica Europeia

U.E. - União Europeia

R.C. - Região Centro

INE - Instituto Nacional de Estatística

AIDA - Associação Industrial de Aveiro

ACIC-Associação Comercial e Industrial do Distrito de Coimbra

ACIC-B - Associação Industrial, Comercial e de Serviços dos distritos de Castelo Branco, Idanha-à-Nova e Vila Velha de Ródão

NERGA-Núcleo Empresarial da Região da Guarda

AIRV-Associação Industrial da Região de Viseu

CEC-Conselho Empresarial do Centro

NERLEI-Núcleo Empresarial da Região de Leiria

MARN - Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

SWOT-Strength Weakness Opportunities and Threats

BCG-Boston Cousulting Group

PIB-Produto Interno Bruto

FBCF-Formação Bruta de Capital Fixo

PME-Pequena ou Média Empresa

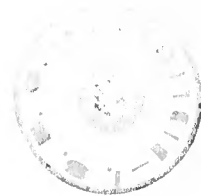
PME's-Pequenas ou Médias Empresas

IPC-Índice de Preços do Consumidor

SIRE-Sistema de Incentivos Regionais

CAE-Classificação das Actividades Económicas

ton-Tonelada



METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado partindo do levantamento das características da região centro de Portugal e das especificidades de cada um dos distritos que a compõem.

Foi efectuado um levantamento de cada distrito: Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Castelo Branco e Guarda, no sentido de definir a sua caracterização e estágio aos mais diversos níveis. Desta forma em cada distrito foram realizadas entrevistas a empresários locais, às associações industriais locais e ainda um inquérito à população em geral, e recolhidas todas as publicações existentes sobre cada um dos distritos acima citados.

O inquérito pretendeu verificar o conhecimento dos cidadãos em relação à sua região quer em termos dos sectores de actividade, quer em termos ambientais e de poluição.

As entrevistas às associações e aos empresários, bem como a participação em alguns congressos sobre a região centro, permitiu o levantamento da região e dos agentes económicos e ambientais intervenientes no processo de decisão estratégica.

A partir dos dados obtidos foi elaborada uma síntese das características e especificidades de cada distrito. As fichas de caracterização da região e dos seus distritos para cada um dos sectores de actividade económica serviu como base do estudo estratégico que se lhe seguiu.

O estudo estratégico foi elaborado com base nas diversas análises com um encadeamento de situações que permita a definição das estratégias mais adequadas ao sector.

Em consequência destas análises surge a definição das estratégias genéricas mais adequadas a cada um dos sectores de cada distrito.

CAPÍTULO I

"A NOVA CONSCIÊNCIA DE AMBIENTE"

Cap. I - A NOVA CONSCIÊNCIA DE AMBIENTE

O AMBIENTE

" Fazer passar para a vida pública a preocupação ambiental não é só deixar de esconder a informação. É também criar hábitos educativos que permitam aos cidadãos pensar sobre ela." Luísa Schmidt In O verde Preto no Branco

1 - O HOMEM, SUA CONSCIÊNCIA SOBRE O AMBIENTE

1.1 - INTRODUÇÃO

Segundo William Blake, a nossa esfera é auto suficiente. Quando os astronautas em órbita observam a Terra, vêem sete mares, sete continentes e duas manchas de gelo, tudo envolto numa bola vidrada de gás. Nessa bola está tudo: a totalidade de água e todas as rochas que possuímos. É dentro desta bola que temos que viver, uma vez que a abóbada azul de gás está sobre as nossas cabeças.

Do ponto de vista de um técnico espacial, uma ecosfera é constituída por cinco partes:

Terra - uma massa giratória redonda composta por minerais, mais ou menos sólida, abarca a maior parte do planeta. Á capa exterior chama-se por vezes litosfera: lithos- pedra, capa que constitui uma grande concha em redor do centro, como a casca de uma laranja. Tem mais de 4 milhões de anos de idade

Água - de um ponto de vista cósmico é a quantidade de água existente no planeta e constitui igualmente uma enorme concha redonda, ou esfera, envolvendo grande parte da litosfera, designada por vezes por hidrosfera. Esta engloba dois terços da superfície do planeta. Vivemos num planeta azul

A maior parte da água da Terra jorrou, sob a forma de vapor, dos vulcões da litosfera nos primeiros anos do planeta e condensou-se em lagos, rios e mares logo que a crosta arrefeceu o suficiente para que a chuva caísse. O processo de arrefecimento levou centenas de milhões de anos

Ar - uma terceira esfera côncava. É a única das principais partes da Terra à qual, em linguagem comum, nos referimos como esfera: a atmosfera. Tal como a hidrosfera, foi expelida pelos vulcões sob a forma de gás quente, após a formação da crosta terrestre. A partir dessa altura, o planeta

ficou envolvido por uma fina camada de gases, embora a sua composição tenha sofrido enormes transformações através dos tempos

Fogo - todos os planetas são banhados pela luz da estrela que orbitam. O Sol formou-se no espaço há mais de 4,6 mil milhões de anos, e o nosso planeta é um dos nove que gravitam em redor dele. É uma enorme esfera de fogo que aquece a atmosfera e a hidrosfera da Terra, provocando em ambas poderosas correntes. Estas fluem e refluem, devido ao movimento giratório do planeta, originando os turbilhões das condições meteorológicas

Vida - sendo parte da vida, necessitamos de uma enorme imaginação para percebermos que, em termos de forma, toda a vida é, à semelhança da litosfera, da hidrosfera e da atmosfera, uma das capas concêntricas que envolvem o planeta. A esfera da vida é uma película incrivelmente fina, tal como a patina verde de um canhão de bronze no parque. Também se designa por biosfera. Esta tem mais de 3,5 mil milhões de anos.

No planeta Terra, além da terra, água, ar, fogo e vida, o nosso mundo tem, pelo menos, duas componentes activas que não podem ser esquecidas:

Gelo - presentemente, o planeta tem duas grandes calotas de gelo, uma em cada pólo. Algumas das montanhas mais altas têm igualmente cumes gelados. Este gelo forma uma outra fina capa concêntrica, a criosfera. É claro que a maior parte do globo é demasiado quente para se manter gelado, mas todas as manchas de gelo espalhadas sobre a Terra ligam-se entre si numa esfera. Esta esfera é muito menos antiga do que as outras cinco. Inicialmente, a Terra era demasiado quente para conter quantidades significativas de gelo. Na realidade os primeiros sinais geológicos de grandes calotas de gelo foram registados apenas na última parte da Précambrico, há mais de 2 mil milhões de anos.

Do ponto de vista químico, o gelo é água no estado sólido: o gelo é apenas uma das fases da água. Neste sentido, pode ser considerado parte da hidrosfera. Mas o comportamento da criosfera é tão diferente e determinante que é útil para os cientistas que tentam compreender o funcionamento da Terra como sistema caracteriza-la como parte distinta - uma sexta esfera

Mente - este elemento é, de longe, o neófito. Teve origem numa pequena tribo de forrageadores da savana africana, uma espécie conhecida como Homo Habilis, que surgiu há cerca de 2 milhões de anos. Esta foi uma espécie transitória, a espécie evoluiu durante 50 000 anos chegando a Homo Sapiens sapiens, o homem duplamente sábio. O Homo sapiens tornou-se muito mais poderoso do que os animais com os quais em tempos competia. Esta também é conhecida por noosfera ou antroposfera- a esfera da mente.

De facto graças ao poder da mente, ao encontro de mentes, e às acções comandadas pela mente, temos agora poder suficiente para influenciar as esferas da água, do ar e da vida.

Este poder e as influências provocadas no planeta conduziram a Terra por muitas alterações ambientais, algumas positivas e outras negativas.

Actualmente, é previsível um aumento cada vez maior de alarmes e emergências ambientais. As piores tempestades que defrontaremos no próximo século serão provocadas por nós mesmos, e precisaremos de muita sorte para conseguirmos vencê-las. No espaço de algumas décadas os cientistas

da Terra substituíram o nosso velho globo - um globo estático, poeirento e pouco excitante - por um mundo repleto de permanentes transformações.

Hoje em dia muitos estudiosos da Terra sentem já que o estudo do planeta está no limiar de uma segunda revolução. A primeira foi caracterizada pela descoberta de interligações. Os cientistas estão a descobrirelos cada vez mais intrincados entre as sete esferas. Estes estudos revelaram como cada uma das esferas está estreitamente ligada às outras e este novo cenário levanta questões a um tempo belas e perturbantes.

Se a rocha sob os nossos pés, o mar em nosso redor, o ar sobre as nossas cabeças e a própria face do Sol se encontram todos em movimento, como é que a agitação de cada um afecta os restantes? De que maneira oselos entre as esferas afectam as nossas vidas? E, ainda mais premente: se o poder e a sofisticação da nossa espécie crescem diariamente, se a nossa respiração impregna a atmosfera, se a nossa população está a aumentar rapidamente de 5 para 10 mil milhões, qual a influência das nossas vidas e trabalho sobre a rocha, o mar, o ar, o gelo, a vida e o fogo?

Os estudiosos da Terra estão agora empenhados na obtenção de uma visão integral. Esperam aprender o suficiente para conseguirem delinear as tendências de transformação global para os próximos anos. Sabem no entanto que:

- os elementos da Terra estão a sofrer transformações mais rápidas do que sofreram, no mínimo, nos últimos 10.000 anos - desde o fim da última idade do gelo. As crianças nascidas hoje poderão testemunhar mais mudanças durante a vida do que as que o planeta sofreu desde o berço da civilização;

- os elementos que mais parecem sujeitos a mudanças mais célebres são os que nos afectam mais profundamente e a mais curto prazo - a biosfera e a atmosfera, as quais, através das condições atmosféricas e do clima, afectam todos os seres vivos da biosfera

- a nossa espécie desconhece a própria força. Estamos a conduzir o planeta para um novo turbilhão. Alguns efeitos são-nos familiares e visíveis à vista desarmada: cidades, florestas em chamas, campos lavrados, montes artificiais, como o Fresh Kills, em Staten Island, Nova Iorque, a maior lixeira do mundo. Outros efeitos, embora suficientes para prejudicarem o ar, o solo, a água e a própria biosfera, são tão subtis que apenas agora os cientistas começam a vislumbrá-los

- é muitas vezes difícil determinar se uma transformação planetária específica é natural ou artificial, porquanto, como ficou demonstrado na anterior revolução científica do estudo da Terra, esta é naturalmente turbulenta. O nosso conhecimento actual não permite saber até que ponto o mundo estaria a sofrer alterações caso a nossa espécie não existisse

- a transformação global está a processar-se muito mais depressa do que aquilo que vamos aprendendo no sentido de a entender

Segundo Luisa Schmidt, não existe seguro de vida para o planeta Terra. O destino do nosso planeta é objecto de tanta perplexidade e ansiedade que só pensar nisso se revela doloroso. Todavia, a

questão paira sobre as nossas cabeças. Várias décadas se passaram desde que começamos a preocupar-nos com a poluição atmosférica, a poluição das águas, resíduos, pesticidas, sobrepopulação, erosão.

Todas estas preocupações, recentes e antigas, tomam a forma de um único e enorme ponto de interrogação, que emerge qualquer que seja o cenário configurado. Vivemos com esse fantasmagórico ponto de interrogação flutuando, deslocado, sobre o mundo. Por vezes damos connosco a olhar para uma árvore, um monte, ou um pôr do Sol, como olharíamos para um ente querido em perigo de vida, de tal forma que a nossa admiração por uma folha parece ser o que parece.

Vivemos todos preparados para os temores de um apocalipse do ambiente, embora neste caso as nossas expectativas sejam mais confusas. Cada parangona sobre febre planetária, mares envenenados ar contaminado solo radioactivo, erosão manchas negras, o buraco de ozono sobre o pólo sul, levanta a questão: "Será desta Vez?"

Há quem diga que o excesso de mudanças é prejudicial para a ecossfera. Todos os seres vivos possuem limites, no entanto, é de notar a facilidade com que esses limiares foram e são ultrapassados.

1.2 - O HOMEM DE HOJE E A SUA VISÃO SOBRE O AMBIENTE

O ambiente incorpora o conjunto de factores que actuam e exercem influência sobre cada organismo.

A ciência do ambiente, é uma ciência recente e teve início no estudo do indivíduo como animal isolado com J. von Uexkull. Mais tarde, e com a evolução dos estudos científicos surge o ramo da ciência ambiental estudando as relações entre os organismos e o seu ambiente que é hoje designada como ecologia teve origem com Haeckel.

A ecologia integra a área da biologia que estuda as numerosas correlações existentes entre os seres vivos e o seu ambiente, sob condições naturais. A Ecologia considera que os organismos nunca vivem isolados do seu meio ambiente, considera a evolução do indivíduo estreitamente ligada ao meio e à evolução das outras espécies. Sendo assim, cada espécie é definida pelo seu nicho ecológico, ou seja, o lugar que ocupa na Natureza. A ecologia, em virtude de incorporar muitos ramos do saber foi dividida em diversas áreas de estudo.

A Auto-ecologia estuda o efeito do ambiente sobre cada indivíduo. A Sinecologia estuda toda a comunidade e a Ecologia, em si mesma, estuda os efeitos dos factores de ambiente sobre o conjunto da população.

Do desenvolvimento da Ecologia surgiu o conceito de Sociologia. Esta não é mais do que a ecologia aplicada à acção humana. A Sociologia desenvolveu-se amplamente nos EUA, sobretudo a partir de 1925. Deveu-se a R. D. Mackenzie (1885) a criação de uma escola de ecologia humana, que ele próprio definiu como "o estudo da interdependência das instituições e do agrupamento dos homens no espaço".

Das interacções entre as instituições e os homens e das interacções interhumanas surgiu em novo tipo de estudo, uma nova ciência. A Psicologia, segundo H. Rohrercher, é a ciência que investiga os processos e estados conscientes, assim como as suas origens e efeitos.

Sendo o ambiente em que vivemos um factor em constante mutação, a consciência do homem sobre ele sofreu e sofre alterações ao longo do tempo.

A importância e influência do ambiente no homem e em todos os seres vivos tornou-se de tal forma relevante que é imperativo o estudo do impacto do ambiente em todos os seres. Dada a importância do estudo e compreensão dos posicionamentos humanos perante o ambiente que o rodeia surge a Psicologia Ambiental.

A Psicologia Ambiental surge como um ramo da psicologia, a ciência do comportamento, dedicado às interrelações entre o comportamento e o ambiente. A psicologia é uma ciência com um pouco mais de cem anos. A Psicologia Ambiental conta cerca de quarenta anos, embora só se tenha tornado proeminente depois do movimento ambientalista dos anos sessenta. Surge como a disciplina lógica para o desenvolvimento da abordagem do comportamento na avaliação da qualidade da paisagem. Os estudos de psicologia ambiental tornam-se relevantes para o estudo da qualidade da paisagem e da qualidade de vida.

Kurt Lewin (1890-1947) e Egon Brunswich (1903-1955), dois psicólogos europeus que desenvolveram a grande parte da sua actividade profissional nos Estados Unidos, são reconhecidos como os pioneiros da psicologia ambiental por autores como Daniel Stokols (1977), Claude Levy-Leboyer (1979) e Robert Gifford (1987).

A perspectiva desenvolvida por Lewin assentava numa fórmula: $C = f(P, A)$, em que o comportamento (C) era visto como uma função de factores pessoais (P) e o ambiente percebido (A). Foi Lewin quem propôs a designação de Ecologia Psicológica para a nova disciplina e mais tarde dois estudantes seus - Barker e Wright - mudaram-na para Psicologia Ecológica. Barker e Wright criaram uma estação experimental - Midwest Psychological Field Station - para distanciar da investigação conduzida em laboratórios e clínicas, como era a prática comum dentro do campo da psicologia. Esta estação tinha o seguinte objectivo:

"criar condições para o estudo do comportamento humano e o ambiente 'In situ', proporcionando à psicologia ambiental o tipo de oportunidade há muito existente para os biólogos: um acesso fácil aos fenómenos da ciência inalterados pela selecção e preparação que ocorrem nos laboratórios" (Roger Barker, 1968. *Ecological Psychology*. Stanford University Press.).

Claude Levy-Leboyer (1979) refere-se a três acontecimentos independentes que marcam o princípio de uma nova era da Psicologia Ambiental. Nos Estados Unidos, em 1958, Ittelson e Proshansky iniciaram um estudo acerca da influência da arquitectura de hospitais sobre o comportamento de doentes mentais em Nova York. Pela mesma altura, Paul Sivadon em França

estudava a repercussão do ambiente físico sobre o processo de terapia aplicado também a doentes mentais. E um pouco mais tarde, Kevin Lynch inicia os estudos sobre a percepção do espaço urbano.

O estudo da Psicologia Ambiental veio depois a assumir uma grande importância no princípio da década de setenta no Departamento de Psicologia da Universidade de Clark nos Estados Unidos, precisamente na sequência do movimento ambientalista dos anos sessenta:

"nos primórdios da disciplina, as questões levantadas pelos decisores aos psicólogos ligados aos problemas ambientais eram muito diferentes das condições de estímulo estudadas em laboratórios tradicionais. Mesmo assim, só depois da percepção por parte do público de uma crise ambiental, nos finais de sessenta, princípios de setenta, é que a Psicologia Ambiental teve um segundo período de rápido crescimento devido ao despertar dos psicólogos para um universo muito mais vasto de problemas ambientais, incluindo aspectos relacionados com a poluição, o ruído urbano e a monitorização da qualidade ambiental" (David Canter e Kenneth Craik, 1981. *Environmental Psychology*. *Journal of Environmental Psychology*, 1,).

Um dos números da revista *Journal of Environmental Psychology* em 1987 é dedicado à chamada 'experiência de Clark' ou 'anos de Clark'. Uma série de autores licenciados pelo programa fazem uma revisão crítica da sua experiência e colocam-na no contexto da prática profissional de então. A leitura deste número transmite a ideia de esses anos no início da década de setenta terem sido particularmente florescentes e funcionarem como um verdadeiro catalisador:

"... o empreendimento foi entusiasmante, não porque fosse novo, mas porque era aprendido como tendo uma potencialidade de consequências ao nível do mundo da acção" (Denis Wood, 1987. *I don't feel that about environmental psychology today*. *Journal of Environmental Psychology*, 7,).

Ao mesmo tempo, este número revela também uma atitude de um certo cepticismo perante a disciplina:

"No início de setenta, já era evidente que se tornava insuficiente a concentração de esforços sob o ponto de vista da teoria e da síntese por fuga ou escassez de recursos humanos. Nos quinze anos até agora decorridos, assistiu-se no mínimo a um verdadeiro progresso. A maioria da investigação parece ser limitada no seu âmbito, inexpressiva no seu tom, e trivial quanto às conclusões. No entanto, podem-se encontrar avanços interessantes numa diversidade de periferias mas o centro da questão parece estar despojado de alma" (David Lowenthal, 1987. *Environmental perception: an odyssey of ideas*. *Journal of Environmental Psychology*, 7).

Stokols (1977) refere-se à área do comportamento ambiental e distingue entre psicologia ecológica e psicologia ambiental como duas linhas de investigação independentes, embora convergentes e com origem em formas de pensamento diferentes:

"Ambas estas áreas estão directamente ligadas às relações entre o comportamento humano e os elementos do ambiente natural e construído. A Psicologia Ecológica realça os processos colectivos através dos quais os grupos se adaptam aos recursos físicos e sociais disponíveis no ambiente enquanto que a psicologia ambiental se concentra mais sobre os processos intrapessoais como, por exemplo, a percepção, o conhecimento e os processos de aprendizagem que se interpõem no impacto do ambiente sobre o indivíduo." (Daniel Stokols, 1977. *Origins and Directions of Enviromental -Behavioral Research*. In *Perspectives on Enviromental and Behavior: Theory, Research and Applications*, editado por D. Stokols. New York: Plenum Press,).

Stokols propõe um perfil preliminar para a área do comportamento ambiental que engloba uma diversidade de disciplinas incluindo a biologia, a psicologia, a arquitectura, a sociologia e a antropologia e que é derivado da fórmula de Lewin, agora expandida embora basicamente mantendo as duas mesmas variáveis (P e A) que se passam a designar por processos intrapessoais e dimensões ambientais:

Comportamento = f (processos fisiológicos e psicológicos x dimensões físicas, sociais e culturais do ambiente)

A Psicologia Ambiental enfrenta vários desafios segundo diferentes autores. Os três principais parecem ser: a falta de teorias compreensivas; as dificuldades de aplicação prática da investigação; a necessidade de encontrar métodos de investigação mais apropriados.

A investigação em Psicologia Ambiental tem vindo a ser conduzida em diversos países, no entanto, a diversidade dos problemas e filosofias ambientais de cada país tem vindo a caracterizar o trabalho. O trabalho mais relevante tem sido produzido na Alemanha, Suécia, Inglaterra, Japão, Suíça e França. *The Handbook of Enviromental Psycology* (1987) editado por Stokols e Altman contém uma secção no 2º volume integralmente dedicada a 'Perspectivas internacionais da Psicologia Ambiental' que inclui relatórios da Austrália, Japão, França, Alemanha, Holanda, Suécia, União Soviética, América Latina e América do Norte.

Vários autores têm procurado desenvolver teorias de psicologia ambiental baseadas sobre conceitos específicos e bastante personalizados. Bell, Fisser e Loomis (1978) e Gifford (1987) referem-se a duas categorias principais. A primeira baseia-se sobre os efeitos do ambiente no comportamento e inclui quatro teorias designadas por nível de adaptação, provocação (arousal), carga de estímulo e stress. A segunda categoria inclui todos os efeitos em geral do comportamento sobre o ambiente. Para além destas duas categorias, as teorias de psicologia Ecológica de Baeker têm sobre as relações do comportamento ambiental uma perspectiva de interdependências ecológicas.

O estudo do comportamento humano e animal no ambiente cobre duas áreas principais: a percepção e as preferências. Embora sejam áreas interligadas e que, por vezes, até se sobrepõem, a motivação e os métodos de trabalho diferem, conforme se analisa de seguida.

A grande parte do trabalho da percepção ambiental cai dentro de uma abordagem convencional tomando uma posição firme relativamente ao processamento da informação na percepção através das sensações e da memória de experiências passadas, num processo que valoriza mais as partes do que efectivamente o todo. Um livro com grande divulgação foi publicado em 1974, da autoria de Yi-Fu Tuan, o geógrafo norte-americano, que desenvolve uma abordagem de carácter marcadamente humanista sobre a percepção ambiental e as atitudes e valores em torno do conceito de *topophilia* e do amor pela Natureza.

Já Jay Gibson, opôs-se à abordagem convencional ou à fórmula estímulo-resposta como ele lhe chamou: "a velha ideia de que os inputs sensoriais são convertidos em percepções através de operações da inteligência é repudiada". Gibson designou o seu trabalho como abordagem ecológica, posicionando-se no seguimento dos estudos de Brunswich e Barker. Esta abordagem baseia-se numa preocupação pelo ambiente definido como a envolvente dos animais. Para a percepção ambiental, a experiência não é considerada relevante e a informação é directamente transmitida como um todo para o organismo através da percepção. Gibson desenvolveu o conceito da percepção de concessão (*perception of affordances*) - as propriedades funcionais invariantes do ambiente - que determina as funções ou usos que as pessoas podem fazer do ambiente.

Os estudos da percepção não revelam uma correlação directa com a avaliação da qualidade da paisagem na medida em que de um modo geral o seu objectivo é a eficiência dos processos de percepção, sobretudo da percepção visual. No entanto, eles são relevantes para a compreensão do significado e da importância da avaliação da qualidade do ambiente. A abordagem convencional da percepção tem, por exemplo, desenvolvido uma quantidade substancial de evidência sobre a importância da memória de experiências passadas. Gibson, por outro lado, tem uma contribuição também relevante pela importância dada ao conhecimento e à descrição prévia do ambiente antes da avaliação da percepção. Também, o tema da relevância da ecologia para a percepção do ambiente tem mantido uma linha de pensamento consistente no trabalho de Lewin, Barker e Gibson.

Dentro da Psicologia Ambiental, uma outra área que suscitou grande interesse foi a forma como as pessoas participam e actuam no ambiente em relação com a respectiva percepção. William Ittelson (1973) considerava que o ambiente era um tema largamente negligenciado nos estudos da percepção e no desenvolvimento dos seus trabalhos de pesquisa acabou por considerar que havia sete características do ambiente a serem tomadas em conta, chamando-lhes as propriedades tradicionais do estímulo na percepção ambiental:

- a) os ambientes envolvem o ambiente é explorado e não observado, e portanto, observador na realidade é um participante;
- b) os ambientes são multimodais. A informação é fornecida através de mais do que uma modalidade dos sentidos;
- c) os ambientes proporcionam informação periférica e central;

- d) os ambientes estão sempre a proporcionar mais informação do que aquela que pode ser processada;
- e) os ambientes funcionam como um palco que chama à acção; a percepção ambiental implica a acção;
- f) os ambientes atribuem significados simbólicos e mensagens motivadoras que fazem parte do conteúdo da percepção ambiental;
- g) os ambientes têm sempre um enquadramento: fazem parte de uma actividade social e têm qualidades sistémicas e estéticas distintas.

As respostas perceptuais ao ambiente são um processo contínuo que ocorre em cinco níveis de análise que interactivam entre si:

- 1) afecto - o impacto directo emocional da situação que direcciona as relações sequenciais com o ambiente;
- 2) orientação - o estabelecimento da orientação no ambiente;
- 3) categorização - o processo de definir categorias para a análise e compreensão baseado na formulação de conceitos e no desenvolvimento de uma taxonomia;
- 4) sistematização - a análise sistemática das relações no ambiente;
- 5) manipulação - os tipos de intervenção que o indivíduo pode desenvolver e as suas consequências em termos de alteração ambiental e da relação com as suas próprias necessidades e objectivos.

Os estudos sobre preferências ambientais foram iniciados por Schafer nos finais de sessenta, tendo sido particularmente relevantes para os Serviços Florestais norte-americanos na avaliação das florestas e do seu potencial recreativo. O método mais divulgado e chamado estimativa da Beleza Panorâmica (Scenic Beauty Estimation) foi desenvolvido por Daniel e Boster (1976). Basicamente, o método recorre a uma avaliação da beleza panorâmica por um segmento do público recorrendo a diapositivos e fotografias e posteriormente as avaliações desta população são submetidos a uma análise de escalonamento psico-físico para calcular os valores da beleza panorâmica percebida.

Os estudos sobre preferências têm sido largamente praticados desde os finais dos anos sessenta. Entre os psicólogos que se dedicaram a estes estudos, nos Estados Unidos destacou-se Joachim Wohlwill (1928-1987), sobretudo no âmbito da relevância da diversidade para a percepção ambiental e sobre as preferências entre ambientes naturais e construídos e na respectiva compatibilidade. Também os trabalhos de Kaplan e Kaplan são frequentemente citados, devido à sua investigação no âmbito da identificação dos factores de ambientes diferentes que podem ser utilizados para prever as preferências das pessoas, tendo identificado: coerência, textura, identidade, espacialidade, complexidade e mistério. Em 1982, após uma revisão das abordagens da preferência ambiental, elaboraram um modelo que assenta em dois conceitos considerados importantes para a preferência (ou necessidades essenciais para um funcionamento eficaz e saúde psicológica): envolvimento e significância. O modelo - estrutura de

Preferência - correlaciona estas duas componentes com duas dimensões temporais relacionadas que distinguem entre o imediatismo e o longo prazo e cuja leitura pode ser interpretada do seguinte modo: ambientes que são coerentes e legíveis fazem sentido enquanto que ambientes complexos e misteriosos convidam ao envolvimento.

Em psicologia ambiental, as teorias têm surgido em torno de conceitos vários, com um considerável peso de subjectividade. Não têm conseguido reunir um consenso real e os últimos esforços têm girado em torno de uma ligação destes mesmos conceitos. A abordagem comportamental insere-se claramente dentro do âmbito da Psicologia Ambiental e revela-se limitadora como abordagem da qualidade da paisagem na medida em que o ambiente é entendido como uma oportunidade para uma experiência psicológica à margem de um interesse próprio pelo objecto, apesar do surgimento de conceitos como os defendidos por Ittelson ou as posições de Gibson.

Tratando-se a avaliação da qualidade da paisagem de um factor do processo de planeamento, nomeadamente no âmbito do ordenamento do território e da avaliação do impacto ambiental, a importância da participação do público está implícita tomando por base as percepções e as preferências desse mesmo público. As preocupações da abordagem comportamental não são propriamente excluídas do processo; porém, poderão certamente ser de maior relevância para outros fins como, por exemplo, a base para a definição de directivas para a gestão ambiental ou para a concepção de espaços de lazer porque efectivamente como a própria psicologia ambiental o reconheceu não é propriamente uma ciência informadora sobre o objecto, neste caso a paisagem, mas sim sobretudo sobre o observador.

Porém, a Psicologia Ambiental necessita de actualizar a sua pesquisa, nomeadamente no sentido de avaliar a qualidade da paisagem atendendo à complexidade hoje reconhecida à paisagem e à interpretação actual da relação existente entre os seres humanos e a natureza. Torna-se de grande relevância para o ser humano as características estéticas e de beleza do ambiente.

A designação de estética ambiental subentende a aplicação de princípios estéticos ao ambiente. Trata-se de uma ideia discutida por alguns autores, tais como Joachim Wohlwill, Allen Carlson e Barry Sadler. Outros como o ecologista Joseph Meeker referem-se-lhe como estética ecológica. Allen Carlson e Barry Sadler (1982) consideram a estética ambiental um termo abreviado de uma área de estudo amorfa a ser desenvolvida em três áreas de investigação: avaliação cénica, avaliação da paisagem e a imagem urbana.

Embora a estética moderna derive da apreciação da natureza no século dezoito, a natureza, a paisagem ou o ambiente são conceitos raramente presentes na actual investigação estética e, desde o século passado, que a estética se identificou marcadamente com a teoria e a crítica da arte.

O trabalho de Allen Carlson surge como a tentativa contemporânea mais exaustiva para reconciliar a arte e a natureza dentro da estética, uma posição nomeadamente defendida em dois artigos "Nature and positive aesthetics" (1984) e "Appreciating art and appreciating nature" (1991). Tomando como ponto de partida a ligação íntima entre a apreciação da natureza e o desenvolvimento das ciências

naturais, Carlson defende que a nossa apreciação da natureza é estética e que existe uma analogia com a apreciação da arte.

A perspectiva da filosofia está centralizada no trabalho de Allen Carlson conforme já foi anteriormente mencionado. Não pode porém deixar de ser feita referência a um artigo de Steven Bourassa (1988) que propõe uma teoria baseada no pragmatismo de John Dewey e no humanismo de Suzanne Langer em combinação com a teoria de Jay Appleton e o trabalho de John Costonis sobre legislação estética. faz ainda referências ao trabalho de Jung e aos conhecimentos mais recentes de fisiologia cerebral. Divide a sua teoria de estética da paisagem em duas partes - cultural e biológica:

"Qualquer teoria compreensiva da estética deve englobar o espectro total das experiências estéticas e do comportamento, incluindo tanto os aspectos que são exclusivamente humanos como os que não são. ... É útil dividir a teoria em duas partes: uma relacionada com aqueles aspectos da estética que são exclusivamente humanos, e a outra com aqueles que se relacionam com aqueles aspectos partilhados com outros animais. Por conveniência, denominei estas duas partes a teoria cultural e a teoria biológica respectivamente". (Steven Bourassa, 1988. *Toward a theory of landscape aesthetics. Landscape and Urban Planning*, 15,).

A teoria cultural da estética da paisagem põe em causa a formalidade da beleza visual e sugere a importância do pensamento actual sobre os aspectos semióticos do ambiente visual. A teoria biológica da estética da paisagem tem origem na teoria do 'prospect-refuge' de Jay Appleton fundamentada sobre a afirmação de Dewey de que o homem obtém o prazer estético apartir de forças básicas partilhadas com os animais e também sobre a psicologia de Jung e recentes descobertas neurofisiológicas.

No entanto, o trabalho de Bourassa contribui de forma limitada para a clarificação da avaliação da qualidade da paisagem, embora revele uma correcta sensibilidade ao conceito actual de paisagem no âmbito do planeamento:

"Talvez o resultado mais importante deste estudo seja a identificação de princípios estéticos que podem servir como linhas orientadoras muito gerais para o ordenamento do território. Um princípio é de ordem biológica: o prazer estético da paisagem deriva da dialéctica entre a vista e o refúgio. O Outro é cultural; o prazer estético deriva da paisagem que contribui para a identidade e estabilidade culturais.

A ecologia da paisagem, embora ainda dando primeiros passos só muito ligeiramente se tem interessado pelo tema da qualidade da paisagem, mas será sem dúvida aquela que de forma mais integrada e abrangente assume a paisagem como a sua unidade de estudo, encarada como um objecto autónomo de investigação, atendendo à complexa integração das suas componentes e segundo parâmetros actualizados do conhecimento científico.

Os psicólogos estão interessados na forma como o ambiente afecta as percepções e as preferências que por sua vez influenciam o seu comportamento humano ou animal no ambiente.

A estética ambiental surge como a área disciplinar menos sistematizada embora sendo muito clara quanto ao seu objectivo de recuperar a apreciação da natureza para a alçada da estética, concentrando-se no objecto de apreciação sem no entanto descurar o carácter emocional da apreciação.

A relevância da Psicologia Ambiental oferece ao nível do processo de planeamento potencialidades no âmbito da fase de participação do público.

A ecologia da paisagem e a estética ambiental complementam-se para o estudo da qualidade do ambiente. A primeira contribui para a interpretação do ambiente e a segunda para o processo de avaliação propriamente dito.

Ambiente desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e bem estar do homem. Desta forma a percepção que a pessoa humana tem do ambiente em que se enquadra, altera profundamente a sua forma de posicionamento e de acção. Sendo assim, o ambiente constitui um importante factor motivador na conduta e satisfação da humanidade.

Segundo diversos autores sobre teorias de motivação e necessidades, a Motivação não é mais do que uma vontade de exercer elevados níveis de esforço em direcção aos objectivos e metas preconizados e pré-definidos. Ela está directamente relacionada com a satisfação das necessidades de cada ser humano, e resulta intrinsecamente da interacção do indivíduo com as situações. Sendo a necessidade um estado de espírito interno do indivíduo que o impele a determinado tipo de comportamento, que poderá constituir um comportamento positivo ou negativo do ponto de vista social, ela está directamente ligada à percepção que o homem tem do meio que o rodeia. O ambiente constitui um importante factor que quando transmitindo sensações agradáveis impele o indivíduo a comportamentos mais positivos, e quando transmitindo sensações de desagrado pode impelir o indivíduo a comportamentos negativos, que tendem a superar essa sensação. A situação de desagrado provoca no homem uma necessidade de a tornar agradável, muitas vezes através da reivindicação dos seus direitos.

A necessidade que todos têm de encontrar um meio ambiente agradável e que transmita sensações de descanso, relaxe e prazer, constituindo, segundo as teorias de Maslow, Herzberg e Alderfer, uma necessidade de baixo nível, necessidade de existência ou fisiológica, torna-se um importante factor motivador de um comportamento positivo que se manifesta quer ao nível social quer ao nível de trabalho. No entanto, a insatisfação deste tipo de necessidade básica provocará no indivíduo o desconforto o que o levará incondicionalmente à tentativa de substituir este factor por outros que porventura serão muito mais penosos de atingir e proporcionarão muito menor satisfação.

O Ambiente e a sua qualidade e estética constituem portanto um importantíssimo factor para as gerações actuais e futuras, nomeadamente na satisfação de um desejo básico de procura de tranquilidade e satisfação, tendo um papel cabal no desenvolvimento harmonioso da Humanidade.

1.3 - PROBLEMÁTICA E ACTUALIDADE DAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Nos últimos anos tem-se assistido a um interesse crescente relativamente ao Ambiente e muitas palavras "novas" surgiram no vocabulário do homem comum. Palavras como "ecologia", "ambiente", "smog fotoquímico", "efeito de estufa", "camada de ozono", "marés negras", "buraco de ozono", "montes artificiais", etc., passaram a ser referidas no dia a dia, o que poderá significar uma gradual tomada de consciência para os problemas ambientais concretos, muitos dos quais surgiram e surgem como consequência directa ou indirecta do desenvolvimento tecnológico, necessário para satisfazer determinados padrões de conforto e qualidade de vida da sociedade humana.

Na realidade, o homem habita este planeta há muitos séculos em atmosferas contaminadas com poeiras e gases; linhas de água poluídas, e desenvolvendo sempre actividades geradoras de diversos tipos de detritos e resíduos. Contudo, a preocupação actual da sociedade é justificada uma vez que a urbanização e a industrialização juntaram grandes concentrações de indivíduos em áreas geográficas pequenas. Assim, a concentração dos poluentes emitidos em muitas actividades humanas vieram atingir níveis tão elevados a ponto de ter efeitos negativos sobre as plantas, animais e até na saúde do homem.

Actualmente, as concentrações de determinados poluentes são tão elevadas à escala global que apresentam potenciais riscos e consequências irreversíveis para o próprio planeta. Grande parte da industrialização da sociedade actual é resultado da manutenção de padrões de qualidade de vida e de conforto característicos da civilização dos dias de hoje, não sendo possível uma regressão. No entanto, a degradação do Ambiente pode e põe cada vez mais em questão os sistemas actuais de organização e produção industrial, e os sistemas de planeamento urbano. Então há cada vez mais a necessidade de uma evolução pela manutenção do equilíbrio entre o desenvolvimento da civilização industrial e urbana e pela minimização dos efeitos nocivos para o Ambiente, possibilitando um desenvolvimento sustentado.

1.4 - INQUÉRITO À POPULAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

Em relação ao inquérito efectuado em todos os distritos da região centro, e que teve como objectivo básico testar a sensibilidade das populações em relação ao ambiente, e aos conceitos de ambiente menos poluído, constatou-se que indistintamente dos distritos a que pertençam e da localização mais litoral ou mais interior, toda a população é muito sensível ao ambiente(ver anexo I). A população usada foi de 95 pessoas e todas pretendem ter um ambiente pouco poluído e queixam-se frequentemente das águas cheias de resíduos, sólidos e líquido, e dos solos com bastantes resíduos espalhados. A maioria é a favor da existência de lixeiras devidamente tratadas e de Estações de Tratamentos de Águas Residuais, mas não sabendo dizer onde se poderiam colocar. No que respeita à

atmosfera, os problemas não são generalizados, segundo a população inquirida, o cheiro é o pior problema definido pelas pessoas. A indicação de cheiros desagradáveis é descrito pela população dos distritos de Castelo Branco, Coimbra e Aveiro, sendo associados à existência de indústria do papel ou de produtos químicos. Os distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, foram considerados como apresentando maior poluição atmosférica, sendo os restantes distritos considerados como tendo muito pouca poluição atmosférica. De um modo generalizado o que mais preocupa os inquiridos é a poluição aquática, seguida da poluição do solo, e só depois a poluição atmosférica. Os inquiridos disseram não se preocupar com a poluição sonora.

A população inquirida referiu considerar que os distritos de Aveiro e Leiria sejam os mais poluídos genericamente, e que os distritos de Castelo Branco, Guarda, Viseu e Coimbra, menos poluídos.

Todos os inquiridos acharam as normas legislativas relativas à definição de limites de poluentes e à definição dos tipos de poluentes admissíveis muito importantes e consideraram as normas relativas à execução das monitorizações importantes.

Cerca de 50% dos inquiridos quando consultados sobre medidas de combate à poluição indicou obrigatoriedade de cumprimento das normas e maior dureza nas coimas previstas, 25% considerou a educação à população, 5% maior utilização de infra-estruturas de apoio que permitam o acondicionamento dos resíduos 5% maior reutilização dos resíduos usando a reciclagem, 15% não sabe.

A população que não emitiu opinião corresponde a idades superiores a 60 anos.

A população entre os 15 anos e os 50 anos mostrou uma grande preocupação com a qualidade do ambiente e com a preservação do mesmo. Na sua maioria, cerca de 90% dos inquiridos não quer a implantação de indústrias poluentes e pretende ter acesso aos estudos de impacto ambiental.(anexo 1.1.).

1.5 -- CONCLUSÕES

De uma forma generalizada a população está atenta ao ambiente e a tudo o que possa afecta-lo. Sendo assim consideram de grande importância o cumprimento da legislação e a educação e formação ambiental, e pretendem chamar a atenção dos responsáveis das empresas para os problemas e soluções que pretendem sejam tomadas por forma a obter um ambiente mais limpo e mais são, que possa ser transmitido às gerações vindouras com orgulho e confiança.

CAPÍTULO II

"A POLÍTICA E O AMBIENTE"

Cap. II - A POLÍTICA E O AMBIENTE

1 - A POLÍTICA E O AMBIENTE

1.1 - INTRODUÇÃO

O objectivo principal deste capítulo, no que respeita às políticas ambientais, não é apresentar uma descrição exaustiva dos sistemas disponíveis adoptados nos Estados Unidos e nos países europeus, nem avaliar as particularidades desses sistemas, mas sim, apresentar a natureza das dificuldades encontradas no controlo da poluição e do ambiente, e a gama de fraquezas que a pesquisa empírica identificou nas diferentes abordagens políticas.

Ir-se-á analisar os sistemas económicos e legais por forma a perceber as razões para a existência de problemas de poluição existentes e para justificar a necessidade da intervenção governamental. Depois, ir-se-á examinar os factores restritivos na formulação e implementação de políticas, dando particular relevância aos inputs das ciências no que respeita a assuntos ambientais, à adequação da análise económica, à manipulação de incertezas através de pressões políticas e à importância dos processos de elaboração da política nacional. Far-se-á uma revisão de literatura com vista ao enfoque dos factores particulares nas políticas ambientais.

1.2 - A VISÃO ECONOMICISTA DO AMBIENTE

Desde sempre houve mecanismos presentes na organização económica das sociedades actuais, que permitiram e conduziram há deterioração do ambiente natural. Desta forma a intervenção governamental torna-se necessária para garantir a eficiência económica e a justiça. Este aspecto é repetidamente focado na bibliografia sobre a economia do ambiente, pelo que se irá somente sumariar os principais aspectos que explicam a falha do sistema de mercado no que respeita à garantia do máximo bem estar social, quando se lida com questões ambientais.

A teoria económica clássica, assume que o bem estar do consumidor depende somente do padrão e do nível de consumo dentro do mercado económico. Este pressuposto, é no entanto incompleto,

pois a qualidade do ambiente constitui outra fonte de bem estar do consumidor (Lorrain-Smith, 1982), e é também afectada pela actividade económica.

No mercado livre os preços são os instrumentos que provocam a alocação de recursos de forma a garantir a eficiência económica.

Como as comunidades naturais e as capacidades assimilativas dos meios ambientais, nem os bens produzidos nem os possuidores são definidos claramente. Estes factores constituem recursos sem preços e, desta forma, os seus serviços não podem ser estabelecidos, em função da existência de um mercado pois, eles são usados como bens "livres" (free goods), e o seu uso não é reflectido imediatamente no sistema de preços. A quantidade dos recursos consumidos reflectem na sociedade (as chamadas "externalidades") e não só no utilizador que os consome. A divergência correspondente entre a avaliação de custos das actividades pelos utilizadores e a valorização pela sociedade como um todo, constitui a mais importante fonte de falha do mercado no campo do ambiente económico. Como resultado, o custo de bens e serviços com impacto significativo no ambiente diverge dos custos reais que as suas produções e consumos impõem na sociedade.

Estes custos sendo ignorados, não são considerados pelo utilizador ambiental, e não afectam o nível da sua actividade, os outputs de uma unidade industrial poluente, pela poluição que ela acarreta no meio. De facto, eles têm efeito na direcção oposta, agindo como um forte incentivo à expansão, especialmente se a actividade tiver fortes efeitos ambientais, não tem preço nem acarretam custos, embora sendo bens escassos, como por exemplo a capacidade assimilativa de um curso de água aos poluentes que lá são derramados. Por outro lado, os estragos externos causados, pode negativamente influenciar o nível de actividade das partilhas do mesmo recurso.

Claramente enfrenta-se uma deslocação de recursos, onde os custos dos estragos "externalidades", geram um padrão de alocação, favorecendo actividades que teriam interferência no ambiente em detrimento das partes afectadas por elas. Como dizem Baumal & Oates (1979), as externalidades são inerentes e características não evitáveis do sistema económico, não excepcional. As externalidade, se não forem verificados, crescem rapidamente com urbanização e com a expansão industrial. A justiça e eficiência económica, reclama mecanismos de compensação, através da realocação de recursos dos ofensores para as vítimas, uma vez que a realocação resultará, em simultâneo, em benefícios líquidos para a sociedade.

Outra fonte de imperfeição do mercado na economia ambiental deriva da observação de alguns recursos naturais como sendo próximo de puros bens públicos ("public goods"). Estes bens são um caso especial do fenómeno geral de "externalidade", e são caracterizados por serem ao mesmo tempo não excluídos e não exclusivos.

Os bens não excluídos são bens que uma vez oferecidos a um consumidor, terão o seu consumo automaticamente partilhado através dos outros consumidores, que não serão obrigados a pagar por ele.

Os bens não exclusivos são aqueles cujo consumo por um indivíduo não reduz a quantidade disponível para os outros. Ar limpo, silêncio ou uma vista panorâmica caem claramente nesta categoria de bens não excluídos e não exclusivos.

Frequentemente é difícil ou impossível introduzir bens públicos no sistema de preços. A natureza destes bens desencorajam a sua produção privada, pois como estão sempre presentes e há uma opção tentadora da sua utilização "gratuita". Nas economias de mercado descentralizado, a provisão deste tipo de bens, que inclui efeitos ambientais importantes, torna-se inadequado se deixado livremente aos mecanismos de trabalho do mercado.

Como se pode vislumbrar, é pouco provável que uma empresa esteja interessada em oferecer ar limpo, quando o seu pagamento não é seguro, sendo ao mesmo tempo impossível excluir a agradabilidade de aproveitar o ar limpo pelo consumidor que se tenha recusado a pagá-lo.

Estes parágrafos demonstram a particularidade dos problemas do ambiente e da poluição - e as questões de externalidade, a provisão de amenidades naturais e as questões dos bens públicos. A exploração de recursos naturais, embora ligados com as actividades precedentes ao longo da cadeia de produção, apresentam diferentes problemas económicos. Estes estão relacionados com a fiabilidade do sistema de preços na adaptação a mudanças conhecidas ao nível dos stocks naturais disponíveis, simultaneamente, tomando atenção aos níveis esperados de procura futura. É este debate bem conhecido de escassez e exaustão de recursos.

Os conservadores têm argumentado que o mecanismo de preços favorece invariavelmente os desejos das gerações presentes, e não falam nas reservas de recursos e na nossa capacidade de predizer com exactidão o nível actual de stocks para muitos dos recursos importantes. Os economistas geralmente condenam esta visão, baseando-se em que o mercado assegurará o equilíbrio justo entre alienação e conservação e que as suas imperfeições inerentes são corrigidas.

As imperfeições de mercado tornam necessária a intervenção do governo, através da oferta pública dos bens e das acções correctivas instituídas de protecção a esses bens. Isto conduz à análise dos mecanismos disponíveis mais eficazes que constituem um dos "âmagos" da questão ambiental.

Apesar da literatura sobre a análise dos processos da degradação ambiental enfatizar fortemente interpretações económicas, há outros aspectos políticos, técnicos, culturais e legais, que têm também um importante papel na análise deste fenómeno. Particularmente, as questões de externalidades têm sido tradicionalmente tratadas ao abrigo da Lei Comum, que foi um dos primeiros instrumento de controlo da qualidade ambiental.

1.3 - LEI COMUM E O AMBIENTE

Antes do aparecimento e estatuição da Lei Ambiental determinada pela legislação do Parlamento, a Lei Comum foi o único instrumento legal disponível para tratar os casos de prevenção de poluição e protecção ambiental genérica. O seu desenvolvimento centrou-se na interferência com o desfrutar de um terreno e os direitos de protecção dos estragos da poluição restringindo a sua utilização aos indivíduos com interesse legal na ocupação, gozo e protecção da sua propriedade.

Dos quatro tipos de acção disponíveis na Lei Comum (barulho /fronteira /negligência /perigo), as duas primeiras são as mais frequentemente usadas relativamente a disputas de poluição. Acções por ruído pressupõe que algum tipo de estrago financeiro ou físico tenha de ser apresentado; acções por passagem (fronteira) requerem evidência de houve a invasão física da propriedade ou por pessoas ou por materiais poluentes.

Esta relação com os direitos de propriedade privada explicam o desejo de expandir os direitos de propriedade comum para o ambiente, como medida facilitadora e abrangente da aplicação da Lei Comum. Como instrumento de política ambiental, esta alternativa será insatisfatória na sua acção prática.

Nas bases políticas esta opção gera controvérsia, visto que pelo menos para muitos, não seria socialmente desejável colocar o uso de recursos ambientais comuns em mãos privadas (Andersen et al., 1977). Na prática, a expansão dos direitos de propriedade não é facilmente aplicável a recursos como o ar, que não só é fisicamente impossível de dividir em unidades comercializáveis, como é impensável a sua divisão, uma vez que possui outras características de bens públicos, o que determinará a impossibilidade da sua oferta.

Apesar do papel tradicional da Lei Comum no controlo da poluição, os mecanismos da sua formulação baseados nas regras dos tribunais que tiveram na análise de vários casos, apontam para alguns inconvenientes. O envolvimento da lei comum e a sua adaptação aos valores ambientais sociais em constante mudança é um factor difícil e complicado. Outro aspecto considerado por O' Riordan (1981) é a sua particular vulnerabilidade, uma vez que a regulamentação feita por um juiz pode atrasar a saída de uma lei por décadas, ou causar interpretações inconsistentes, se o juiz for menos cauteloso. Por outro lado, dada a unidade, complexidade e a novidade de muitas questões ambientais, as precedências muitas vezes são restritas ou inadequadas, resultando regulamentos pouco claros que favorecem a parte mais forte, em muitos casos o próprio poluidor.

De facto, aos litigantes impõe-se, como regra, recursos substanciais para irem a tribunal. Esta possibilidade de custos de litigação elevados, especialmente se há grande número de vítimas de poluição envolvidas constitui, é outra fraqueza da Lei Comum, não medida em que pode deter partes afectadas de conseguir fazer valer os seus direitos. O tempo que demora, ou a persistência no prosseguimento destes direitos podem impedir o desenrolamento das acções legais.

Os "remédios", estragos ou atrasos da Lei Comum reflectem princípios de justiça individual aplicada a litigação privada, deixando para trás as considerações de interesse público, como a eficiência económica ou a justiça social. Na teoria, os direitos individuais estabelecidos na Lei Comum não são sacrificados em prol dos interesses gerais da sociedade (Burrows, 1979). No que respeita às questões ambientais, a protecção de propriedade privada pode ser obtida impondo elevados custos à sociedade como um todo.

Por outro lado, a aplicação da Lei Comum, através de acção em tribunal, só é aplicável após a ocorrência dos danos perceptíveis associados com os interesses da terra. No que respeita às questões ambientais, a compensação retrospectiva é certamente menos desejável do que a prevenção.

A consciência dos limites concedidos pela Lei Comum para os casos contra os poluidores, nos Estados Unidos, é uma abertura de instrumentos legais alternativos, como os factores indicados nos estatutos para o ar e a água para os cidadãos que reforcem os standards federais. Nos países europeus, os cidadãos privados podem instituir acções em tribunal contra qualquer poluidor que viole os standards aplicados (Daves & Davies, 1977).

Embora este desenvolvimento constitua um importante passo em frente porque pode potencializar vantagens da lei na tomada de decisões, a protecção individual opõe-se a inacção governamental ou a parcialidade política, dada a independência dos tribunais dificultam a protecção ambiental. O' Riordan & Tuner (1983), consideram que uma Lei Comum genérica em relação à qualidade ambiental não será bem sucedida, dado os tribunais serem geralmente subservientes em relação ao Parlamento e os interesses que neles possam estar patentes.

1.4 - A NECESSIDADE DE POLÍTICA AMBIENTAL

A teoria económica aponta para que as ameaças à qualidade do ambiente natural não sejam resultado de algum intento maligno ou comportamento individual ou institucional negligente, mas sejam baseadas em limitações intrínsecas do sistema de mercado, cujas consequências são devidas ao assumir de elevadas proporções com a crescente industrialização e urbanização.

Os comentários efectuados à Lei Comum revelam claramente uma série de fraquezas no sua operabilidade. Com mais ou menos impacto social os conflitos ambientais que nos circundam são produtos directos das nossas instituições de propriedade privada e do sistema de mercado e não devem ser conduzidos com as falhas excepcionais destes. Este ponto é claramente uma aproximação ao estudo do ambiente, ficando claro a necessidade da intervenção do governo no controlo da qualidade ambiental.

A intervenção do governo é tanto mais necessária quanto o desenvolvimento dos sectores agrícolas e industriais tornam uma constante e provocam a reestruturação económica e administrativa, principalmente quando, como membro da CEE, se torna imperativo o cumprimento de certas regras.

As políticas de controlo de poluição, implementação e formulação envolvem tarefas complexas de acomodação política e interesses económicos, sob um entendimento científico de fenómenos naturais, que em certas áreas ainda não é satisfatório.

Os produtores e consumidores têm uma grande gama de estratégias à escolha, de forma a responder a requerimentos particulares de políticas ambientais (ver Sandbach, 1982), e estas podem ser orientadas em diferentes estágios do processo de produção/consumo, ou baseadas nas condições locais. A realização deste âmbito de intervenção governamental nas questões ambientais devem constituir uma questão central dos programas de controlo de qualidade ambiental.

Estes programas não devem restringir-se ao controlo final de efluentes poluentes ou a acções directas, para proteger ou melhorar a qualidade do ambiente natural, mas a acções preventivas para a manutenção do ambiente e sua qualidade.

As opções tecnológicas tomadas anteriormente no ciclo de produção/consumo aparecem frequentemente como factores determinantes do tipo e quantidade dos resíduos finais. Os processos de produção designados especialmente podem ser introduzidos para reduzir a quantidade dos resíduos gerados e/ou fazer a reciclagem dos produtos se os incentivos apropriados forem providenciados. As questões ambientais locais podem ser protegidas ou evidenciadas através de controlo especial aplicado às definições de actividades económicas e aos resíduos descartáveis. A adopção das tecnologias de reciclagem de resíduos e diminuição dos mesmos podem constituir uma importante estratégia ambiental para lidar com os recursos particulares de poluição ambiental. Muitas vezes, através do aumento da eficiência do processo, a adopção de tais tecnologias torna-se altamente lucrativa para a indústria privada. A redução do lixo e poluição não é um custo adicional de produção, como geralmente é dito, mas é uma medida de ganho económico. No entanto, é reconhecido globalmente que o desenvolvimento de tecnologias de diminuição de desperdícios enfrenta um número de barreiras económicas, administrativas e estruturais.

A reutilização de materiais e reciclagem enfrenta constricções similares; no entanto, as vantagens económicas apresentam-se bastante atractivas. Providenciando produtos mais baratos, a reciclagem permite a prevenção dos problemas de resíduos, a conservação de energia e recursos através das reduções da produção de resíduos e consequentemente o decréscimo dos níveis de poluição industrial.

Embora a reciclagem de materiais específicos seja uma prática generalizada nas economias ocidentais (ver Sandbach, 1982, pág. 38), o atingir de rácios de reciclagem elevados apresentam algumas dificuldades. Problemas organizacionais são relacionados com as diferentes tarefas envolvidas na recolha, separação e ordenação de materiais. A standardização pode ajudar à reclamação da indústria, mas não nos interesses comerciais ou de manufactura. Para além das limitações físicas, o custo da colecta dos materiais é frequentemente elevado e pressões económicas importantes são exercitadas através de todos os sectores industriais que são passagem no processo de reciclagem, em particular por aqueles que usam directamente matérias-primas.

Apesar do ambiente associado e dos benefícios sociais, o desenvolvimento das tecnologias de reciclagem e da adopção de políticas de reciclagem mais extensas, parece, claramente, dependente das necessidades particulares e constrangimentos da economia de mercado.

Embora se enfatize a forma como as políticas específicas de reciclagem e as tecnologias de tratamento de resíduos, são mais alcançadas na gestão ambiental, a noção mais comum de política de controlo de poluição continua restringida a um conjunto de políticas cujo instrumento opera directa ou indirectamente sobre as descargas no meio ambiente. Esta noção de controlo de poluição corresponde ao domínio de intervenção governamental nos assuntos ambientais nos países com economias mistas, nomeadamente nos Estados Unidos e Europa Ocidental. De facto, quase todos os regulamentos ambientais se focam no controlo da emissão de poluentes nos diferentes meios ambientes (Hahn, 1982).

Definição de Metas Ambientais e Económicas

A estruturação do programa de controlo de poluição começa com um passo crucial de estabelecer o conjunto de objectivos a serem alcançados. A percepção de qualidade ambiental, pelo menos no pressuposto da análise política, tem que confiar na medida das variáveis biológica, química e/ou física. Um sistema de alvos ambientais ou standards ambientais, para um conjunto escolhido de variáveis, tem de ser definido de forma a exprimir mais precisamente os objectivos das políticas. O processo de formulação destes objectivos podem abordar-se de diferentes perspectivas.

Lorrain-Smith (1981), analisando a natureza da gestão ambiental, chama a atenção para a definição das metas ambientais. Ele começa por criticar a teoria económica tradicional que assume o padrão e nível de consumo do mercado como única fonte de bem-estar do consumidor, e argumenta que a qualidade ambiental também constitui uma fonte de bem-estar do consumidor. Desta forma, ele continua dizendo que as metas da gestão ambiental não são qualidade ambiental, embora proporcione bem-estar ao consumidor. Fica claro que "não há uma definição absoluta de qualidade ambiental, porque varia como qualquer outra coisa que contribua para o bem-estar do consumidor, sendo inerentemente subjectivo."

Contra esta visão que considera a procura por qualidade ambiental como função do seu custo, do custo de substitutos, do nível e distribuição de rendimentos ou simples gostos. Alguns ambientalistas irão discutir que o objectivo da qualidade ambiental fica em si próprio, e qualquer programa de controlo de poluição deve procurar a recuperação do nível de qualidade natural anterior à ocorrência da interferência humana. Entre outros factores justificativos, que podem incluir considerações éticas, eles invocam a falta de conhecimentos sobre os sistemas ambientais e a consciência da irreversibilidade da natureza, suportando assim a ideia da necessidade de uma mudança radical de atitude. Como expresso na literatura, incertezas e falta de entendimento do fenómeno natural constitui factores importantes que, na prática, moldam decisivamente a política de poluição. Contudo, tendem a actuar na direcção oposta, permitindo que a poluição perigosa continue, sob a pretensão de que as provas são insuficientes na avaliação dos danos.

Há, no entanto, uma certa verdade na sugestão de que as atitudes das pessoas perante a qualidade ambiental mudam com a cultura, nível de rendimento, ou acessibilidade a substitutos. Na procura da restauração da qualidade natural, embora possam estar em risco questões ecológicas, teria custos absolutamente proibitivos para a diminuição da poluição sem garantias de melhor resultado. Estas razões incorporam dois sentidos (Johnson & Brown, 1976). Primeiro, a qualidade natural não significa necessariamente elevada qualidade ambiental, pelo menos se escolhermos o interesse do ponto de vista humano. Segundo, sob uma perspectiva ecológica, a, qualidade natural pode até ser uma meta inadequada, quando actividades humanas tenham já sido alteradas irreversivelmente num elevado número de ecossistemas.

Os economistas preferem adoptar a abordagem de custo-benefício para estabelecer metas.

Pode expressar-se os objectivos de um programa ambiental como se segue:

- o alcance de um nível de qualidade ambiental caracterizado pelo custo marginal com a diminuição da poluição é igual ao correspondente benefício marginal.

O princípio é atractivo. Somente indica que a qualidade do ambiente pode ser melhorada, ao mesmo tempo o benefício suplanta o custo do controlo de qualidade. Na prática, contudo, ou falta de conhecimento mina a quantificação do custo e particularmente a quantificação do benefício.

A análise é centrada na forma da função do dano para cada tipo de poluente, ou fonte poluidora, e diminuição da função de custo associada. A definição da função do dano pode ser vista de dois ângulos. Dado um certo sistema ambiental e um conjunto de poluentes biodegradáveis e não biodegradáveis, a correspondente curva de dano é comumente não linear, com descontinuidades ou efeitos de reacções de sinergia complexos que podem também estar presentes. Dados sistemas ambientais diferentes, separados no tempo e no espaço, e com um conjunto de poluentes, darão lugar a uma distribuição de probabilidades das condições ambientais com, na maioria dos casos, uma cauda longa (Roberts, 1976), sob certas condições ambientais, o mesmo padrão de emissão de resíduos terá um impacto extra. A poluição atmosférica e as condições de tempo especiais podem ser um exemplo disso.

De acordo com Roberts (1976), estes problemas não foram estudados correctamente por advogados e economistas, e no entanto eles envolvem escolhas importantes, como se sim ou não se deve utilizar como base os standards ambientais nos meios de saída ou como restrições.

A quantificação do custo da diminuição da poluição é simples, mas somente em anos recentes houve o estudo sistemático da maioria dos poluentes perigosos e dos sectores industriais mais poluentes, como o Programa da O.C.D.E. para esta área. É normalmente reconhecido que as pressões políticas, manipulação e insuficiência de informação são factores determinantes na definição e implementação dos estádios da política ambiental. Porque as actividades poluentes afectam outras actividades económicas e sociais, um estudo bem sucedido pode resultar na imposição do nível de qualidade ambiental que é definido estritamente de acordo com requerimentos específicos. Nas partes afectadas, particularmente quando as incertezas em áreas cruciais geram conflitos entre experts, o que tende a reduzir o impacto político dos mesmos. Às partes fortes envolvidas, sectores industriais, têm um monopólio virtual de expertise e controlo de informação (Sandbach, 1982), que utilizam para mobilizar dados, suprimir dados ou enfatizar os custos da diminuição da poluição, onde existe incerteza. A discussão e negociação aberta pode ser muito injusta para as partes mais fracas, comumente os que são poluídos, a não ser que haja regras claras que permitam o posicionamento e controlo da disputa.

Contudo, como a abordagem económica ao estabelecimento de standards confia no balanceamento de custos e benefícios do controlo de poluição, ainda estamos longe do "ótimo de pareto" ao nível da poluição.

Ao adoptar standards baseados na tecnologia de emissão uniforme, ou standards desenhados, que claramente não vão de encontro ao nível de poluição economicamente optimizado, estamos a reduzir o nível de despoluição para valores aceitáveis. Os standards ambientais devem, no entanto, ser constantemente verificados e reajustados à medida que houver mais informação e avanços tecnológicos.

Por outro lado, na implementação de standards, a natureza estocástica do ambiente deve ser levada em consideração. Embora devamos estar conscientes que estes standards possam ser violados, os regulamentos probabilísticos não parecem administrativamente fiáveis (Roberts, 1976). Este é um dos aspectos que fez com que as políticas dos Estados Unidos preferisse enfatizar os níveis de tecnologia de tratamento, enquanto os países europeus colocassem as suas metas em vez dos standards de ambiente, em standards de emissão uniforme rígidos.

1.5 - A DIMENSÃO INTERNACIONAL DO AMBIENTE

De acordo com Holdgate (1979), citado também por Sandbach (1982), os problemas ambientais internacionais podem ser divididos em quatro categorias:

- a) poluição transfronteiriça, isto é resíduos com origem num país que podem atravessar as fronteiras nacionais através de um meio ambiental contínuo, como correntes de ar ou água;
- b) poluição gerada por fontes móveis, por exemplo, aviões, barcos, etc.
- c) poluição de recursos comuns através de acções combinadas de diferentes países, por exemplo, oceanos e atmosfera.
- d) distorções de relações económicas entre países, provenientes de diferentes abordagens nacionais em relação ao controlo de poluição.

Esta última categoria é a mais preocupante. A implementação de diferentes standards ambientais e diferentes mecanismos de alocação de custos de controle de poluição, pode afectar relações económicas entre países. Pode criar distorções nos custos de produção e de não tarifação de barreiras na troca. A concentração de indústrias de risco e de poluentes perigosos tende a ocorrer em países cuja legislação ambiental seja menos exigente, como países em vias de desenvolvimento. Estes argumentos e o encorajamento de políticas de harmonização progressiva tem sido continuamente enfatizado por organizações como a O.C.D.E e a CEE.

Embora, para certos sectores industriais, os custos do controlo de poluição seja um factor significativo na estrutura de custos de produção, para a maioria das indústrias eles são usualmente um custo menor (Sandbach, 1982), se comparado com factores como custo do trabalho, matérias primas, transportes, controlo de investimento e proximidade de mercado, e políticas de impostos. Não se deverá sobrevalorizar a importância da política de harmonização internacional, baseada exclusivamente em factores económicos.

Como a O.C.D.E. reconhece nos princípios respeitantes aos aspectos económicos internacionais das políticas ambientais (O.C.D.E., 1975), há casos em que se pode permitir alguma diferença nos standards ambientais regionais e nacionais justificados pelos seguintes aspectos:

- a) diferentes capacidades de assimilação de poluição pelo ambiente;
- b) diferentes objectivos sociais e prioridades relacionadas com a protecção ambiental;
- c) diferentes graus de industrialização e densidade populacional.

A poluição do ambiente global ou os recursos comuns e a poluição gerada por forças móveis, onde for difícil ou inapropriado a justificação das diferenças das políticas nacionais, o argumento económico para harmonização de políticas não é em si mesmo conclusivo.

Há necessidade de equilíbrio entre as necessidades de harmonização e o reconhecimento das particularidades de cada país e região, nomeadamente as atitudes perante questões ambientais que dependem de estabilidade social e do estágio de desenvolvimento económico. Estes factores ditam custos de oportunidades envolvidos no controlo da poluição que devem ser levados em conta na formulação das políticas.

1.6 - A DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS E A QUALIDADE AMBIENTAL

Por forma a localizar esta discussão do processo de elaboração de políticas, a tipologia de programas ambientais desenvolvidas por Knoepfel & Weider (1983) no seu estudo de programas de controlo de qualidade de ar na Europa. De acordo com estes autores, a estrutura de qualquer programa ambiental pode ser dividido em três partes:

- 1) Centro do Programa ("coração do programa") - compreende, falando genericamente, um conjunto de standards de qualidade ambiental, como a tradução das metas das políticas gerais em linhas directivas para acções mais concretas;
- 2- "Níveis do programa mais interiores" - por forma a ser fiável administrativamente, o "coração" do programa requer: a selecção de métodos de medida e standards reforçados;
- 3- "Níveis do programa mais exteriores" - compreendendo os fundamentos institucionais e organizacionais, por exemplo: instrumentos e processos administrativos, sistemas de financiamento e organização.

O controlo do ar, água e resíduos sólidos tem de estar inter-relacionados, uma vez que a maioria das tecnologias de diminuição geram impactos intermédios, mas também a natureza das principais tarefas que envolvem o controlo de qualidade são comuns a estes três meios (ar, água e terra).

Os componentes do "coração" do programa, dos níveis do programa internos e externos de que falou Weidner & Knoepfel em relação à poluição aérea, pode também ser aplicado à água e à gestão de resíduos sólidos. Além disso, eles podem ser aplicados nas considerações simultâneas destes tipos de poluição diferentes. De facto, a sua coerência foi pensada nos resultados de um programa ambiental

compreensível, a interdependência da natureza relativamente ao controlo de qualidade dos diferentes meios naturais tem de ser reconhecida através da introdução de certos graus de homogeneidade no design de instrumentos políticos e institucionais que lidem com os diferentes tipos de poluição. Esta aproximação conduz a um modelo de elaboração de decisões ambientais gerais.

Os estilos nacionais de elaboração de políticas e administração tem um papel importante no design das políticas de controlo de qualidade ambiental. A importância dos regulamentos do tribunal nos Estados Unidos resultaram num estilo conflituoso de tomada de decisões ambientais que contrastaram com uma abordagem consensual típica da elaboração de políticas públicas na Europa, onde os tribunais são subservientes ao Parlamento.

A área de debate descentralizado que tem interesse é a da relação entre local, regional e nível nacional. Como Johnson & Brown (1976) indicaram, houve uma tendência clara em redor de estabelecimento dos corpos administrativos regionais para lidar com a gestão água e a poluição dos rios. Mas isto não permite dizer que as políticas locais tenham um papel importante na formulação das políticas localmente implantadas. No entanto, os conflitos ambientais são também localizados na Natureza, envolvendo o resultado de disputas de interesse entre grupos locais.

É verdade que todos os argumentos para a harmonização internacional das políticas pode ser usado a nível nacional para a mesma tipologia de questões aplicadas. Mas, se se reconhece capacidades assimilativas regionais do ambiente diferentes, e diferentes estádios de desenvolvimento entre regiões, que dão lugar a objectivos sociais distintos e prioridades dos governos locais, porque não aceitar algum controlo das autoridades locais eleitas sobre a qualidade do seu ambiente? Embora, em teoria, se concorde com um certo grau de autonomia local na tomada de decisões ambientais, na prática os resultados podem não ser os esperados.

Em alguns países europeus, as autoridades aquáticas dos rios e regiões têm totais responsabilidades sobre o controlo de todo o ciclo da água, desde o fornecimento da água até ao resíduo da água nas plantas de esgotos, estabelecimento e reforço de standards. Desta forma, as necessidades particulares da população e a forma como são afectados pela deterioração do seu ambiente, pode ser mais eficazmente levada em conta por políticos locais e oficiais.

Esta solução cria, contudo, novos problemas, como é indicado por O' Riordan (1981), referindo-se ao sistema inglês, onde as autoridades para a água decorrem ao mesmo tempo que as plantas de tratamento de esgotos e regulamenta os fluxos de resíduos industriais das suas plantas de tratamento. São colocadas em posição de juiz, júri e defesa (O' Riordan, 1981). A braços com dificuldades financeiras, eles abusam dos seus próprios standards, enfraquecendo a sua posição para acusar a indústria pelo não cumprimento das condições consentidas (Sandbach, 1982).

Este é um problema real para o qual as respostas não confiam exclusivamente na chamada pela contabilidade política destas autoridades. O conhecimento público desta multiplicidade de aspectos envolve os problemas de controlo de poluição, abrangendo desde o social, o económico, o político e o

técnico, é normalmente limitado, deve portanto permitir o desafio da participação pública no processo de formulação política.

Skeffington, no seu relatório de 1969 concluiu que, o sucesso do envolvimento público na tomada de decisão é fortemente dependente da localização da natureza dos problemas em análise. Este requerimento é muitas vezes preenchido através dos problemas de poluição ambiental.

Por outro lado, a complexidade técnica dos debates e da distribuição desigual de informação são restrições sérias ao envolvimento geral do público. Os grupos de pressão ambiental tendem a ter um papel importante na divulgação de informação vital sobre os efeitos e custos do equipamento de diminuição da poluição, que é por norma o monopólio de certas indústrias poluentes.

Porque a razão para a participação pública varia de país para país, O' Riordan (1981) considera que o seguinte critério caracteriza a eficácia das actividades participadas:

- 1) razão dos direitos ambientais dos cidadãos;
- 2) grau de acessibilidade da informação;
- 3) uso de estratégias participadas;
- 4) uso dos media na publicitação das questões ambientais;
- 5) natureza, contexto e razão da eficácia política dos E.I.A.'s;
- 6) natureza, conteúdo e razão da educação ambiental.

Como O' Riordan (1981) enfatizou, o caminho evolutivo das participações é importante na reforma institucional e na partilha de poderes, particularmente ao nível local da elaboração de políticas, o que só por si explica a ansiedade e suspeita da classe política local.

No entanto, há literatura (Kelley et al., 1975, citado por Sandbach, 1982) que distingue entre os sistemas abertos e fechados da elaboração de políticas, baseada na razão para a participação pública e acesso ao sistema político por grupos ambientais.

Os sistemas fechados são caracterizados por concentração do poder às elites políticas e administrativas. Pelo contrário, nos sistemas abertos, representantes de grupos ambientais independentes são indicados para os corpos de aconselhamento, ou como consultores de agências governamentais; grupos de interesse podem facilmente organizar-se com relativamente poucas restrições; há audições públicas, e os comentários são submetidos às agências governamentais. A aparente abertura das sociedades pluralistas não indicam necessariamente que a indústria tenha perdido o seu poder para estruturar a política de controlo de poluição e administração a seu favor (Sandbach, 1982). A participação efectiva depende do grau de actividade do público em geral e dos grupos de pressão do "corpo político" que O' Riordan (1981) fala. Um sistema aberto com um público passivo a longo prazo, conduz à concentração dos poderes em elites estabelecidas, como O' Riordan indica ser o caso da Inglaterra. Em Portugal, está a assistir-se ao desenvolvimento de tendências similares.

2 - AS POLÍTICAS AMBIENTAIS EM PORTUGAL

Com a entrada de Portugal para a CEE, todo o seu enquadramento político, económico e social de alterou.

A consciência do mundo relativamente aos problemas ambientais acarretou uma profunda mudança de posicionamentos e estratégias de toda a Humanidade. A importância de tais mudanças culminou na adopção de medidas internacionalmente aceites como cabais para a melhoria da qualidade ambiental, como sejam, entre outras, declarações da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente (Estocolmo, 1972), cimeira de Paris sobre o tema "A Expansão não é um fim, em si. Deve-se traduzir por uma melhoria da qualidade e do nível de vida.", (Paris, 1972); o Acto Único Europeu sobre os temas "Introdução da política de ambiente no tratado de Roma", "Introdução da dimensão ecológica no programa de conclusão do mercado interno", "Inserção de objectivos ambientais em todas as políticas comunitárias", (Roma, 1987); o IV Programa de Acção Comunitária no Domínio do Ambiente sobre o tema "Prevalência do Estudo de Impacte", (1987-1992); o Conselho Europeu de Dublin sobre o tema "A comunidade e os estados membros devem actuar coordenadamente segundo os princípios do desenvolvimento sustentável", (Dublin 1990); o Tratado de Maastricht sobre o tema "A comunidade tem como missão, através da criação do mercado comum, da criação da UEM e das políticas e acções comuns, promover um crescimento sustentável não inflacionista que respeite o ambiente", (Maastricht 1992 7 Fev.); o Programa Comunitário de Política e de Acção em Matéria de Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável (Mar. 1992); e a Conferência das Nações Unidas sobre o "Ambiente e Desenvolvimento", (Rio de Janeiro, 1992).

A comunidade Europeia adoptou em 1973 o seu 1º programa de acção em matéria de ambiente, o que constituiu um marco importante no despertar para os problemas ambientais.

Mas foi o Acto Único Europeu que fez do ambiente uma verdadeira política europeia. Na execução desta política surge instituído nos direitos comunitários o "Direito Comunitário do Ambiente". Com a devolução da ciência e uma melhor compreensão dos fenómenos ambientais cada vez mais sectores são abrangidos pela política comunitária do ambiente. Os sectores indicados como mais tradicionais são : os do ar, das substâncias químicas, da água, do ruído, dos resíduos, do ordenamento do território, da protecção da Natureza e da defesa das populações e da saúde. A regulamentação nos locais de trabalho, no que respeita às condições de segurança, higiene e protecção da saúde, assumem também relevância do ponto de vista ambiental apesar de enquadrados na política social comunitária.

A legislação em matéria de ambiente, é já numerosa e muita está ainda em preparação, sendo em Portugal a Lei de Bases do Ambiente (Lei 11/87 de 7 de Abril) uma das peças fundamentais na regulamentação ambiental conjuntamente com o artigo 66º da constituição da República Portuguesa que consagra o "direito ao ambiente". A legislação comunitária no seu 4º Programa de Acção (1987-1992) pretendia aprofundar os conhecimentos acerca do ambiente e seu estado na comunidade bem como estabelecer standards de poluição para os diversos poluentes e para as várias regiões.

Com a evolução dos conhecimentos foi ficando patente o carácter internacional dos problemas ambientais bem como a influência que as alterações ambientais de um país têm sobre os restantes países do mundo, caracterizando assim o Ambiente e as suas preocupações a uma escala mundial. Estatuindo a necessidade de solidariedade e cooperação internacional, bem como a crescente imperativa necessidade de partilha continuada de formação, que de resto teve o seu auge na "Conferência do Rio".

Na sequência das conclusões da conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, foi criada pelo Despacho n.º 33/SEAMARN/92, de 25 de Agosto, da Senhora Secretária de Estado Adjunta do Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, uma Equipa de Projecto com as seguintes atribuições:

- Analisar os documentos resultantes da Conferência do Rio e respectivas conclusões, e seleccionar aquelas que devam ter tradução directa e imediata em medidas de política no âmbito do MARN e consequentes programas, projectos e actividades;
- Identificar os interlocutores exteriores ao MARN que devam ser associados, quando os assuntos em questão o implicarem;
- Fazer propostas concretas que permitam dar sequência às medidas de política preconizadas.

Dentro do chamado "espírito do Rio", consagrado no Princípio 10 da Declaração do Rio, diz-se que:

"As questões ambientais serão melhor tratadas com a participação ao nível apropriado, de todos os cidadãos implicados.

Ao nível nacional todos os indivíduos deverão ter acesso adequado à informação relativa ao ambiente, detida pelas autoridades, incluindo informações sobre actividades e materiais perigosos nas suas comunidades, bem como a oportunidade de participar nos processos de tomada de decisão.

Os Estados devem facilitar e incentivar a consciencialização e a participação do público, disponibilizando amplamente a informação. deve garantir-se um acesso efectivo aos processos judiciais e administrativos, incluindo os de recuperação e de remediação.

Portugal, no seu "livro verde" - relatório do debate público sobre as propostas de seguimento em Portugal das conclusões da CNUAD", reconheceu a absoluta necessidade e urgência da elaboração de um Plano Nacional de Política de Ambiente, visando um desenvolvimento sustentável, em que se concretizasse o que vai ser feito, quando e com que meios. Esse Plano deveria também conter a identificação clara dos agentes responsáveis, do seu enquadramento jurídico e das formas de articulação inter-sectoriais.

Os meios afectos à execução de um Plano Nacional de Política do Ambiente são um aspecto essencial para a sua viabilização. Avaliar correctamente o esforço financeiro é muito importante, tendo em conta que os fundos comunitários não suportam todo o tipo de encargos e não são elásticos.

Uma aplicação criteriosa dos meios financeiros disponíveis, baseada numa análise de custo-eficácia é perspectivada como fundamental. Todavia não podem ser esquecidos os benefícios sociais de uma política de ambiente e os elevados custos associados a uma degradação ambiental.

Alguns participantes afirmaram que em Portugal existem dois países: o "País dos Relatórios" e o "País Real". Foi insistentemente afirmada a necessidade de fazer convergir estas duas realidades, diminuindo o desfasamento entre o discurso político e as medidas realmente levadas à prática.

Iniciativas anunciadas como estando eminentes em 1990, como o Plano nacional de Política de Ambiente, legislação ignorada pelo próprio Ministério ou insuficientemente cumprida, nomeadamente os decretos-lei 70/90 e 74/90, e as recomendações do Livro Branco sobre Ambiente que não teriam sido levadas à prática o que não contribuem para dar credibilidade às políticas de ambiente e para fazer aproximar as palavras da realidade.

A necessidade de formular objectivos ambientais com o realismo distinguindo o que se "pode fazer" do que se "deseja fazer". Torna-se importante uma interacção muito estreita entre o Estado e a sociedade civil, é considerada essencial para dar realismo aos objectivos das políticas do ambiente.

O Governo deve fixar metas concretas e estabelecer prioridades de forma a que haja sintonia entre as várias políticas sectoriais e a política ambiental.

Há uma absoluta necessidade de articulação inter-ministerial, contrariando a adopção de medidas avulsas, sem qualquer concertação global. Entre os vários departamentos da administração deve haver também interligação de modo a ultrapassar uma mera aplicação sectorializada das acções e medidas propostas.

Há necessidade de criar uma verdadeira "cultura da participação". Assim, tornou-se necessário promover, com maior assiduidade, debates públicos para discussão das opções e, muito especialmente, dos projectos legislativos em matéria de ambiente.

O processo da tomada de decisão em matérias de ambiente coloca-se ao mais alto nível político, pelo que a participação da sociedade civil é, afinal, uma questão de afirmação de cidadania. Aliás, cabe ao Governo estar atento à sociedade civil, de que é uma emanação, e não ela submeter-se aos seus ditames.

Torna-se necessário criar um enquadramento para suscitar o diálogo permanente entre entidades públicas e sociedade, compreendendo a complementaridade, mais do que o paralelismo, das iniciativas que cabem a cada um dos intervenientes.

A educação ambiental desempenha, em todos estes processos, um papel muito relevante. É necessário ter em conta que a educação é o investimento mais importante na melhoria da qualidade ambiental.

O sector empresarial frisaram a importância de as empresas serem vistas como interlocutores da maior importância na definição de políticas ambientais. Não podem ser olhadas como meras prevaricadoras, mas antes como parceiros sociais responsáveis.

Daqui decorre a necessidade de estimular algumas alterações já em curso no sentido de aprofundar o diálogo entre a indústria e os responsáveis ambientais. Além disso, deveria ter-se em conta, e dar-se o devido relevo, ao número crescente de indústrias que exercem a sua actividade na área da despoluição e da protecção ambiental, acompanhando a tendência que se regista a nível mundial.

Quando se fala de participação da sociedade civil, para além dos sectores habitualmente considerados, é preciso não esquecer segmentos da sociedade frequentemente marginalizados. É o caso dos idosos, que guardam uma valiosa "memória ambiental", ou dos deficientes, que têm uma enorme disponibilidade para participar em tarefas úteis para o ambiente.

Há necessidade de adaptar o sistema administrativo aos requisitos das políticas ambientais. É, ainda, necessário imprimir à administração uma prática transparente e acessível ao cidadão.

A necessidade da articulação intersectorial, de forma a permitir uma conjugação de esforços de vários sectores da administração em torno da resolução de problemas ambientais, e a necessidade de uma maior transparência relativamente aos processos de decisão e à circulação de informação, são aspectos essenciais das mudanças a empreender.

As empresas foram referidas como um instrumento importante da política de ambiente, se houver um enquadramento legal claro e realismo no estabelecimento de objectivos. Mais do que penalizações é frequentemente mais útil dispor de estímulos para encorajar comportamentos ambientalmente adequados. As empresas que exercem a sua actividade na resolução de problemas ambientais são também um instrumento importante a ter em conta.

No que diz respeito à avaliação de custos ambientais, é preciso ter em conta que o custo de não fazer é frequentemente maior do que o custo de fazer.

A afectação de financiamentos a projectos ambientais deve ser feita com rigor, tanto quanto possível baseada numa análise de custo-eficácia, sem perder de vista os benefícios sociais dos projectos ambientais.

O papel da ciência e da tecnologia e da política, na resolução dos problemas ambientais é fundamental, como o demonstra a legislação portuguesa (anexo 2.1).

3- POLÍTICA NACIONAL DE AMBIENTE

Os principais vectores da política de ambiente dizem respeito a um desenvolvimento sustentável da sociedade portuguesa.

Portugal

Opções Estratégicas p/1994-1999

- o novo contexto europeu
- afirmar a identidade na diversidade
- garantir a segurança externa, salvaguardando a soberania e a integridade territorial
- valorizar Portugal como nó de relacionamento da Europa com o mundo
- promover um crescimento sustentado no contexto da UEM

A competição numa economia global

- recursos humanos
- infra-estruturas
- empresas
- factores de competitividade
- reduzir as assimetrias de desenvolvimento

Uma vida de mais qualidade

- melhorar o ambiente e apoiar o crescimento sustentável
- renovar as cidades
- melhorar as condições de saúde e de protecção social
- adequar a administração pública às tarefas de um estado moderno, aproximando-a dos cidadãos

(Fonte: Lei nº69/93, de 24 de Setembro Assembleia da República)

Política Industrial Portuguesa

Objectivos

- 1-modernização e diversificação aceleradas da sua estrutura industrial e sua adaptação contínua à concorrência internacional
- 2-informação e dinamização dos empresários e trabalhadores para os desafios da modernidade que a conclusão efectiva do mercado interno europeu e a mundialização da concorrência, nos colocam
- 3-promoção de estratégias de desenvolvimentos empresarial apostadas na plenitude das empresas e na sua capacidade para alcançar "uma dimensão crítica" e para utilizar os factores dinâmicos da competitividade
- 4-articulação eficiente com as políticas comunitárias e com as de outros espaços internacionais com incidência na actividade industrial
- 5-optimização do contributo da indústria para o desenvolvimento económico acelerado da sociedade portuguesa.

Investir no Ambiente como Factor de Competitividade

Privilegiar as tecnologias mais limpas disponíveis

Ambiente Interno:

- higiene e segurança dos trabalhadores
- . ruídos e vibrações
- . radiações
- . agentes químicos
- . riscos eléctricos
- . movim. cargas
- . ergonomia
- segurança das instalações
- . incêndios
- . explosões
- . etc.

Investir no Ambiente como factor de competitividade

Ambiente Externo: ar, água, resíduos, avaliação do impacto ambiental MARN, prevenção acidentes graves ... ATRIG

Conjugação de Condicionantes Exteriores ao Sistema

(art. 9º nº1) - aprovação da localização (portaria n.º 30/94): câmara municipal; - comissão de coordenação regional

- estudo do impacto ambiental

(art. 10º) - licenças de obras: câmara municipal

- parecer s/ o processo de avaliação de impacto ambiental: entidades previstas no dec. lei n.º 186/90
- licença de utilização

A política ambiental, garantindo, as linhas de orientação estratégica que lhe dão rumo e as áreas e medidas de actuação que dela derivam, articulam-se nos três vectores fundamentais de intervenção (inerentes à política nacional ver anexo 2.2), que se enunciam a seguir:

- reforço da participação da sociedade civil
- ordenamento ambiental das actividades produtivas
- superação da carência de infra estruturas

Os aspectos enunciados, para o controlo ambiental, encontram-se detalhados nos decretos-lei sobre o ambiente. Estes decretos indicam os limites de agentes poluidores passíveis de serem emitidos, a forma de execução das verificações dos índices de poluição e definem as punições para os não cumpridores. Dentro dos decretos-lei existentes podem encontrar-se os seguintes: decreto-lei n.º 109/91 e decreto-regulamentar n.º 10/91 que regulamentam o exercício das actividades industriais; o decreto-lei n.º 186/90 e decreto-regulamentar nº38/90 relativos à avaliação do impacto ambiental (que se aplicam especialmente à indústria de grande dimensão e as actividades consideradas com perigosidade, os

grandes empreendimentos, e para a elaboração do estudo de impacto ambiental); decreto-lei nº282/93 e o decreto regulamentar nº25/93 relativos aos documentos e processo burocrático do processo de licenciamento; decreto-lei nº74/90 conhecido por lei das águas e que regula os efluentes líquidos; decreto-lei n.º 286/90 ou lei do ar que regula os efluentes gasosos, equipamentos de exaustão, chaminés, autocontrolo de emissões, relatórios periódicos dos quantitativos emitidos para a atmosfera; portaria n.º 286/93 que estabelece os valores-limite de emissão de poluentes a partir das chaminés industriais, condições de emissão que requeiram monitorização, valores guia e valores limites para os poluentes mais comuns; decreto-lei nº261/87 que estabelece os níveis de ruído permitidos no decurso da actividade industrial e nas imediações fabris; Regulamento geral de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais e norma portuguesa NP 1796 que estabelece respectivamente, exposição dos trabalhadores ao ruído e máximos admissíveis de substâncias tóxicas nos locais de trabalho.

4- CONCLUSÕES

A integração das vertentes ambientais nas estratégias empresariais é um imperativo para se alcançar uma competitividade sustentada da indústria, num tempo em que é necessário produzir novos produtos utilizando novos processos, para enfrentarmos os novos padrões de consumo, com novas tecnologias que sejam intrinsecamente menos poluentes.

Segundo Paul Selman, cada vez mais as empresas, de todos os sectores devem estar atentos ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, tendo em conta a necessidade de protecção do ambiente e de testemunho para as gerações vindouras. Sendo assim nas estratégias dever-se-á ter em conta a protecção da natureza em todos os sentidos desde a protecção das espécies, até à protecção dos biótopos e áreas protegidas, passando pelo uso adequado dos solos, pela protecção da qualidade da água (dos oceanos, das costas, dos rios, das nascentes) e ar, pela utilização adequada das fontes energéticas, e pelo controlo da densidade populacional, bem como pela colocação organizada e aproveitamento dos resíduos produzidos.

Segundo Paul Selman, o novo modelo de desenvolvimento industrial aponta para a emergência de uma sociedade meta industrializada, com mais elevadas padrões de qualidade de vida e de ambiente. Este modelo é baseado no conceito de "lean production" menos energia menos matérias primas menos trabalho menos capital e menos tempo e constitui um avanço considerável no que respeita à dimensão ambiental dos processos de produção. Nesta acepção, a indústria surge não só como fonte inevitável de poluição mas também como "chave" para a resolução dos problemas que ela própria coloca. Hoje, as estratégias empresariais estão condicionadas por toda uma série de regulamentações ambientais, de tecnologias mais limpas e de mercados muito sensíveis à dimensão "verde" dos bens e serviços que lhes são oferecidos. Se é certo que as exigências derivadas desta política e do seu quadro legislativo se vão traduzir no curto prazo num acréscimo de custos para as empresas o que as pode levar a reccar algumas perdas de competitividade, o certo é que a realidade tem demonstrado que as questões ambientais, devidamente integradas nas estratégias industriais, permitem a obtenção de vantagens competitivas, gerando crescimento lucros e empregos duradouros. Num contexto aberto e concorrencial como aquele em que nos situamos caracterizado por mercados exigentes e sofisticados, as empresas têm de se impor pela qualidade a todos os níveis qualidade dos produtos qualidade das instalações qualidade das condições de trabalho e formação profissional e qualidade em termos ambientais. Por isso se verifica que as empresas de excelência integram já a vertente ambiental no seu conceito de qualidade total e assim a par com preocupações de investimento em formação de recursos humanos e em qualidade e design aparecem investimentos na área do ambiente sobretudo na prevenção e na reciclagem o que lhes garante melhorias de rentabilidade económica.

Estas melhorias derivam de:

- obter poupanças de energia investindo em sistemas mais eficientes e menos poluentes
- obter poupanças de matérias primas graças à reciclagem de subprodutos e ao uso de tecnologias mais eficazes no processo produtivo
- alcançar melhorias de imagem junto do público consumidor o que corresponde a uma estratégia de diferenciação concorrencial

A competitividade da indústria mede-se agora não só pela rapidez de comercialização pela flexibilidade dos sistemas produtivos pela exploração de economias de escala e de gama, pela elevada qualidade dos produtos mas também pela qualidade dos processos produtivos racionalização de consumos e utilização de factores e problemas ambientais e mede-se hoje e sempre pela capacidade de inovar. A existência de fortes pressões a favor da protecção do ambiente vem estimular o crescimento das "eco indústrias" que se traduzem numa série de indústrias de produtos e de serviços destinados à redução da população e à protecção ambiental, e se encontram em crescimento da procura de bens e serviços, em matéria de ambiente constitui um factor de desenvolvimento económico, traduzido no surgimento de novos sectores industriais

Discutidas as razões pelas quais o sistema económico gera problemas de poluição no seu trabalho normal e porque falha o sistema legal de lidar com problemas deste tipo, apresenta-se uma visão sobre as principais abordagens do controlo da poluição adoptadas por economias mistas. Encontradas as dificuldades e fraquezas de uma visão dos fenómenos ambientais à luz da análise económica, das motivações políticas na formulação das políticas ambientais e a pressão existente baseada na negociação entre grupos.

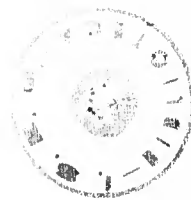
Se se concordar com as premissas de Lorrain-Smith de que a meta da gestão ambiental mas sim o bem estar do consumidor, conclui-se que a gestão ambiental não é mais do que o controlo ambiental, dada a falta de características de funções de gestão nas actividades ambientais, pois trata-se somente de uma tentativa de controlo dos efeitos secundários da economia que afectam a qualidade ambiental e reduzem o bem estar do consumidor.

Os efeitos de poluição resultam de produtos das actividades que por norma são comprados e desejados pela sociedade. O controlo desta poluição é feito orientando-se para adaptar os processos produtivos para cumprir os requerimentos ambientais e não proibindo as actividades.

Torna-se então imperativo a existência de políticas e instrumentos que sejam antecipativos e mais eficazes relativamente às questões ambientais. Torna-se de cabal importância o planeamento e reconstrução de processos com vista a um controlo de qualidade ambiental mais eficiente e eficaz.

CAPÍTULO III

"A GESTÃO, AS ESTRATÉGIA E O AMBIENTE"



Cap. III - A GESTÃO, AS ESTRATÉGIAS E O AMBIENTE

"Administração ... é a arte das artes.
Por isso é a organizadora de tudo" Jean-
Jacques Servan-Schreiber

1 - A GESTÃO, AS ESTRATÉGIAS E O AMBIENTE

1.1 - INTRODUÇÃO

O mundo não é mais do que uma organização gigante.

Todos os países que fazem parte do planeta terra operam entre si combinando intencionalmente pessoas, recursos e conhecimento por forma a atingir objectivos determinados. Tal como o mundo, também se podem incluir na definição de organização uma nação, um sector económico, uma indústria, uma empresa, uma associação, um clube ou até uma família.

Poder-se-á agora colocar a seguinte questão: O que é que tem em comum uma nação, uma empresa, ou uma família?

A resposta, conforme se pode facilmente entender reside no facto de que todas estas estruturas combinam pessoas, tecnologia, dinheiro e materiais, que interagindo uns com os outros proporcionam a realização de determinadas metas e objectivos.

2 - A GESTÃO

Cada organização compreende três partes fundamentais: pessoas, tarefas e administração. A administração ou gestão é um dos factores mais importante para o bom cumprimento dos objectivos e, segundo Hampton, envolve um trabalho intenso de combinação e direcção da utilização dos recursos necessários para atingir fins específicos. A gestão inclui planeamento, organização, liderança e controlo. Estas ideias provêm já da Antiguidade, são exemplos disso os documentos de construção da Grande

Muralha na China. A definição de Gestão provém do termo em latim "gestione" que indica o acto de gerir ou administrar.

A gestão para a maioria dos autores, é simultaneamente uma ciência, uma técnica e uma aptidão que são imprescindíveis aos responsáveis pelo funcionamento de um sistema económico.

A definição de gestão evoluiu ao longo do tempo através da colocação de um acento tónico nas diferentes componentes que integram o conceito. Numa primeira fase, o ênfase do conceito de gestão centrou-se na tarefa, podendo esta característica ser verificada nos estudos de Taylor e de Gilberth; a pessoa, foi também um aspecto relevante retractado nas obras de Mayo, Roethlisberger e McGregor; e, com Fayol, o relevo foi atribuído ao factor administrativo. O conceito de "organização como um todo" surgiu, passados alguns anos, com Gulick e Urwick no anagrama "POSDCORD" sendo aperfeiçoado posteriormente com os estudos de Drucker.

A ideia da organização ser vista como um todo, e de que a gestão deve tomar disto conhecimento, foi também perfilhada por outros autores. No seguimento do pensamento global de organização, Bloch-Lainé conceberam então a ideia de gestão como "uma dialéctica do zelo e do método, do génio e do bom-senso".

O conceito de gestão correspondendo ao enquadramento de tudo o que diz respeito a uma determinada estrutura, inclui todos os aspectos que compõe uma determinada organização, e efectua o estudo das funções individuais e das interligações entre elas. Este conceito ainda hoje está subjacente em todos os desenvolvimentos desta área científica.

Entendeu-se, então, que a gestão do ponto de vista da organização englobava cinco funções principais: o planeamento; a organização; a direcção; a coordenação; e o controlo.

Estas funções eram por norma entendidas, sequencial e evolutivamente no tempo, mas, na maioria das vezes, desempenhadas em simultâneo.

Habitualmente, a aplicação prática da gestão, tinha início com o planeamento. O planeamento, segundo vários autores, não é mais do que o design de um curso de acção para alcançar o futuro esperado. Algumas das definições mais usadas para o planeamento são: "a projecção de um curso de acção"; "a determinação de um programa para governar o futuro"; "a proposta de um esquema para levar a cabo uma decisão ou um projecto". Mas planear, significa elaborar, passo a passo, um plano sequencial de transição de uma situação para a outra, de um ambiente para o outro, ou de um conjunto de regras operacionais para outro.

Segundo Herzog, o planeamento é uma ferramenta que reconhecendo o posicionamento actual, delimita onde se deve ir, que recursos se está disposto a despendar, como e quando chegar. Após o planeamento surge a execução dos aspectos planeados. Esta execução carece da definição e estruturação prática de todos os aspectos e funcionamentos. Em suma, de organização, entendida como o acto de organizar.

Organizar, obriga a existência de trabalho de grupo, e significa dividir por tarefas de gestão separadas, aquilo que deve ser executado, assim como atribuir os recursos a serem usados, por forma a ir de encontro aos resultados desejados.

As definições claras da responsabilidade, autoridade e deveres, e as suas interrelações fazem parte da função organizativa, e são essenciais ao funcionamento de qualquer estrutura. Assim, organizar significa determinar e estabelecer a estrutura, os procedimentos e os recursos apropriados ao curso de acção seleccionada e é uma forma de simplificar a tarefa do gestor através de um acordo lógico acerca do trabalho e do pessoal que o vai realizar.

A execução das tarefas planeadas necessita de direccionamento.

A direcção, sendo o acto de focar as operações no alvo, refere-se ao iniciar e supervisionar das acções usadas para guiar as execuções dos planos.

Então, dirigir é a função de gestão que dá vida às operações da organização e constitui a iniciação às acções e à supervisão diária. A direcção é quem providencia as linhas directivas que mantêm qualquer organização a produzir.

O processo de dirigir integra diversas etapas, como: a determinação da extensão de linhas directivas necessárias, a selecção das melhores formas de comunicação, a motivação de indivíduos ou grupos para assegurar as acções desejadas, a melhoraria atempada das instruções de longo prazo e curto prazo, que indicam as tarefas, quando, onde e por quem devem ser executadas, incluindo a enunciação específica e amplitude das políticas e procedimentos definidos no plano; o supervisionar da execução das decisões tomando atenção aos aspectos pertinentes da situação.

A gestão precisa então de ser flexível e estar preparada para reagir aos desenvolvimentos.

À medida que as tarefas definidas vão sendo executadas, torna-se necessário verificar a sua correcção, surgindo a necessidade de controlo dessas execuções.

O controlo, refere-se à recolha sistematizada, à análise e à avaliação de informação de gestão, por forma a auxiliar as decisões a tomar, atempadamente, para suportarem acções de continuação e de correcção.

O controlo é uma relação especial entre planos e operações.

O controlo de gestão, não é mais do que assegurar que cada passo está a ser prosseguido conforme o planeado e pela pessoa que para tal foi encarregue, no limite do tempo permitido, e com o mínimo de custos possível.

À medida que no mundo as actividades evoluíram, e se tornaram mais exigentes, que as organizações aumentaram de proporções, e que as pessoas se foram tornando mais exigentes, surgiu na gestão, a necessidade de novos enquadramentos.

3 - A GESTÃO E A ESTRATÉGIA

Até aos anos 60 prevalecia a ideia de que a política do negócio era uma das áreas mais importantes na gestão das organizações: no entanto, com a constatação da importância do ambiente político, social e económico no negócio, esta ideia alterou-se. A crescente preocupação com os efeitos das questões ambientais (entendendo ambiente como "tudo o que circunda uma organização") na gestão de todas as organizações, levou à substituição da política de negócios por um ambiente mais abrangente como a gestão estratégica. A gestão estratégica representa um conjunto de decisões e acções de gestão que determinam a performance da organização no futuro. Este tipo de gestão engloba a monitorização do ambiente, a formulação estratégica, a implementação estratégica, a avaliação e o controlo. O ênfase deste tipo de actuação é colocado na monitorização e avaliação das oportunidades e restrições impostas pelo ambiente circundante, à luz das forças e fraquezas que as organizações apresentam.

Actualmente, o mundo das organizações encontra-se em constante transformação, surgindo um "novo mundo". Como referiu Wheelen (1992) "As fusões e aquisições transformaram a paisagem". A importância das fronteiras internacionais é cada vez menor e mais esbatida, uma vez que os negócios adquirem cada vez mais uma perspectiva global, provocando um envelhecimento precoce da informação, e uma crescente necessidade de rapidez de decisão.

Hoje, entre outros, são considerados como factores chave de gestão, a estratégia, a tecnologia e o meio envolvente.

A estratégia a prosseguir e a tecnologia a seguir são factores fundamentais que se reflectem na organização e a impelem num ou noutro sentido, tendo em conta os impactos do seu meio envolvente.

A estratégia empresarial, entendida como um processo dinâmico que persegue o equilíbrio estável e duradouro entre as capacidades da empresa e as exigências/oportunidades do meio envolvente, começou a ter um tratamento como ciência autónoma em meados da década de sessenta, com a publicação quase em simultâneo do tratado de política geral conhecido como o modelo LCAG (Das iniciais dos nomes dos seus autores (Learned, Christensen, Andrews e Guth)), e a obra de I. Ansoff "Corporate Strategy" (5)

Aquele modelo apresentou uma síntese de análise estratégica, cujo princípio base consistia, em particular, nas forças e fraquezas da empresa, conjugando-as com as oportunidades e ameaças do seu meio envolvente, e tendo em consideração o sistema de valores dos dirigentes que fixavam os objectivos da organização. A obra de I. Ansoff estava mais voltada para o interior da empresa, preocupava-se com a organização e funcionamento desta. Estava iniciada a fase da planificação estratégica, vindo a florescer os modelos matriciais, com base no conceito de curva de experiência (BCG), e multi-critérios qualitativos (McKinsey, GE, Arthur D. Little) ou ainda em abordagens estatísticas (PIMS), os quais pretendiam responder às necessidades das grandes empresas, com actividades diversificadas, preocupadas com a atribuição "racional" de recursos entre essas actividades. Em meados da década de setenta, deu-se a passagem da planificação estratégica para a gestão estratégica. Esta passagem,

considerou as diferentes componentes do meio envolvente e os fenómenos ligados à organização interna, reflectindo também sobre as necessidades de articulação entre a formulação da estratégia e a sua implementação. O desenvolvimento dos instrumentos necessários à gestão que procuram incorporar as tecnologias, os recursos humanos, procurando adaptá-los à vocação específica de cada organização, foi também de cabal importância na mudança do pensamento. Surge com Porter, um modelo(6) próximo do modelo de LCAG. A sua construção conceptual residia no reaproximar da economia industrial e da análise estratégica da empresa, permitindo evidenciar o papel do contexto do sector na estratégia empresarial. Assim, o modelo de Porter , não conduzindo à "decisão estratégica óptima", evidencia, a existência de várias políticas empresariais. Porter propõe uma análise da dinâmica sectorial, das estratégias próprias ao sector e aos movimentos estratégicos inter-sectoriais.

Mostrou que a dinâmica concorrencial se pode exercer no interior do sector para evitar ameaças (novas empresas e produtos substitutos) e/ou negociação com parceiros exteriores (clientes e fornecedores).

Só depois de uma análise exhaustiva da dinâmica do sector é possível à empresa definir uma estratégia própria.

Em 1985 (7) Porter dá novo contributo para a análise sectorial, analisando-a sob o prisma da valorização, e mostrando como uma empresa pode implementar estratégias genéricas com a finalidade de criar e manter vantagens concorrenciais duradouras. O sector é considerado como um vasto sistema de criação de valor, no qual a empresa desenvolve o seu papel, num certo estágio da transformação. O maior contributo é dado pela introdução do conceito de cadeia de valor, com a decomposição da empresa em actividades primárias e actividades de apoio, sendo de notar que a localização da criação de valor se encontra no interior da empresa, após processamento das actividades, como mostra o esquema da "cadeia de valor genérica".

Cada uma das actividades genéricas divide-se em sub-actividades consoante a especificidade da empresa e do negócio, devendo ter-se em conta para essa sub-divisão, a sua relevância estratégica. Esta grelha de análise tem por objectivo separar as fontes de criação de valor, por exemplo, as actividades genéricas geradoras de valor e a margem, entendendo-se esta, como sendo o valor criado pela empresa que fica para ela própria.

Esta apresentação mostra que a empresa, uma vez localizadas as actividades geradoras de valor, deverá centrar-se sobre elas, afectando-lhes prioritariamente os recursos. Esta abordagem aponta para a "correção" das actividades menos valorizantes, através do recurso à subcontratação delas no exterior da empresa, tendo como pressupostos que elas serão aí melhor executadas com menor custo. Estes contributos enriqueceram de modo considerável a análise estratégica, ao fornecerem novas grelhas de análise, com cariz marcadamente prático. Porter introduziu uma percepção mais alargada do campo de reflexão estratégica, no que respeita à formulação da estratégia, estendendo-a para lá da empresa, fornecendo recomendações precisas, operacionais e apropriadas a situações específicas. A par com toda esta evolução, era de salientar uma corrente de pensamento estratégico vulgarmente conhecida como "escola comportamental", que a racionalidade analítica e planificadora contrapunha a importância dos

fenómenos do exercício do poder, do comportamento e cultura organizacionais, salientando-se nomes como o de Cyert, Marsh, Simon, Crozier, Mintzberg, entre muitos outros.

A pesquisa efectuada por Peters e o seu grupo conduziram-nos a indicar que a forma de estudar a organização deve abranger e tratar como independentes as seguintes variáveis: a estrutura, a estratégia, as pessoas, o estilo de gestão, os sistemas e procedimentos, os conceitos orientados e os valores partilhados (como sejam a cultura) e as forças e a perícia presentes ou esperados no futuro da empresa. Esta ideia veio a denominar-se 7S da MaKinsey.

A gestão estratégica exige que haja possibilidade, capacidade e vontade de análise quer do ambiente de cada organização quer do ambiente externo, e definição da posição da organização actual e futura. A missão, da organização é uma peça fundamental no conhecimento da posição. A missão da organização advém das interacções dos factores do ambiente interno e externo, modificados pelas necessidades e valores da gestão. A definição correcta e precisa da missão constitui a base e proporciona linhas directivas na definição e constatação dos objectivos e formulação das estratégias e das políticas. As estratégias são implementadas através de programas, orçamentos e procedimentos. A gestão monitoriza e avalia continuamente a performance e actividades, utilizando como base resultados miscíveis e auditoria de áreas fundamentais. Este processo poderá ser visualizado através de uma espiral composta por ciclos de evolução, em que entram dados provenientes das auditorias e monitorização que alimentam as decisões em todas as fases do processo de gestão estratégica e geram por sua vez novos dados requerendo novos posicionamentos e definições voltando a um novo ciclo evolutivo.

Por norma, os gestores e directores de topo definem as grandes metas e estratégias que, depois de subdivididas, são formuladas novas estratégias de realização a mais curto prazo e depois são implementadas, avaliadas e controladas ao vários níveis hierárquicos da organização. Todas estas estratégias e definições concorrem para a realização da missão estabelecida.

4 - A ESTRATÉGIA E O MEIO AMBIENTE ENVOLVENTE

Cada empresa que compete numa indústria possui uma estratégia competitiva, seja ela explícita ou implícita. Esta estratégia tanto se pode ter desenvolvido explicitamente por meio de um processo de planeamento, como ter evoluído implicitamente através das actividades dos vários departamentos funcionais da empresa. Dispondo apenas dos seus próprios meios, cada departamento funcional inevitavelmente procurará métodos ditados pela sua orientação profissional e pelos incentivos proporcionados pelas chefias. No entanto, a soma destes métodos departamentais raramente equivale à melhor estratégia.

A ênfase dada, hoje, ao planeamento estratégico nas empresas reflecte a proposição de que existem benefícios significativos a serem obtidos com um processo explícito de formulação de

estratégia; garantindo que pelo menos as políticas (se não as acções) dos departamentos funcionais sejam coordenadas e dirigidas visando um conjunto comum de metas.

A maior atenção ao planeamento estratégico formal levantou questões que há muito preocupavam os administradores: o que dirige a concorrência na minha indústria ou nas indústrias nas quais quero entrar? Quais as atitudes que os concorrentes provavelmente assumirão e qual a melhor maneira de responder? De que modo a minha indústria irá desenvolver-se? Qual a melhor posição a ser adoptada pela empresa para competir a longo prazo?

A resposta a estas questões poderá ser auxiliada pela análise da indústria, onde se insere, como um todo, e pela previsão da futura evolução da indústria, para além de tentar compreender a concorrência e a sua própria posição.

A base desta análise poder-se-á encontrar no método das cinco forças competitivas. Este método estabelecido por Porter, permite relacionar uma empresa com o seu meio ambiente. Embora o meio ambiente relevante seja muito amplo, abrangendo tanto forças sociais como económicas, o aspecto principal do meio ambiente da empresa é a indústria ou as indústrias em que ela compete, para além da sociedade onde está inserida. A estrutura industrial tem uma forte influência na determinação das regras competitivas do jogo, assim como das estratégias potencialmente disponíveis para a empresa. Forças externas à indústria são significativas principalmente em sentido relativo; uma vez que as forças externas, em geral, afectam todas as empresas na indústria, o ponto básico encontra-se nas diferentes habilidades das empresas em lidar com elas.

A meta da estratégia competitiva para uma unidade empresarial numa indústria é encontrar uma posição dentro dela em que a empresa possa defender-se melhor contra as forças competitivas ou influencia-las em seu favor.

O conhecimento das origens das forças subjacentes à pressão competitiva coloca em destaque os pontos críticos fortes e fracos da empresa, anima o seu posicionamento na sua indústria, esclarece as áreas em que as mudanças estratégicas podem resultar no retorno máximo, destaca as áreas em que as tendências da indústria são da maior importância, quer como oportunidades, quer como ameaças.

O conjunto das forças competitivas numa indústria determina até que ponto o fluxo de investimento permite às empresas manterem retornos acima da média.

As cinco forças competitivas enunciadas por Porter: entrada, ameaça de substituição, poder negocial dos clientes e dos fornecedores e rivalidade entre os actuais concorrentes, reflectem o facto da concorrência numa indústria não estar limitada aos participantes estabelecidos. Clientes, fornecedores, substitutos e potenciais entrantes, são todos "concorrentes" para as empresas na indústria, podendo ter maior ou menor importância, dependendo das circunstâncias particulares. Concorrência neste sentido mais amplo poderia ser definida como rivalidade ampliada. Esta rivalidade é afectada e influenciada por um conjunto de factores que constituindo barreiras podem impedir o acesso de novas empresas, à indústria, e podem dificultar a saída da indústria, de empresas lá instaladas. Estas barreiras constituem assim uma força bastante poderosa exercendo uma forte influência na competitividade.

Todas as forças competitivas em conjunto determinam a intensidade da concorrência na indústria bem como a rentabilidade.

A estrutura básica de uma indústria, reflectida na intensidade das forças, deve ser distinguida dos muitos factores a curto prazo que podem afectar a concorrência e a rentabilidade de uma forma transitória. Por exemplo, flutuações nas condições económicas no decorrer do ciclo económico influenciam a rentabilidade a curto prazo de quase todas as empresas em muitas indústrias, do mesmo modo que as faltas de materiais, as greves, os picos da procura e outros factos semelhantes. Embora estes factores possam ter significado tático, o foco da análise da estrutura da indústria, ou "análise estrutural", reside na identificação das características básicas de uma indústria, enraizadas na sua economia e tecnologia, e que modelam a área na qual a estratégia competitiva deve ser estabelecida. As empresas terão, cada uma, pontos fortes e pontos fracos peculiares ao lidarem com a estrutura da indústria.

A competitividade depende assim do posicionamento da empresa perante as forças competitivas que a seguir se apresentam.

4.1 - AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES

As novas empresas que entram para uma indústria trazem consigo uma nova capacidade, um desejo de ganhar quota de mercado e frequentemente recursos substanciais. Como resultado, os preços podem cair ou os custos dos participantes podem ser inflacionados, reduzindo, assim, a rentabilidade.

A ameaça de entrada numa indústria depende das barreiras de entrada existentes, em conjunto com a reacção que o novo concorrente pode esperar da parte dos concorrentes já existentes. Se as barreiras forem altas, o recém-chegado pode esperar uma retaliação acirrada dos concorrentes na defensiva; desta forma, a ameaça de que o novo concorrente entre é pequena.

4.2 - RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES

A rivalidade entre os concorrentes existentes assume a forma corriqueira de disputa por posição - como o uso de táticas como concorrência de preços, batalhas de publicidade, introdução de produtos e aumento dos serviços ou das garantias ao cliente. A rivalidade ocorre porque um ou mais concorrentes sentem-se pressionados ou percebem a oportunidade de melhorar a sua posição. Na maioria das indústrias, os movimentos competitivos de uma empresa têm efeitos notáveis nos seus opositores e pode, incitar a um efeito de retaliação por parte dos concorrentes.

Este padrão de acção e reacção pode ser prejudicial colocando todas as empresas numa situação pior do que a inicial, por exemplo a concorrência efectuada pelos preços.

Os cortes de preços são rápida e facilmente igualados pelos rivais e, uma vez igualados, eles reduzem as receitas para todas as empresas, a menos que a elasticidade-preço da indústria seja bastante

alta. Por outro lado, as batalhas de publicidade podem expandir a procura ou aumentar o nível de diferenciação do produto na indústria

A rivalidade é consequência da interacção de vários factores culturais, como sejam a presença de concorrente numerosos e bem equilibrados, o crescimento lento da indústria, os elevados custos fixos ou de armazenamento, a ausência de diferenciação ou custos de mudança, a capacidade aumentada com grandes incrementos, a divergência dos concorrentes, os grandes interesses estratégicos, e as elevadas barreiras à saída.

4.2.1 - BARREIRAS À ENTRADA E À SAÍDA

As barreiras à entrada e à saída são factores dissuasores que respectivamente persuadem as empresas a não entrarem para determinada indústria, ou a terem dificuldade de abandonar determinado segmento industrial onde estejam inseridas.

As barreiras à entrada dependem da existência de economias de escala, de diferenciação do produto, de custo de mudança, de desvantagem de custo independentes de escala e da política governamental. A retaliação que os concorrentes existentes possam efectuar contra quem pretenda entrar na indústria, o conhecimento dos canais de distribuição e o elevado preço de entrada são também factos que podem constituir barreiras, em especial barreiras à entrada de novos concorrentes.

O baixo custo do produto resultante da existência de grandes economias de escala, ou o elevado custo de tecnologia necessário à operabilidade de alguns sectores industriais são exemplos claros de factos que interpõe barreiras à possível entrada de novas empresas para o sector de actividade. Na realidade quanto mais importantes são os factores que compõe a barreira tanto mais difícil será a sua transposição.

4.3 - PRESSÃO DOS PRODUTOS SUBSTITUTOS

Todas as empresas numa indústria ou sector competem, em termos amplos, com indústrias que fabricam produtos substitutos. Os substitutos reduzem os retornos potenciais de uma indústria, colocando um limite nos preços que as empresas podem fixar obtendo lucro. Quanto mais atractiva for a alternativa de preço-desempenho oferecida pelos produtos substitutos, mais firme será a pressão sobre os lucros da indústria.

4.4 - PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES E DOS FORNECEDORES

Os clientes competem com a indústria forçando os preços para baixo, regateando por melhor qualidade ou mais serviços e jogando os concorrentes uns contra os outros.

O poder de cada grupo importante de clientes da indústria depende das características relativas à sua situação no mercado e à importância relativa das suas compras no cômputo da indústria.

Um cliente seria poderoso se as seguintes circunstâncias se verificassem: o comprador adquire grandes volumes em relação às vendas do vendedor, os produtos que ele adquire da indústria representam uma fracção significativa de seus próprios custos ou compras, os produtos que ele compra da indústria são padronizados ou não diferenciados, ele enfrenta poucos custos de mudança, ele consegue lucros baixos. Os compradores podem ser uma ameaça concreta de integração para trás se o produto da indústria não for importante para a qualidade dos produtos ou serviços do cliente e ele tiver total informação.

Os fornecedores podem exercer poder de negociação sobre os participantes de uma indústria ameaçando elevar preços ou reduzir a qualidade dos bens e serviços fornecidos. Fornecedores poderosos podem consequentemente sugar a rentabilidade de uma indústria incapaz de fazer reflectir os aumentos de custos nos seus próprios preços.

Um grupo fornecedor torna-se poderoso se: for dominado por poucas empresas; for mais concentrado do que a indústria para a qual vende; se a indústria não é um cliente importante para o grupo fornecedor; se o produto dos fornecedores for um importante input para o negócio do comprador; se os produtos do grupo de fornecedores forem diferenciados ou o grupo tiver desenvolvido custos de mudança; e se o grupo de fornecedores for uma ameaça concreta de possível integração.

4.5 - O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA

O governo tem sido discutido principalmente em termos de seu possível impacto nas barreiras de entrada.

Em muitas indústrias, o governo é um comprador ou um fornecedor, e pode influenciar a concorrência na indústria através das políticas adoptadas. Muitas vezes o papel do governo como fornecedor ou comprador é determinado por factores políticos e não por circunstâncias económicas.

Os actos reguladores do governo também podem colocar limites no comportamento das empresas como fornecedoras ou compradoras.

A posição do governo sempre foi vista como um factor passível de impulsionar as empresa e as nações para o sucesso ou para o insucesso. A explicação sobre o sucesso ou insucesso dos sectores económicos e das organizações, foi desde muito cedo alvo de estudos. A teoria clássica procurava

explicar tal facto através da teoria das vantagens competitivas. A primeira tentativa de explicação foi dada por Adam Smith com a noção de vantagem absoluta, em que afirmou que "a nação exporta um item se tiver o menor custo de produção do mundo". David Ricardo, remodelou esta noção para a da vantagem competitiva, reconhecendo que as forças do mercado irão alocar os recursos da nação para as indústrias onde sejam relativamente mais produtivos. Esta noção significa que uma nação pode importar um bem, embora possa ser aquela que o produza a mais baixo custo, desde que lhe seja mais produtivo produzir outros bens. Esta teoria baseava-se nas diferenças produtivas entre as nações.

Mais tarde, surge outra teoria com Heckscher e Ohlin que se baseava na ideia em que todas as nações possuíam tecnologia equivalente mas variavam nos factores de produção como a terra, o trabalho, os recursos naturais, e o capital. Estes autores, definiram que os factores não eram mais do que inputs básicos necessários para a produção, indicaram ainda, que toda a nação exporta os factores onde tem vantagens competitivas e importa os bens onde tem desvantagem competitiva. Esta teoria era intuitiva e obvia uma vez que as nações que tivessem diferentes custos nos factores tinham um papel na determinação dos padrões de troca dos sectores.

Esta visão influenciou muitas políticas governamentais em redor da competitividade, pois foi reconhecido que o governo poderia alterar as vantagens dos factores através de várias formas de intervenção. Os governos bem ou mal implementaram várias políticas desenhadas para aumentar vantagens comparativas nos custos dos factores. Foi no entanto verificado que a vantagem comparativa baseada em factores de produção não explicava os padrões de troca.

A globalização das empresas em todos os sectores da economia e a necessidade de entender como chegar ao sucesso, tornou premente o aparecimento de novas explicações, surgindo assim a explicação apresentada por Porter.

Porter indica que "nenhuma empresa tem sucesso se não aderir a estratégias para a melhoria e inovação, se não tiver vontade de competir, e se não tiver um entendimento realista sobre o ambiente da sua nação e a forma de o melhorar". Ele indicou que os governos, por seu turno, deviam escolher as metas e produtividade de forma a permita prosperidade económica, devendo então definir incentivos, colaborações e protecções temporárias.

5 - O DESAFIO PROVOCADO PELA MUNDIALIZAÇÃO DOS ASPECTOS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE

Actualmente, com a abertura das fronteiras e a globalização da economia, o aspecto paternalista e proteccionista do estado deu lugar a um papel regulador e defensor dos direitos humanos.

"O Homem tem direito à vida.", Esta é uma frase que se nos depara todos os dias e da qual ninguém prescinde. Na realidade todas as pessoas tem direito a viver num ambiente com qualidade e agradabilidade. Mas o que é um ambiente com qualidade? Toda a humanidade precisa de viver num mundo em que o ambiente circundante, o ar que se respira, as águas e a terra, possam ser utilizadas e habitadas. A poluição, o buraco do ozono, as chuvas ácidas, as lixeiras a céu aberto, são factos que todas as pessoas conhecem e denunciam. Estes factos carecem de urgente resolução, mas quem os poderá resolver?

A resposta a esta pergunta não é fácil, no entanto todos os dias os homens alertam para esta situação e pedem aos chefes das nações que tomem atitudes para travar a evolução deste tão grave problema.

Os governos de todos os países do mundo, ficam assim com um facto importante ao qual urge dar resposta. A conferência mundial do Rio de Janeiro, na tentativa de travar o aumento de poluição e garantir um ambiente mais limpo, estabeleceu directrizes que são actualmente as linhas mestras das políticas de todos os países.

Portugal, na sequência da conferência mundial sobre o ambiente e na prossecução dos seus objectivos, desenvolveu legislação ambiental e deu seguimento às orientações e legislações implementadas pela UE.

O governo português desenvolveu então políticas para a protecção ambiental e diversa legislação que foi e está a ser posta em vigor. Encontrando-se actualmente o estado português numa situação de desenvolvimento e solidificação dessas políticas ambientais, e seguindo o conceito de "Poluidor pagador", instaurou e está a instaurar processos para obrigar o poluente a efectuar o pagamento de coimas pelo infringir da legislação, e pela poluição por si causada. A coima pode mesmo chegar ao extremo de fecho temporário ou definitivo da organização poluidora.

A área ambiental e a responsabilização dos poluidores constitui assim um factor importantíssimo para qualquer empresa em laboração, tanto mais que a política nacional de ambiente integra vários aspectos e áreas de actuação que afectam todos os aspectos da economia, como sejam:

- aspectos institucionais e de planeamento:
- abastecimento de água e controlo da poluição:
- intervenções no domínio hídrico
- reforço e qualificação da administração
- elaboração de planos de ordenamento da orla costeira

- definição de critérios intercalares de gestão no litoral
- clarificação da estrutura administrativa e jurídica do litoral
- valorização ambiental da orla costeira
- valorização ambiental de zonas estuarinas e lagunares
- aperfeiçoamento e desenvolvimento de sistemas de informação para apoio à gestão do litoral
- prevenção de poluições acidentais com hidrocarbonetos
- sensibilização e educação do público relativamente à orla costeira e suas utilizações
- conservação da natureza e biodiversidade
- áreas classificadas
- plano nacional de resíduos
- resíduos sólidos urbanos
- resíduos industriais
- qualidade do ar
- clima
- outras áreas relevantes
- integração das preocupações acústicas nas diversas políticas sectoriais
- promoção de uma política de ordenamento do território que tenha em conta os problemas do ruído
- estabelecimento de um sistema de controlo e de cumprimento integral da legislação
- sensibilização e responsabilização da população em geral
- promoção da qualidade ambiental das zonas urbanas
- valorização da temática do ambiente urbano nos planos de ordenamento
- informação e educação ambiental no espaço urbano e mobilização dos cidadãos
- valorização ambiental dos equipamentos escolares
- monitorização da qualidade do ambiente urbano e apoio à realização de infra-estruturas
- catástrofes naturais
- desertificação
- radioactividade
- acidentes graves
- definição e implementação de políticas de defesa do consumidor
- promoção de novos padrões de produção e consumo ambientalmente adequados
- estudo do mercado relativamente à qualidade e preços de bens e serviços de consumo
- protecção da saúde e da segurança dos consumidores
- informação e formação dos consumidores
- descentralização e promoção do associativismo e do acesso dos consumidores à informação e à justiça
- promoção de actividades de I&D no domínio do ambiente, de renovação e de transferência de tecnologias

- promoção da participação da investigação nacional em programas de âmbito internacional
- desenvolvimento de formas de apoio à decisão na área do ambiente
- implementação do 3º programa específico para o ambiente
- arranque e implementação do 4º programa específico para o ambiente
- reforço dos mecanismos para a consolidação da educação ambiental
- lançamento de um programa nacional de formação ambiental
- promover a participação do cidadão no acompanhamento das acções decorrentes da política de ambiente
- criação de um observatório de opinião como instrumento orientador da política de ambiente
- medidas internas para o reforço da capacidade do MARN
- novos instrumentos de intervenção
- informação ambiental e articulação intersectorial
- utilização articulada e optimizada dos fundos disponibilizados pelo PEDIP II e programa ambiente
- a protecção do ambiente como instrumento da competitividade industrial ao nível empresarial
- integração da vertente ambiental no conceito de qualidade total
- estímulo ao crescimento das "eco-indústrias"
- promoção de uma nova abordagem legislativa para uma indústria menos agressiva para o ambiente
- aposta na sensibilização e reforço do diálogo e de envolvimento da indústria na resolução dos problemas ambientais
- desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas
- estímulo à inovação e à transferência de tecnologias
- preparação para a instituição de um sistema de prevenção e controlo integrado da poluição industrial
- habilitação de infra-estruturas de saneamento adequadas às zonas industriais e aos loteamentos para implantações industriais
- consolidação e reforço das estratégias empresariais em termos ambientais
- incentivo às auditorias e diagnósticos ambientais
- dinamização do sistema de atribuição de rótulo ecológico
- investigação da questão dos resíduos nas estratégias industriais
- adequar as características da refinação nacional às normas internacionais de funcionamento e de produção
- intervir no sistema produtor eléctrico nomeadamente nas centrais térmicas tendo em atenção os seus impactos a nível local regional e global
- melhoria do desempenho energético no sector dos transportes
- utilização de instrumentos fiscais e tarifários
- aplicação de incentivos para uma maior eficiência energética



- aproveitamento de recursos endógenos
- adaptação de uma política de mobilidade sustentável
- criação de condições propícias a uma alteração da estrutura da repartição modal favorecendo os modos menos poluentes
- descongestionamento das áreas metropolitanas
- adopção de um quadro sustentável de infra-estruturas de transportes
- melhoria da organização dos meios de transportes
- melhoria de gestão e controlo do tráfego
- implementação de medidas agro-ambientais visando a utilização de práticas agrícolas adequadas a salvaguarda do ambiente
- aumento da competitividade das explorações agrícolas tendo em conta a preservação do ambiente e recursos naturais
- transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas
- resolução dos problemas ambientais causados pela produção agrícola e por empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas
- extensificação e manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos
- melhoria da qualidade de vida do mundo rural e conservação da paisagem rural
- realização de obras de hidráulica agrícola
- aumentar o espaço de formação dos agricultores a respeito do ambiente
- crescente participação na elaboração dos planos de ordenamento do território
- garantia de acompanhamento do envolvimento em actividades internacionais por parte do sector institucional florestal
- adesão à convenção internacional de combate à desertificação e implementação de um programa nacional de combate à desertificação
- avaliação dos impactos recíprocos da actividade turística e da qualidade do ambiente
- minimização dos impactos ambientais da actividade turística
- valorização do ambiente como factor da atracção turística
- elaboração de um plano de ordenamento turístico no contexto do desenvolvimento sustentável
- desenvolvimento de acções concretas no ordenamento turístico do litoral
- promoção e divulgação de informação
- estudo dos ecossistemas marinhos numa perspectiva de optimização
- estudo das interacções ambiente/meio marinho
- conservação e valorização da diversidade biológica marinha
- melhoria das condições de segurança da navegação que utiliza as águas territoriais
- implementação dos diversos instrumentos de planeamento do uso do território
- procurar atingir o modelo de desenvolvimento sustentável em termos de ambiente urbano
- criação de um quadro coerente para a informação sobre o ambiente
- criação de uma rede de informação interdepartamental para apoio à educação ambiental

- valorização dos recursos humanos afectos ao sistema educativo numa perspectiva de educação ambiental
- melhoria dos recursos materiais e financeiros de apoio à educação ambiental
- promoção de investigação no domínio da educação ambiental
- reforço da cooperação entre entidades nacionais no domínio da educação ambiental
- reforço das capacidades de investigação e desenvolvimento no domínio do ambiente
- participação da investigação nacional no programa de ambiente da União Europeia e noutros programas de âmbito internacional
- implementação do 3º programa específico para o ambiente
- cooperação com países em desenvolvimento em acções de formação e de investigação no domínio de ambiente
- vigilância sanitária das águas para consumo humano
- vigilância da qualidade das águas balneares
- vigilância da qualidade da água para utilização recreativa
- toxi-infecções alimentares
- resíduos sólidos hospitalares
- higiene e segurança do habitat
- contribuição para o desenvolvimento sustentável através do comércio
- minimização do impacto ambiental pela política de comércio
- desenvolvimento do programa de apoio à modernização do comércio
- aplicação da fiscalidade na política de ambiente
- acções de cooperação multilateral em matéria de ambiente e desenvolvimento
- acções de cooperação bilateral em matéria de ambiente e desenvolvimento
- reforço da ajuda pública ao desenvolvimento
- assumir o planeamento e a gestão urbanística como instrumentos de protecção e qualificação das áreas urbanas
- empreender a erradicação de bairros de barracas
- promover a reabilitação das áreas urbanas degradadas
- promover a qualidade da construção
- melhoria na obtenção divulgação e coordenação da informação em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável proveniente de organismos internacionais
- acompanhamento negocial e institucional da implementação das convenções - quadro de âmbito global (post-Rio)
- acompanhamento negocial e institucional da implementação das convenções e acordos em matéria específica de ambiente
- acompanhamento da actividade da comissão de desenvolvimento sustentável das nações unidas e implementação do plano plurianual da acção temática
- adaptação da ordem jurídica comunitária à ordem jurídica nacional

- implementação na esfera interna do 5º programa comunitário de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável
- reforço das acções de cooperação multilateral e bilateral no domínio do ambiente com os países em desenvolvimento.

As políticas, decretos-lei e directrizes ambientais elaboradas e postas em vigor pelo governo tendo por base a prosperidade e bem estar da nação no longo prazo, colocam às indústrias e organizações um novo desafio e uma nova situação de enquadramento envolvente.

6 - A RESPOSTA DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAS E INDUSTRIAIS FACE AO DESAFIO AMBIENTAL

As necessidades de preservação ambiental e prosperidade individual conduzem imperativamente à necessidade da organização conhecer o meio ambiente em que opera e as suas características ambientais, para além de fazer auditorias internas por forma a determinar o grau e qualidade de poluição que de si emana. Após esta auditoria e a determinação das fontes poluentes, resta comparar os dados com os valores exigidos como limites pela política ambiental. No caso das quantidades ou qualidades de poluentes constituírem um incumprimento da legislação, a organização carece de modificação e erradicação do agente poluidor. Esta modificação será definida através da colmatação dos defeitos encontrados. A organização encontra-se assim perante a necessidade de executar um novo tipo de diagnóstico e de conhecer uma nova área do meio envolvente, o ambiente.

Desta forma, cada vez mais a estratégia deve incluir na sua auditoria as características ambientais do local onde está inserida fazendo uma auditoria externa para além de uma auditoria interna por forma a definir o seu posicionamento no aspecto ambiental.

Este processo de auditoria deverá incorporar uma avaliação aos níveis de ruído, aos resíduos sólidos resultantes da actividade, às emissões gasosas ocorridas, aos efluentes líquidos provenientes da laboração, para além de uma análise energética, de uma análise do ambiente térmico e da limpeza das instalações. Estas enumerações e indicações sobre cada agente ambiental irão permitir à organização saber quais os produtos e qual o nível de poluição que produz no decorrer do seu processo produtivo.

Este conhecimento permitir-lhe-á antecipar-se à acção punitiva governamental e criar uma vantagem competitiva relativamente aos concorrentes que não efectuarem estas análises pois irá permitir no longo e médio prazo uma redução de custos nos aspectos energéticos e maior aproveitamento da capacidade produtiva. As novas empresas tendo que obedecer à legislação ambiental em vigor e tendo obrigatoriamente que incorporar um estudo do impacto ambiental aquando da sua criação, são automaticamente impelidas para uma situação condicionadora dos aspectos de escolhas tecnológicas passíveis de serem usadas, participando para um ambiente mais limpo.

As questões ambientais constituem um novo aspecto cujo impacto deverá ser levado em consideração na análise das forças competitivas de qualquer indústria

CAPÍTULO IV

"ESTUDO DO CASO"

CAP IV - ESTUDO DO CASO

1 - METODOLOGIA DE ESTUDO

O estudo de caso, que se apresenta, tem por objectivo a caracterização do sector primário existente na Região Centro e o avanço de algumas possíveis estratégias para o desenvolvimento do sector.

Este estudo tem por base as teorias de Porter, nomeadamente a análise das cinco forças competitivas, já referidas no capítulo III, aplicadas para analisar um sector de actividade económica, analogamente à análise efectuada por Porter para uma indústria. Inclui, ainda, análises de outros autores.

A caracterização do sector integra a definição dos pontos críticos e a determinação do nível de maturidade do produto.

A definição das forças e fraquezas é auxiliada pela análise das 5 forças competitivas de Porter, pela análise do Perfil de Capacidades do sector e pela análise de SWOT. A determinação da maturidade do produto é auxiliada pela definição do ciclo de vida do produto. Os pontos críticos assim determinados servem então de "input" às matrizes de posicionamento e à definição estratégica, culminando com a definição da matriz BCG e a determinação das estratégias que o sector primário de cada distrito estudado possa utilizar como linhas de orientação.

O estudo foi elaborado de acordo com o seguinte esquema:

1 - Estudo do ambiente envolvente.

Este estudo incorpora o levantamento da situação do País, da Região Centro e de cada um dos distritos individualmente, tendo em conta os aspectos económicos e estruturais, os aspectos políticos e legais, os factores tecnológicos e os factores socio-culturais. A descrição dos aspectos de geografia física e de geografia humana pretenderam dar a conhecer uma região de Portugal que tem sido pouco retractada. Os aspectos de infra-estruturas existentes, assim como de sectores económicos e sua representatividade, teve por objectivo documentar o posicionamento da região e dos seus distritos no cômputo nacional, no que respeita ao que a região tem contribuído para o desenvolvimento do País e às contrapartidas recebidas, relativamente a infra-estruturas básicas, como as redes de comunicação, as instituições de educação e outras infra-estruturas e serviços.

Estes aspectos resumiram-se na análise dos factores do ambiente envolvente.

Os factores determinados anteriormente foram distinguidos em oportunidades e ameaças, conforme as definições da análise de SWOT.

A análise de SWOT, é uma enumeração das capacidades do sector relativamente às fraquezas e forças que apresenta na sua relação com a concorrência e o ambiente externo e, também, dos factores pertencentes ao ambiente externo, que poderão constituir oportunidades ou ameaças relativamente às capacidades e necessidades do sector. As oportunidades e ameaças existentes no sector primário foram então enunciadas.

Após estas análises foram indicados os principais subgrupo ou grupos estratégicos existentes no sector.

Os valores definidos pelas empresas componentes deste sector foram indicados na análise da hierarquia dos principais valores e metas.

A análise e estudo da hierarquia de valores permite descrever e auxiliar a determinação dos valores, intenções, missões, objectivos e metas patentes nos diferentes sectores. Apesar de cada empresa ter a sua própria hierarquia de valores, o sector, constituído habitualmente por pequenas e médias empresas, apresenta idênticas características para todas elas. A hierarquia de valores tem por base um conceito abstracto como o é a definição do que é um valor, pois estes são simplesmente ideias que guiam o pensamento e a acção.

Este estudo tem por base visualizar a forma de agir e pensar das pessoas, empresas e organizações, que constituem o sector, observando os valores pessoais, operacionais e sociais, os seus objectivos e metas que perfilham.

Foram, assim, explanados e analisados os factores relacionados com a caracterização do ambiente envolvente a que se seguiu o estudo do sector em si mesmo, de cada distrito.

2 - Estudo do sector primário - Agricultura, Silvicultura, Caça e pesca em cada um dos distritos da região Centro

Após o levantamento do ambiente envolvente foi estudado o sector primário em cada um dos distritos da região Centro: Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Castelo Branco e Guarda.

À caracterização e apresentação das principais características do sector no distrito, seguem-se as análises estratégicas, e o determinar das possíveis estratégias que o sector primário poderá adoptar em cada distrito.

A análise das Forças de Porter, utilizada relativamente ao sector no distrito, permitiu indicar quais as características das principais forças encontradas.

A análise das cinco forças de Porter, é um método estabelecido por Porter, que permite relacionar uma empresa ou uma actividade económica com o seu meio ambiente, embora o meio ambiente relevante seja muito amplo, abrangendo tanto forças sociais como económicas. O aspecto principal do meio ambiente da empresa ou actividade é o sector em que ela compete, para além da sociedade onde está inscrita

O conjunto das forças competitivas num sector ou indústria determina até que ponto o fluxo de investimento ocorre, bem como a capacidade que as empresas que a integram tem de manter bons retornos.

As forças competitivas: - ameaça de entrada, barreiras à entrada e à saída, pressão dos produtos substitutos, poder de negociação dos clientes e dos fornecedores e rivalidade entre os actuais concorrentes -, reflectem o facto da concorrência num sector ou indústria não estar limitada aos participantes estabelecidos. Clientes, fornecedores, substitutos e potenciais entrantes, são todos "concorrentes" para as empresas do sector, podendo ter maior ou menor importância, dependendo das circunstâncias particulares. Concorrência, neste sentido, poderia ser definida como rivalidade ampliada.

As forças competitivas, em conjunto, determinam a intensidade da concorrência no sector ou indústria, bem como a sua rentabilidade.

A competitividade depende, assim, do posicionamento da empresa perante as forças competitivas que a seguir se apresentam:

AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES

As novas empresas que entram para uma indústria (sector) trazem consigo uma nova capacidade, um desejo de ganhar quota de mercado e frequentemente recursos substanciais.

A ameaça de entrada numa indústria (sector) depende das barreiras de entrada existentes, em conjunto com a reacção que o novo concorrente pode esperar da parte dos concorrentes já existentes.

RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES

A rivalidade entre os concorrentes existentes corresponde à disputa que as empresas componentes de uma indústria (sector) têm entre si.

A rivalidade é consequência da interacção de vários factores culturais, como sejam a presença de numerosos e bem equilibrados concorrentes, o crescimento lento da indústria, os elevados custos fixos ou de armazenamento, a ausência de diferenciação ou custos de mudança, a capacidade aumentada com grandes incrementos, a divergência dos concorrentes, os grandes interesses estratégicos, e as elevadas barreiras à saída.

BARREIRAS À ENTRADA E À SAÍDA

As barreiras à entrada e à saída correspondem a factores que se comportam como dissuasores relativamente aos comportamentos de entrada e saída que as empresas apresentam com relação a dada indústria (sector). Estes factores podem advir essencialmente de aspectos estruturais da própria indústria (sector), como tecnologia ou processos produtivos, ou ainda do posicionamento estratégico das empresas que compõem a indústria (sector). As políticas governamentais podem também constituir barreiras cuja importância seja significativa para novos entrantes, ou para a saída das empresas que integram a indústria.

PRESSÃO DOS PRODUTOS SUBSTITUTOS

Todas as empresas numa indústria (sector) competem, em termos amplos, com indústrias que fabricam produtos substitutos. Os substitutos reduzem os retornos potenciais de uma indústria, (sector) colocando um limite nos preços que as empresas podem fixar obtendo lucro.

PODER DE NEGOCIAÇÃO DOS CLIENTES E DOS FORNECEDORES

Os clientes competem com a indústria (sector) forçando os preços para baixo, regateando por melhor qualidade ou mais serviços, jogando os concorrentes uns contra os outros.

O poder de cada grupo importante de clientes da indústria (sector) depende das características relativas à sua situação no mercado e à importância relativa das suas compras no cômputo da indústria.

Os fornecedores podem exercer poder de negociação sobre os participantes de uma indústria ameaçando elevar preços ou reduzir a qualidade dos bens e serviços fornecidos. Fornecedores poderosos podem consequentemente sugar a rentabilidade de uma indústria (sector) incapaz de fazer reflectir os aumentos de custos nos seus próprios preços.

O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA

O papel do Governo tem sido discutido principalmente em termos de seu possível impacto nas barreiras de entrada. Em muitas indústrias (sectores), o governo é um comprador ou um fornecedor, e pode influenciar a concorrência na indústria através das políticas adoptadas. Muitas vezes o papel do governo como fornecedor ou comprador é determinado por factores políticos e não por circunstâncias económicas. Os actos reguladores do governo podem, também, colocar limites no comportamento das empresas como fornecedoras ou compradoras.

O conhecimento das origens das forças subjacentes à pressão competitiva coloca em destaque os pontos fortes e os pontos fracos, que são críticos para a empresa e anima o seu posicionamento na sua indústria (sector), esclarecendo as áreas em que as mudanças estratégicas podem resultar no retorno máximo, destaca as áreas em que as tendências da indústria (sector) são mais importantes, quer como oportunidades, quer como ameaças.

A Análise do Perfil de Capacidades do Sector, que foi elaborada, constituiu um meio para definição das forças e fraquezas do sector, uma vez que permite a verificação da localização e posicionamento do sector relativamente aos factores externos quer económicos quer políticos, quer relativamente à concorrência actual e potencial. Neste estudo, são verificados aspectos nas categorias de gestão, técnico, concorrência e marketing. A capacidade do sector nas diferentes categorias ajuda na descoberta e verificação dos pontos fracos e fortes das empresas que o constituem.

Estas análises estabelecem as forças e fraquezas que se enunciam.

Após a análise e determinação do ciclo do produto indicou o posicionamento genérico dos produtos do sector no distrito, relativamente ao seu estágio de maturidade.

O levantamento do posicionamento do sector relativamente à maturidade dos seus produtos, permite auxiliar na decisão de estratégia a seguir ou de estratégias possíveis e disponíveis.

A partir destes dados, é indicado o posicionamento do sector no distrito e os possíveis princípios estratégicos que deverá levar em conta no seu desenvolvimento futuro.

Estas estratégias surgem do posicionamento do sector em termos de tipo e quota de mercado, de tipo e maturidade do produto, de aptidão da indústria e potencial do mercado e ainda da taxa de crescimento da indústria.

2 - AMBIENTE ENVOLVENTE

2.1 - PORTUGAL

2.1.1 - INTRODUÇÃO

Portugal é um estado, e um país integrado na Europa meridional, situado na parte ocidental da Península Ibérica. A Península Ibérica (P.I.) está situada no extremo sudoeste da Europa, entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo.

O Oceano Atlântico é caracterizado pelas suas águas frias e profundas, sendo o Mar Mediterrâneo, um mar quase fechado, de águas calmas e por isso de fácil navegação. A situação geográfica da Península Ibérica faz com que constitua a parte da Europa mais próxima de África, separando-as apenas um estreito marítimo - estreito de Gibraltar.

Face a esta situação, a P.I. foi ao longo do tempo, um ponto de passagem e permanência de povos vindos da Europa, da África, do Atlântico e do Mediterrâneo. Esses povos tinham costumes, técnicas e linguagens muito diferentes o que obrigou a P.I. a tornar-se numa encruzilhada de influências que determinaram em grande parte a sua história e vivência.

A Península Ibérica, do ponto de vista geográfico, é uma das regiões mais montanhosas do continente Europeu, sendo o seu centro constituído por um conjunto de montanhas e de planaltos que se inclinam para o ocidente e ocupam quase metade do território peninsular. Destaca-se deste conjunto de planaltos e montanhas, o planalto central, que é o mais extenso e mais alto dos planaltos peninsulares. Este planalto, é cortado ao meio pela cordilheira central que se integra na cadeia de montanhas que se estende no sentido Este - Oeste.

Para além dos planaltos e montanhas encontramos na geografia da P.I., ao longo do seu litoral, pequenas planícies costeiras e ainda três grandes planícies que tomaram o nome dos rios que nelas correm, são elas: a nordeste a planície do Ebro; a Sul a planície do Guadalquivir; a oeste a planície do Tejo - Sado.

Quase todos os rios peninsulares nascem nas grandes cadeias montanhosas onde abundam as nascentes e as neves. A direcção do relevo determina a direcção que os rios tomam. Como os planaltos e as montanhas estão inclinadas para ocidente, todos os rios que aí nascem - Douro, Tejo, Guadiana e Guadalquivir, correm nessa direcção e pertencem à vertente ocidental atlântica.

O clima da P.I. não é uniforme, apresentando as terras mais próximas do mar Invernos mais suaves, e as terras do interior da Península maiores diferenças de temperatura entre o Inverno e o Verão.

As zonas montanhosas do Norte e Nordeste apresentam muito mais quantidade de pluviosidade do que o resto da Península.

Na P. I. podem-se considerar três áreas climáticas diferentes : a interior ou continental , a atlântica e a mediterrânica.

Uma vez que a vegetação se desenvolve a partir da água , do solo mais ou menos rico em substancias minerais e da temperatura adequada, ela é diferente ao longo de toda a PI .

A vegetação dominante é o resultado de algumas espécies da floresta primitiva à qual se juntaram espécies vegetais vindas de outras regiões do mundo, como aconteceu com o pinheiro e com o eucalipto.

Nos terrenos perto da costa atlântica aparecem pinheiros.

Na zona ibérica seca, a paisagem é variada mas muito menos verde. A vegetação é predominantemente constituída por: matagais e arbustos, como o loureiro, o medronheiro, a esteva e tomilho; florestas de folha persistente, como o pinheiro manso , a azinheira e o sobreiro.

Nos terrenos junto à costa mediterrânica são frequentes as palmeiras, as piteiras e os cactos.

A PI tem montanhas com grandes reservas de água e bons pastos para gado; possui uma considerável extensão de costa com uma boa reserva piscatória e onde na maré vaza é possível apanhar facilmente ostras, mexilhões e caranguejos ; possui ainda, bosques frondosos com caça variada e juntas silvestres, grande número de rios, muitos deles navegáveis, planícies fluviais com terras férteis.

A Geografia Humana da PI foi muito variada, inicialmente povoada por Celtas e Iberos cujos vestígios se encontram no Norte de Portugal e a Sul por Fenícios, Gregos e Cartagineses, numa 1ª fase, sendo mais tarde povoada pelos Romanos. Todos estes povos deixaram vestígios patentes nos castelos, calçadas e ruínas por todo o país como é o caso de Conimbriga.

Com o cristianismo surge uma nova etapa no povoamento da PI e também novos vestígios patentes nas igrejas e mosteiros.

A ocupação muçulmana deixou os seus vestígios no tipo de casas, decorações e locais de culto. No entanto, estão mais patentes no sul da PI, uma vez que a reconquista cristã foi devastando na parte norte da PI as heranças muçulmanas, quer pelas batalhas, quer pela prolongada estadia. Desta forma, destaca-se uma parte norte da PI fortemente marcada pelo cristianismo e uma parte sul mais marcada pelos muçulmanos, conforme se pode facilmente constatar pelas características das diversas regiões que constituem a P.I. e estão intrinsecamente relacionadas com o relevo, com o clima e com os povos que lá habitaram.

2.1.2 - PORTUGAL

2.1.2.1 - GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA

Portugal, é um dos países da P.I. confrontando a Norte e a Este com a Espanha, a Oeste com o Oceano Atlântico e a Sul com o Mar Mediterrâneo, integrando ainda dois conjuntos de Ilhas situadas em pleno Oceano Atlântico, que se denominam por Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Portugal é um país que foi construído e conquistado sucessivamente a partir da "época da reconquista cristã, partindo do condado Portucalense desde 1068, demorando até a delimitação de território como existe hoje, mais de dois séculos. Portugal foi um reinado até 1910, data em que se desencadeou um movimento militar que conduziu à república. Em 5/10/1910 Portugal foi proclamado república"(1A). Portugal, é hoje uma república com um sistema democrático fortemente implantado e é membro da ONU, OCDE, Conselho da Europa, UE e NATO.

Portugal apresenta uma geografia de forma aproximadamente rectangular, cujo "comprimento máximo de 561 Km vai de Melgaço ao cabo de Santa Maria; e cuja largura de 218 Km se mede desde a foz do rio Neiva até ao rio Douro, na fronteira de Espanha"(2A), ocupando uma "superfície de aproximadamente 91.985 km²" (1A), na parte continental. "O litoral tem a extensão total de 848 Km. Ao norte elevado opõe-se um sul mais baixo, sem grandes montanhas, salvo raras exceções. O rio Tejo divide o norte do sul de Portugal. O território na sua maioria tem baixas altitudes, cerca de 43,1% tem altitude abaixo de 200m, 28,3% tem altitudes entre 200-400 m, 11,6% do território tem mais de 700 m de altitude. Para o sul do Tejo ficam 61,5% de áreas com altitude inferior a 200 m, para o Norte do mesmo rio 95,4% ultrapassam os 400 m" (2A).

Os cursos de água que percorrem o território português nascem, na sua grande maioria, em Espanha, e tem percursos NE-O. Os rios nascidos em território inteiramente português são: o Mondego, o Zêzere, o Sado, o Vouga e o Mira. Os caudais dos rios variam muito consoante a época do ano, podendo ter um acréscimo de 20 a 30 m na época de Inverno. Portugal fica no Verão sob a influência das massas de ar associadas ao anticiclone subtropical dos Açores, que condicionam tempo seco e estável e, no Inverno, está sob as massas de ar dos sistemas mais frontais das depressões das latitudes médias, que produzem tempo chuvoso e instável. O período de precipitação mais escassa vai de Abril a Setembro.

No norte, parte atlântica, predominam as espécies de folha caduca, como o castanheiro, o carvalho, o ulmeiro, o freixo, além de arbustos como a giesta e a urze. A partir do rio Mondego, o clima reflecte mais o mediterrâneo, o que condiciona a folhagem e as plantas, sendo, as espécies arbóreas predominantes, de folha perene, como o sobreiro, a azinheira, o pinheiro manso, o loureiro e, ainda, outras mais resistentes ao calor e à secura. Há ainda o pinheiro marítimo e o eucalipto que existe em quase todo o país. "As disposições arbóreas ao longo do país surgem da seguinte forma:

- | | |
|---------------------------|-------------------------------------|
| - no NO para o S | - carvalho de folha caduca, o roble |
| - no NO e no E nas Beiras | - negral, |

- | | |
|--------------------------------------|---|
| - na parte central ocidental do país | - o português ou cerquinho ou Lusitânia |
| - no Alentejo litoral | - sobreiro, pinheiro manso |
| - no Centro e no NE | - pinheiro manso |
| - na zona interior de N a S | - azinheira |
| - no litoral a N do Tejo | - pinheiro bravo |

A oliveira desenvolve-se mais facilmente em zonas abaixo dos 700 m de altitude A amendoeira existe no Algarve e Alto Douro e a figueira existe no centro e Algarve (3A). A geografia humana em Portugal reflecte um país de ideologias conservadoras, não muito receptivo a mudanças, nomeadamente mudanças religiosas, e um país onde predomina a ideologia cristã. A população do litoral é mais aberta do que a do interior, o mesmo acontecendo em relação às pessoas a norte do Tejo, zona Norte e Centro, que revelam uma maior capacidade de comunicação em oposição às pessoas do sul do país um pouco mais introspectivas.

Portugal, segundo dados estatísticos do INE e do Anuário Estatístico da Região Centro de 1994, é constituído por cinco grandes zonas geográficas denominadas:

"- norte; - centro; - vale do Tejo e Lisboa; - Alentejo; - Algarve" (3A).

Portugal, segundo dados estatísticos do INE, e do Anuário estatístico da região centro de 1994, tem uma população residente de aproximadamente 9.887.560 pessoas divididas em 4.762.240 homens e 5.125.320 mulheres (dados de 1993), apresenta uma taxa de natalidade na ordem de 11,5‰ e de mortalidade de 10,7‰, sendo esta mais incidente nas crianças apresentando uma taxa de mortalidade infantil da ordem de 8,6‰.

A densidade populacional é de cerca de 107,6% , apresentando o continente uma densidade de 105,8%, a zona de Lisboa e Vale do Tejo uma densidade 276,7%, a zona Norte 105,8% e a zona Centro uma densidade de 72,4%. Portugal apresenta uma taxa de desemprego de cerca de 6,8%, sendo a população empregada em média 4.251.500 pessoas, das quais 2.352.000 são homens e 1.899.300 são mulheres.

2.1.2.2 - INFRA-ESTRUTURAS

Relativamente às infra-estruturas, no que diz respeito à saúde, segundo os dados estatísticos do I.N.E. e do Anuário Estatístico da Região Centro, Portugal "tem 207 hospitais, 383 centros de saúde, 463 postos médicos, 41.036 camas e 28.769 médicos ao serviço da população, tendo cada um deles a proporção de 344 habitantes ao seu cuidado. No que diz respeito à comunicação, Portugal dispõe de aproximadamente 9.648 km de rede viária sendo distribuída em 2.526 km de itinerários principais, 2.372 km em itinerários complementares e 4.750 em outras estradas (existindo ainda 11.229 km de rede por classificar). A rede telefónica de Portugal dispõe de 32.780 postos públicos e 3.444.269 postos totais e a rede de correio incorpora 1.056 estações de correios e 6.011 postos de correios.

No que diz respeito às infra-estruturas básicas, como as redes de fornecimento de água e electricidade, quase toda a população dispõe destes bens essenciais. As redes de saneamento revelam no entanto ainda não estar disponíveis da mesma forma que o abastecimento de água nomeadamente em vilas e aldeias de mais difícil acesso.

Relativamente à habitação, Portugal utilizou, segundo os dados estatísticos do I.N.E., do EUROSAT e da CEE, até 1994 cerca de 645.073 milhões de escudos, que se repartiram por 22.504 milhões para a indústria, cerca de 41.579 milhões de escudos para a ampliação, transformação e restauração e hotelaria cerca de 507.172 milhões em edifícios para habitação. Os edifícios para habitação construídos rondaram os 23.129, incorporando cerca de 63.199 fogos.

As licenças concedidas para construção e obras de conservação e beneficiação, totalizaram cerca de 48.571, traduzindo-se num total de 36.597 habitações, apresentando a construção de edifícios um peso de 76% do total. No que diz respeito ao ensino, Portugal dispõe de cerca de 3870 estabelecimentos para a educação pré-escolar, ao nível do ensino oficial, dispõe ainda entre ensino oficial, particular e cooperativo de 9.817 estabelecimentos para o 1º ciclo do ensino básico, cerca de 871 para o 2º ciclo de ensino básico, cerca de 1.177 estabelecimentos para o 3º ciclo do ensino básico e/ou secundário; de 279 escolas profissionais e de ensino artístico. No ensino superior, o n.º de estabelecimentos é bastante menor, sendo cerca de 276 estabelecimentos públicos e 128 estabelecimentos particulares e cooperativos. Os alunos matriculados no ensino pré-escolar e os agentes do ensino rondam respectivamente os 91.300 e os 5.158, enquanto que no conjunto do ensino oficial, particular e cooperativo relativo ao 1º ciclo ensino básico se encontram matriculados 543.381 alunos para 34.530 agentes de ensino, para o 2º ciclo do ensino básico estão matriculados 280.884 alunos para 30352 agentes de ensino e no 3º ciclo do ensino básico encontram-se 417.330 alunos para 64.940 agentes. O ensino secundário engloba 328.323 alunos e os cursos nocturnos 123.238 alunos. No 1º ciclo do ensino básico encontram-se matriculados 543.381 alunos para 34.530 agentes de ensino, no 2º ciclo do ensino básico estão matriculados 280.884 alunos para 30352 agentes de ensino e no 3º ciclo do ensino básico encontram-se 417.330 alunos para 64.940 agentes. O ensino secundário engloba 328.323 alunos e os cursos nocturnos 123.238 alunos e 36.933 são tutelados por 7.056 agentes de ensino nas escolas profissionais e ensino artístico. No ensino superior público, 178.952 alunos são orientados por 15.042 agentes de ensino, e o ensino superior privado engloba 92.430 alunos para 7.400 agentes de ensino.

Segundo dados do I.N.E., dados das várias estatísticas nacionais e estrangeiras, as infra-estruturas relativas a aspectos culturais e lúdicos incorporam no país um total de 328 museus, 523 galerias de arte 284 arquivos sendo os espectáculos disponíveis cerca de 133.957 sessões e 1.073 publicações periódicas da imprensa, com uma tiragem anual de 501.314.295 exemplares. Portugal dispõe ainda de aproximadamente 955 estabelecimentos para equipamento e prática desportiva, 913 estabelecimentos especificamente para cultura, 559 estabelecimentos para atracção turística e 329 espaços para o desenvolvimento do artesanato.

O crescimento e melhoria das infra-estruturas revela-se dependente de toda a economia e seu respectivo crescimento.

2.1.2.3 - POLÍTICAS E INDICADORES ECONÓMICOS

A economia portuguesa, segundo os dados do banco de Portugal relativos a 1995, registou uma redução acentuada da taxa de inflação que ronda actualmente os 5%, confirmando o início da recuperação da actividade económica.

Em 1994, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor IPC reduziu-se regularmente ao longo do ano, atingindo cerca de 5,2% em Dezembro. A orientação da política monetária visou persistentemente a estabilização nominal da economia, como a adesão do escudo, moeda oficial portuguesa, ao Mecanismo Cambial, do Sistema Monetário Europeu, e a liberalização total dos movimentos de capitais. A estabilidade cambial é uma peça fundamental da política económica pois permite atingir no médio prazo o objectivo final de estabilidade dos preços. A estabilidade cambial indica, pois, a preservação do valor externo do escudo face a um conjunto de moedas com tradição de estabilidade nominal, que participam no mecanismo cambial do sistema monetário europeu. A desaceleração dos salários nominais contribuiu de uma forma significativa para a redução da inflação. Estima-se que tenham aumentado 4,7%, o que traduz uma redução de cerca de 3 pontos percentuais em relação ao ano anterior. A evolução salarial observada nos últimos dois anos, veio confirmar a forte sensibilidade dos salários às condições do mercado de trabalho em Portugal, o que tem vindo a ser apontada como uma das principais justificações para não se terem observado maiores flutuações na taxa de desemprego.

O efeito da desaceleração dos salários nominais e da evolução da procura interna foi bem patente na evolução dos preços dos não transaccionáveis em 1994, cuja taxa de variação média anual caiu 2,7 pontos percentuais enquanto que para os transaccionáveis se verificou uma queda de 0,2 pontos percentuais. Em 1994 verificou-se uma recuperação do nível de actividade da economia portuguesa. Assim, o produto interno bruto a preços de mercado (PIB) terá registado uma taxa de variação real de aproximadamente 1,0 por cento. O padrão de recuperação da economia portuguesa foi em 1994 semelhante ao observado na generalidade dos países da União Europeia, sendo o PIB a taxa de variação real do UE (15) cerca de 2,8%. "Assim, numa primeira fase as exportações de mercadorias foram o motor da recuperação, posteriormente a formação bruta de capital fixo (FBCF) registou um crescimento significativo. Para esta recuperação, contribuíram de forma significativa as decisões de investimento das empresas públicas e do Sector Público Administrativo (SPA)" (4A).

"Indicadores registados pelo banco de Portugal em 1995

Produto Interno Bruto, PIB	1.0	tvtr em %
Procura Interna Total	1.4	tvtr em %
Consumo Privado	0,0	tvtr em %
Consumo Público	1,4	tvtr em %

Formação Bruta de Capital Fixo	4,2	tv em %
Exportação de bens e serviços	9,4	tv em %
Importação de bens e serviços	8,9	tv em %
Rendimento disponível das famílias RD	-1,5	tv em %
Taxa de Poupança	25,2	em % do PIB
sector privado	24,1	em % do PIB
particulares	9,2	em % do PIB
empresas	14,8	em % do PIB
sector público	-2,0	em % do PIB
Taxa de Inflação (IPC)	5,2	média anual em %
Taxa de desemprego	6,8	em %
Emprego total	-0,1	tv em %
Emprego por conta de outrem	-2,0	tv em %
Remunerações nominais	4,7	tv em %
Remunerações reais	-0,7	tv em %
Produtividade por empregado	1,1	tv em %
Taxa de Juros	8,88%	
PIB UE(15)	2,8	tv em %
Taxa de Inflação (IPC) UE(12)	3,1	média anual %
IPC (Índice de Preços do Consumidor, taxa de variação homóloga) 5,2%		
Inflação (taxa de variação média)		
Bens	4,2	
Serviços	7,3	
Transaccionáveis	4,4	
Não transaccionáveis	6,3	
Investimento em FBCF	3557,9	preços correntes
Investimento em FBCF	2,8	taxa de crescimento de preços
Investimento em FBCF	4,2	taxa de crescimento de volume" (4A).

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) é de aproximadamente 123,24, sendo de 122,08 sem habitação. Este índice variou consoante os produtos a que se referem da seguinte forma:

Índice de preços no consumidor em Portugal

Classes	IPC
Alimentação e Bebidas	115,34
Vestuário e Calçado	124,61
Rendas e Conservação de Interiores	136,16
Conforto e Habitação	121,38
Saúde	141,96
Transportes e Comunicações	128,98
Ensino, Distracção e Cultura	128,49
Tabaco e Despesas do Fumador	140,90
Outros bens e Serviços	131,18

Quad 1 - Fonte: Estatísticas do Banco de Portugal, Estatísticas INE ,(b)

O índice mensal de preços no consumidor durante o ano de 1994 apresentou um valor de 123,8.

Portugal é um país com estabilidade política, e funcionando em mercado aberto. O mercado passou a ser mercado europeu total onde a concorrência é forte, havendo possibilidade de livre circulação de bens pessoas e capitais por toda a Europa.

Após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, e por forma ao país conseguir recuperar o atraso significativo em que se encontrava relativamente aos outros países mais desenvolvidos da CEE, nomeadamente em relação aos processos produtivos da agricultura e ao estágio de desenvolvimento da indústria, houve por parte da comunidade a decisão de envios de fundos ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio. Esses fundos foram e são atribuídos por vários programas nacionais, todos eles com o objectivo de auxiliar o desenvolvimento sustentado da economia, através do desenvolvimento e inovação da indústria, agricultura, energia, serviços e comércio. No âmbito do apoio financeiro à actividade industrial, podem-se encontrar vários programas, como: gestão do Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) e o Sistema de Incentivos PEDIP (SINPEDIP), Sistema de Apoio a Pequenos Projectos de Investimento (PPI), Sistema de Incentivos à Diversificação Industrial da Região do Vale do Ave (SINDAVE), Programa de Modernização da Indústria do Mobiliário (PROMIM), Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (SIMC), Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano (OID), Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Ria Formosa (PIDR), Regime de Auxílios a Pequenos Investimentos na Zona de Fronteira (INTERREG), Programa Intercalar de Apoio às Empresas Industriais (PIAEI).

Alguns destes programas já fecharam, mas constituíram o primeiro salto na inovação da indústria portuguesa. Actualmente existem em funcionamento vários programas ao abrigo do quadro comunitário de apoio 1994-1999, que tem por objectivo prosseguir na conquista do desenvolvimento sustentado, como sejam:

- "PEDIP II - Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa, este programa procura inovar nos mecanismos e nos instrumentos que utiliza e tem como objectivos

dinamizar o crescimento sustentado da competitividade das empresas industriais portuguesas reforçando a capacidade de resposta às rápidas mutações tecnológica e de mercados e promovendo a modernização, a diversificação e a internacionalização da estrutura industrial. O seu período de execução vai de 1994 a 1999. O PEDIP II subdivide-se em :

-SINFRAPEDIP - Sistema de Incentivos à Consolidação das Infra estruturas Tecnológicas e da Qualidade - este programa constitui um regime de apoio à consolidação das infra estruturas tecnológicas; à consolidação das infra estruturas de qualidade industrial

-SINAIPEDIP - Sistema de Incentivos a Serviços de Apoio à Indústria - este programa constitui um regime de apoio às estruturas associativas, a entidades de assistência técnica

-SINDEPEDIP- Sistema de Incentivos a Estratégias de Empresas Industriais - este programa constitui regimes de apoio à avaliação empresarial, à investigação e desenvolvimento, à realização de estratégias empresariais integradas, a PME's de menor dimensão, à promoção da qualidade industrial, à utilização do sistema de propriedade industrial, à adesão ao mercado de capitais, à produtividade, à demonstração industrial e à cooperação inter-empresariais.

-SINFEPEDIP - Sistema de Incentivos à Engenharia Financeira para Apoio às Empresas - este programa constitui regimes de apoio à dinamização do capital de risco, ao fomento das obrigações participantes, à dinamização do caucionamento mútuo, aos fundos de gestão do património imobiliário

-SINETPEDIP - Sistema de Incentivos à Consolidação de Escolas Tecnológicas - constitui um apoio às actuais escolas tecnológicas" (5A).

-REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS DE ACÇÕES VOLUNTARISTAS .- estas regulamentações fazem apoio a novas infra estruturas de apoio à indústria, missões de qualidade e design industrial, internacionalização das estratégias industriais, inovação e transferência tecnológica, missões e sensibilização ambiental, promoção das infra estruturas tecnológicas junto da indústria, estratégias de especialização e de mutação da estrutura produtiva, missões de eficiência energética e dinamização de acções de qualificação dos recursos humanos.

"SIRE- Sistema de Incentivos Regionais - este programa tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento endógeno das regiões desfavorecidas, aumentando a competitividade regional, apoiando a criação de empregos e a diversificação produtiva e, contribuindo para o progresso das regiões menos desenvolvidas de forma a complementar possíveis efeitos das medidas de políticas sectoriais. O seu período de execução vai de 1994 a 1999. Este sistema apoia projectos que visam a criação ou a modernização de pequenas e médias empresas, que contribuam para o reforço da base económica das regiões e fomenta as actividades alternativas à agricultura ou à mono indústria e serviços. As actividades abrangidas pelo SIR são: - indústria e artesanato (CAE 10 a 37); - comércio (CAE 50 a 52); - turismo, para os empreendimentos considerados elegíveis; - serviços prestados às

empresas e serviços de gestão de recursos hídricos e resíduos sólidos urbanos (CAE DIV. 74 E DIV. 90); - transferência de indústrias de zonas congestionadas ou do centro para a periferia de núcleos urbanos, para reinstalação noutros locais adequados e conforme aos planos de ordenamento existentes. Este programa abrange quase todo o território português excepto zonas litorais cujo desenvolvimento já é bastante significativo, como o Porto e algumas áreas limítrofes, Aveiro e algumas áreas limítrofes, Coimbra e Figueira da Foz e áreas limítrofes, Leiria e áreas limítrofes, Lisboa e Setúbal e áreas limítrofes e Algarve zona litoral de Lagos, Albufeira, Portimão e Quarteira e Faro" (6A).

"PROGRAMA ENERGIA- tem por objectivo contribuir para o aprofundamento da Política Energética definida pelo Ministério da Indústria e Energia, a qual se centra nos seguintes objectivos:

- garantir o funcionamento do sistema de abastecimento energético do país sem roturas e a um preço adequado;
- reduzir a dependência externa do sistema energético nacional e promover o desenvolvimento dos recursos energéticos endógenos, através da utilização de energias novas e renováveis;
- reduzir a dependência do sistema energético em relação ao petróleo e diversificar as fontes e as origens do aprovisionamento de energia primária, introduzindo nomeadamente, a utilização de novos combustíveis como o gás natural - incentivar a conservação e a utilização racional de energia em todos os sectores de actividade e diminuir a intensidade energética do país;
- reduzir os efeitos ambientais da produção e utilização da energia;
- aumentar a eficácia e a eficiência do sistema nacional de oferta de produtos e serviços energéticos" (7A).

O Programa foi desenhado para:

- apoiar o projecto de introdução do gás natural no sistema energético nacional, tendo em atenção o seu contributo para o reforço da diversificação do abastecimento para a limitação das consequências ambientais da energia, para o aprofundamento do desenvolvimento regional e local para o reforço da competitividade da economia nacional e para o aumento das condições de acesso das populações ao desenvolvimento e a melhores condições de vida;
- apoiar o aproveitamento do potencial de recursos energéticos endógenos, particularmente de fontes renováveis, tendo em atenção o seu contributo para o aumento da comparticipação destas fontes no abastecimento energético nacional, com as inerentes consequências benéficas para o ambiente, para o desenvolvimento regional e local e para o acesso das populações ao desenvolvimento e a melhores condições de vida;
- promover uma maior eficiência energética em todos os sectores de actividade, tendo em atenção o seu contributo para a diminuição da factura energética e da dependência externa do país para o aumento da competitividade da economia nacional, para a limitação dos efeitos ambientais da energia e para a modernização tecnológica dos agentes económicos e das empresas portuguesas;

- desenvolver as acções de divulgação e informação que sejam necessárias para, por um lado alertar os agentes económicos e a população em geral para a problemática da energia e para os objectivos da política nacional em matéria energética e para, por outro lado, disseminar os instrumentos medidas e tecnologias capazes de concretizar essa política e esses objectivos

Faz parte deste programa o SIURE.

"SIURE - Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia - este programa subdivide-se em cinco domínios de intervenção que visam um melhor aproveitamento energético :

URE-DEMONSTRAÇÕES - criada pelo decreto-lei n.º 188/88 , e destina-se a incentivar a demonstração e a disseminação de novas formas de produção, conversão e utilização de energia, nomeadamente na indústria. **URE-MULTI-SECTORES** - criada pelo decreto-lei nº188/88, e destina-se a incentivar a utilização racional de energia na actividade social e produtiva, nomeadamente na indústria.

URE NOS TRANSPORTES - criada pelo decreto-lei nº188/88, e destina-se a incentivar a utilização racional de energia nos transportes rodoviários.

URE NOS EDIFICIOS - criada pelo decreto-lei n.º 188/88, e destina-se a incentivar a utilização racional de energia para manutenção das condições ambientais em edifícios não-residenciais novos e reabilitados, bem como nos respectivos sistemas de climatização.

URE ENERGIAS RENOVAVEIS - criada pelo decreto-lei n.º 188/88, e destina-se a incentivar a utilização de potencial energético endógeno constituído pelas formas de energia renováveis (8A).

A política nacional industrial visa o desenvolvimento sustentado da economia, fomentando o desenvolvimento e actualização das tecnologias utilizadas, bem como o aumento da implantação das técnicas de gestão, de forma a aumentar significativamente a produtividade.

A política ambiental, tem como base um plano que ainda está em elaboração e pretende que em 1997 Portugal atinja os valores já encontrados na Alemanha, que é neste momento o país da Europa com maiores preocupações ambientais. Sendo assim, será obrigatório os equipamentos de segurança em todas as máquinas e equipamentos existentes nas empresas portuguesas. Por outro lado, será também obrigatório o tratamento de resíduos e a utilização de tecnologias mais limpas, respeitando os valores dos vários tipos de resíduos passíveis de aceitação legislativa. Os produtos deverão obedecer a características ambientais criando os designados Eco-produtos.

2.1.2.4 - ESTRUTURA EMPRESARIAL

Portugal apresenta actualmente um quadro compreendendo 196.103 sociedades, na sua maioria pequenas e médias empresas, cujos volumes de negócios se situam abaixo dos 500 mil contos, distribuindo-se ao longo de todos os sectores económicos.

2.1.2.4.1. - A Indústria Portuguesa

A modernização da indústria portuguesa e a sua desejável diversificação e internacionalização, não pode assentar somente na aquisição de novos e modernos equipamentos e no investimento em novas unidades produtivas. É imperativo que ela baseie o seu desenvolvimento em factores de ordem qualitativa, à semelhança dos países mais desenvolvidos.

Os factores qualitativos de desenvolvimento, ou segundo Roy M. Harrison factores dinâmicos de competitividade, como a inovação e desenvolvimento tecnológico, a qualidade e o design industrial, os recursos humanos qualificados e especializados, e uma boa imagem de marca, são essenciais para que Portugal possa enfrentar com sucesso a concorrência do mercado interno europeu.

Colocam-se então novos desafios ao tecido industrial português, que deverá subsistir num mercado em que os consumidores e os cidadãos, são em geral, cada vez mais exigentes em relação aos padrões representativos de "bom ambiente", e de imagem de "actividades não-poluentes", preferindo consumir produtos tidos como "amigos do ambiente", tanto em termos de utilização como de produção. Deste modo o respeito pela protecção ambiental torna-se cada vez mais um factor chave de competitividade para as empresas.

Sociedades da região centro por escalões de pessoal

	ESCALÕES DIMENSIONAIS										Total
	0 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	
Continente e Ilhas	91.631	33.430	19.249	6637	3.530	2.114	3.937	1.689	861	304	196.103

Quad 2 - Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Departamento estatístico do MESS (1993) (b)

Sociedades na região centro por escalões de volume de negócios (em 10³ contos)

	Ignorado	1 a 25.	25,0.01 a 50.	50,001 a 100	100,001 a 150	150,001 a 250	250,001 a 500	500,001 a 1.000	>1000	Total
Continente e Ilhas	29.416	92.083	24.699	19.005	8.314	7.913	7.067	3.926	3.680	19.6103

Quad 3 - Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Departamento estatístico do MESS (1993) (b)

Conforme se pode verificar, cerca de 67% das sociedades portuguesas empregam até 29 pessoas, sendo as sociedades que empregam entre 30 e 99 pessoas cerca de 5% e acima de 100 pessoas somente 1% das empresas.

As sociedades cujo valor de volume de negócios foi inferior a 100.000 contos representam cerca de 75% das sociedades nacionais. Cerca de 12% das sociedades apresentaram um volume de negócios entre 100 e 500 mil contos, e somente 4% das sociedades atingiram um valor superior a 500.000 contos de negócios.

2.1.2.5 - OS SECTORES DA ACTIVIDADE ECONÓMICA EM PORTUGAL

Portugal, embora incorporando sociedades em todos os sectores da actividade económica, não apresenta uma distribuição equitativa ao longo dos sectores, como se pode verificar pelo gráfico:

Distribuição das empresas por sectores de actividade básicos

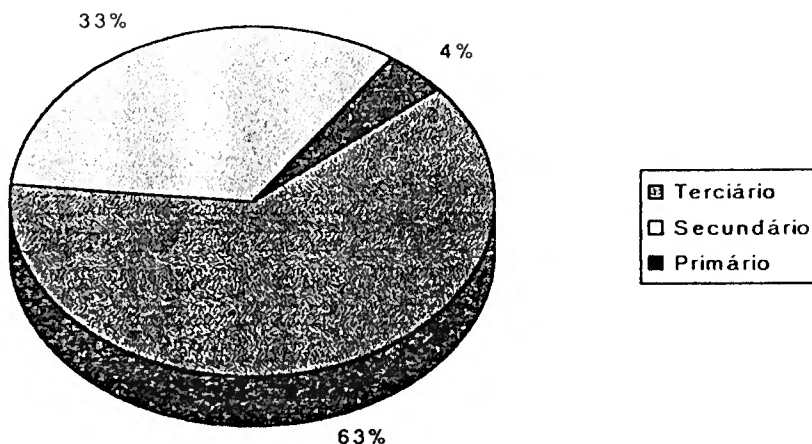


Fig.1

O sector Terciário é ao nível do país o que incorpora maior número de empresas, cerca de 63%, logo seguido do sector secundário que ocupa 33% do número de empresas e o sector primário que ocupa somente 4% das empresas. Há no entanto a considerar que o sector primário integra quase todas as pessoas, como actividade secundária, no entanto estes não constituem empresas.

Distribuição do emprego pelos sectores principais de actividade

A população activa do país distribui-se pelos sectores de actividade da mesma forma que as empresas, embora as proporções distribuídas não sejam idênticas.

Estrutura da População Empregada no Continente, 1994:

EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

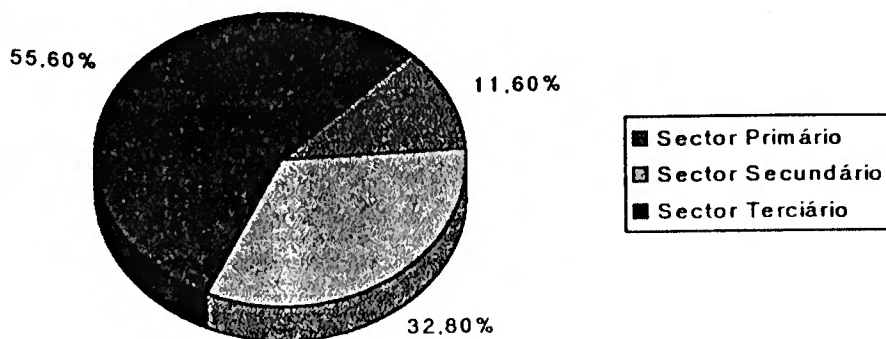


Fig. 2

O sector terciário ocupa maior número de pessoas, aproximadamente 55,6%, seguido do sector secundário que emprega 32,8% ocupando o sector primário 11,6% da população activa.

Distribuição do volume de negócios pelos sectores de actividade

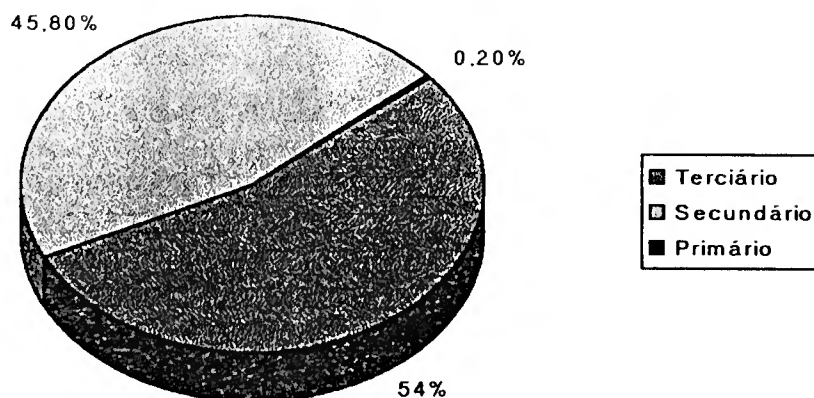


Fig. 3

O sector Terciário é ao nível do país o que desenvolve maior volume de negócio, cerca de 54% do volume de negócios nacional, logo seguido do sector secundário que liberta 45,8% do volume de negócios e o sector primário que liberta somente 0,2% do volume de negócios. Há no entanto a considerar que o sector primário ainda tem um carácter pouco representativo ao nível empresarial, mas ocupa a maioria das pessoas num conceito de complementaridade à sua actividade principal, apresentando uma importância económica muito superior a 0,2%.

Os sectores terciário e secundário são os que geram um valor de emprego e um valor económico elevados, dividindo entre si cerca de 99,8% do valor económico e 88,4% da população activa.

Portugal adoptou uma caracterização dos diversos sectores de actividade económica que estão patentes nas definições da CAE. Estas definições caracterizam as actividades praticadas e dividem-se da seguinte forma:

No sector **primário** podem referir-se as seguintes actividades:

- Agricultura, Pecuária, Caça, Silvicultura e Pesca;

No sector **secundário** podem referir-se as actividades:

- Indústrias Extractivas
- Indústrias Transformadoras
- Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água
- Construção

No sector terciário encontram-se as seguintes actividades:

- Comércio por Grosso e a Retalho, Reparações Hotéis e Restaurantes
- Transportes, Armazenagens e Comunicações
- Intermediação Financeira, Activa. Imobiliário e Serviços para Empresas -
Administração Pública, Defesa e Segurança Social
- Ensino
- Saúde e Serviços Sociais
- Outras Actividades de Serviços

2.1.2.5.1 - Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca

No sector primário, as actividades agricultura, silvicultura, caça e pesca integram 5.707 sociedades empregando 477.100 pessoas, o que corresponde a 11% da população portuguesa. Este sector corresponde a 6% do P.I.B. (4A)

Estas actividades são descritas pela CAE n.º 1, sendo denominadas da seguinte forma:

1- Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca

11- Agricultura e Caça:

- 111.- Agricultura e Pecuária.
- 112- Serviços relacionados com a agricultura.
- 113- Caça, caça com armadilha e repovoamento cinegético.

1.2- Silvicultura e Exploração Florestal.

- 121- Silvicultura.
- 122- Exploração Florestal

1.3- Pesca.

- 130- Pesca.

A agricultura em Portugal produz frutas, cereais, legumes. A pesca é feita de várias formas, existindo frotas de pesca costeira e frotas de pesca longínqua por arrasto, distinguindo-se ainda a pesca por arrasto e a pesca à linha.

As actividades pecuárias envolvem as actividades de criação das diferentes reses e as actividades de aproveitamento de produtos oriundos da pecuária.

As actividades não apresentam as mesmas características em todas as zonas do país, estando umas mais representadas no interior e outras no litoral e ainda variando consoante a disponibilidade de matéria prima e dos recursos humanos e físicos.

Segundo os dados estatísticos do INE e da UE, em Portugal a agricultura apresenta as seguintes características

Principais Produtos	Consumo 10 ³ TON.	Produção 10 ³ TON.	Principais Produtos	Consumo 10 ³ TON.	Produção 10 ³ TON.
Trigo		421,6	Girassol		45,1
Milho		629,8	Tabaco		2,4
Centeio		66,7	Cortiça		143,0
Arroz		69,0	Resina		-
Aveia		76,4	Carne	791,1	664,1
Cevada		98,5	de açougue		436,6
Batata	1.572,2	1.182,8	de capoeira		222,0
Vinho hl	5.734,7	4.441,3	de caça		5,5
Azeite		351,2	Leite		1.435,2
Frutas	550,5	939,3	de vaca		1.297,0
Maçã		260,5	de ovelha		94,4
Pêra		94,9	de cabra		43,8
Laranja		163,9	Queijo		45,9
Pêssego		92,1	de vaca		28,4
Tomate (indústria)		509,1	de ovelha		15,7
Total das Pescas		269.461	de cabra		43,8
Peixes Diádomos e de água doce		1.508,0	Queijo		45,9
Peixes Marinhos		235.879,0	de vaca		28,4
Atum e similares		16.785,0	de ovelha		15,7
Bacalhau		1.932,0	de cabra		1,8
Carapau		27.826,0	Manteiga de Vaca		10,8
Cavala		8.839,0	Ovos		88,5
Peixe espada		17.015,0	Moluscos		29.641
Pescadas		5.611,0	Animais aquáticos diversos		12
Sardinhas		90.412,0	Outros produtos		263
Crustáceos		2.158,0			

Quad 4 - Fonte: INE - Agricultura em números - 1995.(b)

Utilização do solo e da Superfície Agrícola em 1993

	N.º de Explorações	HA
Superfície Total	446.146	4.999.733
Superfície Agrícola Utilizada	444.879	3.821.321
Superfície Agrícola Utilizada Média		8,6
Superfície Agrícola não Utilizada		215.329
Matas e Florestas sem Culturas sob coberto		867.335
Outras Superfícies		95.748
Composição da Superfície Agrícola Utilizada		
Culturas Temporárias	347.341	1.336.558
Culturas Permanentes	375.923	748.595
Pastagens Permanentes	85.257	784.505
Horta Familiar	307.892	29.825
Pousio	102.282	921.837
Culturas Temporárias		
Cereais	260.054	680.391
Leguminosas Secas	131.613	38.031
Prados Temporários	16.770	44.277
Forragens Anuais	178.138	365.391
Batata	235.852	75.102
Total de Hortícolas	48.732	47.119
Outras	11.054	86.254
Culturas Permanentes		
Frutos Frescos	70.678	76.218
Citrinos	40.093	25.090
Frutos Secos	44.786	69.963
Olival	152.018	321.673
Vinha	285.614	252.014
Outras	3.477	3.637

Quad 5 - Fonte: INE - Agricultura em números - 1995.(b)

Estrutura das Explorações Agrícolas, Rendimento, Acções de Investimento e Sucessão das Explorações em 1993

Portugal apresenta as seguintes culturas principais:



Produção por tipos de Culturas em 1993

CONTINENTE		
	Superfície/ha	Produção/ton.
TRIGO	250.000	421.600
MILHO	167.730	629.844
CENTEIO	72.516	66.727
AVEIA	92.000	76.400
CEVADA	61.643	98.500
ARROZ	13.200	69.000
FEIJÃO	31.826	16.124
GRÃO DE BICO	3.252	2.069
BATATA	84.594	1182.768
TOMATE(para indústria)	9.400	509.073
GIRASSOL	95.000	45.064

Quad 6 - Fonte: INE - Agricultura em números - 1995.(b)

No que respeita à vinicultura, Portugal dispõe de muito boas produções, nomeadamente nas regiões demarcadas, como sejam o Dão, a Mealhada, etc., tendo muito boa exportação e aceitação no estrangeiro.

Vinicultura

NUTS	TOTAL		V.L.Q.P.R.D. VINHO DE QUALIDADE (V.Q.P.R.D.)			VINHO DE MESA			OUTROS PRODUTOS	
	Equiva-lente a Mosto	Total	Branco	Tinto e Rosé	Total	Branco	Tinto e Rosé	Licoroso (eq. Mosto)	Mosto Amua-do	
Região Agrária Região Determinada Continente	4576167	476574	1154095	624441	529654	2869554	1293556	1575998	20488	55456

Quad 7 - Fonte: INE - Agricultura em números - 1995. (b)

O azeite é um outro produto muito importante na alimentação.

PRODUÇÃO DE AZEITE MANIFESTADA EM 1993

NUTS	AZEITONA OLEIFICADA	AZEITE OBTIDO
REGIÃO AGRÁRIA	T	HJ
CONTINENTE	237511	351179

Quad 8 - Fonte: INE - Agricultura em números - 1995.(b)

B) PECUÁRIA:

A pecuária é uma das principais actividades do sector primário

EFFECTIVOS ANIMAIS EM 1/12/93

NUTS	BOVINOS			SUÍNOS		OVINOS	CAPRINOS
	Total	Vitelos com menos de 1 ano	Vacas leiteiras de 2 e mais anos	Total	Porcos de engorda >50 Kg.		
	1 000 CABEÇAS						
Continente e Ilhas	1322	393	375	2665	816	3305	836

Quad 9 - Fonte: estatísticas do INE. (b)

RESES ABATIDAS E APROVADAS PARA CONSUMO, SEGUNDO AS ESPÉCIES, EM 1993

NUTS	BOVINA				OVINA		CAPRINA		SUÍNA		EQUINA	
Total do peso limpo	VITELOS		ADULTOS		Cabeças	Peso limpo	Cabeças	Peso limpo	Cabeças	Peso limpo	Cabeças	Peso limpo
	Cabeças	Peso limpo	Cabeças	Peso limpo								
	Ton	N.º	Ton.	N.º	Ton.	N.º	Ton	N.º	Ton	N.º	Ton	N.º
Continente e Ilhas	414496	73970	8157	423615	107062	1083385	12034	234596	1926	4084595	284525	4566

Quad 10 - Fonte: Estatísticas INE - Departamento MESS (b)

A pesca é uma das principais actividades a que se dedicou a população portuguesa, principalmente no litoral, devido a uma área costeira excelente e com abundância de pescado.

PESCA DESCARREGADA (ALGUMAS ESPÉCIES) EM 1993

	CONTINENTE E ILHAS	
PRINCIPAIS ESPÉCIES	Total	Milhares de Escudos
PEIXES DIÁDROMOS	97	89.651
PEIXES MARINHOS	218.585	41.888.815
CARAPAU	27.826	4.584.292
FANECA	3.873	1.542.641
PESCADA BRANCA	4.474	3.763.848
SARDINHA	90.413	4.070.309
OUTROS	91.999	27.927.725
CRUSTÁCEOS	1.484	1.313.772
MOLUSCO	23.310	6.207.686
TOTAL	243.751	49.672.127

Quad 11 - Fonte: Estatísticas INE. (b)

O sector agrícola apresentou um consumo de energia de cerca de 5% do consumo total de energia para os sectores de actividade do país.

Energia	Total Consumido TEP
Consumo final de energia	13.203.846
Agricultura e Pescas	598.240

Quad 12 - Fonte: estatísticas INE. (b)

O País apresenta-se deficitário relativamente a frutas e carne, sendo excedentário relativamente a vinho, batata e leite. O consumo dos produtos de horticultura, fruticultura e pecuária são superiores relativamente à produção, obrigando à sua importação. Relativamente aos produtos florestais, Portugal tem bastante capacidade e exporta, nomeadamente cortiça.

2.1.2.5.2- Indústria Extractiva

A indústria extractiva pertence ao sector secundário e é uma área económica que incorpora as seguintes actividades:

2- Indústrias Extractivas.

21- Extracção do Carvão

210- Extracção do carvão.

22- Extracção de Petróleo bruto e gás natural.

220- Extracção de Petróleo bruto e gás natural.

23- Extracção de minérios metálicos.

230- Extracção de minérios metálicos.

29- Extracção de minérios não metálicos e rochas industriais.

290- Extracção de minérios não metálicos e rochas industriais.

Esta indústria incorpora 921 empresas que empregam cerca de 20.500 trabalhadores e obteve um volume de negócios de cerca de 142.120 milhões de contos, cerca de 2% do volume de negócios de todos os sectores.

A indústria extractiva apresentou um consumo energético de cerca de 0,4% do consumo energético nacional, como demonstra o quadro seguinte:

Energia	Total Consumido TEP
Consumo final de energia	13.203.846
Indústrias Extractivas	47.354

Quad 13 - Fonte: estatísticas INE. (b)

A actividade das indústrias extractivas está directamente relacionada com os recursos naturais e a possibilidade da sua exploração.

As principais indústrias extractivas são as de extracção de carvão, extracção de minérios metálicos, a extracção de minérios não metálicos e a de rochas industriais, conforme se pode ver no quadro seguinte:

INDICADORES GERAIS DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM 1992- EM PORTUGAL (1 000 000 Esc).

CAE	Total Empre- sas	Pessoal ao Serviço	CUSTOS			PROVEITOS		Aumen- tos de Imob.	VAB pm
	N.º		total	pessoal	despesas intermédias	total	vendas	Corpó- reo.	
2-Indústrias extractivas									
Portugal	1310	18246	174866	32400	85975	159478	129717	21276	58919
21+23 extracção de carvão e de minérios metálicos									
Portugal	18	3178	42411	9216	18080	47647	39705	4413	25028
29-extracção de minerais não metálicos e rochas industriais									
Portugal	1292	15068	132455	23184	67895	111831	90012	16863	33892

Quad 14 - Fonte: estatísticas INE.(b)

2.1.2.5.3- Indústria Transformadora

A indústria transformadora é o sector industrial que absorve mais pessoal e ocupa mais empresas em todo o país. Ela comporta cerca de 35.746 sociedades e emprega 1.004.700 pessoas, ou seja, cerca de 21% das empresas existentes e 24% da população activa. O volume de negócios efectuado pelas indústrias transformadoras é de 8.176.578 milhões de escudos, o que representa 93% do volume total das indústrias portuguesas.. Este sector, conjuntamente com o sector extractivo, representam 27,7% do PIB.

A indústria transformadora incorpora diversas actividades designadas pelo nº3 da CAE, incorporando as seguintes actividades:

3- Indústrias transformadoras:

31- Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco.

- 311- Indústrias da alimentação.
- 312- Indústrias da alimentação.
- 312- Indústrias das bebidas.
- 314- Indústria do tabaco.

32- Indústrias têxteis, do vestuário e do couro.

- 321- Indústrias têxteis.
- 322- Fabricação de artigos de vestuário, com excepção do calçado.
- 323- Indústrias de curtumes e dos artigos de couro e dos seus substitutos e de pele, com excepção do calçado e outros artigos de vestuário.
- 324- Fabricação de calçado, com excepção do calçado vulcanizado, de borracha moldada ou de plástico e feito inteiramente de madeira.

33- Indústrias de madeira e cortiça.

- 331- Indústrias de madeira: fabrico de artefactos de madeira e de cortiça, com excepção do mobiliário.
- 332- Fabricação de mobiliário, com excepção do mobiliário metálico e de plástico moldado.

34- Indústrias do papel, artes gráficas e edição de publicações.

- 341- Indústrias do papel.
- 342- Artes gráficas e edição de publicações.

35- Indústrias químicas dos derivados do petróleo e do carvão e dos produtos de borracha e de plástico.

- 351- Fabricação de produtos químicos industriais.
- 352- Fabricação de outros produtos químicos.
- 353- Refinarias de petróleo.
- 354- Fabricação de derivados do petróleo e do carvão.
- 355- Indústria da borracha.
- 356- Fabricação de artigos de matérias plásticas.

36- Indústrias dos Produtos Minerais não metálicos, com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão.

- 361- Fabricação de porcelana, faiança, grés fino e olaria de barro.
- 362- Fabricação de vidro e de artigos de vidro.
- 369- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos.

37- Indústrias metalúrgicas de base.

- 371- Indústrias básicas do ferro e aço.

372- Indústrias básicas de metais não ferrosos.

38- Fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte.

381- Fabricação de produtos metálicos com excepção de máquinas, equipamento e material de transporte.

382- Fabricação de máquinas não eléctricas.

383- Fabricação de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico.

384- Construção de material de transporte.

385- Fabricação de instrumentos profissionais e científicos e de aparelhos de medida, de verificação, fotográficos e de instrumentos de óptica.

39- Outras indústrias transformadoras.

390- Outras indústrias transformadoras.

Estas actividades apresentam as seguintes características:

Indicadores gerais da indústria transformadora em 1992 - Portugal (1 000 000 ESC.):

CAE	Total de Em-presas	Pessoal ao serviço	CUSTOS			PROVEITOS		Aumen-tos de Imob.	VAB PM
REGIÃO	N.º		TOTA L	PESSOA L	Despesas Interméd.	TOTAL	VENDA S	Cor-póreo	
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS									
Portugal	64463	998633	8705765	1460549	5698570	8700713	7567386	491639	2398971
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO BEBIDAS E TABACO									
Portugal	7485	116325	1771925	182252	1267052	1793411	1678133	76843	407610
INDÚSTRIAS TÊXTEIS, DO VESTUÁRIO E DO COURO									
Portugal	15309	362695	1775332	382567	1159723	1745964	1461980	92114	474575
INDÚSTRIAS DE MADEIRA E DA CORTIÇA									
Portugal	13904	103095	527365	94988	370008	544088	482331	30316	134579
INDÚSTRIAS DO PAPEL, ARTES GRÁFICAS E EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES									
Portugal	2969	51017	600655	110576	374650	582087	457003	39995	168615
INDÚSTRIAS QUÍMICAS DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DO CARVÃO E DOS PRODUTOS DE BORRACHA E DE PLÁSTICO									
Portugal	1863	60236	1385206	156469	796552	1360824	1240292	120297	490225
INDÚSTRIAS DOS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS, COM EXCEPÇÃO DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO BRUTO E DO CARVÃO									
Portugal	3916	69154	523306	115671	301110	550681	478845	29239	201314
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE									
Portugal	603	17634	188886	35575	113355	164238	144976	21245	37613
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METÁLICOS E DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE TRANSPORTE									
Portugal	16447	205011	1852504	365965	1260102	1874932	1550853	78677	462574
OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS									
Portugal	1967	13466	80586	16486	56018	84488	72973	2913	21868

Quad 15 - Fonte: estatísticas INE (b)

O consumo de energia do sector da indústria transformadora representa 40,7% do total do consumo de energia a nível nacional:

Energia	Total Consumido TEP
Consumo final de energia	13.203.846
Indústrias Transformadoras	5.385.639

Quad 16 - Fonte: estatísticas INE.(b)

2.1.2.5.4- Electricidade, Gás e Água

Este sector de actividade é um dos que exige maior investimento e capacidade financeira, pelo que incorpora poucas empresas.

O sector de Electricidade, Gás e Água incorpora 155 empresas que empregam 31.800 pessoas (cerca de 1% da população activa nacional). A produção, transporte e distribuição de electricidade auferem um volume de negócios de 462.270 milhões de contos, o que representa 5% do volume de negócios no sector industrial português. A rede de gás e água e suas actividades de tratamento e distribuição têm um volume de negócios de cerca de 32.057 milhões de contos (cerca de 0,3% do volume das indústrias portuguesas). A electricidade é um bem essencial, tanto para cada pessoa individual quanto para o desenvolvimento e funcionamento de todos os sectores de actividade; ele tem o peso de 3,6% do PIB..

O sector de Electricidade, Gás e Água é descrito pela CAE n.º 4 e incorpora as seguintes actividades:

4- Electricidade, gás e água.

41- Electricidade, gás e vapor.

410- Electricidade, gás e vapor.

42- Abastecimento de água.

420- Abastecimento de água.

A energia gasta em Portugal é na sua maioria importada cerca de 20.205.782 TEP sendo a produção doméstica de 1.658.643 TEP.

A energia gasta divide-se da seguinte forma:

Energia	Total Consumido TEP
Consumo final de energia	13203846
Agricultura e Pescas	598240
Indústrias Extractivas	47354
Indústrias Transformadoras	5385639
Construção e Obras Públicas	487417
Transportes	4204276
Sector Doméstico	1632697
Serviços	848374

Quad 17 - Fonte: estatísticas INE. (b)

Portugal apresenta os seguintes consumos eléctricos:

Consumo de Electricidade (EDP) - 1993

NUTS	CONSUMO DE ELECTRICIDADE			Nº DE CONSUMIDORES	
	Doméstico	Industrial	Água Distribuída	Domésticos	Industriais
CONTINENTE	6.914.366	10.040.775		3716.243	143.780

Quad 18 - Fonte: estatísticas INE (b)

Este sector apresenta as seguintes características:

Indicadores Gerais de Energia e Água em 1992-em Portugal (1 000 000 ESC):

CAE	Total de Empre-	Pessoal	CUSTOS			PROVEITOS		Aumen-	VAB PM
REGIÃO	sas N.º	ao Ser- viço	TOTAL	Pessoal	despesas Intern.	TOTAL	Vendas	to de Imobil Corpôr.	
ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA									
PORTUGAL	73	22.886	638807	90.989	151674	660278	487048	342493	433802
ELECTRICIDADE, GÁS E VAPOR									
PORTUGAL	33	21.137	622229	86.311	145.77	640787	471026	336516	420914
ABASTECIMENTO DE ÁGUA									
PORTUGAL	40	1.749	16.378	4.680	5.997	19.491	16.022	5.976	12.889

Quad 19 - Fonte: estatísticas INE. (b)

2.1.2.5.5- Construção e Obras Públicas

O sector da Construção é um dos sectores que mais tem crescido, principalmente o sector das obras públicas, face à crescente construção de infra-estruturas. Este sector incorpora cerca de 18.154 sociedades e 332.900 pessoas, representando 9% das empresas portuguesas e ocupando cerca de 8% da população activa total. Representa 5,2% do PIB (4A).

O sector da Construção é representado pela CAE n.º 5 e incorpora as seguintes actividades:

- 5- Construções e obras públicas.
- 50- Construção e obras públicas
- 500- Construção e obras públicas

Este sector apresenta as seguintes características:

Valor dos trabalhos realizados pelas empresas da região centro (1 000 000 Esc.)

Tipos de Obras	Continente e ilhas
total	1.178.194
construção de edificios	521.861
dos Quais:	
habitação	228.606
indústria	54.873
educação	40.849
saúde	27.670
obras de engenharia civil	399.744
dos Quais:	
obras hidráulicas	43.814
barragens	10.995
vias de comunicação	174.783
estradas e auto-estradas	143.249
caminhos de ferro e metropolitano	18.795
obras de urbanização	105.986
terraplanagem de arruamentos	41.651
captação de abastecimento de água	28.012
distribuição de electricidade	4.283
distribuição de gás	70
drenagem e depuração de esgotos	21.097
outras obras N. E.	256.589

Quad 20 - Fonte: Estatísticas INE (b)

Formação Bruta de Capital Fixo das administrações públicas segundo a localização dos activos

Tipos de bens	Admin. Central	Admin. Local e regional	Segurança Social
Total	172.327	153.693	3.042
FBCF em habitação	7.009	14.132	
FBCF em edifícios	42.067	34.564	2.598
FBCF em outras construções	74.851	88.745	
FBCF em melhoramentos fundiários	5.391	376	
FBCF em plantações	42	32	
FBCF em material de transporte	2.499	5.089	84
FBCF em bens de equipamento	41.380	16.702	1.786
FBCF em gado	25		5
FBCF em bens existentes	-937	-5.947	-1.431

Quad 21 - Fonte: estatísticas INE. (b)

A construção consome 4% da energia total gasta em Portugal:

Energia	Total Consumido TEP
Consumo final de energia	13.203.846
Construção e Obras Públicas	487.417

Quad 22 - Fonte: estatísticas INE. (b)

2.1.2.5.6-Comércio por grosso e a retalho e hotéis

O sector comercial é o sector de actividade mais representativo em Portugal. Ele incorpora 82.354 empresas (cerca de 42% das empresas portuguesas), ocupando 813.400 pessoas, ou seja, 19% da população activa. Este sector apresenta um volume de negócios de 41,3% relativamente ao volume de negócios nacional.

O sector comercio por grosso e a retalho e hotéis é descrito pela CAE n.º 6 e incorpora as seguintes actividades:

6- Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis.

61- Comércio por grosso.

610- Comércio por grosso.

62- Comércio a retalho.

620- Comércio a retalho.

63- Restaurantes e hotéis.

631- Restaurantes, cafés e actividades similares de comidas e bebidas.

632- Hotéis, pensões, parques de campismo e outros locais de alojamento.

O sector do comércio e hotelaria é caracterizado por pequenos e médios estabelecimentos espelhados por todo o território, existindo também em alguns distritos antigos edificios nobres e palácios transformados em hotéis maiores e de grande qualidade.

Estabelecimentos e capacidade de alojamento

NUTS	Estabelecimentos	Capacidade de Alojamento
CONTINENTE	1.728	202.442

Quad 23 - Fonte: estatísticas INE. (b)

2.1.2.5.7- Transportes, Armazenagem e Comunicações

O sector dos transportes é classificado como CAE n.º 7 e incorpora as seguintes actividades:

7- Transporte, armazenagem e comunicações.

71- Transportes e armazenagem.

711- Transportes terrestres.

712- Transportes por água.

713- Transportes aéreos.

719- Serviços relacionados com transportes.

72- Comunicações.

720- Comunicações.

Este sector ocupa cerca de 9.334 empresas (5% do total de empresas portuguesas), empregando 198.100 pessoas, que representa 5% da população activa. Apresenta um consumo energético de 32% do total nacional:

Energia	Total Consumido TEP
Consumo final de energia	13.203.846
Transportes	4.204.276

Quad 24 - Fonte: estatísticas INE. (b)

2.1.2.5.8- Bancos e outras Instituições Financeiras

O sector de bancos e instituições financeiras integra 23.590 empresas e ocupa 301.800 pessoas, que respectivamente representam 12% das empresas nacionais e 7% da população activa. Este sector detém, aproximadamente, 3,8% do volume de negócios a nível nacional.

Os estabelecimentos bancários e as companhias de seguros espalham-se um pouco por todo o País, mas concentram-se sobretudo no litoral e em todas as cidades de maior dimensão, não havendo uma indicação correcta do número de estabelecimentos bancários.

Este sector designa-se como o n.º 8 da CAE e incorpora as seguintes actividades:

8- Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas

81- Bancos e outras instituições monetárias e financeiras.

810- Bancos e outras instituições financeiras.

82- seguros.

820- Seguros.

83- Operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas.

831- Operações sobre imóveis.

832- Serviços prestados às empresas, com excepção do aluguer de máquinas e equipamento

833- Aluguer de máquinas e equipamento.

Estabelecimentos bancários e companhias de seguros

NUTS	Estabelecimentos bancários	Pessoal ao serv. bancário	Companhias. de Seguros
CONTINENTE	---	---	908

Quad 25 - Fonte: estatísticas INE. (b)

2.1.2.5.9- Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Pessoais

O sector de serviços é um dos mais importantes, porquanto apoia todas as actividades económicas e pessoais. Os serviços integram 15.864 empresas (cerca de 8% do total nacional) e empregando 272.300 pessoas, ou seja, 6% da população activa nacional. Este sector está classificado como o n.º 9 da CAE e incorpora as seguintes actividades:

9- Serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais.

91- Administração Pública e Defesa Nacional.

- 911- serviços gerais.
- 912- Defesa nacional.
- 913- Administração - Educação.
- 914- Administração - Saúde.
- 915- Administração de Previdência Social e Assistência
- 916- Administração de Habitação e Desenvolvimento Colectivo.
- 917 outros serviços colectivos e sociais.
- 918- Administração geral - Serviços económicos.

92- Serviços de Saneamento e Limpeza.

- 920- Serviços de saneamento e limpeza.

93- Serviços Sociais e similares prestados à colectividade.

- 931- Serviços de educação.
- 932- Institutos científicos e de investigação.
- 933- Serviços de saúde e serviços veterinários.
- 934- Instituições humanitárias e de assistência social.
- 935 Associações económicas e organizações profissionais.
- 939- Outros serviços prestados à colectividade.

94- Serviços Recreativos e Culturais.

- 941- Cinema, teatro, rádio, televisão e actividades conexas.
- 942- Bibliotecas, museus, jardins botânicos e zoológicos e outros serviços culturais.
- 949- Divertimentos e serviços recreativos diversos.

95- Serviços Pessoais e Domésticos.

- 951- Serviços de repartição diversos.
- 952- Lavandarias e tinturarias.
- 953- Serviços domésticos.
- 959- Serviços pessoais domésticos.

96- Organizações Internacionais e outras Instituições Extraterritoriais.

- 960- Organizações Internacionais e outras Instituições Extraterritoriais.

Os serviços integram sectores pertencentes à administração pública, o que representou em 1993, segundo os dados do INE os seguintes valores:

SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	N.º de Pessoas
Administração Pública, Defesa e Seg Social	295,1
Ensino	292,8
Saúde e Serviços Sociais	193,2

Quad 26 - Fonte: estatísticas INE. (b)

Os serviços representam cerca de 2% do volume de negócios nacionais e consomem 6% da energia consumida pelos sectores de actividade:

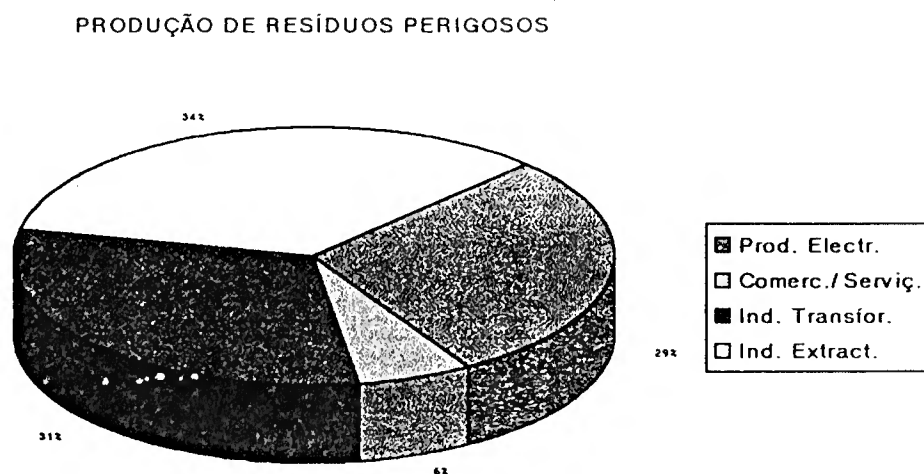
Energia	Total Consumido TEP
Consumo final de energia	13.203.846
Serviços	848.374

Quad 27 .- Fonte: estatísticas INE.(b)

2.2 - POLUIÇÃO EM PORTUGAL

RESÍDUOS PERIGOSOS

Actualmente a quantidade de resíduos perigosos produzidos nos diferentes sectores de actividade é de cerca de 1,37 milhões de toneladas por ano, tendo a indústria extractiva e a indústria transformadora os pesos mais significativos nesta produção como se pode ver no gráfico seguinte:



Total=1365231 t/ano

Fig. 4

O estudo da produção de resíduos perigosos ao longo de todo o país demonstra que a sua distribuição varia circunstancialmente de distrito para distrito e que depende fundamentalmente do tipo de indústria que lá se encontra radicada.

Ressalta que o distrito de Beja é o maior produtor de resíduos, o que advém fundamentalmente da exploração das minas de NEVES CORVO. Estes resíduos são no entanto depositados junto à mina e em condições controladas, causando um impacto reduzido quer para o distrito quer a nível global.

O distrito de Setúbal é o distrito com maior produção de resíduos provenientes da indústria transformadora.

Com a instalação da central do Pêgo, o distrito de Santarém passará a ter um aumento de produção de resíduos. Estes irão ser depositados num aterro controlado sendo uma parte enviada às indústrias de cimento para incorporação no processo de fabrico.

Nos distritos do Porto e Braga dá-se um aumento de resíduos provenientes das ETAR'S aí instaladas e ainda a instalar. E a incineração de resíduos prevista para o concelho da Maia.

O distrito de Lisboa tem um aumento de resíduos provenientes da central de incineração de R.S.U. destinada ao tratamento de resíduos de vários concelhos do distrito de Lisboa. O distrito de Coimbra sofre um aumento de resíduos provenientes das indústria de pasta de papel.

Os distritos mais significativos em termos de produção de resíduos são :

- Beja e Setúbal com produção superior a 100000 t/ano

logo seguidos de

- Lisboa Coimbra e Porto com produção superior a 50000 t/ano

vindo depois

- Aveiro, Viseu, Braga, Castelo Branco com produção entre 10000 e 50000 t/ano

Os restantes distritos tem uma produção inferior a 10000 t/ano o que constitui aproximadamente 2% da produção de Portugal Continental. Distribuindo os resíduos produzidos por sectores de actividade pode-se constatar que comparativamente a anos anteriores se verificam algumas transferências de produção de resíduos entre sectores.

Na área de Ambiente, estão a dar-se os primeiros passos. As despesas com o ambiente cifram-se em aproximadamente 78.830.776.000 Esc., sendo este valor repartido pelas várias regiões do país da seguinte forma:

Região	Despesas Totais (10 ³ Esc).
Continente	75.155.746
Norte	17.831.527
Centro	10.238.405
Lisboa e Vale do Tejo	37.468.068
Alentejo	4.488.122
Algarve	5.129.624

Quad 28 - Fonte Estatísticas do INE (B)

Indústria Extractiva

Com o fecho sucessivo da maior parte das minas deu-se uma diminuição bastante significativa da produção de resíduos, mas a laboração das minas Neves-Corvo aumentou o volume de produção de resíduos conduzindo a alteração dos distritos produtores. Sendo assim, desapareceu a produção de resíduos no distrito de Castelo Branco e reduziu a produção no distrito de Viseu, aumentando significativamente a produção no distrito de Beja (cerca de 426 000 t/ano). Os resíduos nesta mina provêm essencialmente da lavaria, anexa à mina, sendo constituídos por lamas inorgânicas com traços de metais pesados e enxofre. Estes resíduos são depositados localmente não se prevendo a sua integração no Sistema de Gestão de Resíduos.

Sector Têxtil

A quantidade de resíduos produzidos neste sector advém em grande parte das lamas inorgânicas resultantes das ETAR'S . As Etar's do Vale do Ave e a Etar de Barcelos tem por objectivo o tratamento dos efluentes dos rios Ave e Cavado. As lamas daí resultantes serão depositadas num aterro controlado em Santo Tirso. As restantes lamas serão consideradas no projecto de Gestão de Resíduos.

Sector dos Curtumes

As quantidades de resíduos produzidos no sector de curtumes serão depositados em aterros controlados. Em relação a aproximadamente 75% da população de curtumes em Portugal já funcionam soluções correctas de gestão dos efluentes e dos resíduos sólidos em Alcanena. Em Alcanena, a ampliação da ETAR está a concluir-se e tem por objectivo receber os efluentes de todas as fábricas da região. As lamas produzidas na ETAR já estão a ser conduzidas a um aterro controlado, com impermeabilização e drenagem de lixiviados os quais serão conduzidos a uma estação de tratamento de lixiviados, actualmente em fase final de construção.

Está em funcionamento uma unidade de reciclagem de resíduos que está em funcionamento a Estação de Recuperação de Crómio de Alviela. Esta recuperação passa pela recolha dos banhos de curtimento seu tratamento e reutilização, o que diminui consideravelmente o crómio no afluente à ETAR.

Solução correcta em virtude do crómio não poder ser incinerado devido a produção de óxidos e dióxidos. A estação de tratamento tem capacidade excedentária.

Sector da Pasta do Papel

Neste sector houve um aumento de resíduos provocado pela implementação de tratamentos secundários dos efluentes e a instalação de caldeiras de queima de biomassa. As fábricas deste sector tem uma elevada produção de lamas orgânicas (com 30% de cinzas) lamas inorgânicas (dregs e grits do sistema de recuperação das lixívia de cozimento da madeira e cinzas das caldeiras de biomassa. Há uma deposição da maior parte dos resíduos na área fabril.

Havia necessidade de utilizar um sistema de incineração de lamas orgânicas em caldeiras próprias e usando prensas de parafuso para concentrar as lamas e a cinza a cerca de 455 de sólidos, sendo queimadas em caldeiras de leito fluidizado.

As fábricas deverão construir aterros controlados para todos os resíduos produzidos ou pela deposição dos resíduos inorgânicos e incineração das lamas orgânicas em equipamentos próprios.

Artes Gráficas

Este sector tem um peso pouco significativo no que diz respeito à produção de resíduos. No entanto estes resíduos deixarão de ser enviados para esgoto passando a ser tratados no sistema de gestão

Produtos Químicos Inorgânicos de base

Apesar do encerramento das unidades de Estarreja e do Barreiro ainda é necessário tratar os resíduos depositados por essas unidades em que 1 300 000 toneladas existem no Barreiro e 70 000 toneladas existem em Estarreja. No Barreiro as cinzas de pirite estão a ser enviadas para as fábricas de cimento a um ritmo demasiado lento cerca de 60.000 t/ano o que obriga a equacionar a possibilidade de

enviar estas cinzas para as minas de pirite caso as cimenteiras não aumentem o seu consumo. No caso de Estarreja, as lamas de lavagem dos gases irão ser incluídas no sistema de gestão, ou seja, no aterro a instalar na zona Norte do país. É, no entanto, imperativo arranjar uma solução para as cerca de 60 000 toneladas de lamas contaminadas com mercúrio que estão em Estarreja; é necessário fazer uma inertização (solidificação) dessas lamas, caso venha a ser decidido integrá-las no sistema de gestão de resíduos.

Produtos Químicos Orgânicos de base

Todos os resíduos deste sector irão ser enviados para o sistema de gestão de resíduos.

Fabricação de Adubos

Apesar do encerramento das fábricas do Barreiro e de Setúbal, restaram cerca de 3 000 000 toneladas de fosfogesso (resíduo de cálcio e sulfato com alguns metais pesados) para tratar. Deverá equacionar-se a hipótese de colocar estes resíduos numa mina desactivada em que não corra o risco de contaminação de águas subterrâneas (não há até agora solução para a sua económica reutilização).

Preparação de Pesticidas

Este sector diminui cerca de 10% a sua produção de resíduos. Prevê-se ainda que o tratamento dos resíduos seja feito pelo sistema de gestão de resíduos. É aconselhável o encaminhamento dos resíduos solventes hlogenados residuais para a incineração.

Fabricação de Resinas e Fibras Sintéticas

Nas alterações processuais feitas essencialmente na fábrica de Estarreja, conduziram a uma redução bastante grande de produção de resíduos e consequentemente de produção de lamas resultantes dos tratamentos feitos nas etar's aos efluentes, mas apesar disso há armazenadas cerca de 350 000 toneladas de lamas armazenadas nas instalações da fábrica e que poderão ser acondicionadas numa mina desactivada.

Sector de Tintas, Vernizes e Lacas

Neste sector os resíduos provem essencialmente das lamas provenientes das estações de tratamentos de efluentes.

Fabricação de Produtos Farmacêuticos

Este sector produz essencialmente lamas orgânicas.

Fabricação de Sabões Detergentes e Outros

Neste sector a maior fatia da produção de resíduos provem da produção de sabões.

Fabricação de Óleos e Gorduras Não Comestíveis

Os resíduos deste sector provem da implementação de estações de tratamento de efluentes.

Fabricação de Produtos Químicos Diversos

Este sector da indústria constituído fundamentalmente por unidades de pequena e média dimensão, foi afectado pela recessão económica o que se reduziu numa diminuição de alguns dos resíduos produzidos, embora tenha um peso pouco significativo no conjunto dos produtores de resíduos perigosos.

Refinarias de Petróleo

Os resíduos das actuais refinarias serão tratados pelo Sistema de Gestão. Os resíduos no solo e nas instalações anteriores de Lisboa serão tratados no projecto da EXPO 98.

Indústria da Borracha

Os resíduos desta indústria não estão previstos ser tratados no Sistema de Gestão.

Indústria dos Produtos Minerais não Metálicos

Neste sector salienta-se os resíduos provenientes da preparação da pasta para cozedura nos artigos de faiança.

Fabricação de Artigos de Fibrocimento

Neste sector existem resíduos constituídos por lamas orgânicas cujo tratamento se prevê seja feito através de estações de tratamento de efluentes para separação dos sólidos em suspensão



Indústria Metalúrgica de Base

Neste sector irão ser introduzidas modificações no processo nomeadamente na desactivação de um alto forno e instalação de um forno eléctrico. Este novo processo faz com que se deixe de produzir lamas de lavagem de gases do alto forno e escórias da aciaria passando a obter-se pós de despoeiramento por depuração dos gases por via seca. Os resíduos deste sector irão ser enviados para o Sistema de Gestão.

Fabricação de Produtos Metálicos, Máquinas Equipamentos e Material de Transporte

Este sector é caracterizado pela existência de muitas PME'S sendo os principais tipos de resíduos os resíduos referentes a óleos, lamas orgânicas, outras soluções aquosas e lamas inorgânicas. Está prevista a construção de uma ETAR/ETRI na região de Águeda que irá receber os banhos concentrados das unidades de tratamento de superfície. Sendo no entanto as lamas produzidas pela ETAR encaminhadas para um aterro controlado do sistema de gestão. Os banhos concentrados das outras regiões serão encaminhados para o Sistema de Gestão, ficando as unidades de tratamento existentes nas indústrias a tratar as águas provenientes das lavagens.

Produção de Electricidade

Os resíduos que aparecem são fundamentalmente constituídos por cinzas volantes, que serão encaminhadas para aterro próprio ou para fabrico de cimentos compostos na indústria cimenteira.

Comércio e Serviços

Neste sector encontram-se como principais resíduos a produção de óleos usados, os resíduos das actividades de armazenagem de produtos petrolíferos, as lamas residuais das ETAR do complexo de Sines, e as cinzas produzidas nos sistemas de incineração de resíduos sólidos urbanos hospitalares das áreas de Lisboa e Porto, bem como concelhos limítrofes.

Óleos Usados

Nos óleos temos a produção de cerca de 100 000 t/ano das quais é possível recuperar cerca de 40%. Os óleos usados são submetidos a centrifugação para remoção de impurezas mais pesadas. Sendo desaconselhável a queima se não houver tratamento de gases de combustão. Também podem ser usados por queima em caldeira com sistema de tratamento de gases para a produção de energia eléctrica capacidade de 12 500 t/ano de óleos usados.

Não se prevê a condução destes óleos para o Sistema de Gestão no entanto alguma porção poderá ser usada como combustível auxiliar na unidade de incineração.

Armazém de Produtos Petrolíferos

A refinaria de Lisboa será desmantelada mas dado os prazos os resíduos existentes nos equipamentos não serão conduzidos ao Sistema de Gestão

ETAR de Sines

As lamas orgânicas resultantes serão enviadas para a incineração.

Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos e Hospitalares

As cinzas resultantes destas unidades serão enviadas para o Sistema de Gestão

2.3 - PRÁTICAS ACTUAIS DE GESTÃO DOS RESÍDUOS

Actualmente os resíduos da indústria extractiva são depositados localmente ou retornam à própria mina, não se justificando implementar acções correctivas.

No sector da produção de electricidade são adoptados métodos correctos, os resíduos são depositados em aterros controlados, ou são enviados para as fábricas de cimento para incorporação no produto final.

Na indústria transformadora estão e irão implementar-se ETAR's para melhorar as linhas de água, mas agravam-se as situações de gestão de resíduos sólidos, aumento de produção de lamas provenientes das ETAR'S

Na gestão de resíduos da indústria transformadora é de destacar o sector dos curtumes, zona de Alcanena, onde foram construídos aterros para as lamas das ETAR'S e os resíduos sólidos acumulados junto das instalações fabris.

Solução integrada de despoluição do Ave, em fase de construção que inclui 3 ETAR'S para tratamento de efluentes domésticos e industriais, construção do aterro em Santo Tirso (e talvez outro em Guimarães), para receber as lamas das estações de tratamento.

A prática da indústria transformadora é a descarga não controlada dos resíduos no solo.

Consoante as características dos resíduos impõe-se acções correctivas e tratamento diferentes. Assim, uns destinam-se a aterros, outros à incineração e ainda outros à reciclagem (Anexo I). Conforme o tipo de indústrias existentes nos distritos e a sua situação geográfica, os empresários poderão ter acesso às infra-estruturas estatais, permitindo tratar os seus resíduos de forma conveniente e mais económica constituindo uma enorme vantagem para as indústrias que delas possam auferir (Anexo I).

A solução a dar aos resíduos são condicionadas pelas características da zona em estudo, designadamente a elevada densidade populacional e a grande carência de locais disponíveis para a implantação de processos de tratamento que ocupem áreas extensas. Deverá haver uma triagem dos lixos antes de serem colocados em aterro.

3 - REGIÃO CENTRO

3.1 - INTRODUÇÃO

A Região Centro surgiu através da necessidade de definição do território da nação portuguesa e da construção da identidade nacional. A preocupação de definir as fronteiras entre portugueses e castelhanos levou à ocupação das Beiras e à sedentarização das populações na região. A estas razões históricas de nível militar e territorial, acresceram razões económicas, como a existência de solos férteis, de hidrografia abundante, e recursos minerais. Com a passagem de uma economia de base para uma economia industrializada, aliado a climas muito rigorosos e às dificuldades de meios de comunicação, fez com que a população procurasse uma vida melhor emigrando quer para fora do país, para países como o Brasil, a França e a Alemanha, como migrando para outros locais mais litorais e com mais facilidade de acessos. A desertificação provocada por tais fenómenos não foi compensado com a importação de capitais e a criação de infra-estruturas que tenham permitido o desenvolvimento acelerado da Região Centro nomeadamente do interior da mesma. Com o desenvolvimento do país, também a Região Centro se desenvolveu, muito embora não em todos os locais da mesma forma. Efectivamente o litoral sofreu um processo de mudança e desenvolvimento maior e mais rápido do que o interior. No entanto, a Região Centro tem sido esquecida entre dois grandes pólos urbanos como o Porto e Lisboa. Apesar desse esquecimento, a região foi crescendo e evoluindo e hoje é uma das principais zonas de industrialização, tendo um peso de 17% na estrutura sócio-económica do continente.

3.2.1 - GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA

A Região Centro é constituída por seis concelhos Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco que representam 25% do território português, e absorvem 18% da população total do país. A população activa da região representa 18,2% e no que respeita à população empregada, a Região Centro concentra 18,6% da população empregada do país e gera um valor acrescentado bruto de aproximadamente 15% do total do país, albergando 16% das empresas do mesmo.

O centro, tem um potencial agrícola, agro-pecuário enorme bem como um património florestal por excelência. Para além disso, dispõe ainda de bons recursos hídricos, minerais e marítimos. O artesanato, o turismo rural, o turismo termal, o património histórico e cultural são as principais atracções desta vasta região, captando os turistas nacionais e estrangeiros.

Para além de recursos físicos capazes de proporcionar um desenvolvimento sustentado para esta região, ela possui infra-estruturas educacionais que proporcionam à população uma educação capaz de produzir recursos humanos que engrandecem a região.

Apesar de todo o potencial do centro de Portugal, esta região padece de profundas assimetrias entre o litoral e o interior, como se depreende da produção industrial se localizar em 77% na orla marítima e ocupando aí 67% dos activos da Indústria Transformadora na Região Centro. A existência de alguns graves estrangulamentos ao desenvolvimento, como a insuficiência da rede de transportes rodo-ferroviários de ligação a Espanha, ou os planos e projectos visando a distribuição do gás natural no interior, a depressão económica de sectores importantes no cômputo industrial, uma floresta ainda insuficientemente aproveitada, uma agricultura com muitos constrangimentos e uma costa marítima de recursos sub-utilizados corroboram a necessidade de desenvolvimento da região.

No entanto, todos estes factores, não conseguem impedir os empresários do centro de continuarem a procurar o desenvolvimento sustentado da região e organizarem-se em associações com vista a aumentar o seu poder negocial, a sua força e peso na economia nacional.

A zona centro do País tem uma constituição variada quer em termos de tipo e características da população quer em termos de geografia e clima. A região caracteriza-se por uma zona litoral mais plana, de solos mais férteis, recursos hídricos abundantes e clima ameno, concomitantemente com uma zona interior bastante acidentada com várias serras, incluindo a mais alta de Portugal, e vales abruptos com alguns planaltos, de solos menos férteis, contendo algumas regiões com bom potencial para o cultivo, e com um subsolo rico em minerais como estanho, volfrâmio, tungsténio e urânio, para além de uma densa floresta e bastos cursos de água. A Região Centro compreende ao nível geográfico as seguintes zonas:

- "Beira Alta que engloba os distritos de Viseu e Guarda
- Beira Baixa que contém o distrito de Castelo Branco
- Beira Litoral que inclui os distritos de Leiria, Coimbra e Aveiro" (1A).

A nível administrativo, a zona centro compreende as seguintes regiões administrativas:

- "Baixo Vouga
- Baixo Mondego
- Pinhal Litoral
- Pinhal Interior Norte
- Pinhal Interior Sul
- Dão Lafões
- Serra da Estrela
- Beira Interior Norte
- Beira Interior Sul
- Cova da Beira".

A região do **Baixo Vouga** incorpora os concelhos: Ovar; Estarreja; Murtosa; Albergaria a Velha; Sever do Vouga; Águeda; Aveiro; Ilhavo; Vagos; Oliveira do Bairro; Anadia e Mealhada.

A região do **Baixo Mondego** incorpora os seguintes concelhos: Mira; Cantanhede; Figueira da Foz; Montemor-o-Velho; Soure; Condeixa-a-Nova; Coimbra e Penacova.

A região de **Pinhal Litoral** incorpora os seguintes concelhos: Pombal; Leiria; Marinha Grande; Batalha e Porto de Mós.

A região de **Pinhal Interior Norte** incorpora os seguintes concelhos: Alvaiázere; Ansião; Figueiró dos Vinhos; Pedrogão Grande; Castanheira de Pêra; Penela; Miranda do Corvo; Lousã; Vila Nova de Poiares; Góis; Pampilhosa da Serra; Arganil; Tábua e Oliveira do Hospital.

A região de **Dão Lafões** é constituída pelos seguintes concelhos: Mortágua; Santa Comba Dão; Carregal do Sal; Tondela; Oliveira de Frades; Vouzela; Nelas; Mangualde; Penalva do Castelo; Viseu; Sátão; Aguiar da Beira; Vila Nova de Paiva; Castro Daire e São Pedro do Sul.

A região de **Pinhal Interior Sul** é constituída pelos concelhos de: Mação; Vila de Rei; Proença-a-Nova; Sertão e Oleiros

A região de **Serra da Estrela** é constituída pelos concelhos de: Seia; Gouveia e Fornos de Algodres.

A região de **Beira Interior Norte** é constituída pelos concelhos de: Manteigas; Guarda; Sabugal; Almeida; Pinhel; Trancoso; Celorico da Beira; Meda e Figueira de Castelo Rodrigo.

A região de **Beira Interior Sul** é constituída pelos concelhos de: Vila Velha de Rodão; Castelo Branco; Idanha-a-Nova e Penamacor.

A região da **Cova da Beira** é constituída pelos concelhos de : Fundão; Covilhã e Belmonte.
(9A)

A população da zona centro de Portugal é muito variada não só em costumes e tradições como em densidade e idades, como se pode verificar pelo quadro seguinte:

CONCELHOS	População Residente Total	Área Total	Número de Freguesias	Densidade Populacional
<i>Continente e Ilhas</i>	9.887.560	91.985,00	4221	107.49
Região Centro	1.713.810	23.668,19	1107	72.41

Quad 29 - Fonte: Estatísticas INE (b)

Região Centro incorpora uma população residente de cerca de 1.713.810 o que representa aproximadamente 17% da população residente em Portugal. Esta região integra cerca de 1107 freguesias o que constitui 26% do total das freguesias portuguesas.

CONCELHOS	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Continente e Ilhas	11.55	10.77
Região Centro	10.24	12.24

Quad 30 - Fonte: Estatísticas INE (b)

Apresentando taxas de natalidade e mortalidade que revelam populações deficitárias no que diz respeito à natalidade. A região centro apresenta uma taxa de natalidade inferior à taxa de natalidade nacional e uma taxa de mortalidade superior à média nacional o que corrobora uma situação de desertificação que neste momento caracteriza esta região, acentuando-se no interior.

Corroborando o que se passa no país, também a região Centro apresenta uma distribuição de emprego pelos sectores mais acentuada ao nível industrial e comercial.

A população activa desta região ronda as 814.800 pessoas , cerca de 19% da população activa nacional, dos quais 447.300 são homens e 367.600 mulheres. A população não activa distribui-se da seguinte forma:

Estrutura da População Inactiva em 1994		
CATEGORIA DO INACTIVO	REGIÃO CENTRO MÉDIA ANUAL	CONTINENTE MÉDIA ANUAL
Estudantes >13 anos	159.6	903.5
Domésticos	112.7	642.2
Reformados	297.2	1.678.7
Outros > 13 anos	21.1	139.2
Estudantes > 14 anos	167.6	862.2
outros > 14 anos	89.9	530.6

Quad 31 - Fonte: estatísticas do IAPMEI - Região Centro.(b)

A Região Centro apresenta cerca de 34.600 pessoas desempregadas, ou seja, 11% da população portuguesa desempregada, sendo o desemprego mais acentuado na população feminina do que na masculina

Desemprego			
TIPO DE DESEMPREGO POR SEXO	SEXO	Região Centro Média Anual	Continente Média Anual
TOTAL	HM	34.6	312.3
	H	15.4	151.0
	M	19.2	161.3
Desempregado à procura de 1º emprego	HM	7.4	51.9
	H	2.8	20.5
	M	4.6	31.4
Desempregado à Procura de Novo Emprego	HM	27.2	260.4
	H	12.5	130.5
	M	14.6	129.9

Quad 32 - Fonte: Estatísticas INE. (b)

3.2.2 - INFRA -ESTRUTURAS

Nesta região, as infra-estruturas diferem da zona litoral para a zona interior. Assim, encontra-se um litoral servido por muitas rodovias quer complementares quer principais e ainda por auto-estrada, e a zona interior servida na sua maioria por itinerários complementares, existindo alguns bastante degradados. No que diz respeito à saúde a zona centro tem bastantes infra-estruturas disponíveis. Contrariamente em relação à ferrovia a zona interior não dispõe de bons meios de transporte ferroviário.

Em relação às infra-estruturas básicas, quase todas as freguesias dispõem de abastecimento de água e recolha de resíduos sólidos mas somente uma parte possuem drenagem de esgotos e tratamento das águas residuais em ETAR, conforme se pode verificar pelo quadro seguinte:

Abastecimento de água, e recolha de resíduos

Concelhos	Abastecimento domiciliário de Água		Drenagem de Esgotos Domésticos		Freguesias c/ h2o residuais tratadas em estação.	Recolha de Resíduos Sólidos	
	Fregues.c / cober-tura total	Fregues.c/ cober-tura parc.	Fregues. c/ cobertura total	Fregues. c/ cober-tura parc.		Fregues c/cober-tura tota	Fregues. c/ cober-tura total
Continente e Ilhas	265	629	311	300	197	815	279
Região Centro	45	41	6	19	18	83	29

Quad 33 - Fonte: Anuário de Região Centro.(c)

Cerca de 17% das freguesias nacionais que contêm cobertura total de abastecimento de água pertencem à Região Centro., mas somente 9% das que têm estações de tratamento se enquadram na região Centro.

Dos 9.648 Km. de rede rodoviária nacional, cerca de 27% pertencem à região Centro. Esta região sofreu recentemente o acréscimo das rodovias principais e secundárias, por forma a colmatar os grandes problemas de comunicação que anteriormente existiam, inclusive de ligação com o estrangeiro (Espanha).

Rede rodoviária da Região Centro

Região	Rede Nacional			
	Rede total construída	Rede fundamental	Rede Complementar	Outras Estradas
		Itinerários Principais	Itinerários Complementares	
Continente	9.648	2.526	2.372	4.750
Região Centro	2.629	757	881	991

Quad 34 - Fonte: Estatísticas Anuário de Região Centro. (c)

A região Centro dispõe de bastantes infra-estruturas dedicadas à educação, cerca de 28% dos totais nacionais destinados ao ensino básico e 27% das infra-estruturas dedicadas ao ensino pré-escolar. Dos estabelecimentos para o ensino superior oficial, o Centro integra 12%.

Infra-estruturas de Educação

		Ensino Oficial, Particular e Cooperativo				Ensino Superior	
		Ensino Básico		Ensino básico		público	particular e cooperativo
Concelhos	Educação pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º ciclo	Escolas profissionais		
Continente e Ilhas	3.870	9.817	871	1.177	279	276	128
Região Centro	1.050	2.724	179	234	56	33	20

Quad 35 - Fonte: Anuário de Região Centro. (c)

Relativamente aos aspectos de lazer, a Região Centro dispõe de 955 estabelecimentos para a prática desportiva, 913 estabelecimentos dedicados à cultura e 559 pólos de atracção turística. Integra ainda 329 estabelecimentos para a elaboração de artesanato.

Esta região dispõe de infra-estruturas hospitalares em todas as cidades e centros de saúde em todas as vilas. No que diz respeito a meios humanos, nomeadamente médicos, ocupa cerca de 4.783 médicos, que representam cerca de 17% do total nacional.

3.2.3 - INDICADORES ECONÓMICOS

A Região Centro, no que diz respeito a aspectos económicos, apresenta índices de preços em tudo semelhante aos índices nacionais, como se poderá verificar pelo quadro:

Índice de Preços no Consumidor na Região Centro

Classes - Índices Mensais		1994
Alimentação e bebidas	Continente	117,0
	Região Centro	115,6
Vestuário e calçado	Continente	126,2
	Região Centro	122,4
Conforto da Habitação	Continente	122,6
	Região Centro	117,9
Saúde	Continente	144,1
	Região centro	142,8
Transportes e Comunicações	Continente	130,1
	Região Centro	129,0
Ensino, cultura e distracção	Continente	133,7
	Região Centro	127,3
Tabaco, despesas do fumador	Continente	143,0
	Região Centro	143,0
Outros bens e serviços	Continente	133,4
	Região Centro	128,4
Total, excluindo habitação	Continente	123,8
	Região Centro	121,5

Quad 36 - Fonte: Estatísticas da Associação Industrial de Aveiro. (d)

A Região Centro apresenta sectores de actividade económica em que é excedentário, fazendo exportações significativas, quer para países da CEE/UE, quer para outros", e outras) onde apresenta características altamente deficitárias, como se pode verificar no quadro seguinte:

Exportações e Importações de empresas da região centro

	Comércio Intracomunitário		Comércio Extracomunitário	
	Exportações valor	Importações valor	Exportações valor	Importações valor
Total	234.302.142	199213806	57.047.331	55.173.120
Secção I	6.001.154	12.868.189	885.327	14.460.617
Secção II	1.255.653	5.457.224	382.360	1.063.462
Secção III	247.886	2.492.402	136.884	
Secção IV	4.798.574	5.109.420	3.559.015	498.395
Secção V	1.914.682	2.420.935	149.556	223.385
Secção VI	14.705.288	13.608.855	1.429.714	4.177.970
Secção VII	9.783.213	15.981.347	2.829.300	1.914.678
Secção VIII	1.043.423	2.496.756	47.543	322.860
Secção IX	20.978.218	1.493.025	3.481.594	3.558.618
Secção X	11.550.439	4.224.063	2.536.893	806.793
Secção XI	62.376.895	39.564.472	12.590.588	5.334.725
Secção XII	4.323.694	2.547.725	1.527.124	297.155
Secção XIII	34.344.799	6.044.185	11.157.517	646.467
Secção XIV	1.811	156.504		165.464
Secção XV	10.815.272	22.794.707	3.766.666	4.086.163
Secção XVI	22.377.509	41.698.939	9.573.611	12.055.969
Secção XVII	19.442.075	14.249.438	1.236.339	3.720.784
Secção XVIII	1.236.762	1.550.999	47.408	1.216.145
Secção XIX		52.646		
Secção XX	7.104.795	4.387.533	1.160.622	618.757
Secção XXI		14.442	273.146	
Total	234.302.142	199213806	57.047.331	55.173.120

Quad 37 - Fonte: Anuário da Região Centro (1995).(c)

Secção I - Animais vivos e produtos do reino animal**Secção II** - Produtos do reino vegetal**Secção III** - Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal**Secção IV** - Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados**Secção V** - Produtos minerais**Secção VI** - Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas**Secção VII** - Plásticos e suas obras; borracha e suas obras**Secção VIII** - Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; artigos de correeiro ou de celeiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa**Secção IX** - Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria**Secção X** - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; desperdícios e aparas de papel ou de cartão; papel e suas obras**Secção XI** - Matérias têxteis e suas obras**Secção XII** - Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo**Secção XIII** - Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, nica ou de materiais semelhantes produtos cerâmicos; vidro e suas obras

- Secção XIV** - Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijuteria, moedas
- Secção XV** - Metais comuns e suas obras
- Secção XVI** - Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- Secção XVII** - Material de transportes
- Secção XVIII** - Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controlo ou de precisão ; instrumentos e aparelhos médico-cirurgicos; artigos de relojoaria; instrumentos musicais; suas partes e acessórios
- Secção XIX** - Armas e munições; suas partes e acessórios
- Secção XX** - Mercadorias e produtos diversos
- Secção XXI** - Objectos de arte, de colecção ou antiguidades

Como se pode verificar pelos quadros acima, a Região Centro revela uma certa autonomia, apresentando uma forte tendência de exportações no sector primário e ao nível dos vários tipos de equipamentos, uma vez que exporta mais do que importa. No entanto esta situação não se verifica para todos os sectores.

3.2.4 - ESTRUTURA EMPRESARIAL

A Região Centro é uma das mais ricas no que diz respeito à quantidade e qualidade de empresas nela implantadas. Incorpora no seu tecido empresarial, todos os sectores da CAE, desde a agricultura, passando pelas indústrias transformadora e extractiva e pelo comércio e serviços. Os seis distritos não apresentam, no entanto estruturas similares e equitativamente distribuídas. O litoral concentra a maioria das empresas e opera em quase todas as CAE's. O interior detém alguns sectores, apresenta na sua maioria um tecido industrial mais reduzido e tecnologicamente mais atrasado.

As empresas da Região Centro são, na sua maioria, pequenas e médias, constituídas até 29 pessoas, apresentando volumes de negócios na sua maioria inferiores a 100 milhões de contos.

Sociedades da região centro por escalões de pessoal

	ESCALÕES DIMENSIONAIS										
	0 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
Continente e Ilhas	91.631	33.430	19.249	6.637	3.530	2.114	3.937	1.689	861	304	196.103
Região Centro	12.359	4.970	2.741	967	530	327	589	253	119	24	26.851

Quad 38 - Fonte: Estatísticas Região Centro (b)

Cerca de 78% das empresas da região Centro empregam até 29 trabalhadores e representam cerca de 11% das empresas nacionais. As empresas que ocupam entre 30 e 99 trabalhadores representam 5% das empresas da região centro e 1% do total das empresas portuguesas. A região

Centro apresenta aproximadamente 88% das empresas com volume de negócios inferior a 150 milhões de contos, o que representa cerca de 12% do total nacional.

Sociedades na região centro por escalões de volume de negócios (em 10³ contos)

	Ignor- rado	1 a 25.	25,0.01 a 50.	50,001 a 100	100,001 a 150	150,001 a 250	250,001 a 500	500,001 a 1.000	>1000	Total
Continente e Ilhas	29.416	92.083	24.699	19.005	8.314	7.913	7.067	3.926	3.680	19.6103
Região Centro	3.528	12.268	3717	2.901	1.260	1.195	1.014	552	416	2.6851

Quad 39 - Fonte: Estatísticas Região Centro (b)

3.2.5 - SECTORES DE ACTIVIDADE

Tal como o observado para Portugal, o sector que ocupa maior número de empresas é o Terciário, com cerca de 59% das empresas da região Centro, seguido do Secundário, ocupando 35% e do Primário, com 6%

Distribuição das Empresas pelos sectores de actividade:

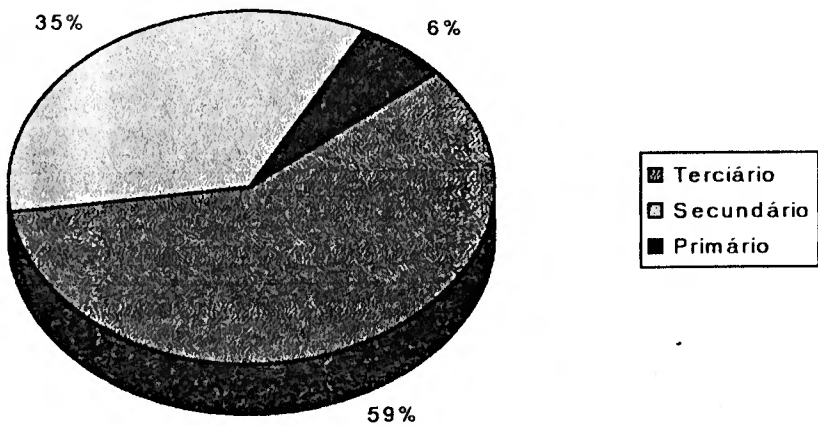


Fig. 5.

O sector primário da região centro ocupa cerca de 0,5% das empresas nacionais, ocupando o sector secundário cerca de 5% das empresas a nível nacional e o sector terciário da Região Centro integrado 8% das empresas nacionais, reflectindo o défice de implantação do sector Primário na região. O sector Terciário ocupa 44% da sua população activa, o Secundário 31% e o Primário 25%.

Distribuição do emprego pelos sectores de actividade:

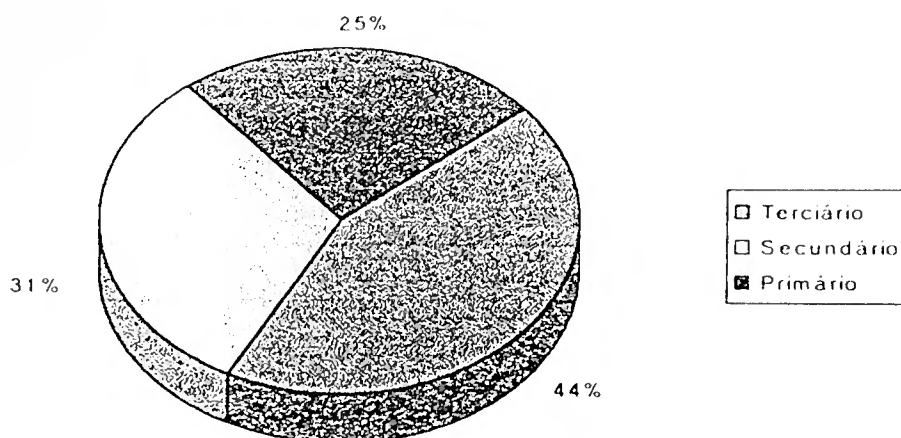


Fig. 6

As empresas da Região Centro absorvem cerca de 19% da população activa portuguesa, dividindo-se entre 5% para o sector primário, 6% para o sector secundário e 8% do sector terciário.

Distribuição do volume de negócios por sector:

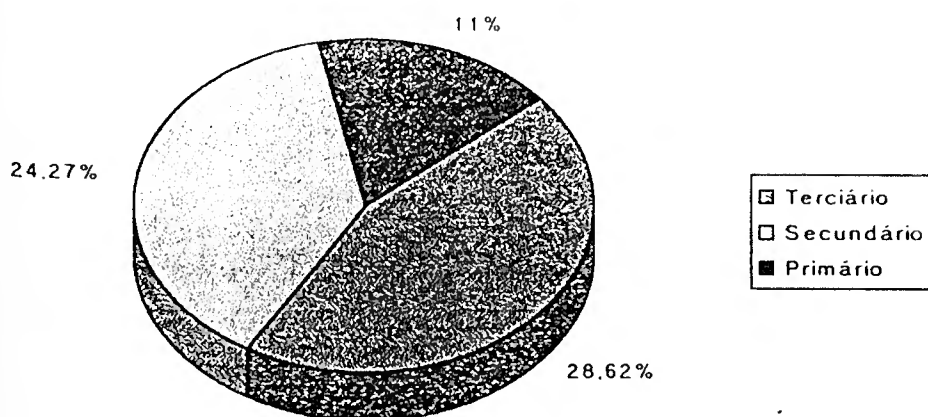


Fig. 7

No que respeita aos volumes de negócios realizados no sector Terciário e Secundário, encontram-se próximos, repartindo 28,62% para o Terciário e 24,27% para o Secundário, restando 11% do volume de negócios para o sector Primário.

As actividades não apresentam as mesmas características em todas as localidades da zona centro, estando umas mais representadas no interior e outras no litoral e ainda variando consoante a disponibilidade de matéria prima e dos recursos humanos, técnicos e físicos.

A Região Centro, relativamente às actividades económicas, centra-se no comércio e indústria transformadora.

3.2.5.1 - Sector Agrícola, Pecuária, Silvicultura e Pesca

A agricultura desta região incorpora muito poucas empresas, somente 980, o que representa 0,2% das empresas totais do continente e 6% do total das empresas desta região, que emprega 200.900 pessoas, das quais 89.000 são homens e 111.900 mulheres, o que representa 24,6% da população da região.

A) AGRICULTURA

A agricultura apresenta, nesta região, as seguintes características:

Utilização do Solo e da Superfície Agrícola em 1993

	CONTINENTE		REGIÃO CENTRO	
	N.º de Explorações	HA	N.º de Explorações	HA
Superfície Total	446.146	4.999.733	146.992	1.056.819
S A U	444.879	3.821.321	146.862	664.278
S A U Média		8.6		4.5
S A não Utilizada		215.329		52.540
Matas e Florestas sem Culturas sob coberto		867.335		320.469
Outras Superfícies		95.748		19.533
Composição da S A U				
Culturas Temporárias	347.341	1.336.558	130.806	284.237
Culturas Permanentes	375.923	748.595	122.134	155.486
Pastagens Permanentes	85.257	784.505	26.295	123.256
Horta Familiar	307.892	29.825	121.849	12.274
Pousio	102.282	921.837	26.875	89.022
Culturas Temporárias				
Cereais	260.054	680.391	109.017	127.853
Leguminosas Secas	131.613	38.031	62.526	13.487
Prados Temporários	16.770	44.277	4.965	5.785
Forragens Anuais	178.138	365.391	85.312	101.825
Batata	235.852	75.102	97.014	27.870
Total de Horticolas	48.732	47.119	6.449	3.169
Outras	11.054	86.254	1.303	4.251
Culturas Permanentes				
Frutos Frescos	70.678	76.218	16.609	14.744
Citrinos	40.093	25.090	7.589	1.388
Frutos Secos	44.786	69.963	4.477	4.390
Olival	152.018	321.673	55.141	76.400
Vinha	285.614	252.014	95.806	56.684
Outras	3.477	3.637	1.874	1.880

Quad 40 - Fonte: Estatísticas Ministério Agricultura (b)

Produção das Principais Culturas em 1993

	CONTINENTE		REGIÃO CENTRO	
	Superfície/ha	Produção/tot	Superfície/ha	Produção/tot
TRIGO	250.000	421.600	9.048	12.637
MILHO	167.730	629.844	61.472	214.482
CENTEIO	72.516	66.727	20.173	17.751
AVEIA	92.000	76.400	7.997	8.319
CEVADA	61.643	98.500	849	927
ARROZ	13.200	69.000	6.600	34.490
FEIJÃO	31.826	16.124	12.480	10.393
GRÃO DE BICO	3.252	2.069	1.033	608
BATATA	84.594	1182.768	31.885	530.366
TOMATE (para indústria)	9.400	509.073	55	2.450
GIRASSOL	95.000	45.064	3.676	26

Quad 41 - Fonte: Estatísticas Ministério Agricultura e Estatística Região Centro.(b)

A produção agrícola da região centra-se no milho, centeio, arroz, feijão e batata, onde representam respectivamente 34%, 26%, 49,9%, 64,5% e 44,8% da produção nacional, tendo os restantes produtos quotas pequenas. O maior número de explorações pertencem aos exploradores, existindo algumas arrendadas.

Vinicultura

NUTS	TOTAL		V.L.Q.P.R.D. VINHO DE QUALIDADE (V.Q.P.R.D.)			VINHO DE MESA			OUTROS PRODUTOS	
	Equivalente a Mosto	Total	Branco	Tinto e Rosé	Total	Branco	Tinto e Rosé	Licoroso (eq. Mosto)	Mosto Amuado	
Região Agrária Região Determinada										
Continente	4.576.167	476.574	1.154.095	624.441	529.654	2.869.554	1.293.556	1.575.998	20.488	55.456
Centro	683.527	4.489	157.843	61.837	96.006	518.971	111.587	407.384	51	2.173

Quad 42 - Fonte: Estatísticas Ministério Agricultura e Estatística Região Centro.(b)

No que diz respeito à vinicultura, o Centro produz especialmente vinho branco de qualidade e vinhos de mesa, representando aproximadamente 18% da produção nacional.

PRODUÇÃO DE AZEITE MANIFESTADA EM 1993

NUTS	AZEITONA OLEIFICADA	AZEITE OBTIDO
REGIÃO AGRÁRIA	T	HJ
CONTINENTE	237.511	351.179
CENTRO	64.610	93.959

Quad 43 - Fonte: Estatísticas Ministério Agricultura e Estatística Região Centro. (b)

No que respeita ao azeite, a produção da região Centro ronda os 26,7% da produção nacional.

B) PECUÁRIA:

EFFECTIVOS ANIMAIS EM 1/12/93

EFFECTIVOS ANIMAIS EM 1/12/93							
NUTS	BOVINOS			SUÍNOS		OVINOS	CAPRINOS
	Total	Vitelos com menos de 1 ano	Vacas leiras de 2 e + anos	Total	Porcos de engorda >50 Kg.		
	1 000 CABEÇAS						
CONTINENTE E ILHAS	1.322	393	375	2.665	816	3.305	836
REGIÃO CENTRO	249	73	95	581	172	661	306

Quad 44 - Fonte: Estatísticas INE e Anuário Região Centro (b) (c)

Relativamente à pecuária, o Centro contribui com 18% da produção de bovinos, 25% da produção de suínos, 20% da produção de ovinos e 37% da produção de caprinos.

C) PESCAS:

PESCADORES MATRICULADOS E EMBARCAÇÕES EM 1993

PESCADORES E EMBARCAÇÕES	
REGIÃO CENTRO	N.º TOTAL
PESCADORES MATRICULADOS	3.347
EMBARCAÇÕES COM MOTOR	
NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	744
TAB DAS EMBARCAÇÕES	49.054
CV DAS EMBARCAÇÕES	94.143
EMBARCAÇÕES SEM MOTOR	
NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	546
TAB DAS EMBARCAÇÕES	514

Quad 45 - Fonte: Estatísticas INE (b)

As pescas são um sector que, face à tradição e zona costeira da região Centro, se implantou muito cedo, possuindo a região 2 portos comerciais (o de Aveiro e o de Figueira da Foz).

PESCA DESCARREGADA (ALGUMAS ESPÉCIES) EM 1993

PRINCIPAIS ESPÉCIES	REGIÃO CENTRO		CONTINENTE E ILHAS	
	Total	1.000 Escudos	Total	1.000 Escudos
PEIXES DIÁDROMOS	6	5.642	97	89.651
PEIXES MARINHOS	20.303	2.418.817	218.585	41.888.815
CARAPAU	4.064	620.365	27.826	4.584.292
FANECAS	919	295.500	3.873	1.542.641
PESCADA BRANCA	128	120.967	4.474	3.763.848
SARDINHA	11.695	383.075	90.413	4.070.309
OUTROS	3.497	998.910	91.999	27.927.725
CRUSTÁCEOS	535	27.442	1.484	1.313.772
MOLUSCO	6.187	1.140.890	23.310	6.207.686
TOTAL	27.031	3.593.635	243.751	49.672.127

Quad 46 - Fonte: Estatísticas INE e Anuário Região Centro (b) (c)

A região Centro tem o peso de cerca de 11% do pescado nacional, especialmente peixes marinhos, cerca de 9% do total a nível nacional. O carapau, a sardinha e os moluscos constituem os maiores volumes de pesca desta região.

3.2.5.2 - Indústria Extractiva

A região Centro nos seus sectores de actividade incorpora alguma indústria extractiva, nomeadamente com o objectivo da extracção de minerais não metálicos. Este sector ocupa 195 empresas, cerca de 21% das empresas portuguesas deste sector, dando emprego a 0,1% da população activa desta região (0,03% da população activa nacional).

As indústrias extractivas apresentam as seguintes características:

INDICADORES GERAIS DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM 1992- EMPRESAS SEDIADAS NA REGIÃO CENTRO E PORTUGAL

CAE	Total de empresas	Pessoal ao serviço	CUSTOS			Proveitos		Aumento de mobil.	VAB pm
			total	pessoal	despesas interméd.	total	vendas	corpóreo	
	N.º	1 000 000 Esc.							
2-indústrias extractivas									
Região centro	374	3.363	23.304	5.115	11.986	20.475	16.322	4.591	7.489
Portugal	1.310	18.246	174.866	32.400	85.975	159.478	129.717	21.276	58.919
21+23 extracção de carvão e de minérios metálicos									
Região centro	4	853	5.540	1.793	1.695	2742	1.168	650	826
Portugal	18	3.178	42.411	9.216	18.080	47.647	39.705	4.413	25.028
29-extracção de minerais não metálicos e rochas industriais									
Região centro	370	2.510	17.764	3.322	10.291	17.733	15.154	1.372	6.660
Portugal	1.292	15.068	132.455	23.184	67.895	111.831	90.012	16.863	33.892

Quad 47 - Fonte: estatísticas Região Centro (b)

3.2.5.3 - Indústria Transformadora

A indústria transformadora, tal como para o país em geral, é uma dos principais sectores de desenvolvimento da zona Centro. Nesta região, esta indústria ocupa cerca de 6.356 empresas, o que representa 18% do total do sector relativamente ao país, empregando 181.600 pessoas (cerca de 22,3% da população activa da região e 4% do total nacional). A população activa reparte-se pelos vários ramos do sector da indústria transformadora da seguinte forma:

População Empregada por Ramo de Actividade e por Sexo no ano de 1994		
POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMO DE ACTIVIDADE E SEXO	SEXO	REGIÃO CENTRO MÉDIA ANUAL
Indústrias Alimentares	HM	20.8
	H	12.9
	M	7.9
Indústrias Têxtil e Calçado	HM	53.4
	H	12.5
	M	40.8
Indústrias da Madeira do Papel da Edição e Impressão	HIM	20.7
Produtos Petrolíferos Químicos de Borracha de Plástico e outros minerais não Metálicos	H	17.1
	M	3.6
	HM	37.8
Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos	H	25.8
	M	12.0
	HM	18.2
Fabricao de Máquinas Electrónicas e Eléctricas	H	14.3
	M	4.0
	HM	19.6
Fabricao de Automóveis e Outro Material de Transporte	H	14.1
	M	5.5
	HM	6.1
Fabricao de Mobiliário e Reciclagem	H	5.1
	M	1.1
	HM	5.0
	H	4.0
	M	1.0

Quad 48 - Fonte: estatísticas Região Centro.(b)

A indústria transformadora é o sector industrial que absorve mais pessoal e ocupa mais empresas em toda a região centro, apresentando as seguintes características:

Indicadores gerais da indústria transformadora em 1992 - empresas sediadas na Região Centro e Portugal

CAE	Total de empres as	Pessoal ao serviço	CUSTOS			PROVEITOS		Aumento s de Imob.	VAB PM
			Total	Pessoal	Desp. Interméd.	Total	Vendas	Corpó- reo	
REGIÃO	N.º		1 000 000 ESC.						
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS									
R. Centro	10854	156711	1088224	205345	727793	1093455	965692	74687	301387
Portugal	64463	998633	8705765	1460549	5698570	8700713	7567386	491639	2398971
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO BEBIDAS E TABACO									
R. Centro	1857	20167	256669	25472	201940	257471	244176	12799	44801
Portugal	7485	116325	1771925	182252	1267052	1793411	1678133	76843	407610
INDÚSTRIAS TÊXTEIS, DO VESTUÁRIO E DO COURO									
R. Centro	1431	44666	173244	47268	98563	168422	135757	14094	60712
Portugal	15309	362695	1775332	382567	1159723	1745964	1461980	92114	474575
INDÚSTRIAS DE MADEIRA E DA CORTIÇA									
R. Centro	2015	16716	109100	17913	77667	121155	100953	1441	26193
Portugal	13904	103095	527365	94988	370008	544088	482331	30316	134579
INDÚSTRIAS DO PAPEL, ARTES GRÁFICAS E EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES									
R. Centro	358	4732	47969	9742	27527	44039	37896	4321	13533
Portugal	2969	51017	600655	110576	374650	582087	457003	39995	168615
INDÚSTRIAS QUÍMICAS DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DO CARVÃO E DOS PRODUTOS DE BORRACHA E DE PLÁSTICO									
R. Centro	372	8142	98464	14012	71104	97008	88997	5218	21839
Portugal	1863	60236	1385206	156469	796552	1360824	1240292	120297	490225
INDÚSTRIAS DOS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS, COM EXCEPÇÃO DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO BRUTO E DO CARVÃO									
R. Centro	977	25037	159960	37645	91800	158132	141775	20672	57106
Portugal	3916	69154	523306	115671	301110	550681	478845	29239	201314
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE									
R. Centro	133	3635	29801	6897	17366	28570	26249	2576	8485
Portugal	603	17634	188886	35575	113355	164238	144976	21245	37613
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS METÁLIC. E DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE TRANSPORTE									
R. Centro	3613	32948	209589	45721	139202	215144	186779	16266	67915
Portugal	16447	205011	1852504	365965	1260102	1874932	1550853	78677	462574
OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS									
R. Centro	98	668	3428	675	2624	3514	3110	182	804
Portugal	1967	13466	80586	16486	56018	84488	72973	2913	21868

Quad 49 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

3.2.5.4 - Electricidade, Gás e Água

A electricidade, gás e água é um dos sectores menos implantados na região, mas que tem algum significado no cômputo nacional. Este sector ocupa 30 empresas, o que representa cerca de 19% das empresas do sector a nível nacional. O sector emprega 3,7% da população activa da região Centro (0,1% da população activa nacional).

No que diz respeito à electricidade e água, quase todas as freguesias dispõem de distribuição de água e electricidade, apresentando a região o seguinte quadro de consumos:

Consumo de Electricidade (EDP)

NUTS	CONSUMO DE ELECTRICIDADE			N.º DE CONSUMIDORES	
	Doméstico	Industrial	Água Distribuída	Domésticos	Industriais
CONCELHOS	1993.				
CONTINENTE	6.914.366	10.040.775		3716.243	143.780
REGIÃO CENTRO	1.098.675	2.341.182		736.315	32.643

Quad 50 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

Este sector apresenta as seguintes características:

Indicadores Gerais de Energia e Água em 1992- Empresas Sediadas na Região Centro e Portugal

CAE	TOTAL	Pessoal	CUSTOS			PROVEITOS		Aument os de	VAB PM
	de Empre- sas	ao Ser- viço	TOTAL	Pessoal	despe- sas Interm.	TOTAL	Vendas	Imobil Corpó- reo	
REGIÃO	N.º	1 000 000 ESC							
ELECTRICIDADE, GÁS E ÁGUA									
Região Centro	14	35	226	27	188	279	189	12	51
PORTUGAL	73	22.886	638.807	90.989	151674	660278	487.048	342493	433802
ELECTRICIDADE, GÁS E VAPOR									
Região Centro	3	4	61	5	54	* 96	54	1	4
PORTUGAL	33	21.137	622.229	86.311	145.77	640787	471.026	336.516	420.914
ABASTECIMENTO DE ÁGUA									
Região Centro	11	31	165	22	134	183	135	11	47
PORTUGAL	40	1.749	16.378	4.680	5.997	19.491	16.022	5.976	12.889

Quad 51 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

3.2.5.5 - Construção e Obras Públicas

O sector da construção integra 2.865 empresas da região, cerca de 15,7% das empresas nacionais deste sector. O emprego representa 7% da população empregada da região Centro e 1% do país.

Sendo uma região com um desenvolvimento recente, encontra-se a proliferação de empresas de construção por toda o centro. A zona interior absorveu nestes últimos tempos maior concentração de obras públicas, nomeadamente no desenvolvimento de infra estruturas e meios de comunicação.

Este sector apresenta as seguintes características:

Valor dos trabalhos realizados pelas empresas da região centro (1 000 000 Esc.)

Tipos de Obras	Continente e ilhas	Região Centro
total	1.178.194	96.793
construção de edifícios	521.861	36.626
dos quais:		
habitação	228.606	15.026
indústria	54.873	4.030
educação	40.849	3.323
saúde	27.670	529
obras de engenharia civil	399.744	36.977
dos quais:		
obras hidráulicas	43.814	936
barragens	10.995	59
vias de comunicação	174.783	18.312
estradas e auto-estradas	143.249	16.879
caminhos de ferro e metropolitano	18.795	323
obras de urbanização	105.986	13.210
terraplanagem de arruamentos	41.651	5.275
captação de abastecimento de água	28.012	5.058
distribuição de electricidade	4.283	346
distribuição de gás	70	
drenagem e depuração de esgotos	21.097	1.518
outras obras N. E.	256.589	23.190

Quad 52 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

Formação Bruta de Capital Fixo das administrações públicas segundo a localização dos activos

Tipos de bens	Região centro			Continente e ilhas		
	Admin. Central	Admin. Local e regional	Segurança Social	Admin. Central	Admin. Local e regional	Segurança Social
Total	36.875	27.463	405	172.327	153.693	3.042
FBCF em habitação	921	1.691		7.009	14.132	
FBCF em edifícios	7.779	7.313	384	42.067	34.564	2.598
FBCF em outras construções	19.068	16.652		74.851	88.745	
FBCF em melhoramentos fundiários	2.417	43		5.391	376	
FBCF em plantações	16	23		42	32	
FBCF em material de transporte	301	694	8	2.499	5.089	84
FBCF em bens de equipamento	6.466	1.775	235	41.380	16.702	1.786
FBCF em gado	2		1	25		5
FBCF em bens existentes	-95	-728	-223	-937	-5.947	-1.431

Quad 53 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

3.2.5.6 - Comércio e Hotelaria

CONCELHOS	Comércio por Grosso e a retalho e Hotéis
Continente e Ilhas	82.354
Região Centro	10.459

Quad 54 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

Incorporando 10.459 empresas, esta região absorve cerca de 12% das empresas do sector, emprega 44% da população regional e 8% da população activa portuguesa, repartindo-se pelos ramos de actividade da seguinte forma:

População Empregada por Ramo de Actividade e por Sexo no ano de 1994 (cont.):

POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMO DE ACTIVIDADE E SEXO	SEXO	REGIÃO CENTRO MÉDIA ANUAL	CONTINENTE MÉDIA ANUAL
Comércio e Manutenção de Automóveis e Combustíveis	HM	26.0	115.4
	H	23.3	100.9
	M	2.8	14.5
Comércio por Grosso e Intermediários	HM	18.9	112.8
	H	15.3	81.0
	M	3.6	31.8
Comércio a retalho Reparação de Bens Pessoais e Domésticos	HM	68.6	403.6
	H	32.8	200.3
	M	35.8	203.4
Hotéis e Restaurantes	HM	25.8	185.5
	H	10.3	88.6
	M	15.5	96.9

Quad 55 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

O sector do comércio e hotelaria é caracterizado por pequenos e médios estabelecimentos espalhados por todo o território, existindo também em alguns distritos antigos edificios nobres e palácios transformados em hotéis maiores e de grande qualidade.

Estabelecimentos e capacidade de alojamento

NUTS	Estabelecimentos	Capacidade de Alojamento
CONTINENTE	1.728	202.442
REGIÃO CENTRO	281	20.333

Quad 56 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

3.2.5.7 - Bancos, Seguros, OSI e SPEM

O sector bancário é constituído por 8.019 empresas, cuja representatividade no total nacional do sector é de 8,5% e utilizando 1% da população activa regional.

Os estabelecimentos bancários e as companhias de seguros espalham-se um pouco por toda a região centro, mas concentrando-se sobretudo no litoral.

Estabelecimentos bancários e companhias de seguros

NUTS	Estabelecimentos bancários	Pessoal ao serv. Bancário	Companhias. de Seguros
CONTINENTE			908
REGIÃO CENTRO	620	6.811	191

Quad 57 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b)

3.2.5.8 - Serviços

Os serviços têm bastante representatividade nesta região, constituindo um importante apoio ao desenvolvimento industrial da região. Este sector integra 2.052 empresas, 12,9% do total nacional das empresas do sector. Utilizando uma mão de obra de 187.100 pessoas (ou seja, 23% da população da região Centro - 4% da população portuguesa), que se reparte pelos ramos do sector da seguinte forma:

População Empregada por Ramo de Actividade e por Sexo no ano de 1994:

POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMO DE ACTIVIDADE E SEXO	SEXO	REGIÃO CENTRO MÉDIA ANUAL
Actividades Informáticas Investigação e Desenvolvimento	HM	9.0
	H	5.5
	M	3.6
Administração Pública Defesa e Segurança Social Obrigatória	HM	46.2
	H	34.3
	M	12.0
Ensino	HM	63.4
	H	15.3
	M	48.1
Saúde e Serviços Sociais	HM	43.2
	H	11.4
	M	31.8
Outras Actividades de Serviços	HM	25.3
	H	5.3
	M	20.1

Quad 58 - Fonte: estatísticas Região Centro e INE (b) (c)

4 - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO

AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA

A agricultura, no seu sentido mais lato, sendo um dos sectores basilares da economia, influência de forma preponderante a economia e dependência de um país ou região. Ela pode influenciar de forma importante o crescimento e desenvolvimento dos restantes sectores de actividade, quer dos sectores que lhe são adjacentes, quer dos sectores que directa ou indirectamente de si dependem.

Todos os distritos da Região Centro, apresentam, à primeira vista, uma diminuta percentagem de empresas dedicadas ao sector primário. No entanto, esta é uma região em que praticamente toda a população se pode enquadrar, como sendo, "empresário agrícola em nome individual". A maior parte da população activa dos distritos ocupa-se do sector agrícola como complemento da sua actividade profissional principal. Desta forma, esta actividade constitui uma importante base de sobrevivência de toda a população, ajudando a aumentar o rendimento familiar.

4.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE ENVOLVENTE

4.1.1 - Análise dos factores do Ambiente Envolvente

A análise dos factores do ambiente permite organizar e enumerar os factores que são críticos para o planeamento, controlo e gestão estratégicos. Sendo assim, esta análise permite descrever os factores relativos à envolvente económica, às políticas e decretos-lei, aos aspectos tecnológicos existentes e aos aspectos socioculturais mais relevantes, no sentido em que eles possam afectar e auxiliar a definição da gestão e estratégias mais adequadas. Nesta análise verifica-se as correlações entre os diversos factores e os seus impactos nos sectores de actividade económica, e ainda na evolução futura dos mesmos.

Factores Económicos e Estruturais

O ambiente envolvente, tal como se pode constatar através dos factos apresentados no ponto anterior deste capítulo, apresenta tendência para estabilidade económica. Esta estabilidade encontra-se caracterizada através dos seguinte aspectos:

- a orientação da política monetária visa a estabilização nominal da economia e a adesão do escudo ao mecanismo cambial do sistema monetário europeu;
- a estabilidade de preços é um objectivo económico de médio prazo;

- a inflação actualmente apresenta uma taxa de 4,7%, com tendência para descer;
- a procura interna tem registado alguma evolução;
- o mercado funciona como mercado aberto e sem fronteiras, principalmente relativamente à Europa existindo livre circulação de bens, pessoas e capitais;
- o consumo tem diminuído um pouco, principalmente de bens de luxo, devido ao abaixamento do poder de compra provocado pela recessão;
- o ciclo económico encontra-se num período ascendente, embora as melhorias sejam lentas;
- a taxa de índice de preços no consumidor é de 5,2%;
- calcula-se que a desaceleração dos salários nominais seja de 3%;
- o PIB registou uma taxa de variação de aproximadamente 1%;
- o PIB a taxa de variação real do UE(15) de cerca de 2,8%;
- a taxa de poupança do sector privado representa 24,1% do PIB;
- a taxa de poupança das empresas representa 14,8% do PIB;
- a taxa de juros apresenta um valor de 8,88%;
- a taxa de inflação da UE (12) foi de 3,1%;
- O investimento em FBCF é de aproximadamente 4,2 (taxa de crescimento em volume);
- O investimento em FBCF é de aproximadamente 2,8 (taxa de crescimento em preços).;
- o IPC do sector alimentar é de cerca de 115,34;
- o IPC do sector de vestuário e calçado é de cerca de 124,61;
- a maioria das empresas portuguesas enquadra-se no âmbito de pequenas e médias empresas (70% são PME's);
- a maioria das empresas apresenta um volume de negócios inferior a 100.000 contos (cerca de 75% das empresas);
- a Região Centro caracteriza-se por solos férteis e recursos hídricos abundantes;
- as empresas dos diversos sectores económicos localizam-se em maior número e com maior diversidade no litoral da Região Centro, existindo também, mas em menor quantidade no interior da mesma;
- o potencial de crescimento do sector da Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca é de cerca de 0,2%;
- o sector agrícola sofre a concorrência dos produtos importados, principalmente de produtos espanhóis e franceses, para além dos produtos da América do Sul;
- no sector primário, existem 5.707 empresas empregando 11% da população activa e representando 6% no PIB nacional;
- o sector primário está dividido nas seguintes actividades económicas:- agricultura e pecuária; - serviços relacionados com agricultura; - caça com armadilha e repovoamento cinegético; - silvicultura; - exploração florestal; - pesca;
- Portugal apresenta uma situação deficitária relativamente a fruta e carne(produção inferior ao consumo);

- na sua maioria, os agricultores trabalham por conta própria, para si e para venda directa em praças e feiras, ou para venda a intermediários;
- os intermediários do sector da agricultura vendem às empresas conserveiras e alimentares, e aos vendedores finais (grandes superfícies e outros);
- a maioria dos agricultores não conhecem os canais de distribuição dos seus produtos;
- na Região Centro, a maioria dos agricultores não têm conhecimento sobre os ciclos de vida dos produtos, embora haja características de sazonalidade que na sua maioria são conhecidas e aproveitadas;
- 78% das empresas da Região Centro empregam até 29 trabalhadores;
- 88% das empresas da Região Centro originam um volume de negócios inferior a 150 milhões de contos;
- o sector primário representa 11% do volume de negócios da R.C., 25% do emprego e 6% das empresas;
- as produções agrícolas da região centram-se em milho, centeio, arroz, feijão e batata;
- as produções vinícolas da região são mais representativas em vinho branco, vinhos de qualidade e vinhos de mesa (18% da produção nacional);
- a produção de azeite da região corresponde a 27% da produção nacional;
- a pesca descarregada da Região Centro representa 11% do pescado nacional, centrando-se em moluscos, carapau e sardinha;
- Portugal apresenta um quadro excedentário relativamente a batata e leite;
- a falta de produtos hortícolas e frutícolas é compensada com importação;
- a carne consumida provem da produção do país e da importação;
- Portugal exporta produtos florestais, em especial cortiça;
- a Região Centro apresenta uma balança deficitária em relação à pecuária, e à agricultura;
- a exportação e importação dos produtos da Região Centro são fundamentalmente para a Comunidade Europeia;

Factores Tecnológicos

A tecnologia usada na agricultura ainda tem características familiares, sendo encarada de forma pouco "empresarial":

- a tecnologia usada é muito rudimentar, utilizando animais ou tractores para o trabalho mais pesado em termos físicos, e usando produtos químicos na protecção dos produtos;
- a utilização dos produtos químicos, apesar de na maior parte das vezes ser feita como é prescrito nas embalagens, nem sempre os agricultores conhecem concretamente os seus malefícios e/ou produtos alternativos mais adequados;
- há obrigatoriedade de utilização de dispositivos de segurança em todo o equipamento utilizado (como máscaras, luvas e outros);

- há obrigatoriedade de utilização de tecnologias, equipamentos e produtos mais limpos do ponto de vista ambiental;
- há obrigatoriedade de tratamento dos efluentes das explorações antes do seu lançamento nos esgotos públicos ou nos locais próprios para o efeito;
- há obrigatoriedade de cumprir com as normas ambientais sobre a quantidade, qualidade e concentração dos diversos produtos químicos nos esgotos, nos efluentes, nos aterros e nos lançamentos gasosos provenientes de queima;
- há obrigatoriedade de cumprimento de normas de higiene e saúde pública para todos os produtos alimentares;
- há obrigatoriedade de participação às entidades sanitárias acerca de alguma anomalia relativamente ao cumprimento das normas dos produtos, com relação ao cumprimento dos padrões considerados para a saúde pública;
- os resíduos da actividade agrícola tem à sua disposição aterros sanitários, e em alguns locais ETAR's para o tratamento dos efluentes (em especial das explorações pecuárias, dos lagares, etc.);
- a Região Centro dispõe na zona litoral de bons acessos rodoviários, ferroviários, e marítimos;
- a Região Centro dispõe de centros tecnológicos para as indústrias das madeiras, produtos não minerais e químicos, e alguns produtos agrícolas.

Factores Políticos e Legais

As políticas portuguesas fomentam o desenvolvimento industrial de todos os sectores da economia, e apresentam as seguintes características:

- Portugal é um país com estabilidade política, funcionando em democracia;
- a política monetária procura a estabilização dos preços;
- a política portuguesa inclui planos de apoio ao desenvolvimento dos sectores de actividade económica através dos programas de apoio;
- Há vários programas de apoio para o sector primário, encontrando-se neste momento activo o SIR:

SIR- Sistema de Incentivos Regionais - este programa tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento endógeno das regiões desfavorecidas, aumentando a competitividade regional, apoiando a criação de empregos e a diversificação produtiva e, contribuindo para o progresso das regiões menos desenvolvidas de forma a complementar possíveis efeitos das medidas de políticas sectoriais. O seu período de execução vai de 1994 a 1999. Este sistema apoia projectos que visam a criação ou a modernização de pequenas e médias empresas pertencentes às CAE 10-37, 50-52, 74 e 90, e que contribuam para o reforço da base económica das regiões, fomentem as actividades alternativas à agricultura ou à mono indústria e serviços. Este programa abrange quase todo o território português excepto zonas litorais cujo desenvolvimento já é bastante significativo, como o Porto e algumas áreas limítrofes, Aveiro e algumas áreas limítrofes, Coimbra, Figueira da Foz e

áreas limítrofes, Leiria e áreas limítrofes, Lisboa, Setúbal e áreas limítrofes e Algarve zona litoral de Lagos, Albufeira, Portimão, Quarteira e Faro.

- a política ambiental obriga a existência de utilização de dispositivos de protecção e segurança individual em todo o equipamento, e à protecção relativamente a produtos poluentes utilizados nos diversos sectores de actividade;
- a política ambiental exige a utilização de tecnologias, produtos e equipamentos mais limpos do ponto de vista ambiental;
- a política ambiental exige a remodelação das tecnologias existentes por forma a garantir a diminuição de emissão de poluentes, seja em efluentes, em resíduos sólidos, ou em contaminação atmosférica;
- a política estabelece os standards para a saúde pública, e obriga ao seu cumprimento promovendo acções periódicas de inspecção e aconselhamento relativamente às condições dos produtos e dos estabelecimentos.

Factores Socio-Culturais

- Portugal apresenta uma taxa de desemprego que ronda os 5,6% e que tem tendência para aumentar;
- apresenta uma mudança de mentalidade e grau de exigência crescente por parte da população em geral, face à poluição;
- a população consome maior quantidade de produtos "amigos do ambiente" ;
- a população premeia e consome maior quantidade de produtos oriundos das empresas que não poluam ou poluam pouco o ambiente;
- as pessoas interessam-se de forma mais atenta por notícias relativas à poluição;
- a população exige saber quem polui e onde;
- a população está mais atenta às questões que se prendem com a saúde pública;
- há preferência pelos "eco-produtos";
- a Região Centro incorpora cerca de 18,6% da população activa nacional;
- a população da Região Centro denota grande diversificação entre litoral e interior;
- por toda a região há falta de pessoal com formação adequada para quadros qualificados ou altamente qualificados.

4.1.2 - Oportunidades/Ameaças

A análise de SWOT, não é mais do que uma enumeração das capacidades do sector relativamente às fraquezas e forças que apresenta na sua relação com a concorrência e o ambiente externo e é também uma enumeração dos factores pertencentes ao ambiente externo e que poderão constituir oportunidades ou ameaças relativamente às capacidades e necessidades do sector. Analisam-se os factores internos e externos que actuam sobre o sector e sobre as empresas que dele fazem parte. Estes factores podem, consoante o seu impacto, constituir oportunidades ou ameaças:

Oportunidades

As oportunidades advêm da estabilidade do país e incorporam os seguintes factores:

- a orientação da política monetária visa a estabilização nominal da economia e a adesão do escudo ao mecanismo cambial do sistema monetário Europeu;
- as taxas de juro, embora altas, estão com tendências para diminuir;
- a procura interna tem registado alguma evolução;
- o mercado funciona como mercado aberto e sem fronteiras, principalmente em relação à Europa, havendo livre circulação de bens, pessoas e capitais;
- o ciclo económico encontra-se num período ascendente, embora as melhorias sejam lentas;
- a existência de programas para a agricultura não é muita, embora se possam aproveitar as situações previstas no SIR, actualmente activo.

Ameaças

As ameaças são, na sua maioria, provenientes da concorrência e da disponibilidade financeira, apresentando os seguintes factores:

- a política salarial tem apresentado algumas flutuações na taxa de desemprego;
- as taxas de juro e de inflação são elevadas;
- o mercado funciona como mercado aberto e sem fronteiras, principalmente em relação à Europa, havendo livre circulação de bens, pessoas e capitais;
- Portugal apresenta uma taxa de desemprego que ronda os 5,6% e que tem tendência para aumentar;
- por toda a Região Centro há falta de pessoal com formação para os quadros qualificados ou altamente qualificados;
- há uma enorme concorrência entre as pequenas e as médias empresas;
- na área alimentar há uma grande concorrência, de produtos espanhóis, franceses e da América do Sul;

- Portugal irá colocar em prática o impedimento conferido pela legislação portuguesa que irá exigir moderação no uso dos adjuvantes das culturas e mesmo eliminação de alguns dos químicos usados actualmente.

4.1.3 - Os Subgrupos Existentes no Sector Primário

No sector primário há que distinguir que cada actividade constitui um subgrupo que produz um determinado tipo de produto. Assim, como principais subgrupos podem-se definir:

- produtores agrícolas
- caçadores
- produtores de pecuária
- silvicultores
- exploração florestal
- pesca.

De entre estes sectores os que se encontram mais desenvolvidos e que por tal motivo também permitem o acesso a alguns dados estatísticos são: a agricultura, a pecuária e a pesca. A agricultura, como grande grupo que é compreende subgrupos, como o subgrupo de produtos hortícolas, o subgrupo de produtos frutícolas, o subgrupo de cereais, a vinicultura e a produção de azeite.

Em cada grupo distinguem-se os produtores, os intermediários e os vendedores finais. Os vendedores finais podem ser pequenos estabelecimentos, ou os próprios produtores, ou ainda grandes superfícies.

4.1.4 - Hierarquia de valores

A análise e estudo da hierarquia de valores permite descrever, e auxilia a determinar os valores, intenções, missões, objectivos e metas patentes nos diferentes sectores e subsectores.

Valores Básicos do sector de actividade

Os objectivos do sector primário para todos os distritos caracterizam-se pela necessidade de melhoria do sector, permitindo a continuação da existência das empresas, a criação de valor e a obtenção de lucro, conseguindo, assim, alcançar uma evolução sustentada.

Principais estratégias do sector de actividade

As estratégias de longo prazo proclamadas pelos constituintes deste sector, dizem respeito ao aumento da quantidade produzida, à diversificação dos produtos, e ao aproveitamento de sinergias com as outras actividades existentes no mercado, nomeadamente na região, obtendo maior lucro, crescimento, e melhoria da imagem.

A verificação e descrição dos objectivos básicos e posicionamento do sector em relação aos factores que os podem incentivar ou afectar é também de grande importância. Os principais factores comuns aos distritos da Região Centro caracterizam-se por:

Áreas Chave	Medida da Performance
Marketing	O marketing quase não existe neste sector, à excepção de alguns vinhos
Inovação	A inovação é pequena, havendo somente algum tipo de inovação nos equipamentos usados
Organização Humana	Há organização humana suficiente, mas na sua maioria não especializada.
Recursos Físicos	Os recursos financeiros existem, mas não são do conhecimento de toda a população activa, nem acessíveis a todos
Produtividade	A produtividade é baixa, comparativamente com o resto da Europa
Lucros	Os lucros são baixos em virtude da concorrência se efectuar pelos preços e a quantidade produzida ser pequena

Quad 59

Nota: As factos provenientes de estatísticas nacionais e regionais apresentadas nos quadros de cada um dos distritos, embora provenham de dados recolhidos em 1993 e 1994, constituem os dados existentes mais recentes, e sem grande margem de erro podem indicar as tendências e proporções actuais caracterizando o posicionamento actual das diversas características e variáveis.

5 - AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE AVEIRO

5.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE AVEIRO

AMBIENTE INTERNO DO SECTOR DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE AVEIRO

Aveiro, e o seu distrito, apresentam um baixo número de empresas dedicadas ao sector agrícola. No entanto, a maior parte da população activa do distrito ocupa-se do sector agrícola como actividade complementar à sua profissão principal. Desta forma, esta actividade constitui um importante complemento económico para quase toda a população do distrito.

O sector primário que integra as actividades de agricultura, silvicultura, caça e pesca apresentam segundo os dados estatísticos apurados nas associações industriais e no INE, os seguintes índices:

Caracterização dos Sectores de Actividade 1994

Actividades da CAE	N.º de Emp.	%	Vol. de Negócios	N.º de Trabalhadores
AGRIC. SILV. CAÇA E PESCA	209	1.8	212925179	2969
TOTAL	11580	100.	1655996856	167350

Quad 60 - Fonte: estatísticas da AIDA, estatísticas do INE (b)

As actividades económicas que envolvem o sector primário representam cerca de 1,8% das empresas do distrito de Aveiro, ocupam cerca de 2% da sua população activa e proporcionam um volume de negócios da ordem dos 13% do volume de negócios do distrito. No cômputo do sector na Região Centro e no país, observa-se que o distrito de Aveiro, ocupa no sector primário cerca de 23% das empresas deste sector pertencentes à Região Centro, e cerca de 4% das empresas que compõem o sector em todo o país. O emprego que é gerado pelo sector primário no distrito de Aveiro tem um peso de 2% do emprego gerado no mesmo sector por toda a Região Centro e cerca de 0,6% no que respeita ao posicionamento nacional. A contribuição deste sector do distrito em termos de volume de negócios, representa uma pequena percentagem de 0,4% do volume de negócios da agricultura em Portugal, e de 4% do volume auferido pela mesma na Região Centro.

O sector primário, no distrito de Aveiro, é mais preponderante no que diz respeito à pecuária e à pesca, uma vez que sendo a agricultura praticada de forma individual, não estão disponíveis dados sobre a globalidade da agricultura efectuada. A agricultura praticada neste distrito incorpora de forma

genérica a produção de todos os produtos agrícolas, em especial a batata, os produtos hortícolas, os produtos frutícolas, o milho e arroz, e outros cereais. O vinho, produzido por esta região demarcada, é outro dos produtos preponderantes em Aveiro, particularmente o vinho branco e os vinhos de mesa. A pecuária apresenta neste distrito um valor de produção aprovada para consumo de cerca de 16% do valor produtivo regional, conforme se pode constatar pelo quadro seguinte.

RESES ABATIDAS E APROVADAS PARA CONSUMO, SEGUNDO AS ESPÉCIES, EM 1993

NUTS		TOT PESO LIM		BOVINA		OVINA		CAPRINA		SUÍNA	
		VITELOS		ADULTOS		Cab	PLIM	CAB	PLI	CAB	P LIM
CONCELHOS		CABE	P LIM	CABE	P LIM						
	Ton	Nº	Ton	Nº	Ton	Nº	Ton	Nº	Ton	Nº	Ton
Continente e Ilhas	414496	73970	8157	423615	107062	1083385	12034	234596	1926	4084595	284525
Região Centro	61760	1701	153	67344	16246	318545	2986	116289	1158	762200	41178
Baixo Vouga	10215	217	16	12811	3033	19977	346	6029	87	195798	6732
distrito de Aveiro	10215	217	16	12811	3033	19977	346	6029	87	195798	6732

Quad 61 - Fonte: Ministério da Agricultura (b)

O distrito de Aveiro produz 10.215 toneladas de carne limpa, sendo a maior parte suína e bovina. A pecuária praticada produz 65% de carne de origem suína e 30% de carne de origem bovina, nomeadamente carne criada, produz ainda 0,1% de carne bovina de vitelos, 3% de carne ovina e 0,8% de carne caprina. A produção pecuária deste distrito contribui em cerca de 3% para a produção pecuária nacional, e em 16% para a mesma produção na Região Centro.

A carne bovina criada corresponde a aproximadamente 18% da produção da mesma na Região Centro e 2% do total nacional.

A carne de origem suína representa cerca de 16% da produção da Região Centro e 2% da produção nacional deste tipo de res. No que respeita à produção de carne ovina e caprina, esta integra respectivamente 11,8% e 8% das produções obtidas na Região Centro, tendo um peso de 3% e 4,5% das produções portuguesas.

A pesca é um dos sectores mais antigos deste distrito. Tal situação sucede em virtude do distrito integrar no seu território rios, mar e uma longa extensão de costa marítima.

No sector da pesca, Aveiro e a sua região, incorpora a pesca costeira e a pesca longínqua incluindo ainda pesca à linha e pesca por arrasto, desenvolvendo assim o sector naval de forma muito particular.

Actualmente, e embora este sector esteja em crise, o distrito ainda dispõe de 2.609 pescadores matriculados e de 678 embarcações, o que constitui cerca de 77,9% dos pescadores existentes na Região Centro e integra cerca de 91% das embarcações aí existentes.

O quadro seguinte compara as características do sector em Aveiro e na Região Centro:

PESCADORES MATRICULADOS E EMBARCAÇÕES EM 1993

PESCADORES E EMBARCAÇÕES	REGIÃO CENTRO	
	TOTAL N.º	distrito de AVEIRO
PESCADORES MATRICULADOS	3.347	2.609
NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	744	678
TAB DAS EMBARCAÇÕES	49.054	42.445
CV DAS EMBARCAÇÕES	94.143	80.751
NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	546	387
TAB DAS EMBARCAÇÕES	514	309

Quad 62 - Fonte: estatísticas da AIDA e do INE (b) (d)

A pesca nesta região concentra-se em espécies marítimas e teve os seguintes valores:

PESCA DESCARREGADA (ALGUMAS ESPÉCIES)

PRINCIPAIS ESPÉCIES	REGIÃO CENTRO		distrito de AVEIRO	
	Total /(ton)	1.000 Escudos	Total /(ton)	1.000 Escudos
PEIXES DIÁDROMOS	6	5.642	3	2333
PEIXES MARINHOS	20.303	2.418.817	6.604	1.226.185
CARAPAU	4.064	620.365	2.728	388.198
FANECAS	919	295.500	460	147.056
PESCADA BRANCA	128	120.967	51	51.594
SARDINHA	11.695	383.075	970	47.083
OUTROS	3.497	998.910	2.395	592.254
CRUSTÁCEOS	535	27.442	522	17.632
MOLUSCO	6.187	1.140.890	5.655	928.882
TOTAL	27.031	3.593.635	12.784	2.175.042

Quad 63 - Fonte: estatísticas da AIDA e do INE(1993) (b) (d)

A pesca descarregada no distrito de Aveiro representa aproximadamente 47% do total de pesca apurada na Região Centro, auferindo um rendimento de cerca de 60% do rendimento total da Região Centro. As espécies mais pescadas são os crustáceos, os moluscos, o carapau, a sardinha e outros, constituindo respectivamente, 97%, 91%, 67%, 8% e 68% do volume de pesca destas espécies na Região Centro, auferindo um rendimento de 64%, 81%, 62%, 59% e 59% dos rendimentos proporcionados pelos mesmos peixes em toda a Região Centro.

Aveiro detém uma frota pesqueira que praticamente abarca a maior parte da frota existente na Região Centro e efectua pesca de alto mar, nomeadamente bacalhau, pescada e outros peixes que são congelados em alto mar após terem sido limpos.

5.2. - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO

5.2.1 - Análise das Forças de Porter

A análise das forças permite organizar e enumerar os factores que são críticos para o planeamento, controlo e gestão estratégicos, e para o posicionamento do sector relativamente aos potenciais entrantes, ao poder negocial dos fornecedores, ao poder negocial dos clientes, à existência de produtos substitutos, e aos outros "stakeholders - interessados", bem como à atitude do estado.

AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES

Apresentando este sector um muito baixo potencial de crescimento no país, e apresentando um volume de rendimento com algum significado no contexto distrital, torna-se à partida um sector com alguma atractividade.

No distrito de Aveiro, este sector incorpora somente 1,8% das empresas, 2% da população activa e 13% do volume de negócios, tendo maior relevo o sector das pescas (como por exemplo a pesca do bacalhau) e o da pecuária, devido às indústrias existentes que operam sobre aqueles bens, como a das conservas, congelados e laticínios, proporcionando assim ao sector alguma apazibilidade neste distrito. O sector pecuário e o piscatório são os mais representativos, contribuindo com grande parte do volume de negócios do sector.

Nos subgrupos da agricultura e da pecuária, do ponto de vista do produtor, não se verifica a existência de barreiras à entrada, visto ser um sector que não necessita de investimentos excepcionais, e é composto na maioria por pequenos agricultores que produzem em sistema de minifúndio, não tendo grande poder de reacção contra os possíveis entrantes.

No subgrupo das pescas, denota-se algumas diferenças fundamentais já que o investimento necessário (em frota pesqueira) é grande, as empresas deste sector neste distrito não são muitas e repartem as quotas de pescado entre si. Estas características fazem antever que a sua reacção a novos entrantes tem um peso importante, tanto mais que o conhecimento das zonas piscatórias adquirido ao longo dos anos é um dos trunfos que guardam, não o transmitindo a possíveis novos concorrentes. Há assim uma barreira à entrada que poderá tornar diminuto o interesse no sector.

O subgrupo de exploração florestal tem um peso muito diminuto neste distrito, não havendo disponíveis dados sobre o mesmo. No entanto, pode indicar-se que a indústria do papel é o principal explorador dos recursos florestais, podendo colocar barreiras moderadas. No sector dos vinhos, há algumas barreiras na sua maioria técnicas.

RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES

A maioria das empresas existentes no distrito enquadram-se na classificação de PME's não tendo grande impacto como concorrentes individuais, e praticando um tipo de agricultura baseado na

tradição e em pequenas explorações. A concorrência neste sector é feita fundamentalmente pelos preços, estando a qualidade um pouco relegada para um plano secundário.

Na agricultura, face às suas características e devido ao facto de que praticamente toda a população se torna em "agricultores", há muitas micro e pequenas empresas dividindo entre si diminutas quotas de mercado, e disponibilizando pequenas quantidades de produto não diferenciados, havendo uma moderada e por vezes elevada rivalidade.

Nas pescas, as empresas dividem entre si as quotas disponíveis existindo uma certa rivalidade entre os agentes existentes.

A pecuária, divide entre algumas empresas, e entre os produtores individuais as quotas, não existindo empresas líderes o que indica a existência de alguma rivalidade.

PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS

Não há produtos substitutos no sentido estrito do termo, no entanto e face à característica de sazonalidade das produções agrícolas, pecuárias e das pescas, pode considerar-se que os produtos da mesma espécie e tipo podem funcionar como substitutos uns dos outros. Assim, a carne de vaca pode substituir a de porco e vice versa, o mesmo acontecendo para os diversos tipos de legumes, cereais, frutas e peixes. Desta forma, a substituabilidade é quase absoluta sendo o preço um dos principais factores decisores, logo seguido do aspecto do gosto do consumidor.

Este facto auxilia a tomada de decisão e a adopção do preço dos bens no mercado.

PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES

Sendo os intermediários os clientes directos dos produtores, aqueles dispõem de poder negocial na medida em que compram ou não determinado produto pelo preço que eles próprios determinam. Não existindo muitos intermediários, o agricultor escolhe entre vender e ficar com o produto. Isto acontece especialmente com a agricultura, e pecuária.

Sendo os clientes toda a população de dada região (cliente final), estes só dispõem de poder negocial na medida em que compram ou não determinado produto, sendo este aspecto dependente dos preços praticados e da existência e proximidade entre "vendedores finais" existentes na região. Neste aspecto o poder do cliente não é muito preponderante para os "vendedores maiores", tendo alguma importância para os pequenos "vendedores".

O produtor que vende directamente ao cliente, e funciona como vendedor final, por exemplo em praças, fixa o seu preço e pode alterá-lo consoante o cliente podendo dar ao cliente um certo poder de negociar.

PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES

Os fornecedores deste sector, ou seja fornecedores de sementes e de coadjuvantes das culturas não tem um grande poder negocial, uma vez que, o produtor agrícola e de pecuária tem total possibilidade de escolha não necessitando de recorrer a fornecedores fixos. Os fornecedores podem facilmente ser substituídos por outros sem que o custo de mudança seja grande. Os produtos fornecidos provém tanto de Portugal como do estrangeiro, sendo importados e revendidos. Dependendo do preço os materiais necessários à actividade agrícola e pecuária são ou não comercializado .

O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA

O governo, quando fixa as variações de preços para os bens alimentares básicos, está a ter um poder regulador de mercado, diminuindo a margem de manobra das empresas que fazem parte do sector.

A legislação ambiental e os limites de coadjuvantes das culturas impostos pela legislação constituem um importante factor, nomeadamente, na escolha dos produtos (matérias-primas) usados e das tecnologias escolhidas. A legislação sobre as frotas e quotas de pescado impostas pela legislação portuguesa e comunitária, delimitam o sector das pescas e condicionam o seu comportamento, quanto a quantidade e qualidade de pescado passível de ser carregada.

5.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector



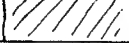





Esta análise de perfil de capacidade é um meio para definição das forças e fraquezas do sector, uma vez que permite a verificação da localização e posicionamento do sector relativamente aos factores externos, quer económicos quer políticos, quer relativamente à concorrência actual e potencial. Neste estudo são verificados aspectos nas categorias de gestão, concorrência e marketing, e técnica. A capacidade do sector nas diferentes categorias ajuda na descoberta e verificação dos pontos fracos e fortes do mesmo.




Gestão

	Fraco	Normal		Forte
Imagem do sector, responsabilidade social				
Uso de análise e planeamento estratégico				
Concorrência				
Rapidez de reacção a mudança de condições				
Flexibilidade e grau de estruturação				
Capacidade de atrair e reter pessoal criativo				
Capacidade de lidar com a inflação				





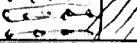
Quad 64 - Legenda: Pescas ≡ Agricultura e pecuária /// Vinho . Azeite




Competitividade

	Fraco	Normal	Forte
Força do Produto, Qualidade			
Quota de Mercado do sector no distrito			
Baixos custos de distribuição e venda			
Investimento em investigação & desenvolvimento em Novos produtos			
Elevadas barreiras à entrada de empresas no mercado			
Força dos fornecedores e disponibilidade de material			

Quad 65 - Legenda: Pescas  Agricultura e pecuária  Vinho  Azeite

Técnica

	Fraco	Normal	Forte
Capacidades técnicas e para a manufactura			
Utilização de recursos e de pessoal			
Nível de tecnologia usada			
Intensidade de mão de obra no produto			

Quad 66 - Legenda: Pescas  Agricultura e pecuária  Vinho  Azeite

Comentários:

A imagem do subsector da agricultura não é das melhores, sendo considerado como um sector secundário constituído por PME's e simplesmente complementar, uma vez que não produz elevado lucro. Esta situação provoca dificuldade na atracção de recursos humanos e materiais para o subsector. O fraco planeamento e gestão, aliado ao baixo investimento em inovação, e à utilização de tecnologia na sua maioria ultrapassada corroboram a situação de baixa quota de mercado, e de baixas barreiras à entrada. Este sector dispende de recursos físicos passíveis de variadas utilizações têm alguma flexibilidade e rapidez de reacção às mudanças. Os subsectores das pescas e da produção vinícola, tem no entanto uma imagem com algum prestígio devido há boa qualidade dos produtos, proporcionando-lhes atrair um melhor potencial de recursos humanos e económicos. Este subsector apresenta no entanto, e face à dificuldade de modificação tecnológica e à necessidade de grandes investimento para actualizar o sistema, uma certa inércia perante a modificação das condições ambientais, sendo difícil a sua reestruturação. Os produtos resultantes têm boa qualidade, e incorporam algumas transformações que lhe conferem um aumento de valor acrescentado. A existência de quotas predefinidas de pescado e as características das frotas de pesca atribuem ao subsector uma situação de elevadas barreiras à entrada.

A concorrência no sector primário é determinada pelos preços, existindo o perigo de invasão do mercado por produtos de países terceiros.

5.2.3 - Análise de SWOT

A análise de SWOT, compreende uma enumeração das fraquezas e forças que o sector apresenta na sua relação com a concorrência e o ambiente externo. O sector Primário no distrito de Aveiro apresenta a seguinte situação:

Forças

Este sector apresenta factores positivos, que na maioria advêm dos recursos e meios disponíveis:

- o distrito está situado no litoral é plano, com solos mais arenosos e recursos hídricos mais abundantes
- a agricultura neste distrito é feita de forma minifundiária e com explorações na sua grande maioria familiares, integrando culturas muito variadas
- no sector vinícola, os agricultores trabalham para as cooperativas, ou associações, e vendendo, por vezes o total das suas produções para as caves. Estas dispõem de explorações próprias do distrito.
- no sector das pescas, Aveiro e o seu distrito têm a maior representatividade na R.C.
- a maioria das empresas do sector das pescas têm já alguma dimensão, sendo empresas médias, que vendem os seus produtos para a indústria conserveira e para revendedores, fazendo também pesca longínqua.
- o distrito de Aveiro apresenta grande quantidade de indústrias alimentares e boas produções de cereais, batata, vinho, fruta, produtos hortícolas, pesca de arrasto e pesca de alto mar e empresas de apanha de sal
- Aveiro é um distrito com muitos recursos, quer em termos de recursos naturais (hídricos e solos férteis), quer em termos de recursos humanos (jovens e polivalentes)
- a população do distrito de Aveiro é a mais jovem do país, apresentando uma taxa de população activa superior à taxa de população inactiva
- no sector vinícola, o distrito detém um excelente know-how, fazendo parte de regiões demarcadas, e conhecidas quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Fraquezas

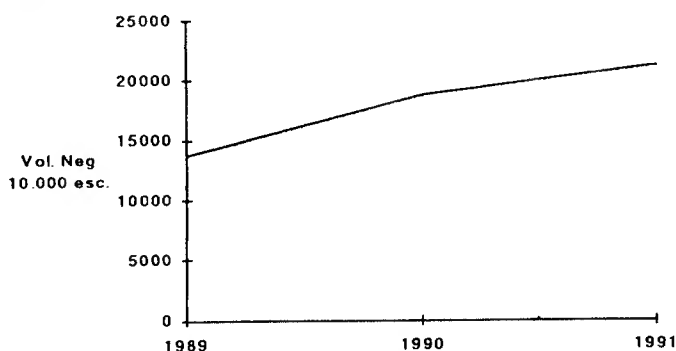
Falta neste distrito infra estruturas de apoio a este sector que desenvolvam novos produtos capazes de substituir e inovar os produtos disponíveis

- a agricultura neste distrito é feita de forma minifundiária, e a produção é feita em pequena quantidade.
- há já algumas empresas no sector agrícola, embora sejam ainda poucas
- a maioria dos agricultores não conhecem os canais de distribuição e vendem aos intermediários que vão surgindo
- as cooperativas agrícolas existentes não estão a ter bom desempenho

- a maioria da agricultura e pecuária que se pratica é tradicional, não utilizando qualquer método de gestão ou organização especializada
- os agricultores não têm conhecimento sobre os ciclos de vida dos produtos, embora haja características de sazonalidade que na sua maioria são conhecidas e aproveitadas
- a tecnologia usada é muito rudimentar, utilizando animais ou tractores para o trabalho mais pesado fisicamente, e usando produtos químicos tradicionais na protecção das produções
- não há estudos ambientais sobre o distrito nem sobre os poluentes destas actividades económicas
- os agricultores, na sua maioria, desconhecem a legislação ambiental existente que se refere à sua actividade
- a utilização dos produtos químicos, apesar de na maior parte das vezes ser feita com o que é prescrito nas embalagens, nem sempre os agricultores conhecem concretamente os seus malefícios e/ou produtos alternativos mais adequados
- os produtos agrícolas não têm sofrido inovação.
- a tecnologia disponível tem um custo significativo e só é rentável para explorações médias e grandes

5.2.4 - Ciclo de Vida do Produto

O levantamento do posicionamento do sector relativamente ao estágio de vida dos seus produtos no ciclo de vida do produto, permite auxiliar na decisão de estratégias possíveis



gráf. 1

comentários:

O sector primário situa-se genericamente numa fase de maturidade. A maioria dos produtos que integram este sector são antigos, não inovadores, podendo daí extrapolar-se que quase todos eles poderão estar numa fase de maturidade relativamente aos seus ciclos de vida.

5.2.5 - Estratégias

As estratégias mais adequadas aos diversos sectores serão determinadas com base nas análises que permitem a definição do posicionamento actual do sector e dos seus objectivos e metas para o futuro.

As diversas opções estratégicas do sector

		Produto	
		Actual	Novo
Mercado	Actual	- "não fazer nada" -consolidar -conquistar mercado	-desenvolvimento
	Novo	-desenvolvimento de mercado	-diversificação .relacionada .não relacionada

Quad 67

Comentários:

Este sector posiciona-se num mercado actual trabalhando também com produtos actuais, pelo que poderá manter-se como até aqui, consolidar ou tentar conquistar mercado.

		Estádio de Vida do Produto			
		Introdução	Crescimento	Maturidade	Declínio
Quota de Mercado	Alta	- sacrificar lucros para ganhar quota de mercado	reduzir preços quando os custos descem para desencorajar concorrentes. novos	consolidar a quota melhorando a qualidade aumentando publicidade utilizar toda a capacidade.	maximizar o cash flow reduzindo despesas
	Baixa	investir para incrementar a quota	concentrar-se num segmento que se possa dominar	retirar ou praticar preços e custos inferiores aos dos leaders	retirar

Quad 68

Comentários:

Os produtos do sector encontram-se na sua maioria num estágio de maturidade, e apresentam uma quota de mercado baixa. A estratégia a utilizar deverá proporcionar a diminuição de custos e melhoria de qualidade. O potencial do mercado deste sector é baixo, sendo a aptidão do sector normal,

pelo que o a estratégia deverá ter em conta um processo de retirada, faseando essa retirada, ou então a tentativa de fusão ou integração, por forma a acrescentar valor ao produto.

		Quota Relativa de Mercado	
		Baixa	Alta
Taxa de Crescimento	Alta		
	Baixa		
Cash Flow p/ Sector			

Quad 69

⊗

Comentários:

A quota de mercado deste sector no distrito de Aveiro embora sendo relativamente baixa, de cerca de 0,4 traduz já alguma importância nomeadamente em termos do seu peso no mercado da Região Centro. O mercado do sector apresenta uma baixa taxa de crescimento. Este posicionamento do sector primário no distrito de Aveiro leva a dizer que este sector só se deverá manter enquanto for possível a produção de riqueza, devendo para tal sofrer mudanças no sentido de um redireccionamento e inovação. O distrito de Aveiro carece de adoptar estratégias que lhe permitam obter maior rendimento nomeadamente através de novos produtos no sector das pescas, e de integração de serviços que proporcionem maior valor acrescentado; de diferenciação para os produtos vinícolas criando outros tipos de bebidas; e de aumento da quantidade produzida de produtos agrícolas em simultâneo com a procura de agrupamento dos agricultores através de criação de empresas ou cooperativas por forma a aproveitar as sinergias da produção conjunta (através da utilização de economias de escala) aumentando a possibilidade de melhoria tecnológica partilhada e do aumento do poder negocial.

6 - AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE COIMBRA

6.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE COIMBRA

AMBIENTE INTERNO DO SECTOR DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE COIMBRA

No distrito de Coimbra, o sector agrícola dispõe de um baixo número de empresas. Tal como nos outros distritos da RC, o sector agrícola tem a característica de ser operado em sistema de pluriemprego.

O sector primário incorporando as actividades de agricultura, silvicultura, caça e pesca apresentam segundo os dados estatísticos apurados nas associações industriais e no INE, os seguintes índices:

Caracterização dos sectores de actividade

Actividades da C.A.E	N.º de Emp	%	Volume de Negócios	Nº de Trabal
Agricultura, Silvicult., Caça e Pesca.	155	3,0	10.089.833	1.244
TOTAL	5.695	100	782.157.618	62.211

Quad 70 - Fonte: Estatísticas da ACIC e do INE (b)

O sector primário ocupa cerca de 3% das empresas, cerca de 1,9% da sua população activa e 1,3% do volume de negócios do distrito de Coimbra. No sector primário ocupa 17% das empresas, 0,6% do emprego e 0,1% do volume de negócios deste sector da Região Centro. Relativamente ao posicionamento do sector em Coimbra quando comparado com o sector no país, envolve 2,7% das empresas, 0,3% do emprego e 0,01% do volume de negócios da agricultura em Portugal.

O sector primário no distrito de Coimbra tem como principais actividades a pecuária e a pesca.

No que respeita à actividade agrícola, as principais culturas integram o arroz, a fruta e os produtos hortícolas. O vinho e o azeite são produtos fabricados neste distrito. O distrito de Coimbra, na sua área montanhosa integra essencialmente a cultura do pinheiro, do sobreiro, do carvalho e do castanheiro.

A pecuária apresenta 35% do valor produtivo regional neste distrito, conforme se pode constatar pelo quadro seguinte:

RESES ABATIDAS E APROVADAS PARA CONSUMO, SEGUNDO AS ESPÉCIES, EM 1993

NUTS	TOT	BOVINA				OVINA		CAPRINA		SUÍNA		EQUINA	
		VITELOS		ADULTOS		CAB	P.LI	CAB	P.LI	CAB	P.LI	CAB	P.LI
CONCELHOS	P. LI	CAB	P.LI	CAB	P.LI								
	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T
Continente e Ilhas	414496	73970	8157	423615	107062	1083385	12034	234596	1926	4084595	284525	4566	765
Região Centro	61760	1701	153	67344	16246	318545	2986	116289	1158	762200	41178	225	36
Baixo Mondego	14285	189	15	12819	3253	20451	261	7478	57	185579	10682	100	16
distrito de Coimbra	14285	189	15	12819	3253	20451	261	7478	57	185579	10682	100	16
Pinhal Interior Norte	10882	15	2	7615	1997	83513	789	55638	726	113731	7370		
distrito de Coimbra	7627	0	0	4171	1081	32323	159	31088	520	90752	5868		

Quad 71 - Fonte: Ministério da Agricultura e estatísticas da ACIC (b)

A produção pecuária deste distrito contribui em cerca de 5% para a produção pecuária nacional e em 35% para a produção na Região Centro, sendo preponderante as produções suína e bovina.

O sector pecuário produz 75% de carne de origem suína e 19% de carne de origem bovina, produz ainda 0,06% de carne bovina de vitelos, 1,9% de carne ovina e 2,6% de carne caprina e 0,04% de carne equina.

A carne bovina criada corresponde a aproximadamente 26% da produção na Região Centro e 4% do total nacional.

A carne de origem suína representa cerca de 40% da produção da Região Centro e 6% da produção nacional deste tipo de animais. No que respeita à produção de carne ovina e caprina, esta integra respectivamente 14% e 49% das produções obtidas na Região Centro tendo um peso de 3% e 29% das produções portuguesas.

A criação equina, particularmente neste distrito, representa 44% da produção regional e 2% do total nacional.

No sector da pesca, o distrito de Coimbra incorpora principalmente a pesca costeira incluindo ainda pesca à linha e pesca de arrasto, desenvolvendo o sector naval em barcos de pequeno calado.

Actualmente, este sector, no distrito ainda dispõe de 730 pescadores matriculados e de 66 embarcações, o que constitui cerca de 22% dos pescadores existentes na Região Centro e integra cerca de 8,8% das embarcações aí registadas.

O quadro seguinte compara as características do sub-setor na Figueira da Foz, distrito de Coimbra e na Região Centro:

PESCADORES MATRICULADOS E EMBARCAÇÕES EM 1993

PESCADORES E EMBARCAÇÕES	REGIÃO CENTRO	
	TOTAL Nº	distrito de COIMBRA
PESCADORES MATRICULADOS	3.347	738
NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	744	66
TAB DAS EMBARCAÇÕES	49.054	6.609
CV DAS EMBARCAÇÕES	94.143	13.392
NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	546	159
TAB DAS EMBARCAÇÕES	514	205

Quad 72 - Fonte: estatísticas da ACIC e do INE (b)

A pesca nesta região é superior em espécies marítimas e tem os seguintes valores:

PESCA DESCARREGADA (ALGUMAS ESPÉCIES) EM 1993

	REGIÃO CENTRO		Distrito de Coimbra	
	Total /ton.	1.000 Escudos	Total /ton.	1.000 Escudos
PRINCIPAIS ESPÉCIES				
PEIXES DIÁDROMOS	6	5.642	3	3.309
PEIXES MARINHOS	20.303	2.418.817	13.699	1.192.632
CARAPAU	4.064	620.365	1.336	232.167
FANECA	919	295.500	459	148.444
PESCADA BRANCA	128	120.967	77	69.373
SARDINHA	11.695	383.075	10.725	335.992
OUTROS	3.497	998.910	1.102	406.656
CRUSTÁCEOS	535	27.442	13	9.810
MOLUSCO	6.187	1.140.890	532	212.008
TOTAL	27.031	3.593.635	14.247	1.418.593

Quad 73 - Fonte: estatísticas da ACIC e do INE (b)

Coimbra representa aproximadamente 52% do total de pesca apurado na Região Centro auferindo um rendimento de cerca de 39% do rendimento total da região. As espécies mais pescadas são a sardinha, o carapau, e outros, constituindo respectivamente, 91%, 33%, 32%, do volume de pesca destas espécies na Região Centro, e auferindo um rendimento de 87%, 37%, 40%, dos rendimentos dos mesmos peixes em toda a Região Centro.

6.2. - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO

6.2.1 - Análise das Forças de Porter

A análise das forças de Porter, no distrito de Coimbra apresenta as seguintes características:

AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES

É um sector com um fraco potencial de crescimento no país, e apresentando baixos volumes de rendimento, no distrito, não se torna a partida um sector atractivo.

No distrito de Coimbra este sector integra 3% das empresas do distrito, ocupa cerca de 1,9% da sua população activa e proporciona um volume de negócios da ordem dos 1,3% do volume de negócios do distrito.

O sector pecuário e florestal tem alguma representação.

No subgrupo da agricultura e da pecuária, tal como no distrito de Aveiro e pelos mesmos motivos, do ponto de vista do produtor não se verifica a existência de barreiras à entrada.

No subgrupo das pescas, denotam-se algumas barreiras à entrada face aos factores tecnológicos, de know-how, e financeiros.

O subgrupo de exploração florestal tem algum peso neste distrito, mas as explorações são pequenas e a exploração florestal é feita em grande parte pela indústria do papel não havendo estatísticas disponíveis sobre o subsector.

O Azeite e o Vinho são subsectores onde se encontra alguma ameaça de entrada dado o potencial dos mesmos.

RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES

A maioria das empresas existentes no distrito enquadra-se na classificação de PME's e competem pelos preços, tendo um moderado e por vezes elevado impacto como concorrentes individuais.

Nas pescas as empresas dividem entre si as quotas disponíveis existindo uma certa rivalidade entre as empresas existentes.

A pecuária enquadra algumas empresas, e produtores individuais cujas quotas de mercado são pequenas e os produtos não diferenciados conduzindo a uma moderada/elevada concorrência.



PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS

Não há produtos substitutos no sentido estrito do termo, no entanto face à característica de sazonalidade das produções agrícolas, pecuárias e das pescas pode considerar-se que os produtos da mesma espécie e tipo podem funcionar como substitutos uns dos outros, tal como nos outros distritos.

PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES

- O poder negocial dos clientes (clientes intermediários) é razoável.
- O poder negocial dos clientes (clientes finais) é relativamente baixo.

PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES

- O poder negocial dos fornecedores, tal como no distrito de Aveiro é relativamente baixo.
- Os fornecedores do subsector florestal detêm um moderado poder negocial.

O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA

O poder discricionário do governo como fornecedor e/ou cliente e como delimitador de quotas situa-se entre o razoável e o elevado.

6.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector

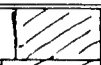

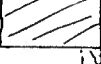


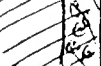




A análise de perfil de capacidade do distrito de Coimbra apresenta os seguintes aspectos:

Gestão

	Fraco	Normal	Forte
Imagem do sector, responsabilidade social			
Uso de análise e planeamento estratégico			
Concorrência			
Rapidez de reacção a mudança de condições			
Flexibilidade e grau de estruturação			
Capacidade de atrair e reter pessoal criativo			
Capacidade de lidar com a inflação			

Quad 74 - Legenda: Pescas Agricultura e pecuária Vinho Azeite

Competitividade

	Fraco	Normal	Forte
Força do Produto, Qualidade			
Quota de Mercado			
Baixos custos de distribuição e venda			
Investimento em investigação & desenvolvimento em Novos produtos			
Elevadas barreiras à entrada de empresas no mercado			
Força dos fornecedores e disponibilidade de material			

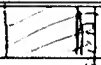
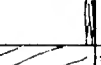
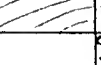

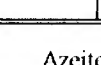

Quad 75 - Legenda: Pescas

Agricultura e pecuária

Vinho

Azeite

Técnica

	Fraco	Normal	Forte
Capacidades técnicas e para a manufactura			
Utilização de recursos e de pessoal			
Nível de tecnologia usada			
Intensidade de mão de obra no produto			

Quad 76 - Legenda: Pescas

Agricultura e pecuária

Vinho

Azeite

Comentários:

O subsector da agricultura apresenta uma imagem algo negativa e de carácter secundário. Ele é constituído por PME's e por muitos agricultores individuais. Esta situação provoca dificuldade na atracção de recursos humanos e materiais para o subsector, tanto mais que tendo características de intensa utilização de mão de obra carece de muitos operadores. O fraco planeamento e gestão praticado, aliado ao baixo investimento em inovação, e à utilização de tecnologia na sua maioria ultrapassada justificam a muito baixa quota de mercado, permitindo a existência de baixas barreiras à entrada. Este sector dispõe de recursos físicos (terrenos e água) que podem ser utilizados de variadas maneiras e para muitas produções e que ajudam a flexibilidade e rapidez de reacção às mudanças. Os subsectores das pescas e da produção vinícola, tem no entanto uma imagem com algum prestígio, devido há boa qualidade dos produtos, proporcionando-lhe atrair um melhor potencial de recursos humanos e económicos. Este subsector apresenta no entanto, face à dificuldade de modificação tecnológica e à necessidade de grande investimento para actualizar o sistema produtivo, de maior montante nas pescas, uma certa inércia perante a modificação das condições ambientais, sendo difícil a sua reestruturação, em especial no sector das pescas. Os produtos têm boa qualidade, e incorporam algumas transformações, como por exemplo a limpeza do pescado, que lhe conferem um aumento de valor acrescentado. A existência de quotas predefinidas de pescado e as características das frotas de pesca atribuem a este subsector uma situação de elevadas barreiras à entrada. O sector das pescas apresenta neste distrito,

comparando com o distrito de Aveiro, maior flexibilidade de processos, visto, nomeadamente neste sector, os meios tecnológicos utilizados serem de menor porte, e consequentemente menor custo, podendo mais facilmente serem convertidos para outros tipos de pesca.

A concorrência no sector primário é determinada pelos preços, existindo o perigo de invasão do mercado por produtos de países terceiros.

O subsector da produção de azeite, na sua estruturação assemelha-se à produção de vinho, já que ambos utilizam alguns equipamentos e dispõe de tecnologia ainda rudimentar, que se pode encontrar nos sistemas produtivos designados vulgarmente por lagares. Este subsector em Coimbra apresenta uma imagem normal, e um produto de boa qualidade, podendo atrair algum pessoal criativo. Utiliza alguma gestão e planeamento principalmente na gestão da tecnologia e processos utilizados, tendo dificuldade na reacção a condições de mudança, não possuindo muita flexibilidade na execução do produto. Apresentando uma diminuta quota de mercado e baixos rendimentos, não apresenta investimento na investigação e desenvolvimento, embora faça algum desenvolvimento de diferenciação no produto.

6.2.3 - Análise de SWOT

A análise de SWOT, compreende uma enumeração das fraquezas e forças que o sector apresenta no distrito de Coimbra.

Forças

Este sector apresenta factores positivos, que na maioria advêm dos recursos e meios disponíveis:

- o distrito de Coimbra situa-se na sua maior parte no litoral tendo solos mais arenosos e recursos hídricos mais abundantes
- a agricultura neste distrito é feita de forma minifundiária e com explorações na sua grande maioria familiares, fazendo agricultura de multi-produtos.
- no sector vinícola a região de distrito de Coimbra dispõe de vinhos de região demarcada
- no sector vinícola, os agricultores trabalham para si, para as cooperativas ou associações, e por vezes vendendo o total das suas produções para as caves. As caves dispõem de explorações próprias no distrito
- no sector das pescas Coimbra, no concelho da Figueira da Foz têm uma das maiores representatividade de toda a região e um bom porto de mar
- a maioria das empresas do sector das pescas têm já alguma dimensão, sendo empresas médias, que vendem os seus produtos para a indústria conserveira e para revendedores
- o distrito de Coimbra apresenta boas produções de cereais, vinho, fruta, produtos hortícolas, azeite, pesca de arrasto e pesca de alto mar

- Coimbra é um distrito com muitos recursos, quer em termos de recursos naturais (hídricos e solos férteis), quer em termos de recursos humanos
- a população do distrito de Coimbra é uma das mais jovem do país, apresentando uma taxa de população activa superior à taxa de população inactiva
- no sector vinícola, o distrito detém um excelente know-how, fazendo parte de regiões demarcadas, e conhecidas quer em Portugal, quer no estrangeiro.

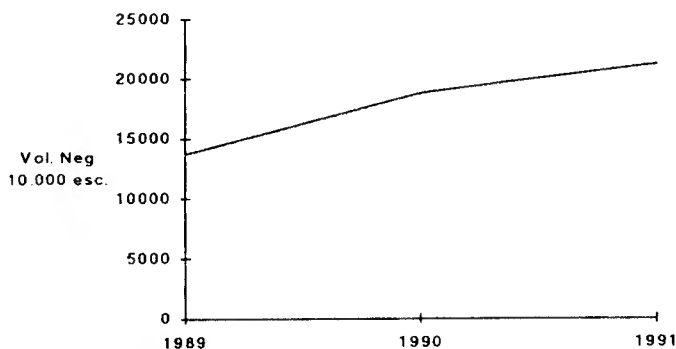
Fraquezas

Falta neste distrito infra-estruturas de apoio a este sector que desenvolvam novos produtos capazes de substituir e inovar os produtos disponíveis

- a agricultura neste distrito é feita de forma minifundiária, e com produções de pequena quantidade.
- há já algumas empresas no sector, embora sejam ainda poucas
- os intermediários do sector da agricultura vendem às empresas conserveiras e alimentares e aos revendedores cerceando a entrada dos agricultores na venda directa.
- a maioria dos agricultores não conhecem os canais de distribuição
- as cooperativas agrícolas existentes são muito poucas e não apresentam um bom desempenho, tendo muitas delas fechado
- a maioria da agricultura e pecuária que se pratica é tradicional, não utilizando qualquer método de gestão ou organização
- os agricultores não têm conhecimento sobre os ciclos de vida dos produtos, embora haja características de sazonalidade que na sua maioria são conhecidas e aproveitadas
- a tecnologia usada é muito rudimentar, utilizando animais ou tractores para o trabalho mais pesado fisicamente, e usando produtos químicos tradicionais na protecção dos produtos
- a utilização dos produtos químicos, apesar de na maior parte das vezes ser feita com é prescrito nas embalagens, nem sempre os agricultores conhecem concretamente os seus malefícios e/ou produtos alternativos mais adequados
- os produtos agrícolas não têm sofrido inovação.
- não existem estudos ambientais sobre o impacto deste sector e sobre as características poluentes das empresas que o compõe

6.2.4 - Ciclo de Vida do Produto

O levantamento do posicionamento do sector relativamente ao estágio dos seus produtos no ciclo de vida do produto, permite auxiliar na decisão de estratégia a seguir ou de possíveis estratégias



gráf. 2

comentários:

O sector situa-se numa fase de maturidade, localizando-se os produtos agrícolas, pecuários e pesca mais na fase de maturidade e os silvicultores/florestais mais na fase de crescimento.

6.2.5 - Estratégias

As estratégias mais adequadas aos diversos subsectores serão determinadas com base nas análises que permitem a definição do posicionamento actual do sector e dos seus objectivos e metas para o futuro.

As diversas opções estratégicas do sector

		Produto	
		Actual	Novo
Mercado	Actual	- "não fazer nada -consolidar -conquistar mercado	-desenvolvimento
	Novo	-desenvolvimento de mercado	-diversificação .relacionada .não relacionada

Quad 77

Comentários:

Este sector posiciona-se num mercado actual trabalhando também com produtos actuais, pelo que poderá manter-se como até aqui, consolidar ou tentar conquistar mercado.

		Estádio de Vida do Produto			
		Introdução	Crescimento	Maturidade	Declínio
Quota de Mercado	Alta	- sacrificar lucros para ganhar quota de mercado	reduzir preços quando os custos descem para desencorajar concorrentes. novos	consolidar a quota melhorando a qualidade aumentando publicidade utilizar toda a capacidade.	maximizar o cash flow reduzindo despesas
	Baixa	investir para incrementar a quota	concentrar-se num segmento que se possa dominar	retirar ou praticar preços e custos inferiores aos dos leaders	retirar

Quad 78

Comentários:

O sector, e a maioria dos seus produtos encontram-se num estágio de maturidade dispondo de baixa quota de mercado deste sector do distrito de Coimbra, pelo que as estratégias deverão conduzir a prática de preços mais baixos, à procura de redução de custos.

O potencial do mercado deste sector é baixo, sendo-o também a aptidão do sector , pelo que será necessário diversificar ou retirar.

Quota Relativa de Mercado

		Baixa	Alta
Taxa de Crescimento	Alta		
	Baixa		
Cash Flow p/ Sector			
Quad 79		⊗	

Comentários:

Este sector dispõe de baixa quota de mercado, de 0,019, (das mais baixas da Região Centro) e encontra-se num mercado com baixa taxa de crescimento, o que leva a dizer que deverá manter-se enquanto produzir "cash flow", mas não esquecendo que poderá ser ultrapassado e obrigado a retirar-se se não inovar.

O distrito de Coimbra deverá integrar estratégias que lhe possibilitem obter maior rendimento como: a diferenciação para os produtos vinícolas e para o azeite, e a melhoria do marketing publicitário dos mesmos, o aumento da quantidade produzida de produtos agrícolas conjuntamente com a procura de agrupamento dos agricultores através da criação de empresas ou cooperativas por forma a aproveitar economias de escala alcançadas através da produção conjunta, aumentando a possibilidade de melhoria tecnológica partilhada e do aumento do poder negocial, no sector das pescas, a criação de novos produtos e a integração de serviços que proporcionem maior valor acrescentado será o encaminhamento estratégico a ter em conta. A área florestal poderá ser explorada e por exemplo aproveitada para a produção de madeira específica para os sectores da construção e do mobiliário. A produção pecuária deverá ir de encontro ao aumento da produção de carne equina que sendo um produto ainda recente representará uma nova oportunidade.

7 - AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE LEIRIA

7.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE LEIRIA

AMBIENTE INTERNO DO SECTOR DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE LEIRIA

O distrito de Leiria, apresenta um baixo número de empresas dedicadas ao sector agrícola.

O sector agrícola é também trabalhado em sistema de pluriemprego.

O sector primário incorporando as actividades de agricultura, silvicultura, caça e pesca mostra os dados estatísticos apurados nas associações industriais e no INE, os seguintes índices:

Caracterização dos sectores de actividade

Actividades da CAE	Nº de Empresas	%	Volume de Negócios	Nº de Trabalhadores
AGRIC. SILV. CAÇA E PESCA	259	3.5	4.572.505	1.872
TOTAL	7.324		914.501.054	82.692

Quad 80 - Fonte: Estatísticas do INE (b)

O distrito de Leiria enquadra-se na 2ª posição relativamente aos distritos do litoral da RC.

O sector primário envolve cerca de 3,5% das empresas do distrito de Leiria, ocupam cerca de 2,2% da sua população activa e proporcionam um volume de negócios da ordem dos 0,5% do volume de negócios do distrito. No cômputo do distrito de Leiria, relativamente à região e ao País, o sector primário ocupa 28,5% das empresas da Região Centro, e cerca de 4,5% das empresas que compõem o sector em todo o país. O emprego que é gerado pela agricultura no distrito de Leiria tem um peso de 0,9% na Região Centro e cerca de 0,4% no que respeita ao posicionamento nacional. A contribuição deste sector do distrito em termos de volume de negócios, representa uma pequena percentagem de 0,09% do volume de negócios da agricultura em Portugal e de 0,8% do volume auferido pela mesma na Região Centro.

A agricultura distrital baseia-se em produtos hortícolas e frutículas, para além dos restantes produtos agrícolas. A produção vinícola é conhecida e tem relevância nacional nos vinhos de mesa.

A pesca é feita fundamentalmente na costa marítima e nas lagoas, incorporando pequenas empresas e pequenas embarcações. As espécies mais pescadas são a sardinha e os mariscos, especialmente os bivalves.

Na globalidade o sector é constituído, exclusivamente por PME, predominando as unidades de pequena dimensão. Este sector compreende mais empresas no subsector agrícola, cerca de 86% do total das empresas do sector primário, e compreende ainda 3% de empresas dedicadas à pesca e 4% dedicadas à silvicultura.

O sector primário no distrito de Leiria, no que diz respeito à pecuária apresenta um valor de produção aprovada para consumo de cerca de 3% do valor produtivo nacional, conforme se pode constatar pelo quadro seguinte:

RESES ABATIDAS E APROVADAS PARA CONSUMO, SEGUNDO AS ESPÉCIES, EM 1993

NUTS	TOT P LIM	BOVINA				OVINA		CAPRINA		SUÍNA		EQUINA	
		VITELLOS		ADULTOS		CAB	P.LI	CAB	P.LI	CAB	PLI	CAB	PLI
CONCELHOS		CAB	PLI	CAB	P.LIM								
	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T
Continente Ilhas	414496	73970	8157	423615	107062	1083385	12034	234596	1926	4084595	284525	456	765
												6	
Região Centro	61760	1701	153	67344	16246	318545	2986	116289	1158	762200	41178	225	36
Pinhal Litoral	11114	29	2	10904	2836	22724	299	11063	88	125587	7868	124	20
distrito de Leiria	11114	29	2	10904	2836	22724	299	11063	88	125587	7868	124	20
Pinhal Interior	10882	15	2	7615	1997	83513	789	55638	726	113731	7370		
Norte													
distrito de Leiria	3255	15	2	3444	916	51190	630	24550	206	22979	1502		

Quad 81 - Fonte: Ministério da Agricultura (b)

O distrito de Leiria produz 14.369 toneladas de carne limpa, sendo na sua maior parte suína e bovina. A pecuária praticada produz 65% de carne de origem suína e 26% de carne de origem bovina, nomeadamente carne criada, produz ainda 0,02% de carne bovina de vitelos, 6,4% de carne ovina e 2% de carne caprina e 0,06% de carne equina. A produção pecuária deste distrito contribui em cerca de 3% para a produção pecuária nacional e em 23% para a mesma produção na Região Centro.

A carne bovina criada corresponde a aproximadamente 23% da produção da mesma na Região Centro e 3,5% do total nacional.

A carne de origem suína representa cerca de 22% da produção da Região Centro e 3% da produção nacional deste tipo de res. No que respeita à produção de carne ovina e caprina, esta integra respectivamente 31% e 25% das produções obtidas na Região Centro tendo um peso de 3,5% e 7,7% das produções portuguesas.

7.2. - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO

7.2.1 - Análise das Forças de Porter

No distrito de Leiria, esta análise das forças de Porter apresenta os seguintes factos.

AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES

Apresentando este sector um muito baixo potencial de crescimento no país, e apresentando um diminuto volume de rendimento no distrito, não se torna a partida um sector atractivo.

As actividades económicas que envolvem o sector primário representam cerca de 3,5% das empresas do distrito de Leiria, ocupam cerca de 2,2% da sua população activa e proporcionam um volume de negócios de 0,5% no distrito.

O distrito de Leiria apresenta boa qualidade de produções de vinho, fruta, e produtos hortícolas.

O sector pecuário tem representatividade contribuindo com uma parte do volume de negócios do sector. Sendo a agricultura minifundiária e de pequena quantidade, uma característica também deste distrito, as barreiras são baixas.

O subgrupo das pescas, necessitando de maior investimento e inovação, apresenta alguma barreira à entrada. No entanto esta barreira é inferior neste distrito relativamente aos outros distritos do litoral da RC devido há especificidade e há diminuta representatividade no cômputo da região.

RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES

A concorrência neste sector é feita pelas PME's fundamentalmente através dos preços, estando a qualidade um pouco relegada para plano secundário. A rivalidade, sendo os produtos praticamente iguais, é moderada e em certos casos podendo ser elevada.

A rivalidade neste distrito é um pouco maior no subsector da agricultura e pecuária relativamente aos restantes subsectores.

PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS

Não há produtos substitutos no sentido estrito do termo, no entanto e face à característica de sazonalidade das produções agrícolas, pecuárias e das pescas pode considerar-se que os produtos da mesma espécie e tipo podem funcionar como substitutos uns dos outros. Assim, a carne de vaca pode substituir a de porco e vice versa, o mesmo acontecendo para os diversos tipos de legumes, cereais, frutas e peixes. Desta forma a substituabilidade é quase absoluta sendo o preço um dos principais factores decisores, logo seguido do aspecto do gosto do consumidor.

Este facto ajuda na tomada de decisão e adopção do preço dos bens no mercado.

PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES

Os intermediários, enquanto clientes detêm um poder razoável, face ao exposto para os distritos de Aveiro e Coimbra, e que aqui também se pode verificar.

PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES

Os fornecedores deste sector, ou seja fornecedores de sementes e de coadjuvantes das culturas não tem um grande poder negocial, uma vez que, o produtor agrícola e de pecuária tem total possibilidade de escolha não necessitando de fornecedores fixos. Os fornecedores podem facilmente ser substituídos por outros sem que o custo de mudança seja grande. O fornecimento provém tanto de Portugal como do estrangeiro, sendo importado e revendido, dependendo do preço para serem ou não comercializado os materiais necessários à actividade agrícola e pecuária.

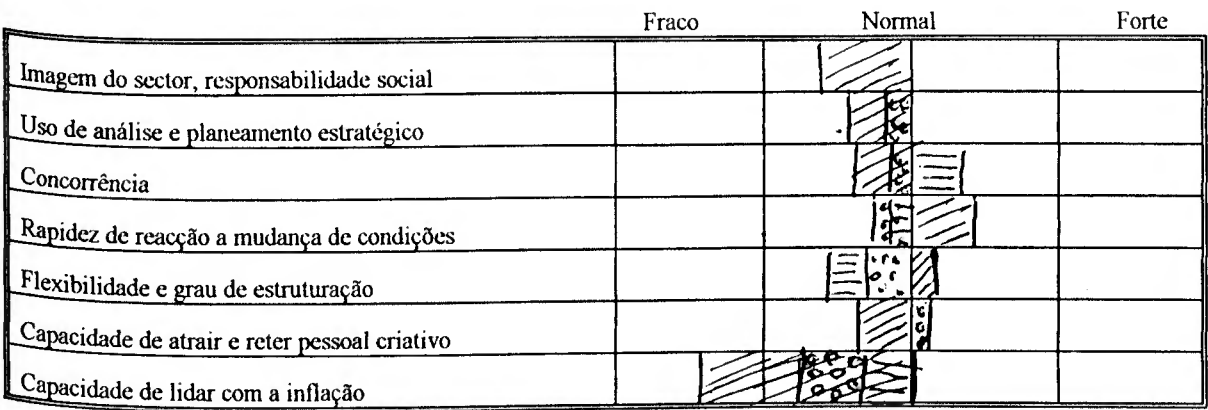
O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA

A legislação, em especial a ambiental, e o posicionamento do governo enquanto cliente e fornecedor tem um razoável impacto nas empresas do sector primário.

7.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector

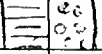

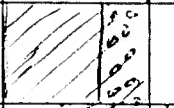

A análise de perfil de capacidade, neste distrito, apresenta os seguintes factores:




Gestão




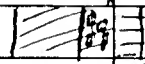
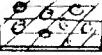
Quad 82 - Legenda: Pescas ≡ Agricultura e pecuária /// Vinho ☼ Azeite




Competitividade

	Fraco	Normal	Forte
Força do Produto, Qualidade			
Quota de Mercado			
Baixos custos de distribuição e venda			
Investimento em investigação & desenvolvimento em Novos produtos			
Elevadas barreiras à entrada de empresas no mercado			
Força dos fornecedores e disponibilidade de material			

Quad 83 - Legenda: Pescas  Agricultura e pecuária  Vinho  Azeite

Técnica

	Fraco	Normal	Forte
Capacidades técnicas e para a manufactura			
Utilização de recursos e de pessoal			
Nível de tecnologia usada			
Intensidade de mão de obra no produto			

Quad 84 - Legenda: Pescas  Agricultura e pecuária  Vinho  Azeite

Comentários:

Tal como nos outros distritos da região, a imagem do subsector da agricultura não é das melhores, sendo considerado como um sector secundário constituído por PME's e muitos proprietários individuais. Esta situação dificulta a atracção de recursos humanos e materiais para o subsector. O fraco planeamento e gestão, aliado ao baixo investimento em inovação, e à utilização de tecnologia na sua maioria ultrapassada corroboram a situação de baixa quota de mercado, e de baixas barreiras à entrada. Este sector dispõe de recursos físicos passíveis de variadas utilizações, o que ajuda na flexibilidade e rapidez de reacção às mudanças. Este distrito, apresenta o maior índice de incorporação de empresas e população activa no sector primário, relativamente aos restantes distritos do litoral da Região Centro. A produção frutícola de Leiria tem boa qualidade e é conceituada no mercado, utiliza já algum planeamento na execução dos processos, produzindo maiores quantidades do que os restantes distritos do litoral da RC. mas não atingindo ainda escalas económicas rentáveis. O subsector das pescas, tem uma imagem melhor do que a da agricultura, pois apresenta produto com qualidade, proporcionando-lhe atrair algum potencial de recursos humanos e económicos. Este subsector apresenta no entanto, e face à dificuldade de modificação tecnológica e à necessidade de investimento para actualizar o sistema, uma certa inércia perante a modificação das condições ambientais, sendo difícil a sua reestruturação. No entanto, uma vez que a frota é composta por pequenas embarcações de pesca costeira, torna-se possível a reconversão para outro tipo de pescado. A existência de quotas predefinidas de pescado, as

características das frotas de pesca e a necessidade de conhecimento do subsector, atribuem-lhe uma situação de maiores barreiras à entrada.

A produção vinícola, tem uma imagem de qualidade, proporcionando ao subsector atrair um melhor potencial de recursos humanos e económicos. Este subsector apresenta no entanto, e face à dificuldade de modificação tecnológica e à necessidade de algum investimento para actualizar o sistema produtivo e ainda à inércia das pessoas que trabalham nesta produção, uma certa dificuldade perante a modificação das condições circundantes, sendo complicada a sua reestruturação. Os produtos têm boa qualidade, e incorporam algumas transformações que lhe conferem um aumento de valor acrescentado.

A concorrência no sector primário é determinada pelos preços existindo o perigo de invasão no mercado por produtos de países terceiros de menor onerosidade.

7.2.3 - Análise de SWOT

A análise de SWOT em Leiria apresenta as seguintes fraquezas e forças:

Forças

Este sector apresenta factores positivos, que na maioria advém dos recursos e meios disponíveis:

- Leiria situa-se no litoral que é mais plano e tem solos mais arenosos e recursos hídricos mais abundantes
- no sector das pescas, Leiria, com o concelho da Peniche, têm alguma representatividade no cômputo do seu sector primário
- a maioria das empresas do sector das pescas são PME's e microempresas não apresentando custos fixos demasiadamente excessivos.
- o distrito de Leiria apresenta boas produções de cereais, batata, vinho, fruta, produtos hortícolas, pesca de arrasto e pesca de marisco
- a população do distrito de Leiria é uma das mais jovem do país, apresentando uma taxa de população activa superior à taxa de população inactiva
- no sector vinícola, o distrito detém know-how, incorporando regiões demarcadas, e conhecidas quer em Portugal, quer no estrangeiro, principalmente em vinhos de mesa.

Fraquezas

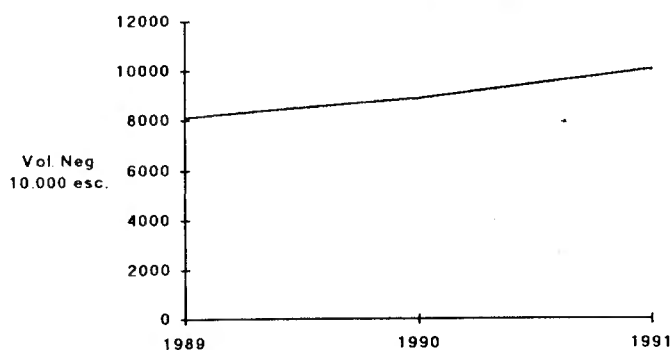
Tal como nos outros distritos da RC, em Leiria falta infra-estruturas de apoio a este sector que desenvolvam novos produtos capazes de substituir e inovar os produtos actuais.

- a agricultura neste distrito é feita de forma minifundiária e apresentando produções de pequenas quantidades;
- há já algumas empresas no sector, embora sejam poucas;

- os intermediários do sector da agricultura vendem às empresas conserveiras, alimentares e aos revendedores dificultando o acesso dos agricultores na comercialização directa das suas produções
- a maioria dos agricultores não conhecem os canais de distribuição;
- as cooperativas agrícolas existentes são muito poucas e não apresentam um bom desempenho, tendo muitas delas fechado;
- a maioria da agricultura e pecuária que se pratica é tradicional, não utilizando métodos de gestão ou organização, embora se verifique a existência de algumas explorações em regime de monocultura adoptando alguns métodos organizativos;
- os agricultores não têm conhecimento sobre os ciclos de vida dos produtos, embora haja características de sazonalidade que na sua maioria são conhecidas e aproveitadas;
- a tecnologia usada é muito rudimentar, utilizando animais ou tractores para o trabalho mais pesado fisicamente, e usando produtos químicos tradicionais na protecção dos produtos;
- a utilização dos produtos químicos, apesar de na maior parte das vezes ser feita com é prescrito nas embalagens, nem sempre os agricultores conhecem concretamente os seus malefícios e/ou produtos alternativos mais adequados;
- os produtos agrícolas não têm sofrido inovação;
- na área ambiental, não existem estudos sobre o sector na região, nem sobre o seu impacto ambiental, relativamente ao tipo e qualidade de poluentes emitidos pelas explorações são poucos.

7.2.4 - Ciclo de Vida do Sector

O levantamento do posicionamento do sector relativamente à etapa dos seus produtos no ciclo de vida do produto, permite auxiliar na decisão de estratégia a seguir ou de possíveis estratégias



gráf.3

comentários:

O sector situa-se numa fase de maturidade, tal como no distrito de Coimbra, pode indicar-se que os produtos pecuários e as pescas localizam-se mais acentuadamente no estágio de maturidade, e os produtos agrícolas, em especial as frutas, num estágio de crescimento (dada a sua especificidade relativamente ao país).

7.2.5 - Estratégias

As estratégias mais adequadas aos diversos sectores serão determinadas com base nas análises que permitem a definição do posicionamento actual do sector e dos seus objectivos e metas para o futuro.

As diversas opções estratégicas do sector

		Produto	
		Actual	Novo
Mercado	Actual	- "não fazer nada - consolidar - conquistar mercado	- desenvolvimento
	Novo	- desenvolvimento de mercado	- diversificação .relacionada .não relacionada

Quad 85

Comentários:

Este sector posiciona-se num mercado actual trabalhando também com produtos actuais, pelo que poderá manter-se como até aqui, consolidar ou tentar conquistar mercado.

**Estádio de Vida do Produto**

		Introdução	Crescimento	Maturidade	Declínio
Quota de Mercado	Alta	- sacrificar lucros para ganhar quota de mercado	reduzir preços quando os custos descem para desencorajar concorrentes. novos	consolidar a quota melhorando a qualidade aumentando publicidade utilizar toda a capacidade.	maximizar o cash flow reduzindo despesas
	Baixa	investir para incrementar a quota	concentrar-se num segmento que se possa dominar	retirar ou praticar preços e custos inferiores aos dos leaders	retirar

Quad 86

Comentários:

Os produtos do sector encontram-se na sua maioria num estágio de passagem de crescimento a maturidade, e apresentam uma quota de mercado baixa, pelo que as estratégias de prática de preços mais baixos e à procura de redução de custos serão aconselháveis, assim como de aumento de quota de mercado. O potencial do mercado deste sector é baixo, sendo a aptidão do sector normal, pelo que o sector deve retirar-se, fazeando essa retirada ou então tentar a fusão, ou tentar a diversificação.

Quota Relativa de Mercado

		Baixa	Alta
Taxa de Crescimento Cash Flow p/ Indústria	Alta		
	Baixa	⊗	

Quad 87

Comentários:

A posição de baixa quota de mercado, cerca de 0,09 que este sector no distrito de Leiria apresenta, num mercado com baixa taxa de crescimento, indica que o sector se deve manter enquanto produzir "cash flow", não esquecendo a necessidade de inovação.

O distrito de Leiria carece de adoptar estratégias que lhe permitam obter maior rendimento nomeadamente através de novos produtos no sector das pescas, e de integração de serviços que proporcionem maior valor acrescentado; de diferenciação para os produtos vinícolas criando outros tipos de vinho; de aumento da quantidade produzida de produtos agrícolas em simultâneo com a procura de agrupamento dos agricultores através de criação de empresas ou cooperativas por forma a aproveitar

as sinergias da produção conjunta (através da utilização de economias de escala) aumentando a possibilidade de melhoria tecnológica partilhada, e do poder negocial. Nos produtos frutículas, e dada a sua boa imagem, poder-se-á aproveitar as especificidades de monocultura e a integração de serviços, como a classificação, embalagem e apresentação dos frutos, valorizando o produto. A criação de animais equinos poderá ser um sector que estando pouco explorado, seja um potencial para um novo negócio.

8 - AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE VISEU

8.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE VISEU

AMBIENTE INTERNO DO SECTOR DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE VISEU

O distrito de Viseu, apresenta um baixo número de empresas dedicadas ao sector agrícola, muito embora neste distrito o peso do sector agrícola no total das empresas tenha aumentado relativamente aos outros distritos da Região Centro. O sector agrícola, tal como nos outros distritos, continua a ser operado enquadrando-o num sistema de segundo emprego. Esta actividade constitui um importante complemento económico para quase toda a população deste distrito.

O sector primário apresenta segundo os dados estatísticos apurados, os seguintes índices:

Caracterização dos sectores de actividade

Actividades da CAE	Nº de Empresas	%	Volume de Negócios	Nº de Trabalhadores
AGRIC. SILV. CAÇA E PESCA	248	5.4	4177085	1694
TOTAL	4619		417708472	41436

Quad 88 - Fonte: Estatísticas do INE e da AIRV (b)

O sector primário envolve cerca de 5,4% das empresas, ocupam cerca de 4% da sua população activa e proporcionam um volume de negócios da ordem dos 0,9% do volume de negócios do distrito de Viseu. No cômputo do relacionamento deste sector no distrito com o sector na Região Centro ou com o sector no país, observa-se que o distrito de Viseu, ocupa no sector primário cerca de 27% das empresas, tem um peso de 0,8% do emprego, e de 0,75% do volume de negócios deste sector relativamente à Região Centro. Envolve cerca de 4% das empresas, cerca de 35% de emprego, e 0,008% do volume de negócios da agricultura em Portugal.

Este distrito apresenta na sua maioria explorações individuais, trabalhadas por pessoas cuja principal profissão se integra noutro sector de actividade, que embora referido a dados de 1979, se pode indicar como sendo uma tendência actual:

CARACTERIZAÇÃO AGRÍCOLA DO DISTRITO DE VISEU - 1979

PRODUTORES INDIVIDUAIS	74318
PRODUTORES INDIVIDUAIS A TEMPO INTEIRO	15071

As principais culturas agrícolas do distrito são os cereais a vinha e a batata, correspondendo a maior produção aos cereais, especialmente o trigo e o centeio, e à vinha:

PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NO DISTRITO DE VISEU 1989

	Super.	Semente	Prod.	Rendimento	
				por/ha	por/t.
CEREAIS	73379	4507	749080	6325	94
BATATA	11723	18759	95480	8145	5,1
VINHO			670174		
TOTAL	85102	23266	840562	14,47	99,1

Quad 89 - Fonte: Estatísticas da AIRV (b)

A vinha, face à existência de região demarcada, principalmente a região fronteira ao Douro, onde se produz o vinho do Porto, é uma das culturas mais importantes.

O sector primário no distrito de Viseu, para além da agricultura dedica-se também à pecuária apresentando um valor de produção aprovada para consumo de cerca de 0,9% do valor produtivo nacional, conforme se pode verificar:

RESES ABATIDAS E APROVADAS PARA CONSUMO, SEGUNDO AS ESPÉCIES, EM 1993

NUTS	TOT P LIM	BOVINA				OVINA		CAPRINA		SUÍNA	
		VITELOS		ADULTOS		CABS	PLI	CAB	P.LIM	CAB	PL
CONCELHOS		CAB	PLI	CAB	P.LIM						
	T	N°	T	N°	T	N°	T	N°	T	N°	T
Continente e Ilhas	414496	73970	8157	423615	107062	1083385	12034	234596	284525	4566	765
Região Centro	61760	1701	153	67344	16246	318545	2986	116289	41178	225	36
Dão Lafões	4133	164	15	12430	2639	19162	216	2300	1246		
distrito de Viseu	4005	164	15	12196	2581	18402	211	1841	1183		

Quad 90 - Fonte: Ministério da Agricultura e estatísticas da AIRV (b)

A pecuária praticada em Viseu, produz 29% de carne de origem suína e 64% de carne de origem bovina, nomeadamente carne criada, produz ainda 0,3% de carne bovina de vitelos, 5% de carne ovina e 0,3% de carne caprina. A produção pecuária deste distrito contribui em cerca de 0,9% para a produção pecuária nacional e em 6% para a mesma produção na Região Centro.

A carne bovina criada corresponde a aproximadamente 15% da produção da mesma na Região Centro e 2% do total nacional.

A carne de origem suína representa cerca de 2,8% da produção da Região Centro e 0,4% da produção nacional deste tipo de res. No que respeita à produção de carne ovina e caprina, esta integra respectivamente 7% e 1% das produções obtidas na Região Centro tendo um peso de 1% e 0,7% das produções portuguesas. Neste distrito, face ao factor geográfico de encosta de serra, proporciona um clima favorável à criação de gado ovino e caprino.

8.2. - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO

8.2.1 - Análise das Forças de Porter

A análise das forças permite visualizar os seguintes aspectos no distrito de Viseu:

AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES

Os baixos volumes de rendimento no distrito torna-o à partida um sector muito atractivo, funcionando este facto de certa forma como factor dissuasor.

As actividades económicas que envolvem o sector primário representam cerca de 5,4% das empresas do distrito de Viseu, ocupam cerca de 4% da sua população activa e proporcionam um volume de negócios da ordem dos 0,9% do volume de negócios do distrito.

No sector vinícola, o distrito detém um excelente know-how, fazendo parte de regiões demarcadas (do Douro), e conhecidas quer em Portugal, quer no estrangeiro. A produção de vinho, em especial de vinho do porto face à sua imagem e potencial cria condições para o aparecimento de muitos novos concorrentes, sendo estes dissuadidos quando se deparam com a protecção de patentes, os conhecimentos necessários e as barreiras criadas pelas empresas do sector.

O sector pecuário tem alguma representatividade na contribuição para o volume de negócios do sector, mas não opõe elevadas barreiras.

O subgrupo de exploração florestal tem um peso muito diminuto neste distrito, no entanto, embora o distrito possua uma boa área florestal, a sua exploração é pequena.

RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES .

A maioria das empresas, PME's existentes no distrito praticando um tipo de agricultura baseado na tradição, de características minifundiárias e apresentando pequenas quantidades produzidas. A concorrência neste sector é feita fundamentalmente pelos preços, estando a qualidade um pouco relegada para segundo plano, sendo a rivalidade elevada.

A pecuária incorpora algumas empresas e produtores individuais, sendo as quotas de mercado para cada um deles pequenas, mas existindo moderada rivalidade.

O sector de produção de vinhos, principalmente os vinhos do porto, gera alguma rivalidade no que diz respeito à competição existente no mercado. A competição, é no entanto gerada pelas marcas e não pelo produto em si mesmo, o que transfere a rivalidade, dos produtores para as caves.

PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS

Os vinhos do porto não têm um substituto directo. Embora possam ser consumidos outros tipos de vinho em detrimento dos “vinhos do porto”, estes possuem características únicas que nenhum outro tipo de vinho possui. Os outros produtos têm uma substituabilidade grande dentro dos produtos da mesma classe e tipo.

PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES

Tal como nos outros distritos, os intermediários como clientes têm um razoável poder de negociação que se eleva consoante a interioridade do território e a diminuição do número de intermediários. As barreiras à saída são pequenas.

No sector dos vinhos, em especial dos vinhos do porto, o poder negocial dos intermediários, caves tem um certo peso, proveniente da especificidade do produto.

PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES

Os produtos florestais, assim como os vinhos, dada as suas características, conferem aos seus fornecedores moderado poder negocial. Os outros produtos, sendo genéricos e podendo ser adquiridos em diversos locais, não conferem um grande poder aos seus fornecedores.



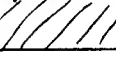









O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA

A legislação, a fixação de preços, e a descriconaridade do governo tem um papel importante e uma influência considerável, muito em particular no sector vinícola deste distrito.


8.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector


Esta análise de perfil de capacidade apresenta, relativamente ao distrito de Viseu, as seguintes características:

Gestão

	Fraco	Normal	Forte
Imagem do sector, responsabilidade social			
Uso de análise e planeamento estratégico			
Concorrência			
Rapidez de reacção a mudança de condições			
Flexibilidade e grau de estruturação			
Capacidade de atrair e reter pessoal criativo			
Capacidade de lidar com a inflação			


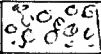

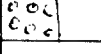

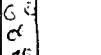

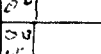
Quad 91 - Legenda: Pescas



Agricultura e pecuária 

Vinho 






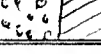
Azeite


Competitividade

	Fraco	Normal	Forte
Força do Produto, Qualidade			
Quota de Mercado			
Baixos custos de distribuição e venda			
Investimento em investigação & desenvolvimento em Novos produtos			
Elevadas barreiras à entrada de empresas no mercado			
Força dos fornecedores e disponibilidade de material			

Quad 92 - Legenda: Pescas Agricultura e pecuária  Vinho  Azeite

Técnica

	Fraco	Normal	Forte
Capacidades técnicas e para a manufactura			
Utilização de recursos e de pessoal			
Nível de tecnologia usada			
Intensidade de mão de obra no produto			

Quad 93 - Legenda: Pescas Agricultura e pecuária  Vinho  Azeite

Comentários:

Este distrito ocupa no sector primário uma parte algo significativa das suas empresas e da sua população activa. A imagem do subsector da agricultura embora não sendo boa, apresenta neste distrito uma melhoria na percepção relativamente aos distritos do litoral da RC.

Esta situação auxilia as empresas do sector a com um pouco mais de facilidade atraírem alguns recursos humanos e materiais para o subsector. O fraco planeamento e gestão, aliado ao baixo investimento em inovação, e à utilização de tecnologia na sua maioria ultrapassada corroboram a situação de baixa quota de mercado, baixos rendimentos e baixas barreiras à entrada. Este sector dispõe de recursos físicos passíveis de variadas utilizações que ajuda na flexibilidade e rapidez de reacção às mudanças. A concorrência no sector primário é determinada pelos preços existindo o perigo de invasão do mercado por produtos de países terceiros.

Os subsectores da produção vinícola, tem no entanto uma imagem de prestígio e qualidade, devido à excelente qualidade dos vinhos pertencentes à região demarcada do Douro, e ao fabrico do tão conhecido "Vinho do Porto", proporcionando-lhe atrair um potencial de recursos humanos e económicos com bastante expressão. Este subsector apresenta a utilização de tecnologias mais recentes mas necessitando ainda de evoluir por forma a garantir a qualidade do produto de forma continuada. As transformações operadas no produto e a sua imagem criam um valor acrescentado bastante significativo, tanto mais que se mantém a tendência para utilização de investigação e desenvolvimento no sentido de potenciar o e acrescentar maior valor ao produto, e ainda proporcionar diferentes vinhos.

As características e factores tradicionalistas, e as patentes registadas neste subsector do distrito de Viseu criou uma barreira à entrada de novas empresas, nomeadamente na acção dos intermediários, (caves).

8.2.3 - Análise de SWOT

A análise de SWOT, no distrito de Viseu, apresenta as seguintes características:

Forças

Este sector apresenta factores positivos, como:

- o distrito de Viseu apresenta boas produções de cereais, batata, vinho, produtos hortícolas;
- Viseu é um distrito com muitos recursos, quer em termos de recursos naturais (hídricos e solos férteis), quer em termos de recursos florestais;
- no sector vinícola, o distrito detém um excelente know-how, fazendo parte de regiões demarcadas, e conhecidas quer em Portugal, quer no estrangeiro;
- Viseu é um distrito localizado entre o interior e o litoral de Portugal;
- Viseu dispõe de produto vinícola específico e patenteado (vinho do porto);
- o sector vinícola dispõe de conhecimentos essenciais e de investigação de novos produtos.

Fraquezas

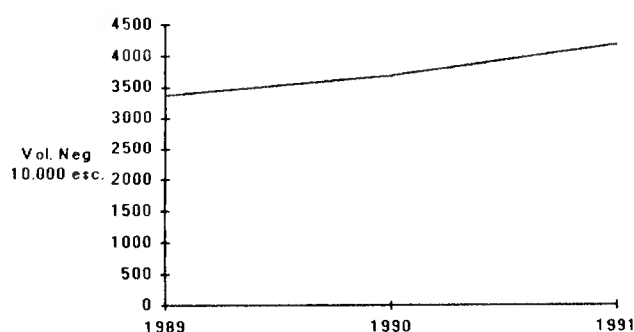
Faltam neste distrito infra-estruturas de apoio a este sector que desenvolvam novos produtos capazes de subsistir e inovar os produtos disponíveis:

- a agricultura neste distrito é feita em pequenas explorações e produzindo quantidades pequenas;
- a maioria dos agricultores não conhecem os canais de distribuição;
- as cooperativas agrícolas existentes são muito poucas e não apresentam um bom desempenho, tendo muitas delas fechado;
- a maioria da agricultura e pecuária que se pratica é tradicional, não utilizando qualquer método de gestão e organização;
- os agricultores não têm conhecimento sobre os ciclos de vida dos produtos, embora haja características de sazonalidade que na sua maioria são conhecidas e aproveitadas;
- a tecnologia usada é muito rudimentar, utilizando animais ou tractores para o trabalho mais pesado fisicamente, e usando produtos químicos tradicionais na protecção dos produtos;
- a utilização dos produtos químicos, apesar de na maior parte das vezes ser feita com é prescrito nas embalagens, nem sempre os agricultores conhecem concretamente os seus malefícios e/ou produtos alternativos mais adequados;
- os produtos agrícolas não têm sofrido inovação;

- Viseu é um distrito localizado no interior de Portugal e perto de Espanha;
- a população do distrito de Viseu apresenta um certo grau de envelhecimento;
- o distrito não dispõe de análises ambientais que caracterizem e definam a poluição causada nos diversos subsectores do sector primário.

8.2.4 - Ciclo de Vida do Sector

O posicionamento do sector quanto ao ciclo de vida está presente no seguinte gráfico:



gráf. 4

comentários:

O sector primário em Viseu situa-se numa fase de maturidade.

8.2.5 - Estratégias

As estratégias mais adequadas aos diversos sectores serão determinadas com base nas análises que permitem a definição do posicionamento actual do sector e dos seus objectivos e metas para o futuro.

As diversas opções estratégicas do sector

		Produto	
		Actual	Novo
Mercado	Actual	- "não fazer nada - consolidar - conquistar mercado	- desenvolvimento
	Novo	- desenvolvimento de mercado	- diversificação .relacionada .não relacionada

Quad 94

Comentários:

Este sector posiciona-se num mercado actual trabalhando também com produtos actuais, pelo que poderá manter-se como até aqui, consolidar ou tentar conquistar mercado.

		Estádio de Vida do Produto			
		Introdução	Crescimento	Maturidade	Declínio
Quota de Mercado	Alta	- sacrificar lucros para ganhar quota de mercado	reduzir preços quando os custos descem para desencorajar concorrentes. novos	consolidar a quota melhorando a qualidade aumentando publicidade utilizar toda a capacidade.	maximizar o cash flow reduzindo despesas
	Baixa	investir para incrementar a quota	concentrar-se num segmento que se possa dominar	retirar ou praticar preços e custos inferiores aos dos leaders	retirar

Quad 95

Comentários:

Na sua maioria os produtos mais genéricos do sector encontram-se num estágio de maturidade, dispondo de uma baixa quota de mercado no distrito de Viseu, pelo que as estratégias deverão conduzir à prática de preços mais baixos e à procura de redução de custos. O potencial do mercado deste sector é baixo, sendo-o também a aptidão do sector, pelo que será necessário diversificar ou retirar.

No que respeita ao subsector dos vinhos, sendo o vinho produzido o vinho do porto e encontrando-se num estágio de maturidade com um posicionamento favorável no mercado, a estratégia será consolidar a quota melhorando a qualidade utilizando toda a capacidade.

		Quota Relativa de Mercado	
		Baixa	Alta
Taxa de Crescimento	Alta		
	Baixa		
Cash Flow p/ Sector			
Quad 96		⊗	

Comentários:

Este sector encontrar-se numa posição de baixa quota de mercado, 0,008 (a mais baixa de toda a Região Centro), e num mercado com baixa taxa de crescimento, o que indica que o sector se deverá manter enquanto produzir rendimento.

O distrito de Viseu carece de adoptar estratégias que lhe permitam obter maior rendimento nomeadamente através do aumento de quantidade produzida, não descurando a qualidade, para o vinho do porto, e também da criação de novos produtos para os produtos vinícolas; e de aumento da quantidade produzida de produtos agrícolas em simultâneo com a procura de agrupamento dos agricultores através de criação de empresas ou cooperativas por forma a aproveitar as capacidade de em conjunto obterem economias de escala, e da possibilidade de melhorar a tecnológica partilhando-a e partilhando os seus custos, podendo aumentar do poder negocial das empresas do sector.

Os produtos pecuários, nomeadamente os ovinos e caprinos poderiam sofrer uma estratégia no sentido do aumento da quantidade produzida.

9 - AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

9.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

AMBIENTE INTERNO DO SECTOR DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE C. BRANCO

O distrito de Castelo Branco, apresenta um número de empresas dedicadas ao sector agrícola superior a qualquer dos distritos da Região Centro. No entanto, a maior parte da população activa do distrito ocupa-se do sector agrícola como complemento ao emprego que têm, pelo que o peso deste sector é muito mais representativo, do que poderá parecer.

O sector primário e as suas características estão patentes nos dados estatísticos apurados nas associações industriais e no INE, os seguintes índices:

Caracterização dos sectores de actividade

Actividades da CAE	Nº de Empresas	%	Volume de Negócios	Nº de Trabalhadores
AGRIC. SILV. CAÇA E PESCA	494	13.9	10409595	1565
TOTAL	3553	100	260239874	81834

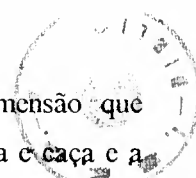
Quad 97 - Fonte: estatísticas INE e estatísticas ACIC-B (b)

O sector primário envolve cerca de 13,9% das empresas do distrito de Castelo Branco, que ocupam cerca de 2% da sua população activa e 3% do volume de negócios do distrito. O distrito de Castelo Branco, ocupa no sector primário cerca de 54% das empresas deste sector que pertencem à Região Centro, e cerca de 8% das empresas que compõem o sector em todo o país. O emprego que é gerado pela agricultura no distrito de Castelo Branco tem um peso de 0,07% do emprego gerado no mesmo sector por toda a Região Centro e cerca de 0,03% no que respeita ao posicionamento nacional. A contribuição deste sector do distrito em termos de volume de negócios, representa uma percentagem de 0,02% do volume de negócios da agricultura em Portugal e de 0,2% do volume auferido pela mesma na Região Centro.

As especificidades do distrito conduzem ao aparecimento de uma silvicultura fortalecida e representativa.

Castelo Branco	
Agricultura	9,0%
Silvicultura	6,6%

Quad 98 - Fonte estatísticas AIRV (c)



Este distrito apresenta na sua maioria explorações de pequena e média dimensão que incorporam poucos trabalhadores e os subsectores implantados na região são a agricultura e a silvicultura. Estas actividades, em Castelo Branco, face à existência de grandes áreas florestais, encontram-se um pouco mais desenvolvidas do que nos distritos da orla litoral.

As produções agrícolas centram-se em produtos tais como: frutas, cereais, legumes e vinho. O azeite é um dos produtos mais importantes do distrito.

O sector primário no distrito de Castelo Branco, para além da agricultura dedica-se também à pecuária apresentando um valor de produção aprovada para consumo de cerca de 1% do valor produtivo nacional, conforme se pode constatar pelo quadro seguinte:

RESES ABATIDAS E APROVADAS PARA CONSUMO, SEGUNDO AS ESPÉCIES, EM 1993

NUTS	TOT PLIM	BOVINA				OVINA		CAPRINA		SUÍNA	
		VITELOS		ADULTOS		CABS	PLI	CAB	P LIM	CAB	PL
CONCELHOS		CAB	PLI	CAB	P LIM						
	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T
Continente e Ilhas	414496	73970	8157	423615	107062	1083385	12034	234596	284525	4566	765
Região Centro	61760	1701	153	67344	16246	318545	2986	116289	41178	225	36
Beira Interior Sul	4261	12	1	3421	830	87648	569	25257	2724		
distrito de Castelo Branco	4261	12	1	3421	830	87648	569	25257	2724		

Quad 99 - Fonte: Ministério da Agricultura e estatísticas da ACIC-B (b)

O distrito de Castelo Branco produz 4.261 toneladas de carne limpa, sendo a sua maior parte suína e bovina. A pecuária praticada produz 63% de carne de origem suína e 19,4% de carne de origem bovina, nomeadamente carne criada, produz ainda 0,02% de carne bovina de vitelos, 13% de carne ovina e 3% de carne caprina. A produção pecuária deste distrito contribui em cerca de 1% para a produção pecuária nacional e em 7% para a mesma produção na Região Centro.

A carne bovina criada corresponde a aproximadamente 5% da produção da mesma na Região Centro e 0,7% do total nacional.

A carne de origem suína representa cerca de 6% da produção da Região Centro e 0,9% da produção nacional deste tipo de animais. No que respeita à produção de carne ovina e caprina, esta integra respectivamente 19% e 11,8% das produções obtidas na Região Centro tendo um peso de 4,7% e 7% das produções portuguesas.

As carnes provenientes deste distrito e que têm maior peso na produção nacional são a ovina e a caprina que abundam nos planaltos e serras do distrito.

9.2. - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO

9.2.1 - Análise das Forças de Porter

A análise das forças permite organizar e enumerar os seguintes factores:

AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES

As actividades económicas que envolvem o sector primário, representam cerca de 13,9% das empresas do distrito de Castelo Branco, ocupam cerca de 2% da sua população activa e proporcionam um volume de negócios da ordem dos 3% do volume de negócios do distrito de Castelo Branco.

O distrito de Castelo Branco apresenta boas produções de cereais, vinho, fruta, produtos hortícolas e azeite.

O sector pecuário tem uma certa representatividade, contribuindo para o volume de negócios deste sector primário.

As barreiras e ameaças de entrada e saída são entre o razoável e o elevado, nos produtos mais generalistas.

O subgrupo de exploração florestal tem um peso importante neste distrito. A utilização florestal é feita pela indústria de papel e da madeira, sendo a ameaça de novos entrantes mais diminuta.

RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES

O impacto como concorrentes individuais, praticando um tipo de agricultura baseado na tradição e não produzindo grandes quantidades, é reduzido. A concorrência neste sector é feita fundamentalmente pelos preços, estando a qualidade um pouco relegada para segundo plano.

Na agricultura, face às suas características e devido ao facto de que praticamente todas as pessoas são agricultores, há muitas micro e pequenas empresas e agricultores individuais dividindo entre si diminutas quotas de mercado, ficando patente a existência de alguma rivalidade.

A pecuária divide entre algumas empresas, e os produtores individuais as quotas, existindo alguma rivalidade.

A rivalidade na exploração florestal tem alguma expressão, pois não existem muitas empresas nessa exploração e o produto é mais diferenciado.

PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS

Não há produtos substitutos no sentido estrito do termo, mas a substituabilidade dos produtos da mesma espécie é muito elevada.

A substituibilidade dos produtos florestais, nem sempre é possível, este pode ser o caso da indústria de mobiliário, onde uma determinada madeira nem sempre pode substituir outra. O grau de substituição dos produtos florestais é inferior ao grau de substituição dos produtos agrícolas.

PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES

Os intermediários neste distrito mais interior e de mais difícil acesso tem um poder negocial superior ao existente em qualquer dos outros distritos do litoral da RC.

PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES

Os fornecedores deste sector, ou seja fornecedores de sementes e de coadjuvantes das culturas não têm um grande poder negocial, uma vez que, o produtor agrícola e de pecuária tem total possibilidade de escolha não necessitando de fornecedores fixos. Os fornecedores podem facilmente ser substituídos por outros sem que o custo de mudança seja grande. O fornecimento provém tanto de Portugal como do estrangeiro, sendo importado e revendido, dependendo do preço para ser ou não comercializado, segundo os materiais necessários à actividade agrícola e pecuária.

O fornecedor de áreas para exploração florestal, Estado, tem grande poder negocial enquanto fornecedor, podendo alterar as regras do mercado. No entanto habitualmente limita-se a estabelecer preços que potenciam o investimento, não utilizando o poder discricionário.

O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA

O governo quando fixa as variações de preços para os bens alimentares básicos, está a ter um poder regulador de mercado, diminuindo a margem de manobra das empresas que fazem parte do sector.










A legislação ambiental e os limites de coadjuvantes das culturas impostos pela legislação constituem um importante factor, nomeadamente na escolha dos produtos (matérias-primas) usados e das tecnologias escolhidas.

No sector florestal, o Estado, utilizando os poderes de que está investido, pode potenciar ou não, determinando o crescimento.


9.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector


Esta análise de perfil de capacidade apresenta os seguintes aspectos:

Gestão

	Fraco	Normal	Forte
Imagem do sector, responsabilidade social			
Uso de análise e planeamento estratégico			
Concorrência			
Rapidez de reacção a mudança de condições			
Flexibilidade e grau de estruturação			
Capacidade de atrair e reter pessoal criativo			
Capacidade de lidar com a inflação			









Quad 100 - Legenda: Pescas

Agricultura e pecuária 


Vinho 


Azeite 

Competitividade

	Fraco	Normal	Forte
Força do Produto, Qualidade			
Quota de Mercado			
Baixos custos de distribuição e venda			
Investimento em investigação & desenvolvimento em Novos produtos			
Elevadas barreiras à entrada de empresas no mercado			
Força dos fornecedores e disponibilidade de material			





Quad 101 - Legenda: Pescas

Agricultura e pecuária 


Vinho 


Azeite 

Técnica

	Fraco	Normal	Forte
Capacidades técnicas e para a manufactura			
Utilização de recursos e de pessoal			
Nível de tecnologia usada			
Intensidade de mão de obra no produto			

Quad 102 - Legenda: Pescas

Agricultura e pecuária 

Vinho 

Azeite 

Comentários:

A imagem do subsector da agricultura neste distrito é positiva incorporando uma percentagem significativa das empresas e tendo algum impacto no volume de negócios efectuado pelo distrito.

Esta situação auxilia o sector a atrair recursos humanos e materiais, no entanto a situação geográfica e grande distância dos pólos mais industrializados dificulta a captação de recursos

financeiros e humanos especializados. O fraco planeamento e gestão, aliado ao baixo investimento em inovação, e à utilização de tecnologia na sua maioria ultrapassada corroboram a situação de baixa quota de mercado, e de baixas barreiras à entrada. Este sector dispondo de recursos físicos passíveis de variadas utilizações que ajuda na flexibilidade e rapidez de reacção às mudanças. A fruta produzida por este distrito, (fruta da Cova da Beira) tem muito prestígio e é muito conceituada e conhecida em todo o país, mas sendo produzida em pequenas quantidades tem dificuldade em cobrir o mercado.

O sector da produção vinícola, tem no entanto uma imagem com algum prestígio, devido há boa qualidade dos produtos, proporcionando-lhe atrair um melhor potencial de recursos humanos e económicos, mas tendo dificuldade em obtê-los na região. Este subsector apresenta no entanto, e face à dificuldade de modificação tecnológica e à necessidade de algum investimento para actualizar o sistema, uma inércia perante a modificação das condições ambientais, sendo difícil a sua reestruturação. A concorrência no sector primário é determinada pelos preços existindo o perigo de invasão do mercado por produtos de países terceiros.

O subsector da produção de azeite, na sua estruturação assemelha-se à produção de vinho, já que ambos utilizam alguns equipamentos e dispõe de tecnologia ainda rudimentar, que se pode encontrar nos sistemas produtivos designados vulgarmente por lagares. Este subsector em Castelo Branco apresenta uma imagem de qualidade e prestígio, podendo atrair algum pessoal criativo. Utiliza alguma gestão e planeamento principalmente na gestão da tecnologia e processos utilizados, tendo dificuldade na reacção a condições de mudança, não possuindo muita flexibilidade na execução do produto. Apresentando uma diminuta quota de mercado e baixos rendimentos, não apresenta investimento na investigação e desenvolvimento, embora faça algum desenvolvimento de diferenciação no produto.

O sector florestal apesar do manancial de recursos disponível dada a excelente área florestal disponível no distrito, carece de exploração nomeadamente na produção de madeiras nobres e no processo de reflorestação.

9.2.3 - Análise de SWOT

A análise de SWOT, compreende uma enumeração das fraquezas e forças que o sector apresenta na sua relação com a concorrência e o ambiente externo.

Forças

Este sector apresenta factores positivos, que na maioria advém meios disponíveis:

- o distrito de Castelo Branco apresenta boas produções de cereais, vinho, fruta, azeite, nomeadamente em termos da qualidade de produtos.
- Castelo Branco é um distrito com muitos recursos, quer em termos de recursos naturais (hídricos e solos férteis), e grandes extensões florestais.

-Castelo Branco é um distrito localizado no interior de Portugal e perto de Espanha, com razoáveis vias de comunicação.

-produz boa qualidade de fruta.

Fraquezas

-a população do distrito de Castelo Branco apresenta um certo grau de envelhecimento.

-faltam neste distrito infra-estruturas de apoio a este sector que desenvolvam novos produtos.

-a agricultura neste distrito é feita em pequenas e médias explorações e de forma tradicional.

-a maioria dos agricultores não conhecem os canais de distribuição

-as cooperativas agrícolas existentes são muito poucas e não apresentam um bom desempenho

-a maioria da agricultura e pecuária que se pratica é tradicional, não utilizando qualquer método de gestão ou organização

-os agricultores não têm conhecimento sobre os ciclos de vida dos produtos, embora haja características de sazonalidade que na sua maioria são conhecidas e aproveitadas

-a tecnologia usada é muito rudimentar, utilizando animais ou tractores para o trabalho mais pesado fisicamente, e usando produtos químicos tradicionais na protecção dos produtos

-a utilização dos produtos químicos, apesar de na maior parte das vezes ser feita com o que é prescrito nas embalagens, nem sempre os agricultores conhecem concretamente os seus malefícios e/ou produtos alternativos mais adequados

-os produtos agrícolas não têm sofrido inovação.

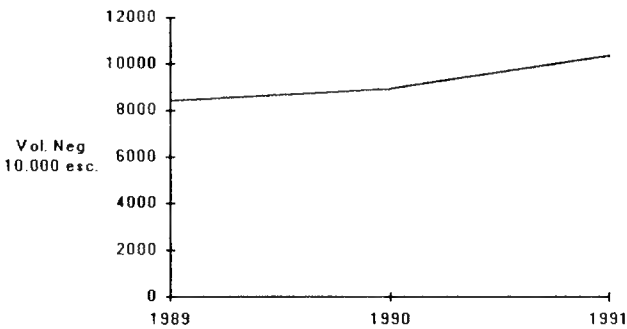
-Castelo Branco é um distrito localizado no interior de Portugal e perto de Espanha sofrendo a sua concorrência

-a exploração florestal e a reflorestação são ainda actividades com pouca dinâmica e insuficientes relativamente à manutenção e renovação do património florestal.

-o distrito não possui estudos ambientais que permitam a identificação das características e tipos de poluição causados no sector primário

9.2.4 - Ciclo de Vida do Produto

O levantamento do posicionamento do sector no ciclo de vida, permite auxiliar na decisão de estratégia a seguir ou de estratégias possíveis



gráf. 5

comentários:

O sector primário no distrito de Castelo Branco, tal como em quase todos os outros distritos da RC situa-se num fase de maturidade.

9.2.5. - Estratégias

As estratégias mais adequadas aos diversos sectores serão determinadas com base nas análises que permitem a definição do posicionamento actual do sector e dos seus objectivos e metas para o futuro.

As diversas opções estratégicas do sector

		Produto	
		Actual	Novo
Mercado	Actual	- "não fazer nada -consolidar -conquistar mercado	-desenvolvimento
	Novo	-desenvolvimento de mercado	-diversificação .relacionada .não relacionada

Comentários:

Este sector posiciona-se num mercado actual trabalhando também com produtos actuais, pelo que poderá manter-se como até aqui, ou consolidar ou tentar conquistar mercado.

Estádio de Vida do Produto

		Introdução	Crescimento	Maturidade	Declínio
Quota de Mercado	Alta	- sacrificar lucros para ganhar quota de mercado	reduzir preços quando os custos descem para desencorajar concorrentes. novos	consolidar a quota melhorando a qualidade aumentando publicidade utilizar toda a capacidade.	maximizar o cash flow reduzindo despesas
	Baixa	investir para incrementar a quota	concentrar-se num segmento que se possa dominar	retirar ou praticar preços e custos inferiores aos dos leaders	retirar

Quad 104

Comentários:

Os produtos do sector, na sua maioria, encontram-se num estágio de maturidade dispondo de baixa quota de mercado deste sector do distrito de Castelo Branco, pelo que as estratégias deverão conduzir a prática de preços mais baixos e à procura de redução de custos

O potencial do mercado deste sector é baixo, sendo-o também a aptidão do sector , pelo que será necessário diversificar ou retirar.

Quota Relativa de Mercado

		Baixa	Alta
Taxa de Crescimento Cash Flow p/ Sector	Alta		
	Baixa	⊗	

Quad 105

Comentários:

A baixa quota de mercado deste sector, cerca de 0,02, e um mercado com baixa taxa de crescimento, induz o sector a manter-se somente enquanto obtiver rendimento.

Castelo Branco, e o seu distrito poderão adoptar estratégias que possibilitem um maior rendimento nomeadamente através de diferenciação para os produtos vinícolas criando vinhos com novas características; de aumento da quantidade produzida de produtos agrícolas e a procura de agrupamento dos agricultores através de criação de empresas ou cooperativas por forma a aproveitar as sinergias da produção conjunta (através da utilização de economias de escala) e do aproveitamento de tecnologia comum diminuindo os custos da mesma; através de aumento da quantidade produzida de

azeite modificando a tecnologia usada nesta exploração para diminuir a sua poluição; do aumento da quantidade de fruta produzida e acrescentar-lhe valor através da integração de serviços, como embalagem, escolha, etc.; aumentar o marketing de divulgação para o azeite e a fruta;

A área florestal poderá ser aproveitada para a produção de madeira específica para por exemplo os sectores da construção e do mobiliário. Este distrito apesar da densa área florestal que tem sofre muitos incêndios pelo que a reflorestação é uma área de actividade que poderá ser aproveitada criando um novo negócio.

A produção pecuária deverá ir de encontro ao aumento da produção de carne ovina e caprina aumentando a quota de mercado que estes produtos já detêm.

10 - AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE GUARDA

10.1 - ANÁLISE DO AMBIENTE DO SECTOR PRIMÁRIO NO DISTRITO DE GUARDA

AMBIENTE INTERNO DO SECTOR DE AGRICULTURA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA NO DISTRITO DE GUARDA

O distrito da Guarda, apresenta um pequeno número de empresas dedicadas ao sector agrícola. No entanto, a maior parte da população activa do distrito ocupa-se do sector agrícola como complemento da sua profissão principal.

O sector primário incorporando as actividades de agricultura, silvicultura, caça e pesca apresenta segundo os dados estatísticos apurados nas associações industriais e no INE, os seguintes índices:

Caracterização dos Sectores de Actividade

Actividades da CAE	Nº de Empresas	%	Volume de Negócios	Nº de Trabalhadores
AGRIC.SILV.CAÇA E Pesca	90	3.9	1350409	570
TOTAL	2307	100	168801128	20239

Quad 106 - Fonte: estatísticas INE e estatísticas NERGA (b)

As actividades económicas que envolvem o sector primário representam cerca de 3,9% das empresas do distrito da Guarda, ocupam cerca de 2,8% da sua população activa, proporcionando um volume de negócios da ordem dos 0,08% do volume de negócios do distrito. Este sector no distrito da Guarda, ocupa cerca de 9,9% das empresas deste sector que pertencem à Região Centro, e cerca de 1,5% das empresas que compõem o sector em todo o país. O emprego que é gerado pela agricultura no distrito da Guarda tem um peso de 0,028% do emprego gerado no mesmo sector por toda a Região Centro e cerca de 0,01% no que respeita ao posicionamento nacional. A contribuição deste sector do distrito em termos de volume de negócios, representa uma pequena percentagem de 0,003% do volume de negócios da agricultura em Portugal e de 0,03% do volume auferido pela mesma na Região Centro.

Este distrito apresenta na sua maioria explorações de pequena dimensão que incorporam poucos trabalhadores. Dos sectores implantados na região, são a agricultura, a caça e a silvicultura, que neste distrito, face à existência de grandes áreas florestais, se encontra um pouco mais desenvolvida do que nos distritos do litoral.

As principais culturas deste distrito são a batata, os cereais e a fruta. O azeite e o vinho branco são também produtos importantes na economia agrária desta região.

O sector primário no distrito da Guarda, para além da agricultura dedica-se também à pecuária apresentando um valor de produção aprovada para consumo de cerca de 1% do valor produtivo nacional, conforme se pode constatar pelo quadro seguinte:

RESES ABATIDAS E APROVADAS PARA CONSUMO, SEGUNDO AS ESPÉCIES, EM 1993

NUTS	TOT P LIM	BOVINA				OVINA		CAPRINA		SUÍNA	
		VITELOS		ADULTOS		CAB	PLI	CAB	PLIM	CAB	PLI
CONCELHOS		CAB	PLI	CAB	P LIM						
	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T	Nº	T
Continente e Ilhas	414496	73970	8157	423615	107062	1083385	12034	234596	284525	4566	765
Região Centro	61760	1701	153	67344	16246	318545	2986	116289	41178	225	36
Dão Lafões	4133	164	15	12430	2639	19162	216	2300	1246		
distrito da Guarda	128			234	58	760	5	459	63		
Serra da Estrela	357					40919	340	2653			
distrito de Guarda	357					40919	340	2653			
Beira Interior Norte	6513	1075	102	7344	1658	24151	166	5871	4556		
distrito de Guarda	6513	1075	102	7344	1658	24151	166	5871	4556		

Quad 107 - Fonte: Ministério da Agricultura e estatísticas da NERGA (b)

A pecuária praticada produz 66% de carne de origem suína e 24,5% de carne de origem bovina, nomeadamente carne criada, produz ainda 1,4% de carne bovina de vitelos, 7% de carne ovina e 0,6% de carne caprina. A produção pecuária deste distrito contribui em cerca de 1% para a produção pecuária nacional e em 11% para a mesma produção na Região Centro.

A carne bovina criada corresponde a aproximadamente 66% da produção da mesma na Região Centro e 1,2% do total nacional.

A carne de origem suína representa cerca de 11% da produção da Região Centro e 1,6% da produção nacional deste tipo de animais. No que respeita à produção de carne ovina e caprina, esta integra respectivamente 17% e 4% das produções obtidas na Região Centro tendo um peso de 4% e 2% nas produções portuguesas.

Tal como no distrito de Castelo Branco, a criação de ovinos e caprinos representa uma parte significativa da produção nacional.

10.2. - ESTUDO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DO SECTOR PRIMÁRIO

10.2.1 - Análise das Forças de Porter

A análise das forças permite organizar e enumerar os factores que são críticos, e apresenta os seguintes factos:

AMEAÇA DE NOVOS ENTRANTES

Apresentando este sector um muito baixo potencial de crescimento no país, e apresentando baixos volumes de rendimento não se torna a partida um sector muito atractivo, funcionando este facto de certa forma como factor dissuasor.

As actividades económicas que envolvem o sector primário representam cerca de 3,9% das empresas do distrito da Guarda, ocupam cerca de 2,8% da sua população activa e proporcionam um volume de negócios da ordem dos 0,08% do volume de negócios do distrito. Guarda possui boas produções de cereais, fruta, azeite e vinho e batata.

O sector pecuário contribui com uma parte do volume de negócios do sector primário.

No subgrupo da agricultura e da pecuária, do ponto de vista do produtor não se verifica a existência de barreiras à entrada, visto ser um sector que não necessita de investimentos excepcionais, e é composto na maioria por pequenos agricultores que produzem em sistema de minifúndio, não tendo grande poder de reacção contra os possíveis entrantes.

O subgrupo de exploração florestal tem um peso importante neste distrito. A utilização florestal é feita pela indústria de papel e da madeira.

RIVALIDADE ENTRE OS CONCORRENTES EXISTENTES

A maioria das empresas existentes no distrito enquadram-se na classificação de PME's não tendo grande impacto como concorrentes individuais, praticando um tipo de agricultura baseado na tradição e de características minifundiárias. A concorrência neste sector é feita fundamentalmente pelos preços, estando a qualidade um pouco relegada para segundo plano.

Na agricultura, face às suas características e devido ao facto de que praticamente toda as pessoas são agricultores a tempo parcial, há muitas micro e pequenas empresas e agricultores individuais dividindo entre si diminutas quotas de mercado, ficando diluído o factor de concorrência.

A pecuária dispõe de algumas empresas, e de muitos produtores individuais repartindo as quotas de mercado entre si.

A rivalidade na exploração florestal tem alguma expressão, pois não existem muitas empresas nessa exploração.

PRESSÃO DE PRODUTOS SUBSTITUTOS

Não há produtos substitutos no sentido estrito do termo, no entanto e face à característica de sazonalidade das produções agrícolas e pecuárias pode considerar-se que os produtos da mesma espécie e tipo podem funcionar como substitutos uns dos outros. Assim, a carne de vaca pode substituir a de porco e vice versa, o mesmo acontecendo para os diversos tipos de legumes, cereais, frutas. Desta forma a substituabilidade é quase absoluta sendo o preço um dos principais factores decisores logo seguido do aspecto do gosto do consumidor.

Este facto ajuda na tomada de decisão e adopção do preço dos bens no mercado.

A substituabilidade dos produtos florestais, nem sempre é possível, este pode ser o caso da indústria de mobiliário, onde uma determinada madeira nem sempre pode substituir outra. O grau de substituição dos produtos florestais é inferior ao grau de substituição dos produtos agrícolas.

PODER NEGOCIAL DOS CLIENTES

Sendo os clientes directos dos produtores os intermediários, estes dispõem de poder negocial na medida em que compram ou não determinado produto pelo preço que eles próprios determinam. Não existindo muitos intermediários, o agricultor escolhe entre vender e ficar com o produto. Isto acontece especialmente com a agricultura, e pecuária.

Sendo os clientes toda a população de dada região (cliente final), estes só dispõem de poder negocial na medida em que compram ou não determinado produto, sendo este aspecto dependente dos preços praticados e da existência e proximidade dos "vendedores finais" existentes na região, Neste aspecto o poder do cliente não é muito preponderante para os "vendedores com maior capacidades", tendo alguma importância para os pequenos "vendedores". O produtor que vende directamente ao cliente, e funciona como vendedor final, por exemplo em praças, fixa o seu preço e pode alterá-lo consoante o cliente dando ao cliente um maior poder de negociar.

PODER NEGOCIAL DOS FORNECEDORES

Os fornecedores deste sector, ou seja fornecedores de sementes e de coadjuvantes das culturas não tem um grande poder negocial, uma vez que, o produtor agrícola e de pecuária tem total possibilidade de escolha não necessitando de fornecedores fixos. Os fornecedores podem facilmente ser substituídos por outros sem que o custo de mudança seja grande. O fornecimento provém tanto de Portugal como do estrangeiro, sendo importado e revendido. A comercialização dos materiais necessários à actividade agrícola e pecuária depende do seu preço.

O fornecedor de áreas para exploração florestal, Estado, tem grande poder negocial enquanto fornecedor, podendo alterar as regras do mercado. No entanto habitualmente limita-se a estabelecer preços que potenciam o investimento, não utilizando o seu poder discricionário.



O POSICIONAMENTO DO GOVERNO COMO FORÇA NA CONCORRÊNCIA

O governo quando fixa as variações de preços para os bens alimentares básicos, está a ~~ter~~ um poder regulador de mercado, diminuindo a margem de manobra das empresas que fazem parte do sector.

A legislação ambiental e os limites de coadjuvantes das culturas impostos pela legislação constitui um importante factor, nomeadamente na escolha dos produtos (matérias-primas) usados e nas das tecnologias escolhidas. No sector florestal o Estado, utilizando os poderes de que está investido, pode determinar o crescimento do sector.

10.2.2. - Análise do Perfil de Capacidades do Sector

Esta análise de perfil de capacidade é um meio para definição das forças e fraquezas do sector. A capacidade do sector nas diferentes categorias ajuda na descoberta e verificação dos pontos fracos e fortes do mesmo.

Gestão

	Fraco	Normal	Forte
Imagem do sector, responsabilidade social			
Uso de análise e planeamento estratégico			
Concorrência			
Rapidez de reacção a mudança de condições			
Flexibilidade e grau de estruturação			
Capacidade de atrair e reter pessoal criativo			
Capacidade de lidar com a inflação			

Quad 108 - Legenda: Pescas

Agricultura e pecuária ///

Vinho ☞

Azeite \\\

Competitividade

	Fraco	Normal	Forte
Força do Produto, Qualidade			
Quota de Mercado			
Baixos custos de distribuição e venda			
Investimento em investigação & desenvolvimento em			
Novos produtos			
Elevadas barreiras à entrada de empresas no mercado			
Força dos fornecedores e disponibilidade de material			


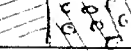

Quad 109 - Legenda: Pescas

Agricultura e pecuária ///


Vinho ☞


Azeite \\\


Técnica

	Fraco	Normal	Forte
Capacidades técnicas e para a manufactura			
Utilização de recursos e de pessoal			
Nível de tecnologia usada			
Intensidade de mão de obra no produto			

Quad 110 - Legenda: Pescas

Agricultura e pecuária 

Vinho 

Azeite 

Comentários:

A imagem do subsector da agricultura não é das melhores, sendo considerado como um sector secundário constituído por PME's e simplesmente complementar por não produzir elevado lucro. Esta situação provoca dificuldade na atracção de recursos humanos e materiais para o subsector. O fraco planeamento e gestão, aliado ao baixo investimento em inovação, e à utilização de tecnologia na sua maioria ultrapassada corroboram a situação de baixa quota de mercado, e baixas barreiras à entrada. Este sector dispõe de recursos físicos passíveis de variadas utilizações ajudando na flexibilidade e rapidez de reacção às mudanças.

O sector da produção vinícola, tem no entanto uma imagem com algum prestígio, devido há boa qualidade dos produtos, proporcionando-lhe atrair um melhor potencial de recursos humanos e económicos, mas tendo dificuldade em obtê-los na região. Este subsector apresenta no entanto, e face à dificuldade de modificação tecnológica e à necessidade de algum investimento para actualizar o sistema, uma inércia perante a modificação das condições ambientais, sendo difícil a sua reestruturação.

A concorrência no sector primário é determinada pelos preços existindo o perigo de invasão do mercado por produtos de países terceiros.

O subsector da produção de azeite, na sua estruturação assemelha-se à produção de vinho, utilizando ambos, alguns equipamentos e tecnologia ainda rudimentar, que se podem encontrar nos sistemas produtivos designados vulgarmente por lagares. Este subsector no distrito da Guarda apresenta uma imagem de qualidade e prestígio, podendo atrair algum pessoal criativo. Utiliza alguma gestão e planeamento principalmente na gestão da tecnologia e processos utilizados, tendo dificuldade na reacção a condições de mudança e não possuindo muita flexibilidade na execução do produto. Apresentando uma diminuta quota de mercado e baixos rendimentos, não apresenta investimento na investigação e desenvolvimento, embora faça algum desenvolvimento de diferenciação no produto.

O sector florestal apesar do manancial de recursos disponível dada a excelente área florestal disponível no distrito, carece de exploração nomeadamente na produção de madeiras nobres e no processo de reflorestação.

10.2.3 - Análise de SWOT

A análise de SWOT, compreende uma enumeração das fraquezas e forças que o sector apresenta na sua relação com a concorrência e o ambiente externo na Guarda.

Forças

Este sector apresenta factores positivos, que na maioria advém dos recursos e meios disponíveis:

- o distrito de Guarda apresenta boas produções de cereais, batata, vinho, fruta, e azeite.
- a Guarda é um distrito com muitos recursos, quer em termos de recursos naturais (hídricos e solos férteis), quer pela grande extensão florestal
- no sector vinícola, o distrito detém algum know-how, relativamente a vinho branco
- a Guarda é um distrito localizado no interior de Portugal e perto de Espanha, mas dispondo neste momento de razoáveis vias de comunicação.

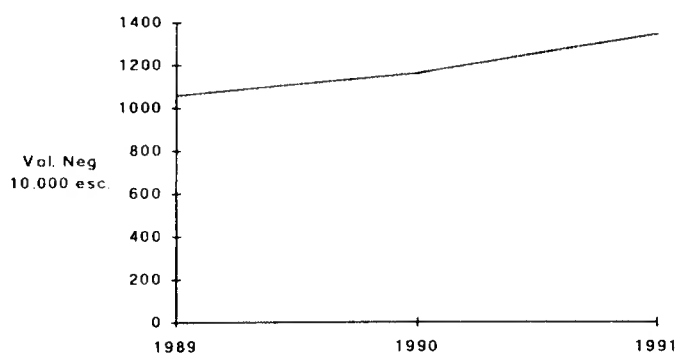
Fraquezas

- Faltam neste distrito infra-estruturas de apoio a este sector.
- Falta neste distrito infra-estruturas para a educação, especialmente no ensino superior.
- a maioria dos agricultores não conhecem os canais de distribuição
- as cooperativas agrícolas existentes são muito poucas e não apresentam um bom desempenho, tendo muitas delas fechado
- a maioria da agricultura e pecuária que se pratica é tradicional, não utilizando qualquer método de gestão ou organização
- os agricultores não têm conhecimento sobre os ciclos de vida dos produtos, embora haja características de sazonalidade que na sua maioria são conhecidas e aproveitadas
- as explorações são em tamanho pequenas e médias, a tecnologia usada é muito rudimentar, utilizando animais ou tractores para o trabalho mais pesado fisicamente, e usando produtos químicos na protecção dos produtos
- a utilização dos produtos químicos, apesar de na maior parte das vezes ser feita com é prescrito nas embalagens, nem sempre os agricultores conhecem concretamente os seus malefícios e/ou produtos alternativos mais adequados
- os produtos agrícolas não têm sofrido inovação.
- Guarda é um distrito localizado no interior de Portugal e com algumas dificuldades de acesso ao litoral, nomeadamente no que diz respeito ao tempo necessário para viajar até ao litoral.
- a população do distrito da Guarda apresenta um certo grau de envelhecimento
- a exploração florestal e a reflorestação são ainda actividades com pouca dinâmica e insuficientes relativamente à manutenção e renovação do património florestal.

-este distrito não dispõe de estudos ambientais que permitam a detecção da poluição existente causada no sector primário.

10.2.4 - Ciclo de Vida do Produto

O levantamento do posicionamento do sector relativamente ao estágio dos seus produtos no ciclo de vida do produto, permite auxiliar na decisão de estratégia a seguir ou de possíveis estratégias



gráf. 6

comentários:

O sector primário encontra-se neste distrito e de forma generalizada, numa fase de maturidade.

10.2.5. - Estratégias

As estratégias mais adequadas aos diversos sectores serão determinadas com base nas análises que permitem a definição do posicionamento actual do sector e dos seus objectivos e metas para o futuro.

As diversas opções estratégicas do sector

		Produto	
		Actual	Novo
Mercado	Actual	- "não fazer nada -consolidar -conquistar mercado	-desenvolvimento
	Novo	-desenvolvimento de mercado	-diversificação .relacionada .não relacionada

Quad 111

Comentários:

Este sector posiciona-se num mercado actual trabalhando também com produtos actuais, pelo que poderá manter-se, consolidar ou tentar conquistar mercado.

Estádio de Vida do Produto

		Introdução	Crescimento	Maturidade	Declínio
Quota de Mercado	Alta	- sacrificar lucros para ganhar quota de mercado	reduzir preços quando os custos descem para desencorajar concorrentes. novos	consolidar a quota melhorando a qualidade aumentando publicidade utilizar toda a capacidade.	maximizar o cash flow reduzindo despesas
	Baixa	investir para incrementar a quota	concentrar-se num segmento que se possa dominar	retirar ou praticar preços e custos inferiores aos dos leaders	retirar

Quad 112

Comentários:

Os produtos do sector no distrito da Guarda encontram-se num estágio entre crescimento e maturidade dispondo de baixa quota de mercado , pelo que as estratégias deverão conduzir a prática de preços mais baixos e à procura de redução de custos.

O potencial do mercado deste sector é baixo, sendo-o também a aptidão do sector , pelo que será necessário diversificar ou retirar.

Quota Relativa de Mercado

		Baixa	Alta
Taxa de Crescimento Cash Flow p/ Sector	Alta		
	Baixa	⊗	

Quad 113

Comentários:

A baixa quota de mercado deste sector, cerca de 0,03, conjuntamente com um mercado com baixa taxa de crescimento, conduz o sector para que só se mantenha se e enquanto obtiver "cash flow".

O distrito da Guarda poderá implementar estratégias que conduzam a um maior rendimento utilizando a diferenciação para os produtos vinícolas através da concepção de novos vinhos; o aumento da quantidade produzida de produtos agrícolas em conjunto com a criação de empresas ou cooperativas

para procurar aproveitar as sinergias das economias de escala proporcionadas pela produção conjunta aproveitando modificar a tecnologia e usá-la em conjunto, diluindo assim os seus custos; o aumento da quantidade produzida de azeite e o marketing para dar a conhecer o produto, bem como a modificação da tecnologia usada nesta exploração, por forma a diminuir a sua poluição.

A extensa floresta de que dispõe este distrito, e o seu potencial de terrenos passíveis de reflorestação poderão constituir novos aproveitamentos, como sucedâneos da floresta, as madeiras exóticas e de qualidade e potenciar o aparecimento de novas empresas potenciando o desenvolvimento das já existentes.

A produção pecuária de ovinos e caprinos, tendo um peso já significativo no total nacional, poderá aumentar a sua quota aumentando a produção destas carnes e dos seus derivados e consolidando a posição que detém.

11 - CONSIDERAÇÕES

Em todos os distritos da região centro foram encontradas lacunas devido à falta de utilização e inovação tecnológica e devido fundamentalmente a produções pequenas que somente poderão obter economias de escala quando consideradas no seu conjunto.

Embora cada distrito tenha algumas especificidades de artigos e de recursos que potenciam desenvolvimentos específicos de alguns produtos, na sua globalidade pode indicar-se que todos os distritos necessitam de criar economias de escala através de criação de empresas ou cooperativas proporcionando uma inovação tecnológica sem carecer de elevados custos. Poder-se-á também indicar que o sector das pescas carece de introdução de novos produtos menos tradicionais por forma a aproveitar a capacidade de que dispõe e cumprir as legislações em vigor, aumentando o seu rendimento.

Os sectores vinícola e de produção de azeite carecem genericamente de mudanças para tecnologias mais limpas por forma a darem cumprimento à legislação ambiental poluindo menos o ambiente. As empresas sediadas nestes sectores poderão introduzir novos produtos e diversificar os existentes por forma a aumentarem a sua penetração no mercado português e internacional.

O sector florestal encontra-se numa fase embrionária de exploração carecendo de novas ideias e projectos.

Os factores anteriormente focados claramente apontam para uma necessidade de modificação da tecnologia usada e de posicionamento, bem como um aumento de produção por forma a cobrir a procura nacional diminuindo a necessidade de importação de bens como a fruta, os produtos hortícolas e a carne.

CAPÍTULO V

"CONCLUSÕES"

CAP V - CONCLUSÕES

O estudo apresentado pretende servir de alerta a todos os empresários, em especial dos da Região Centro de Portugal, para a tomada de consciência acerca dos problemas ambientais, que se está a processar e é hoje um dos principais motores da movimentação da humanidade. Com efeito, e conforme ficou patente no capítulo terceiro deste trabalho, actualmente, o direito a uma vida melhor é já um dado adquirido que move populações inteiras. Este direito, está na base de todas as denúncias sobre os atentados cometidos contra o ambiente em que se vive. As denúncias, cada vez mais apelativas e frequentes, conseguem mover as nações e os seus dirigentes. Cada vez mais, os governantes se sentem coagidos a actuar sobre os agentes poluidores e destruidores do meio ambiente.

Na verdade, é sobre esta acção que se deve focar o meio empresarial. Os empresários, necessariamente, são hoje impelidos para a resolução das suas situações de poluição, uma vez que a inacção poderia conduzi-los a uma situação de descrédito público.

Na Região Centro, detectou-se, através do inquérito de rua, a situação referida anteriormente. Embora a análise ambiental das empresas não se tivesse podido fazer por não existirem estudos e dados actualizados sobre o ambiente, e por as associações industriais, comerciais e de serviços, as empresas, e os municípios, não disporem de dados actualizados que permitissem efectuar o levantamento da situação. O estudo do ambiente não foi feito, mas o inquérito revelou que de uma forma generalizada, a população, indicava a poluição que percebia existir, dando exemplos dos casos de poluição mais graves existentes no distrito, e que a seu ver careciam de rápida resolução. As indicações de poluição, embora variando de distrito para distrito, de forma generalizada apontavam como suas origens a indústria e algumas actividades do sector primário.

No sector primário, as actividades de produção de vinho e de azeite, foram aquelas que de modo geral em todos os distritos, a população indicou como causadoras de efluentes com produtos e cheiros nauseabundos. O cheiro, é um dos factores que, na opinião dos entrevistados, mais incomodo causa na vida das populações. A utilização de pesticidas e os resíduos sólidos colocados em rios e lixeiras, foi indicado pelos inquiridos, como constituindo aspectos a melhorar.

A constatação dos agentes poluidores e das fontes de poluição, pela população, leva a concluir que sejam ou não feitos estudos ambientais e de impacto ambiental, o ambiente poluído é percebido por todas as pessoas a pleno olho nu.

Estas populações, quer os empresários queiram, quer não, denunciam os poluidores e interferem cada vez mais com as actividades produtoras, chegando mesmo a pedir a punição para os faltosos.

Como resultado desta nova consciência, atitude e empenho do homem na preservação do meio em que vive, surge uma real necessidade de cada indivíduo poluir o menos possível. Este princípio, é também e mais do que nunca, válido para todo o meio empresarial. Na realidade, o consumidor premeia os produtos considerados não poluidores e enaltece os empresários que restringem ao máximo a poluição que causam no ambiente. Surge então, um novo potencial que poderá ser aproveitado pelas empresas.

Na Região Centro, dada a situação de atraso tecnológico que caracteriza o sector primário, e dados os aspectos de poluição já referidos, torna-se imperioso uma mudança de estratégia e pensamento empresarial.

Esta mudança deve ter em conta os seguintes princípios estratégicos:

- o sector das pescas necessita de incluir novos tipos de pescado de forma a maximizar o aproveitamento da capacidade produtiva (frota pesqueira) e respeitar as legislações limitativas das quotas de pesca de cada tipo de peixe.
- os sectores vinícola e de produção de azeite carecem de mudanças tecnológicas por forma a aumentarem as capacidades produtivas e a diminuírem a poluição que produzem, criando valor através da imagem que transmitem à população. Estes sectores poderão, também, inovar e diferenciar os produtos existentes, por exemplo através do gosto, do grau de acidez e do grau de álcool, ou da incorporação de frutas, penetrando em mais nichos de mercado.
- o sector florestal, ainda em fase inicial, necessita de apostar em novos tipos de exploração, como produção de madeiras e derivados com características específicas, por forma a aumentar as quotas de mercado e penetrar em mercados menos tradicionais e por isso menos explorados.

Uma vez que, o sector primário é caracterizado fundamentalmente por grande fragmentação, a obtenção de economias de escala tornar-se-ia excessivamente onerosa. Pelo que será preferível a criação de empresas ou cooperativas que obtendo outra penetração de mercado, permitem aproveitar as sinergias conjuntas aumentando a produção e adquirindo tecnologias mais recentes e rentáveis diluindo os custos.

A produção de produtos perecíveis, como os frutículas e os hortícolas carecendo de tecnologia mais específica (por exemplo frigoríficos para conservação), poderá mais facilmente aproveitar as sinergias de conjunto aumentando a produção e criando produtos diversos como por exemplo frutos secos, frutos cristalizados ou em conserva. Esta solução de integração para a frente, ou de parceria com indústrias existentes, aumenta circunstancialmente o valor acrescentado do produto.

A existência de cooperativas, poderá concorrer com os intermediários na recolha e transporte de produções, diminuindo a força que estes possuem actualmente, e obrigando-os a repartirem e partilharem as quotas e lucros que hoje obtém.

Estes, são exemplos de princípios estratégicos que podem ser seguidos e levados em consideração tendo em vista o colmatar da situação deficitária que a região centro tem relativamente a produtos frutícolas e hortícolas possibilitando a prática preços mais concorrenciais e conseguindo assim ganhos nas quotas de mercado que actualmente são detidas pelos produtos espanhóis e franceses.

A Região Centro operando como um todo poderá optar por cada distrito melhorar a sua situação na área em que detém maiores vantagens e dispõe de maiores recursos. Dessa forma, o distrito de Aveiro e o de Coimbra favoreceriam de forma mais acentuada os sectores das pescas e dos cereais, como milho, e da pecuária bovina. O distrito de Coimbra poderia melhorar o seu potencial na pecuária equina, que é um produto recente e com possibilidade de maior penetração, e no sector florestal através da plantação do carvalho e do castanheiro, entre outros.

O distrito de Leiria poderia relevar os produtos frutícolas assim como o distrito de Castelo Branco. Leiria poderia ainda aumentar a pecuária equina.

Os distritos de Aveiro, Coimbra e em especial Viseu poderiam melhorar e dinamizar o seu sector vinícola especialmente com vista à exportação. Os distritos da Guarda e de Castelo Branco favoreceriam de forma mais acentuada os aspectos florestais e de produção de cereais como o centeio e outros, e também de pecuária ovina e caprina. O distrito de Viseu poderia melhorar a produção de cereais e de batata. Desta forma todos os distritos poderiam interagir e potenciar o seu desenvolvimento através do aproveitamento dos recursos e das sinergias concedidas pela união da Região Centro patente nos objectivos do Conselho Empresarial do Centro.

Os empresários, necessariamente, são hoje impelidos para a resolução das suas situações de poluição, uma vez que a inação poderia conduzi-los a uma situação de descrédito público.

A estruturação e implementação destas estratégias carece, no entanto, de melhor formação por parte dos decisores, melhores estruturas de apoio à inovação quer de processos quer de produtos, nomeadamente através da associação de empresários e criação de gabinetes conjuntos que permitam a inovação e até a criação de novos produtos passíveis de patenteamento, para além de abertura e melhoria de canais de comunicação com as estruturas regionais de ensino no sentido de direccionamento deste para a criação de valor nos sectores empresariais, quer através de investigação & desenvolvimento, quer através de formação de recursos humanos mais especializados. Para além das infra-estruturas necessárias ao bom desempenho empresarial e que ainda não são suficientes, principalmente na área interior desta região, torna-se imperativo que os empresários modifiquem as suas decisões indo de encontro a novos nichos de mercado e a diferenciação de produtos, para além de levarem em conta a importância que as associações podem ter no apoio generalizado aos sectores de

actividade e a necessidade de integração e por vezes até de fusão, no sentido de aumentar a capacidade das empresas e melhorar os seus poderes negociais acrescentando maior valor ao produto e serviço, e até na criação de empresas de produtos reciclados. É importante que os empresários tomem consciência das necessidades futuras quer para o cumprimento das legislações, quer para poderem competir num mercado maior e aberto, por forma a decidirem se deverão continuar com a mesma actividade, mudar de actividade ou sair do meio empresarial. Após esta constatação, os empresários deverão tomar a decisão sobre as estratégias possíveis e a necessidade e importância delas no valor acrescentado que poderão conferir, colmatando os pontos críticos existentes e na melhoria generalizada do processo, criando assim condições de melhor competitividade.

Tornar-se-á assim possível um futuro próspero, respeitando o ambiente e obtendo uma maior lucratividade.

"BIBLIOGRAFIA"

Bibliografia

- Aaker D., Day G., Wiley; "Marketing Research", Prentice Hall
- Abello, R., Bernaldez, F, e Galliano, E, 1968, "Consensus and contrast components", Landscape and Behavior, 18, #2, (155-178)
- ACIC-B, 1995, "Números relativos a indústrias instaladas nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão, ACIC-B Associação Comercial e Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão, 1995 (c)
- ACIC-B, 1995, "Os mercados regionais e a sua evolução", ACIC-B Associação Comercial e Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão, 1995(e)
- ACIC, 1995, "Indústrias no distrito de Coimbra", ACIC Associação Comercial e Industrial de Coimbra, 1995, (b)
- AIDA, 1995, "Anuário-1995", AIDA-Associação Industrial e Comercial de Aveiro, 1994(a)"Relatório de Contas Consolidadas", Banco Fomento e Exterior, 1995 , (9^A)
- AIDA, 1995, "A indústria do distrito de Aveiro", AIDA-Associação Industrial e Comercial de Aveiro, 1994, (d)
- AIDA, 1995, "Anuário-1995", AIDA-Associação Industrial e Comercial de Aveiro, 1995, (c)
- AIDA, 1994, "Ambiente e Indústria na Ria de Aveiro", Info-AIDA Jun 95, AIDA-Associação Industrial e , Comercial de Aveiro, 1994, (d)
- AIDA, 1994, "A Indústria do Distrito em números Águeda", Info-AIDA Jun 95, AIDA-Associação Industrial e Comercial de Aveiro, 1994, (d)
- AIDA, 1994, "Distrito de Aveiro em Números-Indústria Transformadora-1994", Associação Industrial e Comercial de Aveiro, 1994, (d)
- Alison, Archibald, 1968, "Essay on the Nature and Principles of Taste", Georg Olms Verlagchandlung, Hidesheim
- Almeida, I.R., 1979, "Panoramica do sistema normativo em Portugal", Desenvolvimento Regional N11, CCRC
- Almeida, L., 1979, "Lei de Finanças Locais e Ordenamento do Território", Poder Local N13
- Andersen, M. Teresa, 1984, "The Assessment of Landscape Quality-Guidelines for Four Planning Levels", Unpublished Master's Thesis Submitted to the Department of Landscape Architecture and Regional Planning, University of Massachussets, Amherst
- Anderson, F.R., et al, 1977, "Environmental improvement through economic icentives", John Hopkins
- Appleton, Jay, 1975, "Landscape evabration: the theoretical vacuum", Transactions of the Institute of British Geographers, 66, (120-123)
- Appleton, Jay, 1975, "The experience of Landscape", London, John Wiley & Sons
- Ansoff, H. I., 1965, Corporate Strategy, New York, McGraw-Hill, (5)

- Banco de Fomento Exterior**, 1995 "Sistema de Incentivos à Engenharia Financeira para Apoio às Empresas- PEDIP II", Edições Banco de Fomento Exterior, 1995
- Banco de Fomento Exterior**, 1995 "Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria- PEDIP II", Edições Banco de Fomento Exterior, 1995
- Banco de Fomento e Exterior**, 1994 "Caracterização da Região da Beira Interior", Banco de Fomento e Exterior, 1994, (e)
- Banco de Portugal**, 1995, "Relatório do Conselho de Administração Gerência 1994", Banco de Portugal, Lisboa, 1995, (4A)
- Banco de Portugal**, 1995 "Relatório do Conselho de Administração Gerência 1994", Banco de Portugal, Lisboa, 1995, (a)
- Barker, Roger G.**, 1968, "Ecological Psychology", Stanford University Press
- Barker, Roger**, 1968, "Ecological Psychology", Stanford University Press
- Bayer, H. von**, 1991, "Physika", The Sciences Julho-Agosto, (8-10)
- Baumol, W. J. & OATES, W.E.**, 1979, "Economics environmental policy and the quality of life", Prentice Hill
- Baumol, W. J. & OATES, W.E.**, 1975, "The Theory of Environmental Policy", Prentice Hill
- Bell, Paul, Fisher, Jeffrey, Loomis, Ross**, 1978, "Environmental Psychology", Philadelphia: W.B. Saunders Company
- Bittel**, "What Every Supervisor Should Know", Mc Graw Hill, 1985
- Borga**, 1981, "Legislação sobre controlo e combate a poluição atmosférica", SEOA, CNA
- Bourassa, Steven**, 1988, "Toward a Theory of Landscape Aesthetics", Landscape and Urban Planning, n15 (241-252)
- Burrows, p.**, 1979, "The Economic theory of pollution control, Martin Robertson
- Canter, David, Craik, Kenneth**, 1981, "Environmental Psychology", Journal of Environmental Psychology, 1(11)
- Canter, David**, 1987, "Clark Years", Journal of Environmental Psychology, 1987
- Cardoso Machado**, 1994, "Programa Ambiente Polo de irradiação para outras iniciativas", in Forum Ambiente Out 1994, Jornal Forum Ambiente
- Carlson, Allen**, 1984, "Nature and Positive Aesthetics"
- Carlson, Allen**, 1991, "Appreciating art and appreciating nature"
- Carlton, Dennis, Perloff, Jeffrey**, "Modern Industrial Organization", Harper Collins Publishers, London
- CEC**, 1995, "Perspectivas e Estratégias e Estratégias de Desenvolvimento - Encontro Distrital do Conselho Empresarial do Centro Aveiro", Associações Empresariais dos Distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Viseu e Guarda, 1995 (b)
- CEC**, 1995, "Ambiente numa Estratégia de Desenvolvimento - Encontro Distrital do Conselho Empresarial de Aveiro", Associações Empresariais dos Distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Viseu e Guarda, 1995 (b)

- CEC, 1995, "Parque Industrial de Oiã", Associações Empresariais dos Distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Viseu e Guarda, 1995 (b)
- CEC, 1995, "Estratégias de Desenvolvimento - Encontro Distrital do Conselho Empresarial do Centro Aveiro", Associações Empresariais dos Distritos de Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Viseu e Guarda, 1995 (b)
- Centro de Tecnologia Empresarial**, 1993, "Programas de Gestão Avançada temas para a excelência", Centro de Tecnologia Empresarial, Qualitymark editora, Rio de Janeiro, 1993
- Cinkota Michael**, "International Business", The Dryden Press, New York, 1994
- Costa Fátima**, "História e Geografia de Portugal", Porto Editora, Porto, 1995
- Davies III, J.C. & Davies B.S.**, 1977, "Federal standards and enforcement", Dorfman & Dorfman, Economics of the Environment W.W. Norton
- DEAP-1995**, "Agricultura em Números - 1995", DEAP-Departamento de Estatísticas da Agricultura e Pescas, Instituto Nacional de Estatística Portugal, 1995, (b)
- Direcção Geral do Comércio**, 1994, "Comércio Informação e Perspectivas", Direcção Geral do Comércio, 1994(b)
- Direcção Geral de Energia**, 1995, " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE - Demonstração", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE - Multi-Sectores", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE - Transportes", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE-Edifícios", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, "Programa Energia - regime de apoio ao aproveitamento de recursos energéticos endógenos", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE-Energias Renováveis", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, " Programa Energia - Um caminho Inteligente", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, " O PEDIP II e o ambiente", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995
- Direcção Geral de Energia**, 1995, "Sistema de Incentivos Regionais - SIR", Direcção Geral de Energia, Lisboa, 1995

- Direcção Geral de Energia** , 1995 "Sistema de Incentivos Regionais - SIR", Direcção Geral de Energia, Lisboa, 1995, (6A)
- Direcção Geral de Energia** , 1995 " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE - Demonstração", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995, (8A)
- Direcção Geral de Energia** , 1995 " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE - Multi-Sectores", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995, (8A)
- Direcção Geral de Energia** , 1995 " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE - Transportes", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995, (8A)
- Direcção Geral de Energia** , 1995 " Programa Energia - sistema de incentivos à utilização racional de energia - SIURE-Edifícios", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995, (8A)
- Direcção Geral de Energia** , 1995 "Programa Energia - regime de apoio ao aproveitamento de recursos energéticos endógenos", Direcção Geral de Energia, Ministério da Indústria e Energia, Lisboa, 1995, (7A)
- Drucker Peter**, "As Fronteiras da Gestão", Editora Presença, Lisboa
- Forum Ambiente**, 1994, "Resíduos industriais provocam contestação", Forum Ambiente Jun 1994 Jornal Forum Ambiente
- Forum Ambiente**, 1994, "O ambiente é rentável?", Forum Ambiente Jun 1994 Jornal Forum Ambiente
- Forum Ambiente**, 1994, "Nuclear em Portugal - não obrigado", Forum Ambiente Set 1994 Jornal Forum Ambiente
- Forum Ambiente**, 1994, "Iniciar agora reciclar depois", Forum Ambiente Set 1994 Jornal Forum Ambiente
- Forum Ambiente**, 1994, "Ambiente em cheque", Forum Ambiente Out 1994 Jornal Forum Ambiente
- Fustier, M.**, "A vida da empresa, a vida e a morte dos produtos", Clássica Editora, Págs. 37 a 47
- Fustier, M.**, " A vida da empresa, a vida e morte dos produtos", Clássica Editora, págs 37 a 47.
- Geoff, Lancaster, Lester, Massingham**, "Essentials of Marketing", McGraw-Hill Book Company
- Gibson, Jay**, 1979, "The ecological Approach to Visual Perception ", Boston: Houghton Mifflin
- Gifford, Robert**, 1987, "Environmental Psychology principles and practice: Needham Heights", ma Allyn and Bacan Inc.
- Guiltinan J.**, "Marketing management strategies and programs", Third Edition McGraw-Hill International Editions, New York, 1988
- Guiltinan J., Paul G.** "Marketing management strategies and programs", McGraw-Hill International Editions,
- Hahn, R.W.**, 1982, "On the applicability of market solutions to environmental problems", in J. Environmental Management V14 N2
- Hampton David**, "Administração Contemporânea", McGraw Hill, São Paulo

- Herzog Donald**, 1985 "Industrial Engineering Methods and Controls", Reston Publishing Company Inc, Virginia, 1985
- Herzog T Smith J**, 1988, "Danger, Mystery and environmental Preference", Environmental and Behavior, 20 #3
- Herzog T**, 1984, "A cognitive analysis of preference for field-and-forest environment", Landscape Research, 9, #1
- Holdgate, M.W.**, 1979, "A Prespective of environmental pollution", Cambridge University Press
- Holdgate, M.W.**, 1984, "The need for research on environmental impact assessment", in Robert & IAPMEI-"Jornadas de sensibilização para auditorias ambientais na indústria", Informação mensal para o empresário Dez/92, IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento,
- IAPMEI "Rumo ao Mercado Único"**, IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Lisboa
- IAPMEI "MIE publica análise de conjuntura da indústria e energia em Portugal"**, Informação mensal para o empresário Jun/95, IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, (b)
- IAPMEI "Estrutura Empresarial - Região de Leiria"**, IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Lisboa, (b)
- IAPMEI "Estrutura Empresarial - Portugal 1993"**, IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Lisboa, (b)
- IAPMEI "Boletim de Estatísticas - Portugal"**, Instituto Nacional de Estatísticas", Março 1995, (b)
- IAPMEI "Anuário Estatístico da Região Centro-1994"**, IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Lisboa, (b)
- INE"Caracterização das Empresas Portuguesas"**, Instituto Nacional de Estatística, 1993, (b)
- INETI, "Parceiro Tecnológico da Indústria em Matéria de Ambiente"**, Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, 1995
- Ittelson, William**, 1973, "Environmental Perception and Contemporary Perceptual Theory in Environmental and Cognition", Edição de W. Ittelson, New York Seminar Press, (1-19)
- James F. Engel, Martin R. Warshaw and Thomas C. Kinnear**, "Promotional Strategy : Managing the Marketing", Communication Process, Seventh Edition, International Student Edition.
- Jefkins Frank**, "O Marketing Directo", Biblioteca de Gestão Moderna, Lisboa, 1990
- Johnson & Brown**, 1976, "Cleaning up Europe`s waters: economics", New york Praeger Publishers
- Kaplan, S., Kaplan, R.**, 1982, "Cognition and Environmental Fuctioning in na Uncertain World", New york Praeger Publishers
- Kelman, S.** 1981, "Economist and the environmental muddle", Public Interest, N64
- Knoepfel, P, Weidner, H**, 1983, "Implementing air quality control programmes", Europe: na empirical analysis of EPA rulemaking behavior in Downing & Hanf, International comparisons in implementing pollution laws Klumer Nijhoff
- Kotler Philip**, "Managing Product Lines, Brands, and Packaging" cap.16 in Marketing Management-Analysis, Planning, Implementation, and Control-7 th Edition, 1991, Prentice-Hall International Edition.

Kotler, Philip, "Marketing Sem Gorduras" in EXAME Agosto de 1992, págs 30 a 32.

Lake, Iain R.; Bateman, Ian J.; Parfitt, Julian P. "Assessing a Kerbside Recycling Scheme: A Quantitative and Willingness to Pay Case Study. *Journal of Environmental Management* (1996) 46, 239-254.

Lendrevie, J., LINDON D., DIONÍSIO Pedro, RODRIGUES Vicente, "Teoria e Prática do Marketing" in Mercator, Publicações Dom Quixote, págs 175 a 180.

Levitt, "Levitt on Marketing", *Harvard Business Review*, págs 65 a 75.

Levy-Leboyer, Claude, 1982, "Psychology and Environment", Tradução Inglesa de David Carter e Iam Griffiths, Beverly Hills Sage Publications

Lorrain-Smith, R, 1982, "The nature of environmental Management", *J. Environmental Management*, V14

Lowenthal, David, 1987, "Environmental Perception: na odyssey of ideas", *Journal of Environment Psychology*, 7, 1987

Lucas N., Birbili, "A Novel Methodology for Environmental Policy Analysis-The Concept of Environmental Activity Elasticities and an application to the CAP", in *Journal of Environment Management* Volume 46 Number 2 February 1996

Marques António, "História e Geografia de Portugal", Porto Editora, Porto, 1994, (3A)

Martinho Alberto, "O tecido Industrial da Região de Viseu", Associação Industrial da Região de Viseu, 1993

McDonald; "Marketing Plans", Marketing Series

Mckenna Regis; "Novas Estratégias do Marketing", Biblioteca de Gestão Moderna, 1190

Mercado Único "Os empréstimos e os auxílios que poderá obter da união europeia", A Europa Consigo-Mercado Único, 1994

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais "Relatório do debate público sobre as Propostas de seguimento em Portugal das Conclusões da CNUAD", Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, Lisboa, 1993

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais Grupo de Trabalho do Plano Nacional de Política do Ambiente. "Plano Nacional da Política de Ambiente". Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (1994).

Ministério da Indústria e Energia "Na alta competição é vital a auto-avaliação", Ministério da Indústria e Energia, 1994

Ministério da Indústria e Energia "PEDIP II Um instrumento ao serviço da competitividade da Indústria Portuguesa", Ministério da Indústria e Energia, 1994

Ministério da Indústria e Energia "Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa", Ministério da Indústria e Energia

Ministério da Indústria e Energia "Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa", Ministério da Indústria e Energia, (5A)

Monteel, Henri, "Dicionário de Gestão", Publicações Dom Quixote

- Montcel Henri**, "Dicionário de Gestão", Publicações Dom Quixote
- NERGA** "Perspectivas de Desenvolvimento para a Região do Riba-Côa", NERGA-Núcleo Empresarial da Região da Guarda, Guarda
- NERGA** "Estudo de um Mercado Transfronteiriço", NERGA-Núcleo Empresarial da Região da Guarda, Guarda
- NERGA** "Estudo sócio económico do distrito da Guarda", NERGA-Núcleo Empresarial da Região da Guarda-Associação Empresarial, Guarda, 1995, (e)
- Noel Emile**, "As instituições da Comunidade Europeia", Unidade Publicações, 1993
- Dicionário Prático Ilustrado**, Lello
- O’Riordan T**, 1976, "Beyond Environmental Impact Assessment", O’Riordan & Hey, Environmental Impact Assessment, Saxson House
- O’Riordan T**, 1979, "Ecological studies and political decisions", Environmental & Planning VII N7
- O’Riordan T**, 1980, "Water quality and the planning process", Gower, Water quality in catchment ecosystems, J. Wiley & Sons
- O’Riordan T**, 1981, "Environmentalism Pion", London
- Paige G., Stone J., Hakonson T.**, "Evolution of a Porototype Decision Support System for Selecting Trench Cap Design" -Waste Management,
- Peyraut Yves**, "Gestão Racional da Qualidade", Rés Editora
- Perdigão Maria**, "Portugal: a Terra, o Mar e o Homem", Lexicoteca, Printer Portuguesa Ind. Gráfica, Lda, Lisboa, 1985, (2A)
- Perera, L. A. S. R.; Amin, A.T.M.N.** "Accomodating the Informal Sector: A Strategy for Urban Environmental Management". Journal of Environmental Management (1996) 46, 3-15.
- Peters Thomas, Waterman Robert**, "In Search Of Excelence-Na senda da gestão", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987
- Philip Kotler**; "Marketing Management", Prentic Hall
- Pitta Luis**, "Política Comunitária do Ambiente", Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente, 1987
- Porter Michael**, "The Competitive Advantage of Nations", Billing & Sons Ltd Worcester, Londres, 1990
- Porter, Michael E.** "Estratégia Competitiva - Técnicas para a Análise de Indústrias e da Concorrência". Editora Campus (1986) 14, 278-297.
- Porter M.**, "Competitividade Global", Forum Indústria nº1 nov/94, IAPMEI-Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento,
- Porter, Michael**, Competitive Strategy, New York, McMillian Publishing, Free Press, 1980, (6)
- Porter, Michael**, Competitive Advantage, New York, McMillan Publishing, Free Press, 1985, (7)
- Reibstein**, "Marketing, Concepts, Strategies and decision", Prentice-Hall
- Ribeiro Orlando**, "Geografia e Civilização Temas Protugueses", Lexicoteca, Printer Portuguesa Ind. Gráfica, Lda, Lisboa, 1985, (1A)

- Rodrigues E. Lopes**, "Regulamentação da Actividade Industrial", Universidade Técnica de Lisboa, 1994
- Rowe, Mason, Dichel**, "Strategic Management- A Methodological Approach", Addison wseley publishing Company, New York
- Santos Francisco**, "Estratégia e Competitividade", Rei dos Livros, Lisboa, 1990
- Schroeder Roger**, "Operations ,Management Decision Making in the Operations Function", McGraw Hill International Edition, New York
- Stanton, William**, " Fundamentos de Marketing", Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios, págs 209 a 231.
- Staats, H. J.; Wit, A. P.; Midden, C. Y. H.** "Communicating the Greenhouse Effect to the Public: Evaluation of a Mass Media Campaign from a Social Dilemma Perspective". Journal of Environmental Management (1996) 45, 189-203.
- Tarondau Jean**, "L'evolution de la gestion industrielle", Reveu Française de Gestion nº 70, Septembre/Octobre, 1988
- Thiétart Raymond**, "Stratégies de Revitalisation pour les Activités en Difficulté", Reveu Française de Gestion, nº 56-57, Mars/Avril/Mai, 1988
- Turner D.**, "The Chemistry of Metal Pollutants in Water", in Journal of Environment Management Volume 46 Number 2 February 1996
- Thuillier Pierre**, "Do Estudo de Mercado ao Plano de Marketing", Edições Cetop, Coimbra, 1990
- Tyteca, Daniel**, "On the Measurement of the Environmental Performance of Firms - A Literature Review and a Productive Efficiency Perspective", Journal of Environmental Management, Academic Press Limited. (1996), 46, 281-307.
- Vert Camille**, "Marketing Integrado chave da competitividade Industrial", Monitor, Lisboa, 1991
- Weaver Robert, Gillmeister William**, "Efficacy of Standards vs. Incentives for Managing the Environmental Impacts of Agriculture", in Journal of Environment Management Volume 46 Number 2 February 1996
- Wheelen Thomas, Hunger David**, "Strategic Management and Business Policy", Addison-Wesley Publishing Company, 4th edition, 1992
- Wood, Denis**, 1987, "I don't feel that about environmental psychology today", Journal of Environmental Psycology, 7 1987

ANEXOS

ANEXO

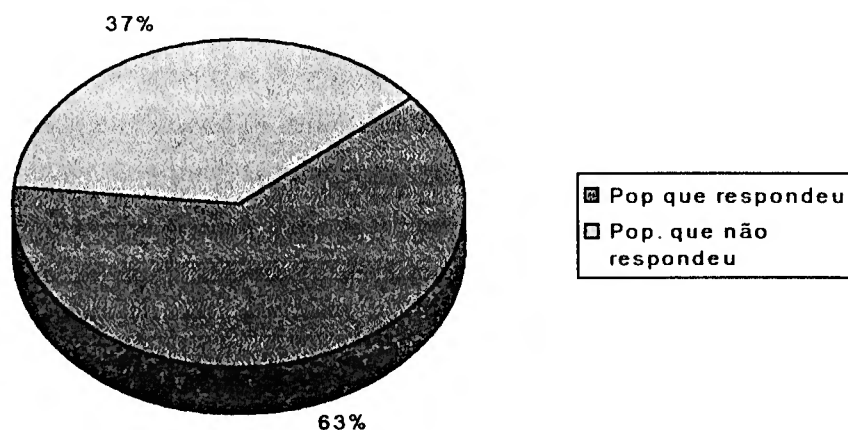
CAPÍTULO I

"A NOVA CONSCIÊNCIA DE AMBIENTE"

ANÁLISE DO INQUÉRITO REALIZADO À POPULAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

1.1. Inquérito

O inquérito efectuado à população da Região Centro incluiu um trabalho de entrevista feito a pessoas de todos os distritos da Região, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco, num total de 150 inquéritos. Este inquérito teve por objectivo avaliar o conhecimento que as pessoas tinham sobre o meio ambiente da sua área de residência, quais as principais preocupações ambientais que costumavam ter, e quais as medidas que gostariam de ver tomadas para a resolução dos problemas de poluição no seu distrito. O inquérito, pretendia também saber se as pessoas tinham ou não conhecimento acerca da legislação ambiental em vigor e qual a sua percepção sobre ela.

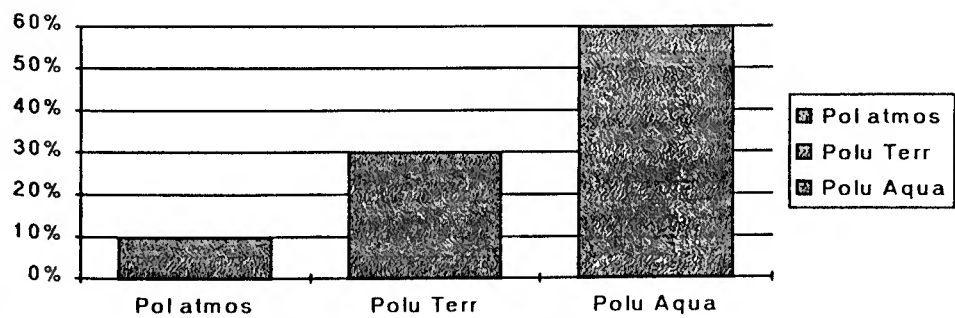


Dos 150 inquiridos somente 95 responderam ao inquérito.

Este inquérito que ora se anexa, apurou que as pessoas em geral sabiam da existência de legislação ambiental, embora não conhecem o seu conteúdo. A maioria das pessoas sabia identificar os problemas ambientais do distrito em que habitava e pretendia que eles fossem resolvidos. As pessoas entendiam que uma legislação de carácter punitivo resultaria melhor na defesa do meio ambiente. De uma maneira geral, as pessoas identificavam mais facilmente as poluições aquáticas e terrestres do que as aéreas.

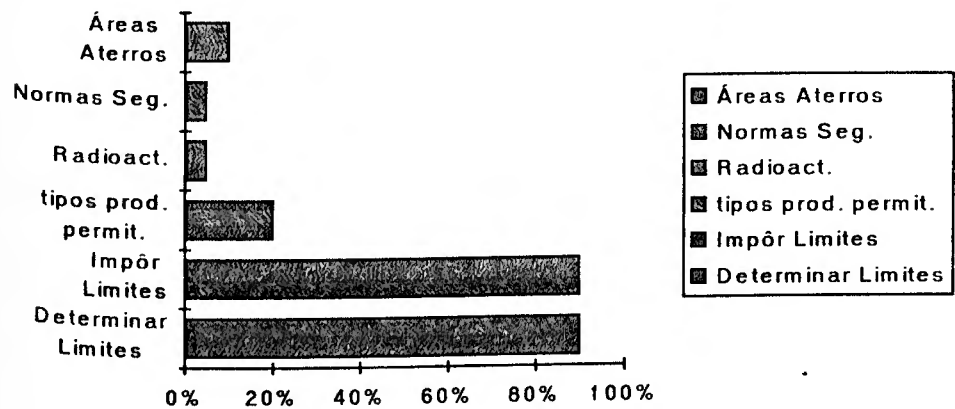
Estes aspectos podem verificar-se através dos seguintes gráficos:

Tipos de Poluição Existente descrito pelos Inquiridos como existente nos Distritos



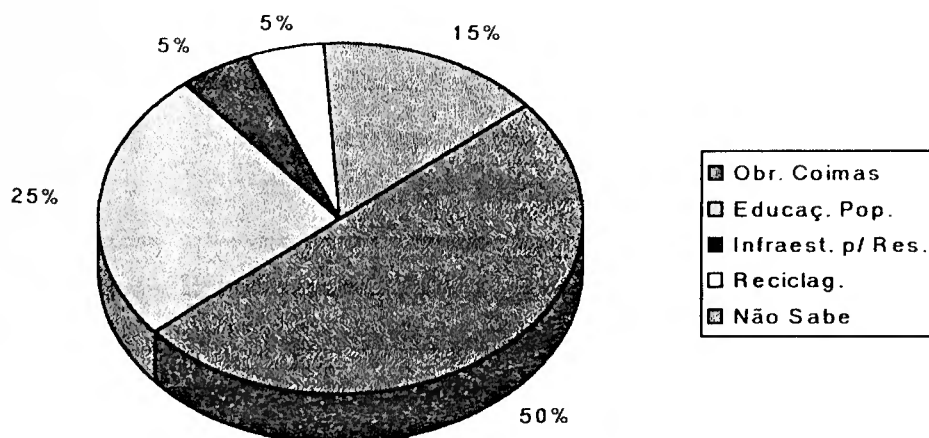
Cerca de 60% dos inquiridos referiram-se à existência de poluição aquática nos distritos como a mais relevante, cerca de 30% dos inquiridos referiram-se à existência de poluição terrestre como a mais relevante e 5% referiram-se à atmosférica como sendo a que consideravam que aparecia em maior quantidade nos distritos, 5% disseram não saber.

Pontuação Máxima Atribuída em %



A verificação das prioridades dos inquiridos em termos de aspectos legislativos indicou que a maioria dos inquiridos davam muita importância às legislações para o ambiente que delimitavam o valor de poluição de cada produto, e também às normas que ensinavam e estabeleciam a forma de fazer uma análise ambiental por forma a determinar o tipo de quantidade de poluente. As normas de Segurança e a delimitação das áreas onde seria possível construir aterros sanitários, não mereceu muita preocupação.

Nos aspectos relativos à questão colocada de como entendia que poderia ser melhorado o aspecto ambiental, os inquiridos responderam da seguinte forma:



As coimas e as acções punitivas foram indicadas na maior parte das vezes como forma de diminuir e resolver os problemas de poluição. A educação foi a acção em que as pessoas manifestaram claramente apostar.

As análises de correlação não encontraram valores suficientemente válidos para determinar a existência de correlações entre as normas escolhidas e as acções correctivas mais indicadas.

1.2 - ENTREVISTAS REALIZADAS

As entrevistas realizadas tiveram por objectivo conhecer a região centro, e os seus distritos quer do ponto de vista de geografia física e humana, quer do ponto de vista dos agentes económicos.

A confirmação do apurado no inquérito foi de forma genérica feita pelas Associações industriais e comerciais de cada um dos distritos, Câmaras Municipais e vários empresários pertencentes aos mesmos.

As entrevistas permitiram determinar os aspectos ambientais e de poluição existente em cada distrito, e as fontes de poluição.

A conclusão em termos ambientais da percepção das diversas pessoas consultadas, determinaram que todos os distritos tinham problemas com poluição em especial poluição aquática, embora as outras também existissem. Também ficou patente que os distritos do interior sofrem de menor grau de poluição do que os do litoral, mas que todos lutam por um meio ambiente melhor e procuram que nas suas regiões não se instalem organizações poluentes.

INQUÉRITO SOBRE AMBIENTE 1995

Identificação:

Sexo		Raça	
Idade		Escolaridade	

Qual a sua profissão?

Empresário	
Autarca	
Membro de Câmara	
Outro: especificar:	

Se for empresário:

1- Sector Primário		
	Agricultura	
	Extracção de Minério	
2- Sector Secundário		
	Alimentação, Bebidas e Tabaco	
	Têxteis, Vestuário e Couro	
	Madeira e Cortiça	
	Papel, Artes Gráficas e Edição de Publicações	
	Química, Derivados do Petróleo e do Carvão, Borracha e Plástico	
	Produtos Minerais não Metálicos (excepto Petróleo e Carvão)	
	Metalúrgica de Base	
	Fabricação de Produtos Metálicos e Máquinas, Equipamento e Material de Transporte	
	Outras Indústrias Transformadoras	
Sector Terciário		
	Comércio	
	Turismo	
	Serviços	

Localização da Empresa e/ou Autarquia:

Freguesia	
Concelho	
Distrito	

Poluição na Área da Empresa ou Autarquia:

	Sim	Não
Poluição Aérea		
Poluição Terrestre		
Poluição Aquática		
Outra: qual?		

Qual o predomínio da Indústria no Concelho:

Sector Primário	
Sector Secundário	
Sector Terciário	

Na sua localidade existe:

	Sim	Não
Rio		
Lago		
Mar		
Lixeira		
Aterro Sanitário		
Incineradora		
Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais		
Estação de Tratamento de Águas Residuais Domésticas		
Tratamento de Emissão de Gases Poluentes		
Industria de Reciclagem de Lixo		
Centros de Recolha de Papel, Vidro, Plásticos. (Vidrões)		

Pensa que as normas directivas da C.E.E. sobre Ambiente são cumpridas na sua localidade relativamente a:

	Sim	Não
Poluição Aérea		
Poluição Terrestre		
Poluição Aquática		
Outra: qual?		

Em sua opinião, quais os tipos de normas que considera mais importantes (Escala de 0 a 5):

Indicam testes p/ determinar os limites de emissão de tóxicos para a atmosfera	
Indicam testes p/ determinar os limites de emissão de tóxicos para o solo	
Indicam testes p/ determinar os limites de emissão de tóxicos para a água	
Impõem os limites de emissão de tóxicos para a atmosfera	
Impõem os limites de emissão de tóxicos para o solo	
Impõem os limites de emissão de tóxicos para a água	

Escala:

- 0= sem importância.
- 1= muito pouco importância
- 2= alguma importância
- 3= média importância
- 4= bastante importância
- 5= muita importância/prioritário.

Em sua opinião, quais os tipos de normas que considera mais importantes (Escala de 0 a 5):

Indicam os tipos de produtos que são permitidos emitir para a atmosfera	
Indicam os tipos de produtos que são permitidos emitir para o solo	
Indicam os tipos de produtos que são permitidos emitir para a água	
Indicam os limites de radioactividade permitidos nos resíduos	
Delimitam as áreas e localização de aterros	
Delimitam os poluentes emitidos pelas Industrias Químicas	
Delimitam os poluentes emitidos pelas Industrias Metalúrgicas	
Delimitam os poluentes emitidos pelas Industrias Agrícolas	
Delimitam os poluentes usados pelas Industrias Químicas	
Delimitam os poluentes usados pelas Industrias Metalúrgicas	
Delimitam os poluentes emitidos pelas Industrias Químicas	
Delimitam os poluentes emitidos pelas Industrias Metalúrgicas	
Delimitam os poluentes emitidos pelas Industrias Agrícolas	
Indicam as normas de segurança no manuseamento de produtos poluentes e/ou tóxicos usados pelas Industrias	

- Escala:
- 0= sem importância.
 - 1= muito pouca importância
 - 2= alguma importância
 - 3= média importância
 - 4= bastante importância
 - 5= muita importância/prioritário.

Acha importante a existência de normas respeitantes à preparação e composição de produtos de consumo?

	Sim	Não	Porquê?
Alimentares			
Metalúrgicos			
Químicos			

ANEXO

CAPÍTULO II

"A POLÍTICA E O AMBIENTE"

1 - Abordagens para Definição de Políticas, Standards e Instrumentos

A formulação de políticas de controlo de poluição está sujeito a uma série de restrições, desde a nossa insuficiente compreensão sobre o fenómeno natural e consequente incapacidade de adopção de um trabalho de análise económica de optimização, até as variáveis políticas como pressões internacionais para harmonização das abordagens ambientais e estilos nacionais de tomada de decisão.

Um passo chave na formulação política é o processo de estabelecimento de standards e obviamente a escolha do tipo de standards a reforçar. Os standards de Qualidade Ambiental (ou Ambiente) são expressos em termos numéricos dos parâmetros de qualidade a serem observados em certos meios ambientais. Estes tipos de standards genéricos aparecem explícita ou implicitamente em muitos programas ambientais. Na sua formulação há dois factores básicos a ter em conta: metas comunitárias e critérios científicos (Davies & Davies, 1977).

Metas comunitárias são expressas em termos qualitativos, como o atingir de um nível de qualidade de água compatível com usos recreativos. Esta definição de metas globais é basicamente uma questão política, requerendo um pensamento de custo/benefício, intuitivo por natureza, mas difícil ou inapropriado para a formulação matemática, por isso a definição só se baseia em valores que a comunidade coloca no ambiente circundante (ex.: qualidade da água para usos piscícolas vs. uso para a indústria competitiva). Estes valores variam frequentemente entre comunidades e com o tempo, à medida que as circunstâncias económicas variam.

Os critérios científicos referem-se a descrições dos efeitos de tipos diferentes e níveis de concentração de poluentes, à tão chamada relação de "dose /resposta". Muitas incertezas ainda existem sobre a forma exacta da função de danos de muitos poluentes. A natureza estocástica e complexa dos sistemas ambientais, aliado com o conhecimento limitado dos mesmos são os factores chave no debate político e as restrições na análise económica da política ambiental. Os sistemas naturais não são lineares e reversíveis, significando que os erros presentes nunca serão completamente corrigidos no futuro.

Como a informação imperfeita é simplesmente um factor da vida, com o qual se deve aprender a viver, o estabelecimento de standards de qualidade ambiental baseado nas metas da comunidade e nos critérios científicos constitui uma abordagem genérica às políticas de controlo de poluição, que foi adoptado pela Inglaterra. Assume-se que é correcto o uso das capacidades assimilativas do ambiente no local considerado. Desta forma, é necessário uma abordagem descentralizada e a abertura do debate político local.

Renshaw (1980) reconheceu os seguintes pontos fracos:

- a) é difícil definir condições de consentimento apropriados, porque necessita de cálculo da quantidade total de resíduos a serem expelidos em média, e a sua divisão por poluentes, por forma a fixar quantidades permitidas;
- b) requer um sistema adequado de monitorização das águas recebidas;
- c) requer uma quantidade considerável de compreensão pública;

d) necessita de considerável sofisticação ao lidar com poluentes específicos, como químicos e metais pesados.

Há muitos países da CEE que não são a favor desta abordagem de controlo de poluição, até agora, as directivas sobre poluição aquática têm sido relacionados com a qualidade da água para usos objectivos, que variam com a filosofia inerente a esta abordagem, que considera de primordial importância o equilíbrio do nível de qualidade da água com as condições de desenvolvimento económico e social.

Johnson & Brown (1976), através da sua revisão sobre as políticas de poluição aquática na Europa, concluíram que as metas estabelecidas sobre os standards de qualidade ambiental são necessariamente vagos e mal definidos. São mais como uma lista de desejos do que como definições desenhadas para eleger recursos e comprometimentos adequados. Os reforços devem dirigir-se aos poluidores e não à poluição (Davies & Davies, 1977). Os standards de qualidade ambiental são um passo necessário em qualquer programa de controlo de poluição, mas é um mecanismo de impor condições na emissão (como standards de efluentes). Este tipo de standards prescreve quanto e de que tipo de poluição é permitido para cada fonte (Davies & Davies, 1977).

Na teoria, os standards de emissão devem derivar dos standards ambientais de caso para caso, para cada condição local particular. Este processo, contudo, deve requerer a análise de simulação do comportamento do meio ambiental. Esta tarefa complexa permitirá a caracterização das quantidades permitidas dos poluentes a serem descarregados por fontes individuais, de forma a que os parâmetros de qualidade previamente definidos para o meio ambiental (standards ambientais) sejam respeitados (6).

Na poluição aquática, a relação entre a emissão e a poluição actual é tão difícil de estabelecer, que na maioria dos países é ignorado (Davies & Davies, 1977).

As opções alternativas são: definir standards de transmissão uniformes (alguns países da CEE) ou optar por metas ambientais baseadas nos requerimentos tecnológicos. Estes podem expressar-se da seguinte forma (Johnson & Brown, 1976):

a) atingir um nível de qualidade ambiental, permitindo através do uso da melhor tecnologia disponível para o tratamento dos efluentes;

b) atingir o nível de qualidade ambiental, o que razoavelmente pode ser esperado pelo uso da melhor tecnologia praticável.

O requerimento para usar os melhores meios praticáveis para eliminar ou reduzir as emissões, envolve um procedimento de negociação entre as principais partes interessadas. A justificação para este carácter discricionário está relacionado com a consciência das dificuldades na definição de standards precisos (ver Hill, 1983), a serem aplicados a problemas complexos. A vantagem do sistema, nomeadamente a flexibilidade da contabilização para as condições locais, restrições financeiras das emissões e do desenvolvimento tecnológico, implica decisões políticas para estabelecer o que é esperado dos regulamentos, o que foi deixado para um padrão profissional de organização. a descrição introduzida no processo é criticada pois "as normas estatuidas estão virtualmente ausentes, os políticos e o público em geral estão pouco envolvidos" (Hill, 1983). A necessidade de trabalhar próximo dos

regulamentos que é inerente a esta abordagem justifica o prosseguimento da "última arma", constituindo para alguns um importante ponto de fraqueza.

Apesar da abordagem de standards de emissão uniforme não considerar as condições locais, tem algumas vantagens (Renshaw (1980)), como as seguintes:

- a) evita a tarefa difícil de relacionar emissões com objectivos de qualidade;
- b) é fácil de entender pelo público;
- c) trabalha mais adequadamente com os problemas de poluição internacionais;
- d) é mais adequado para lidar com poluentes tóxicos ou persistentes.

Tendo definido os standards e metas ambientais, falta considerar os instrumentos políticos.

1.1 - Instrumentos Políticos Alternativos

Embora os standards sejam centrais em qualquer programa de controlo de poluição, a gama de instrumentos políticos alternativos é maior e necessita de ser examinada no contexto da estratégia de controlo geral. Para Bower et al. (1977), a estratégia de gestão no controlo da qualidade ambiental inclui necessariamente três componentes interrelacionados: um conjunto de métodos físicos, incentivos à implantação ou instrumentos políticos, e acordos institucionais.

Por "métodos físicos", estes autores entendem as acções que os agentes poluidores adoptam para reduzir e modificar as descargas de resíduos nos diferentes meios ambientais, e/ou acções entendidas como tendo capacidade para aumentar as capacidades assimilativas desse meio. Implantação de incentivos ou instrumentos das políticas, como se preferir chamá-los, são "os indutores positivos e negativos que estimulam a instalação e operação continuada e manutenção dos métodos físicos" (Bower et al., 1977).

A discussão acerca da implementação de controlo de qualidade ambiental não é confinado à selecção de instrumentos políticos e sistema administrativo correspondente, mas deve levar em consideração, com igual grau de importância, a gama disponível de métodos para controlo de poluição. Estes e os instrumentos políticos disponíveis "pode ser identificado conjuntamente, os seus custos e a sua eficácia avaliada em combinação" (Bower et al., 1977).

O argumento sublinhado é de que o tipo de acção que os poluidores podem considerar, e a eficácia do dispositivo de controlo seleccionado, depende do instrumento político e da administração implementada que foi escolhido induzir aquela acção.

Da literatura e na performance de situações comparadas, há classificações distintas para os instrumentos políticos. Baumol & Oates (1979) adoptam uma classificação que contém os incentivos positivos e negativos, o controlo directo e indirecto e políticas proscritivos e prescritivos que Bower et al. (1979) referem. Inclui as categorias seguintes:

- 1) Persuasão moral.
- 2) Controlos directos:
 - 2a) standards de qualidade ambiental,
 - 2b) standards de emissão ou performance,

- 2c) standards de design e especificação,
- 2d) restrições localizacionais ou controlo de uso da terra,
- 2e) especificação de procedimentos,
- 3) Processos de mercado:
 - 3a) impostos (cargas de efluente a cargas de utilizador),
 - 3b) subsídios à diminuição da poluição,
 - 3c) direito de poluição,
 - 3d) depósitos reutilizáveis,
 - 3e) alocação de direitos de propriedade.
- 4) Investimento do governo:
 - 4a) prevenção de danos,
 - 4b) actividades regeneradoras,
 - 4c) pesquisa, educação e informação.

Esta variedade de instrumentos, e provavelmente a lista não é exaustiva, inclui diferentes acções de complementaridade para desenhar se as abordagens alternativas para o controlo de qualidade são consideradas para avaliação de casos específicos.

A persuasão moral é baseada em acções voluntárias de publicidade e pressão social. Os objectivos são geralmente para incrementar o conhecimento do público relativamente a deterioração ambiental, e releva as responsabilidades sociais relacionadas com medidas de protecção.

Esta abordagem foi olhada com cepticismo como resposta às questões ambientais, contudo, Baumol & Oates (1979) consideram três tipos de situação onde pode assumir papéis muito importantes: a) angariar fundos para acções específicas de sector público, onde estes não podem vir de orçamentos ordinários (ex., limpeza de praias); b) apelar à consciência quando a vigilância se torna difícil (ex., manutenção de um parque nacional); c) nas emergências e casos imprevisíveis (ex., inversões severas da atmosfera, etc.).

Como já se focou, o controlo directo inclui o conjunto de instrumentos de política adoptadas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Os standards são incorporados nas condições de descarga ou consentimento, sem respeitar a acordos institucionais ou a tipos. O reforço requer uma rede de monitorização e um conjunto de sanções a serem aplicadas aos poluidores que quebrem as condições de descarga especificados e permitidos nas suas licenças.

Outra forma de controlar a poluição é através de controlos usados na terra. O papel básico mais relevante deste controlo antecipado e ou postecipado é a coordenação espacial adequada da terra, tomando em consideração, ao mesmo tempo, as características naturais e sociais locais. No grupo de controlo directo, encontra-se a especificação de procedimentos, como um controlo antecipativo, que pode ter a forma de um estudo de impacto, a ser produzido de acordo com as linhas directivas estabelecidas para, por exemplo, projectos industriais.

Uma taxa de efluente é um imposto colocado sobre a descarga residual, que pelo menos em teoria, é função de custos marginais de danos infligidos ao ambiente. Uma taxa de utilizador é uma

taxa que o poluidor tem que pagar para beneficiar de certos serviços públicos (ex., descarga de efluentes no sistema de esgoto público para tratamento de esgotos).

Subsidiar os poluidores que reduzam a sua emissão é outro instrumento político disponível para as autoridades ambientais. Embora, em certos casos específicos, seja a única solução prática, esta opção é globalmente criticada, pois viola o princípio de poluidor pagador. De facto, este princípio adoptado pela O.C.D.E. em 1972 diz que o poluidor deve comportar as despesas de levar a cabo medidas de prevenção de poluição decididas por autoridades públicas para assegurar que o ambiente se mantenha num estado aceitável.

Por outras palavras, os custos destas medidas devem reflectir-se nos custos dos bens e serviços que causam a poluição. Tais medidas não devem ser acompanhadas de subsídios que criariam distorções significativas na troca e nos investimentos internacionais (O.C.D.E., 1975).

Os direitos de poluição são uma solução de mercado imaginativa. Como Baumol & Oates (1979) descrevem brevemente, "as autoridades ambientais podem emitir um número de licenças de poluição, cada qual que permita uma quantidade e qualidade específica de emissões. Em vez de estabelecer directamente um preço na forma de taxa de efluentes, a autoridade neste caso determina a quantidade máxima de poluente tolerada e depois usa o mercado para racionar as quantidades fixadas entre os poluidores. Embora interessante, esta solução é susceptível de grandes dificuldades de implementação. Necessita de um grande número de fontes de poluição para partilhar um rio, para gerar propriamente um mercado, mas enfrenta também um problema de fiabilidade política referida por Hahn (1982).

Depósitos reutilizáveis, onde estes são viáveis, têm uma importante aplicação na indução da prática da reciclagem. Diferentes interesses industriais sectoriais parece não desenvolverem muito além o potencial total desta abordagem (Sandbach, 1982).

A alocação dos direitos de propriedade já foram referidos. As limitações foram indicadas. para críticas complementares ver Baumol & Oates (1979), págs. 221-223.

O investimento governamental com uma grande abrangência de aplicações, tem um papel importante nos programas ambientais. Baumol & Oates (1979) consideram duas justificações para programas de investimento estatal:

a) a procura de uma escala de operação de instrumentos de controlo de poluição mais eficiente pode implicar recursos financeiros substanciais que as empresas privadas não podem ou não estão dispostas a pagar;

b) a natureza de bem público de muitos serviços ambientais que não providenciam incentivo suficiente à sua oferta pelas firmas privadas.

Deste instrumento político, a alternativa para reforçar os standards, que mais frequentemente são falados na literatura, é a imposição de impostos nas descargas de poluição.

É na diferença fundamental entre a abordagem de standards de controlo de poluição e as taxas ou abordagens de descargas, que a poluição para além de níveis permissíveis seja tratada como ilegal, aliás no segundo, a poluição é considerada um produto comprável da actividade económica que é sujeito a medidas fiscais (Baumol & Oates, 1979). Sistemas de descarga têm sido sugeridos pela O.C.D.E.

(O.C.D.E., 1980a), particularmente para o controlo de poluição aquática e é considerado pela CEE para as discussões.

A racionalidade para sistemas de carga baseia-se na promoção de custos eficazes e eficiência, e/ou na obtenção de uma fonte de resultado que pode ser usada para fundos de programas ambientais (Mc.Intosh & Wilox, 1979). Há basicamente duas categorias de sistemas de carga: esquemas de incentivos e de redistribuição.

Sob um esquema de incentivos, o tamanho da taxa varia com o custo marginal de danos inflectidos no ambiente pelo poluidor. O princípio é atractivo e avançado. A taxa dará aos poluidores um incentivo para pré-tratar efluentes por forma a ir de encontro com os objectivos de qualidade ambiental pré-estabelecido, e permitir a alocação eficiente da capacidade assimilativa escassa do bem entre os utilizadores. Este sistema foi focado por Sandbach (1982). As desvantagens do esquema de incentivos é fortemente de natureza política (ver Baumal & Oates, 1979 e Kelmar, 1981), embora alguns problemas práticos existam no design da implementação dos programas. Estes são similares aos enfrentados por esquemas retributivos, que contrariamente aos esquemas de incentivos, não foi proposto, mas implementado na França, Alemanha e outros.

O esquema de redistribuição é desenhado para reduzir e redistribuir os custos de melhoria ambiental colocando ênfase nos retornos das taxas, para subsidiar as empresas que tenham de fazer mais no controlo da poluição por forma a ir de encontro aos objectivos de qualidade.

A colocação de impostos de poluição tem muitas dificuldades. A solução parece ser inaceitável politicamente para os poluidores, para os reguladores e para os grupos de pressão ambiental (Kelman, 1981). Os poluidores temem que a eficácia de tal solução faça aumentar os seus impostos, uma vez que os deixa com menor espaço de negociação quando se trata de pagar um imposto por comparação com os standards ambientais. O regulador vê a sua imagem como controlador desinteressado do ambiente natural, ameaçado pelo seu papel de colector de impostos, menos favorável à opinião pública. Os grupos de pressão ambiental acham difícil a aceitação de uma solução cujos resultados são imprevisíveis, e se baseiam na prática no trabalho do mercado, que tem sido responsável pela progressiva degradação do ambiente.

Uma revisão da literatura sugere que mais do que opostas, as abordagens de standards e de taxas devem ser vistas como complementares, reforçando uma à outra, uma vez que diferentes mecanismos de reforço são sujeitos a pressões políticas e que tem os mesmos problemas de monitorização e medida, a escolha entre standards e impostos não produzirá na prática resultados substancialmente diferentes.

2 - Reforçando a Política de Controle de Poluição

Esta secção baseia-se no trabalho de autores mais recentes sobre análise política, nomeadamente implementação de política de controlo ambiental nos EUA e nos países da Europa Ocidental.

Muitos aspectos comuns foram identificados nas estruturas institucionais e funcionamento nos países, segundo a opinião de Downing & Hanf (1983), provém dos resultados "de um processo evolutivo de encontrar um problema idêntico na sua essência em cada país". De facto, para estes autores, a estrutura organizacional e a finança tal como instrumentos administrativos e processos parece divergir marginalmente de um país para outro, sem corresponder a diferenças significativas de resultados actuais. No entanto, os programas de controlo de poluição podem apresentar objectivos distintos e podem ser estruturados sobre pressupostos e procedimentos organizacionais diferentes.

Contudo, as principais conclusões são de que a prática de diferentes programas de controlo de poluição adoptados nos anos setenta "tiveram tempo e no entanto também ficaram aquém das intenções dos elaboradores de políticas" (Hanf & Downing, 1983). Estas são as razões pelas quais a divergência entre metas políticas e resultados positivos pode encontrar-se na prática generalizada da negociação do processo de reforço

Para Downing & Kimbal (1983), os oficiais locais têm uma posição difícil. Eles precisam de responder às exigências públicas e às pressões políticas para melhorar a qualidade do ambiente, e no entanto, o impacto directo para os políticos locais tende, mesmo que fornecido institucionalmente, a ser demasiado fraco (ver Huckle, 1983 e Bruno Lewanski, 1983), possivelmente como resultado da falta de entendimento necessário do fenómeno que o envolve. O suporte político insuficiente que é recebido, aliado às restrições de recursos e nalguns casos incerteza técnica, inevitáveis à flexibilidade, podem explicar o porquê de sob diferentes sistemas de controlo de poluição haver uma relutância generalizada em levar os casos a tribunal, sob a égide de que pode causar atraso e estragar as boas relações com a indústria ou ser caro, sem ter certeza de que o resultado seja favorável, face à dificuldade de provas conclusivas.

A negociação e a falta de reforço numa perspectiva de implementação de top-down, são consideradas fraquezas mais usuais nos programas ambientais e obrigam a uma estruturação dos níveis organizacionais e judiciais mais baixos.

Nesta perspectiva, como reforço de um conjunto de regulamentos, requer actividades de controlo e monitorização, acusação e sancionamento dos violadores, precisa de recursos e esforço considerável, e portanto "elevados níveis de controlo irão requerer grande esforço dos agentes envolvidos e irão ser mais caros" (Hanf & Downing, 1983).

A negociação dá a flexibilidade necessária ao reforço actual da legislação baseado em standards rígidos como standard de emissão uniforme ou as melhores tecnologias disponíveis (ver Ullman, 1983).

Pode, no entanto, antever-se que se a negociação for aceite como característica desejável e não necessitando de ser verificada, quando forem escolhidos standards rígidos para base de um programa de

poluição, somente os que têm menos recursos ou influência política irão sofrer o impacto do programa ambiental, privilegiando os interesses individuais em vez dos da sociedade.

Como as preocupações públicas sobre a qualidade ambiental tende a desenvolver-se da oposição a projectos de desenvolvimento específicos (ver Knoepfel & Weidner, 1983), e os deveres de reforço se bateram invariavelmente em oficiais locais, as condições situacionais têm um papel relevante Downing & Hanf (1983) consideram os seguintes factores locais:

- 1) a definição política das necessidades locais ou da procura por regulamentos;
- 2) o equilíbrio de poder entre o grupo de actores operando na localidade;
- 3) o padrão de características de conflitos e consensos das relações entre os diferentes actores envolvidos;
- 4) as pressões e reclamações políticas no sistema político local.

A negociação e as diferentes exigências, interações e pressões dos diversos grupos e as metas dos progressos alteram as exigências da qualidade ambiental num dado Local.

3 - As Políticas e Instrumentos Ambientais em Portugal

Portugal apresenta como principais características das políticas:

- direitos fundamentais económicos e sociais - propriedade privada (art. 62): -direito de propriedade titularidade e uso dos bens apropriáveis conforme a respectiva função; - direito à propriedade .- pelas formas legítimas de apropriação (aquisição originária ou derivada); -direito de transmissão.
- direitos de transmissão - institucional de propriedade (art. 82)
- meios de produção ou bens de produção: propriedade pública, cooperativa e social, privada
- liberdade e iniciativa económica

e tem como objectivos :

- objectivos da política industrial (art. 103): - o aumento da produção industrial num quadro de modernização e ajustamento de interesses sociais e económicos e de integração internacional da economia portuguesa; - o reforço da inovação industrial e tecnológica; - o aumento da competitividade e da produtividade das empresas industriais; - o apoio às pequenas e médias empresas e, em geral, às iniciativas e empresas geradoras de emprego e fomentadoras de exportação ou de substituição de importações; - o apoio à projecção internacional das empresas portuguesas (lei constitucional nº1/92).

Fazendo parte da CEE, Portugal adoptou os princípios das políticas comunitárias apresentando a política industrial com as seguintes características:

- (comunicação do conselho de ministros de indústria de 26/11/90; política industrial num ambiente aberto e concorrencial)

Objectivos das políticas:

- de base: proporcionar à indústria comunitária condições para superar a concorrência internacional nos mercados domésticos e mundiais
- complementares: -garantir o funcionamento eficaz das economias avançadas de mercado; - conclusão do mercado interno URUGUAY ROUND; - actividades de I&DT formação de recursos humanos

Com este decreto é pretendido:

-melhoria do funcionamento do mercado interno:

1-efectiva implementação nos 12 EM do Livro Branco de 1985

2-reforço da política comunitária de concorrência: - empresas - cooperação/concertação
concentração empresas comuns ("joint-ventures"); - estados - mercados públicos ajudas
investimentos de alta intensidade de capital

3-avaliação (e reacção) das políticas industriais dos principais concorrentes da comunidade

-melhoria do funcionamento do mercado mundial

4-reforço da abertura do sistema comercial multilateral e da reciprocidade na abertura dos
mercados

5-promoção dos fluxos dos investimentos internacionais

6-vigilância e redução das práticas comerciais desleais

7-promoção da cooperação com os parceiros internacionais da comunidade

-políticas de ajustamento positivo

8-quadro macro-económico orientado para a estabilidade, visando facilitar o financiamento a
médio e a longo prazo das empresas industriais

9-desenvolver o potencial industrial das políticas de I&DT

10-reforço da competitividade das empresas das regiões menos desenvolvidas

11-política de empresa, e, em particular das PME's

12-política de ambiente, compatibilizando a competitividade industrial com níveis elevados de
protecção do ambiente

13-política de desenvolvimento dos recursos humanos, promovendo uma adaptação contínua das
qualificações face às necessidades da indústria

14-implementação efectiva das redes transeuropeias

15-acompanhamento do desenvolvimento industrial

Política industrial "Comum", tem como objectivos estratégicos (artº 130º):

-assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento da competitividade da indústria da
comunidade

objectivos intermédios

-acelerar a adaptação da indústria às alterações estruturais

-incentivar um ambiente favorável à iniciativa e ao desenvolvimento das empresas,
nomeadamente PME's

-incentivar um ambiente favorável à cooperação entre empresas

-fomentar uma melhor exploração do potencial industrial das políticas de inovação, de
investigação, e de desenvolvimento tecnológico envolvente

-sistema de mercados abertos e concorrenciais

método

- consulta mútua entre os EM s em articulação com a CCE
- poder de iniciativa da CCE para promover essa coordenação

E, apostada nos objectivos estratégicos:

(artº 130º)

- acelerar a adaptação da indústria às alterações estruturais
- incentivar um ambiente favorável:
 - 1-à iniciativa e ao desenvolvimento das empresas nomeadamente PMEs
 - 2-à cooperação entre empresas
- fomentar uma melhor exploração do potencial industrial das políticas de inovação de investigação e de desenvolvimento tecnológico

Uma política com a seguinte metodologia de aplicação

(artº 130º) - coordenação das políticas dos EMs

nº 2 - iniciativas da CCE para promover essa coordenação

(artº 130º) Nº 3 - medidas específicas aprovadas por unanimidade pelo conselho, sob proposta da comissão, e, após consulta do P.E. e do C.E.S.

Tendo a Política Ambiental um papel preponderante a CEE atribui-lhe as seguintes características:

Política comunitária de ambiente

artº 130º R

Objectivos

1 - a acção da Comunidade em matéria de ambiente tem por objectivo:

- preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente
- contribuir para a protecção da saúde das pessoas
- assegurar uma utilização prudente e racional dos recursos

Princípios de Base

2 - a acção da Comunidade em matéria de ambiente fundamenta-se nos princípios da acção preventiva, da reparação, prioritariamente na fonte, dos danos ao ambiente, e no princípio do poluidor-pagador. As exigências em matéria de protecção do ambiente são uma componente das outras políticas da comunidade.

Condições de Aplicação

- 3 - na elaboração da sua acção em matéria de ambiente, a Comunidade terá em conta:
 - os dados científicos e técnicos disponíveis

- as condições do ambiente nas diversas regiões da comunidade
- as vantagens e os encargos que podem resultar da acção ou da ausência de acção
- o desenvolvimento económico e social da comunidade no seu conjunto e o desenvolvimento equilibrado das suas regiões

Princípio da Subsidiariedade

4 - a comunidade intervirá em matéria de ambiente, na medida em que os objectivos referidos no nº 1 possam ser melhor realizados a nível dos estados-membros considerados isoladamente

Financiamento

5 - sem prejuízo de certas medidas de carácter comunitário, os estados-membros assegurarão o financiamento e a execução das outras medidas

Cooperação Internacional

6 - a comunidade e os estados-membros cooperação, no âmbito das suas respectivas competências, com os países terceiros e as organizações internacionais competentes. As modalidades da cooperação da Comunidade podem ser objecto de acordos entre as partes terceiras interessadas, que serão negociados e celebrados nos termos do artigo 228. O parágrafo anterior não prejudica a competência dos Estados-membros para negociarem nas instâncias internacionais e para concluírem acordos internacionais.

Artigo 130º S

Processo de Tomada de Decisão

- o conselho, deliberado por unanimidade, sob proposta da comissão e após consulta do parlamento europeu e do comité económico e social, decidirá qual a acção a empreender pela comunidade.
- O conselho definirá, nas condições previstas no parágrafo anterior, as matérias que devem ser objecto de decisões a adoptar por maioria qualificada.

Grau mais Elevado de Protecção

Artigo 130º T

-As medidas de protecção adoptadas em comum nos termos do artigo 130º S não constituem obstáculo à manutenção e ao estabelecimento por cada estado-membro de medidas de protecção reforçadas compatíveis com o presente tratado.

4 - Política Nacional de Ambiente

Os principais vectores da política de ambiente dizem respeito a um desenvolvimento sustentável da sociedade portuguesa.

Portugal

Opções Estratégicas p/1994-1999

- o novo contexto europeu
- afirmar a identidade na diversidade
- garantir a segurança externa, salvaguardando a soberania e a integridade territorial
- valorizar Portugal como nó de relacionamento da europa com o mundo
- promover um crescimento sustentado no contexto da UEM

A competição numa economia global

- recursos humanos
- infra-estruturas
- empresas
- factores de competitividade
- reduzir as assimetrias de desenvolvimento

Uma vida de mais qualidade

- melhorar o ambiente e apoiar o crescimento sustentável
- renovar as cidades
- melhorar as condições de saúde e de protecção social
- adequar a administração pública às tarefas de um estado moderno, aproximando-a dos cidadãos

(Fonte: Lei nº69/93, de 24 de Setembro Assembleia da República)

Política Industrial Portuguesa

Objectivos

- 1-modernização e diversificação aceleradas da sua estrutura industrial e sua adaptação contínua à concorrência internacional
- 2-informação e dinamização dos empresários e trabalhadores para os desafios da modernidade que a conclusão efectiva do mercado interno europeu e a mundialização da concorrência, nos colocam
- 3-promoção de estratégias de desenvolvimentos empresarial apostadas na plenitude das empresas e na sua capacidade para alcançar "uma dimensão crítica" e para utilizar os factores dinâmicos da competitividade

4-articulação eficiente com as políticas comunitárias e com as de outros espaços internacionais com incidência na actividade industrial

5-optimização do contributo da indústria para o desenvolvimento económico acelerado da sociedade portuguesa.

Investir no Ambiente como Factor de Competitividade

Privilegiar as tecnologias mais limpas disponíveis

Ambiente Interno:

-higiene e segurança dos trabalhadores

. ruídos e vibrações

. radiações

. agentes químicos

. riscos eléctricos

. movim. cargas

. ergonomia

-segurança das instalações

. incêndios

. explosões

. etc.

Investir no Ambiente como factor de competitividade

Ambiente Externo: ar, água, resíduos, avaliação do impacto ambiental MARN, prevenção acidentes graves ... ATRIG

Conjugação de Condicionantes Exteriores ao Sistema

(art. 9º nº1) - aprovação da localização (portaria nº 30/94): câmara municipal; - comissão de coordenação regional

-estudo do impacto ambiental

(art. 10º) - licenças de obras: câmara municipal

-parecer s/ o processo de avaliação de impacto ambiental: entidades previstas no dec. lei nº 186/90

-licença de utilização

- Aspectos da Política Nacional do Ambiente

A política nacional de ambiente tem vários aspectos e áreas de actuação que afectam todos os aspectos da economia, como sejam:

-aspectos institucionais e de planeamento:

- elaboração de planos de bacia hidrográfica e do plano nacional de água
- constituição e consolidação dos conselhos de bacia hidrográfica e do conselho nacional da água
- consolidação de um novo regime financeiro baseado na internalização dos custos ambientais
- estabelecimento de procedimentos regulares de articulação com Espanha para gestão das bacias internacionais

-abastecimento de água e controlo da poluição:

- resolução imediata de disfunções ambientais graves ou que envolvam riscos potenciais para a saúde pública
- melhoria significativa dos níveis quantitativos de atendimento em matéria de abastecimento de água e tratamento de efluentes
- estabelecimento de um sistema de controlo e gestão da qualidade de água
- reordenamento e qualificação do mercado e da indústria da água

-intervenção no domínio hídrico

- realização das infra estruturas hidráulicas de fins económica e socialmente justificadas
- valorização ambiental dos sistemas hídricos
- protecção e valorização dos recursos hídricos subterrâneos
- prevenção de riscos hidrológicos e associados à segurança das infra estruturas hidráulicas

-reforço e qualificação da administração

- reforço da eficácia consistência e transparência dos sistemas de licenciamento
- aperfeiçoamento dos sistemas de informação e da capacidade de avaliação e monitorização dos recursos hídricos
- reforço das capacidades institucionais das entidades na gestão do domínio hídrico e melhoria dos interfaces com os utilizadores da água

-elaboração de planos de ordenamento da orla costeira

-definição de critérios intercalares de gestão no litoral

-clarificação da estrutura administrativa e jurídica do litoral

-valorização ambiental da orla costeira

-valorização ambiental de zonas estuarinas e lagunares

-aperfeiçoamento e desenvolvimento de sistemas de informação para apoio à gestão do litoral

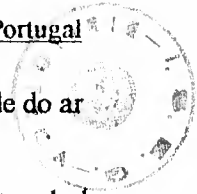
-prevenção de poluições acidentais com hidrocarbonetos

-sensibilização e educação do público relativamente à orla costeira e suas utilizações

-conservação da natureza e biodiversidade

- aprovação e implementação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza
- garantir a conservação da diversidade biológica através da defesa e do uso sustentável de cada um dos seus componentes

- reforço da co-responsabilidade na gestão e conservação dos ecossistemas florestais
- minimização dos impactes da actividade humana na conservação da natureza
- áreas classificadas
 - estabelecimento de um sistema nacional de áreas protegidas
 - estabelecimento de incentivos adequados a determinadas formas de desenvolvimento sócio-económico nas áreas protegidas
 - defesa e valorização de zonas de interesse natural e salvaguarda de áreas do território especialmente relevantes
 - implementação e gestão da reserva ecológica nacional
 - adopção de medidas genéricas de protecção e valorização do património natural
- outras áreas relevantes
 - informação e educação no domínio da conservação
 - qualificação da intervenção de Portugal na problemática da conservação a nível internacional
- plano nacional de resíduos
 - elaboração de um plano nacional de resíduos
- resíduos sólidos urbanos
 - incentivo à redução recolha selectiva e reciclagem de resíduos sólidos urbanos
 - estabelecimento de um sistema de controlo e de cumprimento integral da legislação sobre resíduos sólidos urbanos
 - convergência para níveis de atendimento da ordem dos valores médios europeus
 - aperfeiçoamento dos sistemas de informação e de capacidade de avaliação e de monitorização dos resíduos sólidos urbanos
 - estabelecimento de sistemas de recolha de tratamento e de destino final adequados de resíduos urbanos especiais (resíduos hospitalares)
 - reforço das capacidades institucionais na gestão dos resíduos sólidos urbanos e melhoria dos interfaces com o público
 - reordenamento e qualificação do mercado do saneamento básico, em especial no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos
- resíduos industriais
 - incentivo à redução reutilização e reciclagem de resíduos industriais
 - criação de um sistema centralizado para disposição final apropriada dos resíduos industriais e implementação de acções complementares
 - aperfeiçoamento dos sistemas de informação e de capacidade de avaliação e monitorização dos resíduos industriais
 - reforço da eficácia dos sistemas de licenciamento
 - reforço das capacidades institucionais na gestão dos resíduos industriais e melhoria dos interfaces com os industriais e com o público
- qualidade do ar



- reforço da rede nacional, e das redes regionais e locais de medição da qualidade do ar
- reforço do cumprimento da legislação em vigor relativa à qualidade do ar
- controlo de emissões de poluentes atmosféricos e implementação em Portugal das obrigações resultantes de convenções e acordos internacionais

-clima

- melhoria da qualidade dos dados e produtos climatológicos
- implementação em Portugal das obrigações resultantes da convenção sobre alterações climáticas e de outras convenções e acordos internacionais relevantes para o clima

-outras áreas relevantes

- desenvolvimento de outras vertentes de meteorologia e da climatologia relevantes para o ambiente
- reforço e qualificação dos serviços responsáveis pela gestão da qualidade do ar e clima

-integração das preocupações acústicas nas diversas políticas sectoriais

-promoção de uma política de ordenamento do território que tenha em conta os problemas do

ruído

-estabelecimento de um sistema de controlo e de cumprimento integral da legislação

-sensibilização e responsabilização da população em geral

-promoção da qualidade ambiental das zonas urbanas

-valorização da temática do ambiente urbano nos planos de ordenamento

-informação e educação ambiental no espaço urbano e mobilização dos cidadãos

-valorização ambiental dos equipamentos escolares

-monitorização da qualidade do ambiente urbano e apoio à realização de infra-estruturas

-catástrofes naturais

- prevenção e controlo ou mitigação de cheias e secas
- prevenção e controlo ou mitigação de sismos e de outras catástrofes naturais

-desertificação

- caracterização de zonas vulneráveis à desertificação
- adopção de medidas de protecção e de recuperação de zonas vulneráveis à desertificação

-radioactividade

- controlo da radioactividade ambiente
- estudo da dosimetria individual
- gestão de resíduos radioactivos

-acidentes graves

- riscos industriais graves
- derrames de hidrocarbonetos
- rupturas de barragens

-definição e implementação de políticas de defesa do consumidor

-promoção de novos padrões de produção e consumo ambientalmente adequados

- estudo do mercado relativamente à qualidade e preços de bens e serviços de consumo
- protecção da saúde e da segurança dos consumidores
- informação e formação dos consumidores
- descentralização e promoção do associativismo e do acesso dos consumidores à informação e à justiça
- promoção de actividades de I&D no domínio do ambiente, de renovação e de transferência de tecnologias
- promoção da participação da investigação nacional em programas de âmbito internacional
- desenvolvimento de formas de apoio à decisão na área do ambiente
- implementação do 3º programa específico para o ambiente
- arranque e implementação do 4º programa específico para o ambiente
- reforço dos mecanismos para a consolidação da educação ambiental
- lançamento de um programa nacional de formação ambiental
- promover a participação do cidadão no acompanhamento das acções decorrentes da política de ambiente
- criação de um observatório de opinião como instrumento orientador da política de ambiente
- medidas internas para o reforço da capacidade do MARN
 - adequação e qualificação dos recursos humanos
 - adequação da capacidade financeira
 - reforço dos meios tecnológicos de intervenção
 - adequação das orgânicas funcionais ao novo quadro de atribuições
- novos instrumentos de intervenção
 - incremento e flexibilização do recurso a colaboradores externos
 - reforço da utilização de entidades reconhecidas e credenciadas
 - revisão do quadro jurídico dos estudos de impacto ambiental
 - incentivo à realização de auditorias ambientais
- informação ambiental e articulação intersectorial
 - desenvolvimento e racionalização dos sistemas de informação e das estatísticas ambientais
 - desenvolvimento de sistemas de indicadores para planeamento e gestão ambiental
 - reforço da articulação com os outros ministérios e com as autarquias locais
 - melhoria da imagem dos serviços e dos interfaces com o público
- utilização articulada e optimizada dos fundos disponibilizados pelo PEDIP II e programa ambiente
- a protecção do ambiente como instrumento da competitividade industrial ao nível empresarial
- integração da vertente ambiental no conceito de qualidade total
- estímulo ao crescimento das "eco-indústrias"
- promoção de uma nova abordagem legislativa para uma indústria menos agressiva para o ambiente

- aposta na sensibilização e reforço do diálogo e de envolvimento da indústria na resolução dos problemas ambientais
- desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas
- estímulo à inovação e à transferência de tecnologias
- preparação para a instituição de um sistema de prevenção e controlo integrado da poluição industrial
- habilitação de infra-estruturas de saneamento adequadas às zonas industriais e aos loteamentos para implantações industriais
- consolidação e reforço das estratégias empresariais em termos ambientais
- incentivo às auditorias e diagnósticos ambientais
- dinamização do sistema de atribuição de rótulo ecológico
- investigação da questão dos resíduos nas estratégias industriais
- adequar as características da refinação nacional às normas internacionais de funcionamento e de produção
- intervir no sistema produtor eléctrico nomeadamente nas centrais térmicas tendo em atenção os seus impactos a nível local regional e global
- melhoria do desempenho energético no sector dos transportes
- utilização de instrumentos fiscais e tarifários
- aplicação de incentivos para uma maior eficiência energética
- aproveitamento de recursos endógenos
- adaptação de uma política de mobilidade sustentável
- criação de condições propícias a uma alteração da estrutura da repartição modal favorecendo os modos menos poluentes
- descongestionamento das áreas metropolitanas
- adopção de um quadro sustentável de infra-estruturas de transportes
- melhoria da organização dos meios de transportes
- melhoria de gestão e controlo do tráfego
- implementação de medidas agro-ambientais visando a utilização de práticas agrícolas adequadas a salvaguarda do ambiente
- aumento da competitividade das explorações agrícolas tendo em conta a preservação do ambiente e recursos naturais
- transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas
- resolução dos problemas ambientais causados pela produção agrícola e por empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas
- extensificação e manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais extensivos
- melhoria da qualidade de vida do mundo rural e conservação da paisagem rural
- realização de obras de hidráulica agrícola
- aumentar o espaço de formação dos agricultores a respeito do ambiente
- crescente participação na elaboração dos planos de ordenamento do território

- garantia de acompanhamento do envolvimento em actividades internacionais por parte do sector institucional florestal
- adesão à convenção internacional de combate à desertificação e implementação de um programa nacional de combate à desertificação
- avaliação dos impactos recíprocos da actividade turística e da qualidade do ambiente
- minimização dos impactos ambientais da actividade turística
- valorização do ambiente como factor da atracção turística
- elaboração de um plano de ordenamento turístico no contexto do desenvolvimento sustentado
- desenvolvimento de acções concretas no ordenamento turístico do litoral
- promoção e divulgação de informação
- estudo dos ecossistemas marinhos numa perspectiva de optimização
- estudo das interacções ambiente/meio marinho
- conservação e valorização da diversidade biológica marinha
- melhoria das condições de segurança da navegação que utiliza as águas territoriais
- implementação dos diversos instrumentos de planeamento do uso do território
- procurar atingir o modelo de desenvolvimento sustentável em termos de ambiente urbano
- criação de um quadro coerente para a informação sobre o ambiente
- criação de uma rede de informação interdepartamental para apoio à educação ambiental
- valorização dos recursos humanos afectos ao sistema educativo numa perspectiva de educação ambiental
- melhoria dos recursos materiais e financeiros de apoio à educação ambiental
- promoção de investigação no domínio da educação ambiental
- reforço da cooperação entre entidades nacionais no domínio da educação ambiental
- reforço das capacidades de investigação e desenvolvimento no domínio do ambiente
- participação da investigação nacional no programa de ambiente da União Europeia e noutros programas de âmbito internacional
- implementação do 3º programa específico para o ambiente
- cooperação com países em desenvolvimento em acções de formação e de investigação no domínio de ambiente
- vigilância sanitária das águas para consumo humano
- vigilância da qualidade das águas balneares
- vigilância da qualidade da água para utilização recreativa
- toxi-infecções alimentares
- resíduos sólidos hospitalares
- higiene e segurança do habitat
- contribuição para o desenvolvimento sustentável através do comércio
- minimização do impacto ambiental pela política de comércio
- desenvolvimento do programa de apoio à modernização do comércio
- aplicação da fiscalidade na política de ambiente

- acções de cooperação multilateral em matéria de ambiente e desenvolvimento
- acções de cooperação bilateral em matéria de ambiente e desenvolvimento
- reforço da ajuda pública ao desenvolvimento
- assumir o planeamento e a gestão urbanística como instrumentos de protecção e qualificação das áreas urbanas
- empreender a erradicação de bairros de barracas
- promover a reabilitação das áreas urbanas degradadas
- promover a qualidade da construção
- melhoria na obtenção divulgação e coordenação da informação em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável proveniente de organismos internacionais
- acompanhamento negocial e institucional da implementação das convenções - quadro de âmbito global (post-Rio)
- acompanhamento negocial e institucional da implementação das convenções e acordos em matéria específica de ambiente
- acompanhamento da actividade da comissão de desenvolvimento sustentável das nações unidas e implementação do plano plurianual da acção temática
- adaptação da ordem jurídica comunitária à ordem jurídica nacional
- implementação na esfera interna do 5º programa comunitário de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável
- reforço das acções de cooperação multilateral e bilateral no domínio do ambiente com os países em desenvolvimento.

ANEXO

CAPÍTULO IV

"ESTUDO DO CASO"

3 - AVEIRO

3.1 - INTRODUÇÃO

Aveiro: cidade portuguesa da Beira Litoral, com 18.876 habitantes em duas freguesias, sede de concelho, comarca, diocese e capital de distrito. Situada na foz do rio Vouga, D. João I doou-a ao infante D. Pedro e D. João II à infanta Santa Joana, sua irmã. Recebeu foral manuelino em 1515 e foi elevada a cidade em 1759. Possui universidade desde 1973 e porto marítimo. Monumentos: Igrejas de Jesús, de Nossa Senhora da Glória, das Carmelitas e da Misericórdia e Museu Regional (no antigo Convento de Jesús). Constituído por 12 freguesias, o concelho tem 60.784 habitantes. Atravessado pela famosa ria, está ligado à pesca, à navegação e indústria de sal. Tem indústrias alimentares, de peixe, adubos, celulose, secagem de bacalhau, cerâmica e curtumes. Formado por 19 concelhos e 119 freguesias, o distrito tem 654.350 habitantes (aumento de 14,3% na última década; densidade, 224,7 habitantes/Km²). Altitude máxima de 1.097 metros, na serra de Arade. De grandes potencialidades agrícolas, produz cereais, batata, vinho, fruta e produtos hortícolas, cria gado bovino e tem indústrias de lacticínios, montagem de automóveis, de produtos químicos e de cerâmica (Vista Alegre). Possui minas de caulino e de cobre. de interesse turístico, a ria, as praias (Espinho, Furadouro, Torreira, Barra e Costa Nova) e as estâncias termais e de veraneio (Curia e Luso-Buçaco). A diocese, criada em 1774, foi extinta em 1881, tendo sido restaurada em 24/08/1938.

Ria de Aveiro: é um *haff*, ou laguna, de ramos labirínticos, que se expandem numa rede complexíssima de braços, tendo por centro a cidade marítima de Aveiro. Apresenta-se como o mais notável acidente geográfico no seu género em todo o território peninsular. estende-se desde a praia do Furadouro, a Norte, até ao Poço da Cruz, em Mira, numa extensão de 45 Km., sendo a sua largura máxima de 11 Km., na direcção Este-Oeste, entre os cais de Canelas-Fermelã e o bico de Moranzel, no cordão litoral de S. Jacinto, na Torreira. A sua superfície mede cerca de 11.000 ha., sendo 600 ha. ocupados permanentemente pelas águas. São quatro os braços mais importantes: o de Ovar, o de Mira, o da Murtosa e o de Vagos. Sete concelhos confinam com a ria: Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Ovar e Vagos. A ria recebe as águas do Vouga, do Águeda, do Antuã, do Cértima, do Caima, do rio Mau e de várias ribeiras. A população das suas margens dedica-se à construção naval, ao aproveitamento do sal, à apanha do moliço (algas) e à agricultura, sendo os seus campos extremamente férteis e muito produtivo o gado leiteiro.

3.2 - DISTRITO DE AVEIRO

3.2.1-GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA

O Distrito de Aveiro estende-se por uma superfície de 2911 km2, distribuída por 19 concelhos, a que corresponde uma população residente de 654350 habitantes. A densidade populacional é de 224,7 hab/km2, sendo uma das mais elevadas do país. Como termo de comparação recorde-se que a densidade média do continente é de 112,4 hab/km2.

INDICADORES	AVEIRO	CONTINENTE
Superfície (Km2)	2911	88809
População Residente (1000 hab)	654.4	9860
Densidade Populaciona l(hab/Km2)	224.7	105.5
Taxa de Crescimento da Pop. (1981/1991)	5.68	0.33

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas AIDA

ESTRUTURA ETÁRIA POR DISTRITO 1991

REGIÕES	ESCALÕES ETÁRIOS			
	0 a 14 anos	15 a 34 anos	35 a 64 anos	65 e mais anos
Aveiro	21,2	33,1	33,9	11,7
Total do País	19,7	30,6%	36,0%	13,7%

fonte SELGEC-IPCR

NÚMERO DE TRABALHADORES POR DISTRITO 1993

REGIÕES	EMPREGO		ORDEM GERAL
	VOLUME	%	
Aveiro	167352	7,6	4º
Total	2216484	100,0	

7,6% das pessoas ao serviço concentravam-se no distrito de Aveiro.

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas AIDA

Comparando os valores percentuais dos quatro escalões etários em 1991, relativos ao total do país e ao distrito de Aveiro, constacta-se que se está perante uma situação de uma população jovem significativa.

Efectivamente, sendo a tendência ao nível global do país para o envelhecimento, em Aveiro esta situação surge, um pouco desagravada, pois a população jovem é superior à população idosa. Assim, enquanto as camadas constituídas pelos mais jovens (0 a 14 anos e 15 a 34 anos) são superiores ao total do país respectivamente em cerca de 1,4 e 2,5 pontos percentuais, a população idosa (65 anos ou mais) tem, na estrutura etária do distrito, um peso inferior em 2,1% e 2% ao que detém no país. Analisando a estrutura etária das populações dos diversos distritos, verifica-se que a população de Aveiro pode ser considerada como uma das mais jovens do país, senão a mais jovem.

A população activa ronda as 324.000 pessoas, conduzindo a uma taxa de actividade que ultrapassa os 48% e que corresponde sensivelmente a 7% da população activa nacional. O desemprego neste Distrito é de cerca de 3,6% do desemprego nacional.

O sector secundário é aquele que mais peso tem em termos ocupacionais no Distrito, absorvendo 54% da população activa distrital.

Aveiro possui uma situação geográfica privilegiada, quer pela proximidade do mar com um importante porto comercial, quer pela recente e importante via de comunicação com o centro da Europa, IP5, quer pelo fácil acesso à auto-estrada, e boas vias de comunicação complementares, havendo porém alguns locais no interior do distrito com maior dificuldade de acessos.

3.2.2. - INFRA ESTRUTURA E RECURSOS:

Aveiro é um distrito que possui ainda zona florestal e bons terrenos de cultivo em virtude de ser um distrito com água abundante e boas condições climáticas, com um clima ameno tanto no Inverno, como no Verão.

O capital humano jovem, aliado à formação profissional e académica constitui uma fonte importante de mão de obra especializada indispensável ao desenvolvimento da região.

A abundância de recursos naturais, tanto florestais como minerais não metálicos, existentes no distrito e zonas envolventes, condicionam, também favoravelmente a implantação e desenvolvimento de indústrias dependentes daquelas matérias primas.

Este distrito dispõe de 4 escolas de ensino superior duas das quais são públicas e 2 privadas situadas na cidade de Aveiro. Todos os concelhos dispõem de escolas secundárias, preparatórias, primárias e jardins de infância, havendo ainda escolas profissionais e de ensino artístico de nível secundário em 6 concelhos. Os recursos humanos apresentam ainda alguma carência de pessoal ao nível dos quadros superiores e médios.

No que respeita à cobertura das necessidades básicas da população todos os concelhos dispõe de água canalizada havendo ainda algumas freguesias somente com cobertura parcial. A drenagem de esgotos é feita de forma parcial em quase todas as freguesias, existindo em muitas delas águas residuais tratadas em estação (ETAR) sendo a recolha de resíduos sólidos efectuada em quase todas as freguesias.

Aveiro: Abastecimento de água, e recolha de resíduos

Concelhos	Abastecimento domiciliário de Água		Drenagem de Esgotos Domésticos		Freguesi-as c/ h2o residuais tratadas em esta-ção.	Recolha de Resíduos Sólidos	
	Fregues.c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total		Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total
Continente e Ilhas	265	629	311	300	197	815	279
Região Centro	45	41	6	19	18	83	29
distrito de Aveiro	11	6		2		10	8

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas AIDA

Quase todas as freguesias dispõe de carreiras de transportes públicos embora não sejam diárias em todos os locais. O acesso à principal rede ferroviária do país existe para quase todos os concelhos do distrito.

As infra-estruturas tecnológicas, nomeadamente, os centros tecnológicos do calçado e da cortiça, o centro de estudos e telecomunicações, o centro de formação profissional, para além, da existência de uma universidade em Aveiro, vocacionada para o apoio ao meio empresarial, a proximidade com as universidades do Porto, Coimbra e Viseu, são condicionantes de grande importância ao desenvolvimento e prosperidade do distrito.

Infra estruturas de educação

		Ensino Oficial, Particular e Cooperativo				Ensino Superior	
		Ensino Básico		Ensino básico		público	particular e cooperativo
Concelhos	Educação pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º ciclo	Escolas profissionais		
Continente e Ilhas	3.870	9.817	871	1.177	279	276	128
Região Centro	1.050	2.724	179	234	56	33	20
distrito de Aveiro	181	370	34	49	9	2	2

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas AIDA

Aveiro dispõe de 181 estabelecimentos para ensino pré-escolar (4% do total deste ensino no país e 17% da região Centro). O ensino básico integra 453 estabelecimentos, 3,6% do total nacional e 14,4% do total da região Centro. O ensino profissional representa 16% do total da região Centro e 3% do total nacional. O distrito detém 8% dos estabelecimentos da região Centro.

Aveiro dispõe de 145 estabelecimentos para desporto e 149 para cultura e lazer. O distrito tem 90 pólos de atracção turística e 30 estabelecimentos para o artesanato. Dispõe de 596 médicos, que são 12% da região Centro e 2% dos médicos nacionais.

Não obstante o conjunto de condições favoráveis, o distrito de Aveiro tem na área ambiental, alguns problemas que decorrem em grande parte do funcionamento das empresas de celulose, de galvanoplastia e químicas.

3.2.3 - ESTRUTURA EMPRESARIAL DE AVEIRO

Tradicionalmente caracterizado por uma certa especialização sectorial e por uma forte dinâmica empresarial, o distrito de Aveiro viu nos últimos anos adensar-se a sua malha de empresas. Aveiro posiciona-se na 4ª posição no ranking dos distritos com maior densidade empresarial, depois de Lisboa, Porto e Braga.

NÚMERO DE EMPRESAS EM AVEIRO 1993

REGIÕES (DISTRITOS)	EMPRESAS				
	Nº	%	Ordem Geral	Nº Empresas 1.000 Hab.	Ordem Geral
Aveiro	11.580	7,3	4º	17,7	4º
Continente	159.117	100,0		17,0	

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas AIDA

A distribuição do número de empresas instaladas, segundo os distritos do Continente português, expressa no quadro anterior, permite verificar que o distrito de Aveiro concentra 7,3% do total das empresas. Aveiro tem para cada 1000 habitantes cerca de 17,7 empresas, número ligeiramente superior à média do Continente e que o coloca em 4º lugar no ordenamento geral dos distritos.

ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EMPRESAS

As empresas da região dividem-se em vários escalões dimensionais estando a maior porção nos escalões dimensionais mais pequenos. O tecido industrial na sua maioria é constituído por pequenas e médias empresas:

Aveiro	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
Nº Empresas	8.404	2.570	387	138	58	23	11.580

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas AIDA

Correspondendo a um cenário comum a todos os distritos do País, em Aveiro verifica-se o predomínio quase absoluto das empresas de pequena e média dimensão. Com efeito, 98,1% das empresas são susceptíveis de tal classificação, se se utilizar unicamente como parâmetro de definição de PME, o número de pessoas ao serviço.

Dentro destas, as unidades com volume de emprego inferior a 50 trabalhadores, enquadrando o extracto dimensional que, vulgarmente se designa por pequenas empresas, têm um peso muito significativo, abrangendo mais de 94.8% do número total de empresas do distrito.

No que diz respeito às micro empresas (empregando até 4 trabalhadores), ao corresponderem a cerca de 72% do total, adquirem particular relevância na estrutura empresarial de Aveiro.

A maior parte do tecido industrial do distrito de Aveiro detém um volume de negócios inferior a 500 mil contos. As empresas do distrito dividem-se por vários volumes de negócios da seguinte forma: (em 10⁶ Esc.):

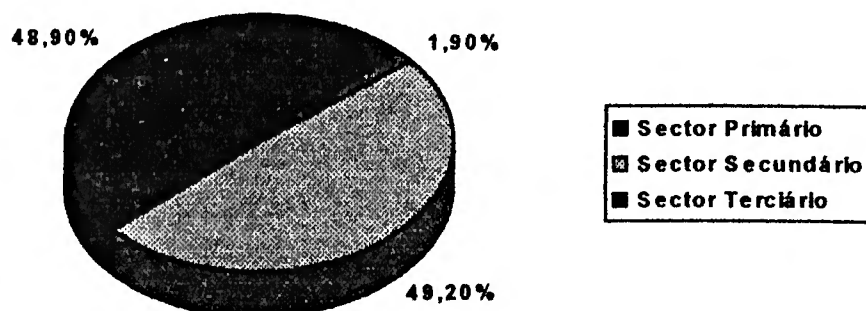
Aveiro	<10	10 a 29	30 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 a 999	1000 a 4999	5000 e mais	Ignora do	Total
Nº Empresas	2.791	2.851	1.305	1.353	947	744	255	180	26	1.128	11.580

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas AIDA

Com efeito, 75% das empresas têm um valor de volume de negócios inferior a 500 mil contos, sendo 3% abrangidas de 500 mil contos para cima.

3.2.3.1 - Sectores de Actividade das Empresas

As 11.580 empresas dividem-se pelos principais sectores da seguinte forma:



O distrito de Aveiro revela um equilíbrio entre o sector secundário e o sector terciário, sendo ambos muito representativos e dividindo entre si respectivamente 48,9% e 49,2% das empresas. O sector Primário ocupa somente 1,4% das empresas do distrito.

4 - COIMBRA

4.1 - INTRODUÇÃO

Coimbra: é uma cidade portuguesa da Beira Litoral, com 73.581 habitantes, divididos em seis freguesias: Sede de concelho, comarca, distrito e diocese. Situada, a parte alta, a 106 metros de altitude, nas margens do Mondego, e a 45 Km. da sua foz, nos séculos VI-VIII designava-se *Emínio* e pertencia à diocese de Conímbriga, tendo sido reconquistada aos Mouros em 1064, ficando cabeça de um vasto condado e residência frequente dos reis da 1ª dinastia. É o mais antigo centro cultural do país, com o Mosteiro de Santa Cruz e depois com a Universidade (1308). Os monumentos mais representativos são: a Sé Velha (românica), a Sé Nova, Santa-Clara-a-Velha, Santa Clara-a-Nova, Santa Cruz, Arco de Almedina, Palácio de Sub-Ripas, Torre de Anto, Capela do Tesoureiro, Museu de Machado de Castro, Universidade e Hospital da Universidade, Igrejas de S. Salvador e S. Tiago e Mosteiro de Celas. Constituído por 31 freguesias, o concelho tem 147.173 habitantes e possui indústrias alimentares, de cimento, cerâmica e madeiras. Formado por 17 concelhos e 193 freguesias, o distrito tem 442.900 habitantes (acréscimo de 10,1% na última década e densidade de 113 habitantes/Km²). Altitude máxima de 1417 metros na Serra do Açor, a parte montanhosa, recoberta de pinheiros, sobreiros, carvalhos e castanheiros, produz centeio e milho, enquanto as planícies, sobretudo as do Baixo Mondego, produzem arroz, azeite, vinho, fruta e produtos hortícolas. Portos piscatórios na Figueira da Foz e em Mira e extracção de carvão (no cabo Mondego) e mármore (em Condeixa-a-Nova e Penela). Indústria naval na Figueira da Foz e de lacticínios, papel, cimento, descasque de arroz e de moagens. De interesse turístico fora da cidade de Coimbra são as ruínas romanas de Conímbriga, praias de Figueira da Foz e de Mira e a serra da Lousã. A diocese remonta ao século VI, tendo sido restaurada em fins do século XI.

4.2 - DISTRITO DE DE COIMBRA:

4.2.1 - GEOGRAFIA FISICA E GEOGRAFIA HUMANA.

O distrito de Coimbra estende-se ao longo de uma superfície de 3949 km², distribuídos por 17 concelhos com uma população residente de cerca de 427 684 habitantes, apresentando uma densidade populacional de 108 hab/km² e uma taxa de urbanização da ordem dos 34% em termos de população concentrada em centros com mais de 2000 habitantes.

A densidade populacional é no distrito de Coimbra ligeiramente superior à média nacional.

INDICADORES	COIMBRA	CONTINENTE
Superfície (Km ²)	3949	88809
População Residente (1000 hab)	427,6	9860
Densidade Populacional (hab/Km ²)	108	105.5

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas ASIC.



A população divide-se da seguinte forma:

ESTRUTURA ETÁRIA POR DISTRITO 1991

Regiões	Escalaões Etários			
	0 a 14 anos	15 a 34 anos	35 a 64 anos	65 e mais anos
Coimbra	18,0	29,0	36,5	16,6
Total do País	19,7	30,6%	36,0%	13,7%

fonte SELGEC-IPCR

Os trabalhadores da região dividem-se em vários níveis de qualificação da seguinte forma:

Coimbra	Quadros Superiores	Quadros médios	Encar. Contramest. Mestre	Prof. Altamente Qualific.	Prof. Qualif.	Prof. Semi-qualif.	Prof. não Qualif. e Aprendiz	Ignorado
% de Empregados	1,5%	1,8%	3,8%	3,5%	37,4%	14,7%	22,3%	15,0%

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas ASIC.

A população do distrito de Coimbra apresenta algum envelhecimento, representado pela percentagem de pessoas com idades inferiores a 35 anos 47% relativamente à percentagem de pessoas com idade superior a 35 anos 53%. A população em idade activa é menor neste distrito do que na média do país, o que poderá constituir um grave problema relativo à desertificação, nomeadamente dos locais mais no interior deste distrito.

A população do distrito de Coimbra apresenta cerca de 18,0% da população jovem, inferior a 14 anos, cerca de 16,5% de população idosa com idades superiores a 64 anos, tendo uma taxa de analfabetismo 11,7% e uma taxa de escolaridade nível secundário de cerca de 18,9% e taxa de escolaridade a nível médio/superior de cerca de 8,6%. A população activa ronda as 280.133 pessoas, conduzindo a uma taxa de actividade de aproximadamente 65,5% que corresponde sensivelmente a 6% da população activa nacional.

4.2.2. - INFRA ESTRUTURAS E RECURSOS:

Coimbra integra cerca de 62.211 empresas industriais apresentando uma taxa de emprego industrial na população de idade activa de 9,6%. A dimensão média das empresas é de 28 trabalhadores que são na sua maioria pequenas e médias empresas.

O sector industrial predominante é o do Papel e artes gráficas que apresentam uma taxa de VAB do sector por VAB total de 50,0%; seguido de Minerais não metálicos com taxa de 18,9%, vindo depois os Têxteis e Vestuário com uma taxa de 10,8%.

A produtividade (VAB/Pessoal) é em termos médios de 2947 contos apresentando um grau de integração (VAB/VBP) de 42,0%. e com um grau de industrialização (VAB/População residente) de 147 contos. O grau de concentração industrial (VAB Distrito/ VAB continente) é de 5,2% e (emprego indust. distrito/emprego indust. continente) de 3,5%

Em relação à localização e infraestruturas o distrito de Coimbra tem uma localização privilegiada pois fica aproximadamente a metade da distância entre Lisboa e Porto que são as duas

principais cidades portuguesas e situado no litoral tendo um parque industrial e tendo acesso a várias redes viárias que fazem ligação ao litoral, interior e Espanha, através da IP3: IP1, IP3, IC1, IC2, IC3, IC6, IC7. Coimbra dispõe ainda de rede ferroviária, a linha do Norte, e do porto marítimo da Figueira da Foz.

Quanto à educação o distrito de Coimbra dispõe de infraestruturas técnicas e tecnológicas como o Centro Tecnológico, o Centro de Competência, Laboratórios, O.C.S. INETI, REI, e infraestruturas de ensino como Escolas secundárias profissionais, Centro de formação Profissional e Universidade.

Quase todos os concelhos do distrito possuem parques industriais à excepção de Montemor-o-velho, e Pampilhosa da Serra e Penacova. O concelho de Coimbra concentra todos os tipos de ensino existentes no distrito, espalhando-se pelo resto do distrito algumas escolas profissionais e infraestruturas técnicas e tecnológicas, exceptuando os concelhos de Mira, Cantanhede, Soure, Condeixa-a-Nova, Penacova, Vila Nova de Poiares, Goís e Pampilhosa da Serra que não possuem qualquer tipo de ensino profissional ou infraestrutura técnica ou tecnológica.

No que respeita às infraestruturas básicas, na sua maioria as freguesias dispõem de abastecimento de água; porém os esgotos e o tratamento dos resíduos só é feito em algumas, como demonstra o quadro:

Abastecimento de água, e recolha de resíduos

	Abastecimento domiciliário de Água		Drenagem de Esgotos Domésticos		Freguesias c/ h ₂ O residuais	Recolha de Resíduos Sólidos	
Concelhos	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	tratadas em esta-ção.	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total
Continente e Ilhas	265	629	311	300	197	815	279
Região Centro	45	41	6	19	18	83	29
<i>Baixo Mondego</i>	22	84	5	41	28	99	19
distrito de Coimbra	22	84	5	41	28	99	19
<i>Pinhal Interior Norte</i>	7	61	8	38	21	51	60
distrito de Coimbra	45	44	8	33	12	43	43

O distrito de Coimbra dispõe de aproximadamente 25% da rede rodoviária da região Centro , ou seja, 6,9% dos itinerários principais de Portugal.

Relativamente à educação, o distrito de Coimbra integra os seguintes estabelecimentos: 197 de ensino pré-escolar (18% da região Centro e 5% nacional), 720 do ensino básico (22% e 6% respectivamente), e 30 de ensino superior (ou seja, 56% dos estabelecimentos de ensino superior da região Centro e 7% a nível nacional). Coimbra integra 251 estabelecimentos dedicados à cultura e lazer. Dispõe ainda de 111 pólos de atracção turística e 68 estabelecimentos para elaboração de artesanato.

Este distrito utiliza 60% da capacidade de médicos da região Centro, cerca de 2897 médicos, ou seja, 10% do potencial nacional.

4.2.3 - ESTRUTURA EMPRESARIAL DE COIMBRA

Coimbra posiciona-se na 9ª posição no ranking dos distritos com maior densidade empresarial, depois de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Setúbal, Leiria, etc. Apesar de não ter uma grande característica e tradição industrial, a indústria tem crescido e adquirido uma posição de maior destaque neste distrito.

NÚMERO DE EMPRESAS EM COIMBRA 1993

REGIÕES (DISTRITOS)	EMPRESAS				
	Nº	%	Ordem Geral	Nº de empresas por 1.000 hab.	Ordem Geral
Coimbra	5.695	3,6	9º	13,4	14º
Continente	159.117	100,0		17,0	

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas ASIC.

A distribuição do número de empresas instaladas, segundo os distritos do Continente português, expressa no quadro anterior, permite verificar que o distrito de Coimbra concentra 3,6% do total das empresas. Coimbra tem para cada 1000 habitantes cerca de 13,4 empresas, número inferior à média do Continente e que o coloca em 14º lugar no ordenamento geral dos distritos.

ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EMPRESAS

As empresas da região dividem-se em vários escalões dimensionais estando a maior porção nos escalões dimensionais mais pequenos, o tecido industrial na sua maioria é constituído por pequenas e médias empresas:

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EMPRESAS POR ESCALÃO DIMENSIONAL
SEGUNDO AS REGIÕES 1993**

Distritos	ESCALÕES DIMENSIONAIS						Total
	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	
Coimbra	79,7	16,7	2,1	1,0	0,5	0,1	100,0
Total	77,7	18,4	2,2	1,0	0,5	,02	100,0

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas ASIC.

As empresas da região dividem-se em vários escalões dimensionais estando a maior porção nos escalões dimensionais mais pequenos, o tecido industrial na sua maioria é constituído por pequenas e médias empresas:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EMPRESAS POR ESCALÃO DIMENSIONAL SEGUNDO AS REGIÕES 1993

Distritos	ESCALÕES DIMENSIONAIS						Total
	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	
Coimbra	79,7	16,7	2,1	1,0	0,5	0,1	100,0
Total	77,7	18,4	2,2	1,0	0,5	,02	100,0

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas ASIC.

Correspondendo a um cenário comum a todos os distritos do País, em Coimbra verifica-se o predomínio quase absoluto das empresas de pequena dimensão. Com efeito, 98,5% das empresas são susceptíveis de tal classificação, se se utilizar unicamente como parâmetro de definição de PME, o número de pessoas ao serviço.

Dentro destas, as unidades com volume de emprego inferior a 50 trabalhadores, enquadrando o extracto dimensional que, vulgarmente se designa por pequenas empresas, têm um peso muito significativo, abrangendo mais de 98,5% do número total de empresas do distrito.

No que diz respeito às micro empresas (empregando até 4 trabalhadores), ao corresponderem a cerca de 79,7% do total, adquirem a maior relevância na estrutura empresarial deste distrito.

A percentagem de empresas com menos de 5 trabalhadores é, em Coimbra superior à média nacional, apresentando todas as outras categorias dimensionais menor percentagem do que no continente.

As grandes empresas tem neste distrito uma representatividade similar à da média continental.

As empresas da região dividem-se em vários escalões dimensionais estando a maior porção nos escalões dimensionais mais pequenos, o tecido industrial na sua maioria é constituído por micro empresas e por pequenas empresas:

Escalões	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
Nº de Empresas	4.541	950	117	54	29	4	5.695

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas ASIC.

As empresas do distrito dividem-se por vários volumes de negócios da seguinte forma (10⁶ Esc.):

Coimbra	<10	10 a 29	30 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 a 999	1000 a 4999	5000 e mais	Ignorado	Total
Nº Empresas	1.342	1.604	645	664	427	252	87	74	9	591	5.695

Fonte: Estatísticas INE. Estatísticas Região Centro. Estatísticas ASIC.

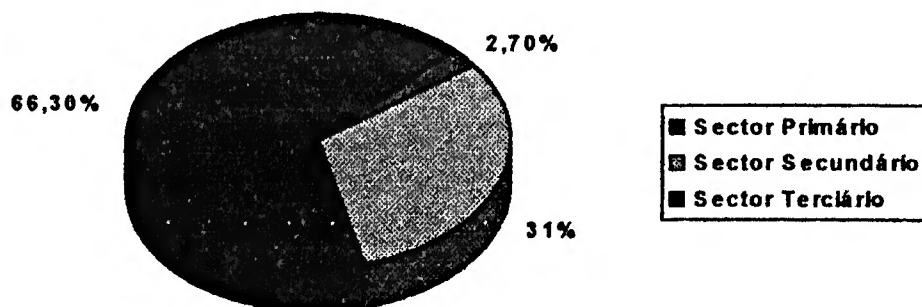
No que respeita aos volumes de negócios a maioria das empresas posiciona-se até 99.000.000\$00, existindo algumas empresas entre os 100.000.000\$00 e os 499.000.000\$00. A quantidade de empresas situadas acima destes valores é muito reduzida.

4.2.3.1 - Sectores de Actividade das Empresas

As 5695 empresas existentes no distrito repartem-se pelos sectores de actividade da seguinte forma:

REPARTIÇÃO DAS EMPRESAS PELOS SECTORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO 1993

ESTRUTURA DIMENSIONAL COMPARADA



O sector Terciário é o principal sector de actividade deste distrito, incorporando 66,3% das empresas, seguido do sector Secundário, que ocupa 31% do total das empresas do distrito. O sector Primário representa sómente 2,7% das empresas do distrito, mas é necessário ter em consideração a existência de agricultura efectuada por pessoas como actividade complementar.

5 - LEIRIA

5.1 - INTRODUÇÃO

Leiria é uma cidade portuguesa da Beira Litoral, com 13.689 habitantes, sede de concelho, comarca, distrito e diocese.

Nasceu à sombra do castelo, erguido por D. Afonso Henriques, tendo recebido foral em 1142. Nela residiram durante largo tempo D. Dinis e Santa Isabel e nela se realizaram corte em 1254, 1372, 1376 e 1438. De interesse artístico e histórico a sé quinhentista, o castelo, a Igreja de S. Pedro, a Capela da Senhora da Pena e as ruínas do palácio real. Constituído por 25 freguesias, o concelho conta 98.020 habitantes. Irrigado pelo Lis, tem intensa produção agrícola, frutífera e vinícola. Possui indústrias alimentares, de plásticos, madeiras, curtumes e cerâmica. Outro monumento importante é a igreja medieval de Milagres. Formado por 16 concelhos e 131 freguesias, o distrito tem 422.800 habitantes (cresceu 11,8% na última década; densidade de 121 habitantes/Km²). Pouco montanhosa (altitude máxima de 618 metros, na serra de Alvaiázere) e bem irrigado o solo, produz azeite, cereais, vinho, fruta e batata. Célebre o seu pinhal, já anterior a D. Dinis. Tem indústrias de cimentos, vidro, têxtil, conservas de fruta e de peixe, limas e cerâmica. Como centros turísticos à beira-mar dispõe de: Baleal, Berlengas, Foz do Arelho, Nazaré, Peniche, S. Martinho do Porto e S. Pedro de Muel. Tem um centro religioso interessante que é o Santuário de Fátima.

De interesse artístico tem os Mosteiros de Alcobaça e da Batalha. A diocese, criada em 1545, foi extinta em 1882 e restaurada em 16/01/1918. Desde 13/05/1984 tem a denominação de Leiria e Fátima.

5.2 - GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA

5.2.1 - GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA

O distrito de Leiria localiza-se na região centro do continente português, situando-se uma parte considerável do território junto ao litoral.

Os 16 concelhos que constituem este distrito repartem-se pelas regiões Centro e Vale do Tejo abarcando, segundo as classificações da NUT III, o Pinhal Litoral, o Pinhal Interior Norte e o Oeste, localizando-se no Pinhal Litoral os concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós; no Pinhal Interior Norte os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande; e no Oeste, que pertence à região de Vale do Tejo, os concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche.

Do ponto de vista da confrontação geográfica o distrito de Leiria faz fronteira a Norte com o distrito de Coimbra, a Oeste com o oceano Atlântico, a Este com Santarém, sendo limitado a Sul pelo distrito de Lisboa.

O principal centro urbano da região é a cidade de Leiria que é a capital do distrito e tem uma população de mais de 100 000 habitantes. Neste concelho concentra-se cerca de 24% da população do distrito.

O distrito de Leiria estende-se por uma área de cerca de 3 517 Km², correspondente a 4% da superfície total do continente português.

Cerca de 50% da superfície do distrito de Leiria integra-se na região do Pinhal Litoral, aproximadamente 30%, na região do Oeste e 20% no Pinhal Interior Norte.

No que diz respeito à população esta concentra-se principalmente nos concelhos pertencentes às NUT do Pinhal Litoral e do Oeste, embora se verifique uma concentração ligeiramente superior na primeira. A região do Pinhal Litoral é integralmente constituída por concelhos do distrito de Leiria. Os concelhos do distrito de Leiria que se enquadram na região do Oeste ocupam cerca de 33% da área desta NUT e que a população corresponde a mais de 45%. A parte do distrito de Leiria pertence à NUT Pinhal Interior Norte, corresponde a 27% da superfície e 29% da população desta.

O distrito de Leiria registou um acréscimo populacional de cerca de 1,4% ligeiramente superior ao acréscimo de 1,3% da região Oeste.

DENSIDADE POPULACIONAL 1991

REGIÕES	DENSIDADE POPULACIONAL
Pinhal Litoral	127,2 hab./km ²
Pinhal Interior Norte	53,3 hab./km ²
Oeste	143,3 hab./km ²
Distrito de Leiria	121,2 hab./km ²

fonte SELGEC-IPCR

A estrutura etária da população do distrito de Leiria revela profundas semelhanças com as relativas às NUT Pinhal Litoral e Oeste, ocupando em todos os escalões etários considerados uma posição intermédia e apresentando valores muito próximos dos do total da país

ESTRUTURA ETÁRIA 1991

REGIÕES	ESCALÕES ETÁRIOS			
	0 a 14 anos	15 a 34 anos	35 a 64 anos	65 e mais anos
Distrito de Leiria	19,5%	29,65%	36,5%	14,4%
Total do País	19,7%	30,6%	36,0%	13,7%

fonte: SELGEC IPCR

Assim, comparando os valores percentuais dos quatro escalões etários em 1991, relativos ao total do país e ao distrito de Leiria, constata-se que se está perante uma situação de algum envelhecimento da população.

Efectivamente, sendo a tendência ao nível global do país para o envelhecimento, em Leiria esta situação surge, apenas, ligeiramente agravada, embora numa dupla perspectiva. Assim, enquanto as camadas constituídas pelos mais jovens (0 a 14 anos e 15 a 34 anos) são inferiores ao total do país respectivamente em cerca de 0,2 e 1 pontos percentuais, a população idosa (65 anos ou mais) tem, na estrutura etária do distrito, um peso superior em 0,7% ao que detém no país. Analisando a estrutura etária das populações dos diversos distritos, verifica-se que a população de Leiria pode ser considerada como uma das mais jovens do país. Apenas os distritos de Aveiro, Braga, Porto e Setúbal apresentam um cenário ainda mais favorável, neste domínio. Apresenta uma taxa de natalidade superior à taxa de mortalidade.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS 1991

Regiões	Nasci- mentos	Óbitos	Saldo Fisiológico	Taxa Bruta Mortalidade %	Taxa Natalidade %	Casa- mento	Divórcio
Distrito de Leiria	4.810	4.493	310	10,5	11,3	3.021	385
País	108.895	98.722	10.263	10,6	11,5	68.138	12.060

Neste Distrito o saldo fisiológico, ou seja a diferença entre o número de nascimentos e o de óbitos, é positivo, correspondendo a um acréscimo da população de 310 pessoas.

5.2.2. - INFRA ESTRUTURAS E RECURSOS:

Leiria dispõe de abundantes recursos naturais quer, florestais, quer marítimos quer ao nível dos bons solos para o cultivo. A sua população apresenta uma taxa média de analfabetismo que ronda os 15,8% mais agudizada nos concelhos de mais difíceis acessos e cuja população é mais envelhecida. Denota-se alguma carência de pessoal ao nível dos quadros superiores e médios e verificando-se uma taxa de desemprego na ordem dos 7,5%.

Todos os concelhos dispõem de escolas secundárias, preparatórias, primárias e infantis, havendo ainda escolas profissionais e de ensino artístico de nível secundário em quase todos os concelhos. Assim, Leiria possui 148 estabelecimentos de ensino pré-escolar (14% dos estabelecimentos pré-escolares da região Centro, 3% dos nacionais), Possui ainda 459 estabelecimentos para ensino básico (14% e 4% respectivamente). O ensino profissional integra 4 escolas (16% dos totais da região Centro e 3% dos nacionais) e 8 escolas de ensino superior (15% dos da região e 1% das nacionais) Três das escolas de ensino superior são públicas e situam-se em Leiria, e 5 privadas distribuídas 3 em Leiria e 2 em Marinha Grande.

No que respeita à cobertura das necessidades básicas da população todos os concelhos dispõe de água canalizada havendo ainda algumas freguesias somente com cobertura parcial, a drenagem de

esgotos é feita de forma parcial em quase todas as freguesias, só existindo algumas freguesias com águas residuais tratadas em estação (ETAR) sendo a recolha de resíduos sólidos efectuada em quase todas as freguesias.

Abastecimento de água, e recolha de resíduos

Concelhos	Abastecimento domiciliário de Água		Drenagem de Esgotos Domésticos		Freguesi-as c/ h ₂ O residuais tratadas em esta-ção.	Recolha de Resíduos Sólidos	
	Fregues.c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total		Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total
Continente e Ilhas	265	629	311	300	197	815	279
Região Centro	45	41	6	19	18	83	29
Pinhal Litoral	26	30	3	15	14	38	27
distrito de Leiria	26	30	3	15	14	38	27
Pinhal Interior Norte	7	61	8	38	21	51	60
distrito de Leiria	7	17		5	9	8	17

As infraestruturas rodoviárias são boas com fácil acesso à autoestrada do norte e à estrada nacional 1, no entanto a maioria dos concelhos são servidos por itinerários complementares, e há algumas freguesias localizados mais no interior e em zona de serra tem ainda alguma dificuldade de acessos. Quase todas as freguesias dispõe de carreiras de transportes públicos embora não sejam diárias em todos os locais. Das freguesias deste distrito, somente os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Pombal tem acesso ferroviário. O distrito de Leiria dispõe de 575 Km. de rodovia principal, o que representa 21% das rodovias da região Centro e cerca de 6% a nível nacional.

No que respeita a cultura e lazer, o distrito tem 113 estabelecimntos para desporto, 98 para cultura e lazer, 65 polos de atracção turística e 43 estabelecimentos para elaboração de artesanato.. Este distrito emprega 350 médicos, cerca de 7% do total da região centro e 1% do total de médicos em Portugal.

As indústrias do distrito caracterizam-se na sua generalidade pela utilização excessiva de mão de obra, especialmente mão de obra não qualificada e tecnologias na maioria das vezes obsoletas, apresentando na sua maioria um carácter familiar com uma forte imagem corporativa forte, mas com dificuldade em termos de capacidade de intervenção nos factores de mercado. A maioria das empresas encontra-se com dificuldades financeiras provocadas por uma ausencia de utilização e manejo da gestão e de análise e planeamento estratégico, para além de um mau conhecimento dos ciclos de vida do produto e até de mercado.

As empresas de maior dimensão apresentam já algum planeamento estratégico e aplicação de técnicas de gestão e alguma preocupação com a investigação e desenvolvimento quer de produtos quer de processos no entanto não tendo condições de manter uma estrutura com muita mão de obra recorre ao despedimento colectivo.

A maioria das empresas sendo PME não dispõe nem tem controlo sobre os canais de distribuição.

5.2.3 - ESTRUTURA EMPRESARIAL DE LEIRIA

Tradicionalmente caracterizado por uma certa especialização sectorial e por uma forte dinâmica empresarial, o distrito de Leiria viu nos últimos anos adensar-se a sua malha de empresas. Apresentando em 1993 uma taxa de crescimento de cerca de 8,4%, valor superior à taxa de crescimento média no Continente, no mesmo ano (4,2%).

Leiria posiciona-se na 6ª posição no ranking dos distritos com maior densidade empresarial, depois de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Setúbal.

NÚMERO DE EMPRESAS EM LEIRIA 1993

REGIÕES (DISTRITOS)	EMPRESAS				
	Nº	Nº empresas por 1000 hab.	Ordem Geral	%	Ordem Geral
Leiria	7.324	17,2	6º	4,6	6º
Continente	159.117	17,0		100,0	

A distribuição do número de empresas instaiadas, segundo os distritos do Continente português, expressa no quadro anterior, permite verificar que o distrito de Leiria concentra 4,6% do total das empresas. Leiria tem para cada 1000 habitantes cerca de 17,2 empresas, número ligeiramente superior à média do Continente e que o coloca em 6º lugar no ordenamento geral dos distritos.

ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EMPRESAS

As empresas da região dividem-se em vários escalões dimensionais estando a maior porção nos escalões dimensionais mais pequenos, o tecido industrial na sua maioria é constituído por pequenas e médias empresas:

Leiria	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
Nº Empresas	5.575	1.444	196	74	30	5	7.324

Correspondendo a um cenário comum a todos os distritos do País, em Leiria verifica-se o predomínio quase absoluto das empresas de pequena e média dimensão. Com efeito, 99,9% das empresas são susceptíveis de tal classificação, se se utilizar unicamente como parâmetro de definição de PME, o número de pessoas ao serviço.

Dentro destas, as unidades com volume de emprego inferior a 50 trabalhadores, enquadrando o extracto dimensional que, vulgarmente se designa por pequenas empresas, têm um peso muito significativo, abrangendo mais de 95% do número total de empresas do distrito.

No que diz respeito às micro empresas (empregando até 4 trabalhadores), ao corresponderem a cerca de 54% do total, adquirem particular relevância na estrutura empresarial de Leiria. A percentagem de empresas com menos de 5 trabalhadores é, em Leiria, de 53,7% e no Continente de 55,4%.

No que diz respeito às empresas de maior dimensão, empregando no mínimo 500 trabalhadores, a sua representatividade no distrito não ultrapassa 0,1% contra cerca de 0,2% no total do Continente português.

As empresas do distrito dividem-se por vários volumes de negócios da seguinte forma (10⁶ Esc.):

Leiria	<10	10 a 29	30 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 a 999	1000 a 4999	5000 e mais	Ignorado	Total
Nº Empresas	1.577	1.943	782	863	612	433	159	95	11	849	7.324

O sector de comércio e hotelaria é a actividade mais fortemente implantada no distrito de Leiria concentrando 37,8% das empresas, seguida da indústria transformadora que detém 28% do total das empresas instaladas, e construção e obras públicas que ocupa 13% das empresas.

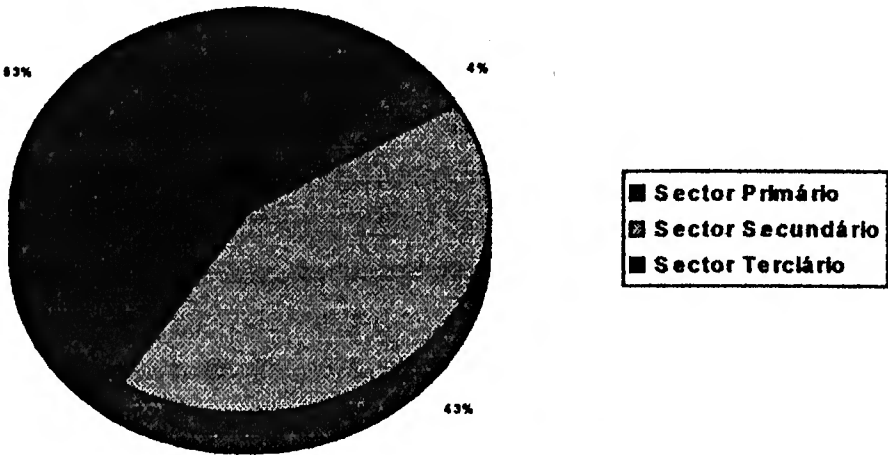
As populações activas de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Óbidos, Bombarral, Pombal e Peniche dedicam-se maioritariamente a actividades que se enquadram no sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca. Nos concelhos mais industrializados, as actividades agrícolas assumem uma expressão significativa sendo comum a existência de pluriemprego.

No contexto da estrutura sectorial nacional, a Indústria Extractiva é a actividade do distrito que tem maior significado, cabendo-lhe cerca de 7% do total das empresas. Seguido da indústria transformadora e da Construção e Obras Públicas que absorvem 6% das empresas.

5.2.3.1 - Sectores de Actividade das Empresas

Os dados relativos a 1993 indicam a existência de 7324 empresas no distrito de Leiria, distribuídas pelos Sectores Primário, Secundário e Terciário , da seguinte forma:

REPARTIÇÃO DAS EMPRESAS PELOS SECTORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO 1993



7.2 - DISTRITO DE VISEU

7.2.1 - GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA

O distrito de Viseu localiza-se na região centro de Portugal, mais particularmente na região designada por Beira Alta, correspondendo, segundo a classificação da NUTIII, à região de Dão-Lafões.

Os 24 concelhos que compõem o distrito situam-se na sua maioria na região de Dão-Lafões, encontrando-se alguns deles enquadrados na região norte de Portugal, e espalhando-se ao longo de 5004 km. Os concelhos de Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela localizam-se na região centro; Os concelhos de Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, S. João da Pesqueira, Semancelhe, Tabuaço e Tarouca situam-se na região Norte.

Do ponto de vista da confrontação geográfica, Viseu confronta a Norte com os distritos da Guarda, Bragança, Vila Real e Porto, ainda com o distrito da Guarda a Este, com o distrito de Aveiro a Oeste e com o distrito de Coimbra a Sul.

O principal centro urbano do distrito de Viseu é a cidade de Viseu que é a capital do distrito. O concelho de Viseu alberga 84 522 habitantes o que corresponde a 20,08% da população do distrito.

A densidade populacional deste distrito é de 84 hab./km², um pouco mais baixa do que a densidade média do país que ronda os 107 hab./km².

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE 1991	POPULAÇÃO RESIDENTE
Distrito de Viseu	386.548	420.800

A estrutura etária da população do distrito de Viseu revela uma população envelhecida e em que a população de idade activa é pouco superior à população jovem de idade inferior a 15 anos. Sendo assim esta região revela graves problemas de mão de obra e população activa.

ESTRUTURA ETÁRIA POR DISTRITO 1991

REGIÕES	ESCALÕES ETÁRIOS			
	0 a 14 anos	15 a 34 anos	35 a 64 anos	65 e mais anos
Viseu	21,5	28,7	33,5	16,2

fonte SELGEC-IPCR

O distrito de Viseu registou um decréscimo populacional desde 1981, existindo, no entanto alguns concelhos que tiveram algum acréscimo como Oliveira de Frades, Mangualde e Trancoso. Nestes concelhos deduz-se que o acréscimo se ficou a dever à instalação de unidades industriais nesses locais.

Estrutura Dimensional do Emprego

DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO SEGUNDO A DIMENSÃO DAS EMPRESAS 1993

ESCALÕES DIMENSIONAIS		0 a 10	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
EMPREGO	Nº	13.049	14.506	5.266	4.114	3.879	622	41.436
	%	31,5	35	12,7	9,9	9,4	1,5	100,0

As empresas de menor dimensão representadas na região revelam uma importância razoável em relação à absorção de mão-de-obra, as empresas com menos de 10 trabalhadores representam cerca de 31,5% da população trabalhadora, as unidades de maior dimensão empregam no mínimo 200 trabalhadores representam cerca de 0,32% do total das empresas mas contribuem para cerca de 10,5% da formação do emprego total.

O maior contributo é dado pelas empresas com volume de emprego entre 10 e 199 trabalhadores correspondendo a 99,7% do parque empresarial de Viseu, empregam 89,1% dos efectivos desta região.

ESTRUTURA REGIONAL DO EMPREGO

Relativamente à concentração empresarial, Viseu encontra-se na 10ª posição relativamente ao volume de emprego.

NÚMERO DE TRABALHADORES POR DISTRITO 1993

REGIÕES	EMPREGO		ORDEM GERAL
	VOLUME	%	
Viseu	41.436	1,9	10º
Total	2.216.484	100,0	

7.2.2 - INFRAESTRUTURAS

Este distrito conheceu nos últimos anos uma melhoria significativa em termos de infraestruturas, quer rodoviárias quer educacionais, tendo o ensino superior adquirido uma importância significativa ao criar cursos adaptados às necessidades da região.

NÚMERO DE ESCOLAS NO ANO LECTIVO DE 1991/1992

CONCELHOS	INFANTÁRIOS	ESCOLAS	TELE-ESCOLAS	TOTAL
TOTAL	382	837	115	1326

ALUNOS NO SECUNDÁRIO DO DISTRITO DE VISEU EM 1990/91

ANOS ESCOLARES	NÚMERO DE ALUNOS
7º, 8º, 9º	9.253
10º, 11º	3.631
12º	2.027

Aparentemente o panorama da distribuição do emprego segundo os níveis de qualificação do distrito de Viseu não difere significativamente do relativo ao total do país. No entanto, tendo presente o peso de cada categoria profissional na estrutura do emprego verifica-se que, não obstante as diferenças percentuais serem pequenas, representam diferenças significativas relativamente à média do país.

A percentagem de Quadros Superiores e de Quadros médios no País, é quase dupla da do distrito de Viseu mesmo acontecendo, embora em menor escala, com os Profissionais Altamente Qualificados.

No distrito de Viseu há uma percentagem ligeiramente inferior de Profissionais Qualificados e percentagens mais elevadas de Profissionais Semi-qualificados e não Qualificados.

A população do ensino secundário teve um boom de 1970 a 1990, apresentando agora tendência para estabilização, estando esta tendência relacionada com o factor de criação de novas infraestruturas e novos polos no distrito.

O ensino Politécnico surgiu nesta década de 1990, estando neste momento a verificar-se o incremento dos cursos. A Universidade Católica instalou-se em Viseu em 1980, sendo frequentadas as quatro licenciaturas actuais por cerca de 1100 alunos.

Este distrito dispõe de 7 escolas de ensino superior três das quais são públicas e situam-se em Viseu, e 4 privadas também em Viseu, todos os concelhos dispõem de escolas secundárias, preparatórias, primárias e infantis, havendo ainda escolas profissionais e de ensino artístico de nível secundário nos concelhos de Mortágua, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Viseu e Vouzela, havendo ainda alguma carência de pessoal ao nível dos quadros superiores e médios e verificando-se uma taxa de desemprego na ordem dos 8.6%.

O distrito de Viseu dispõe de 238 estabelecimentos de ensino pré-escolar, o que representa 23% dos estabelecimentos de ensino pré-escolar da região Centro e 6% do total dos mesmos ao nível nacional. O ensino básico integra 603 estabelecimentos, cerca de 19% das escolas de ensino básico regional e 5% do total nacional. O ensino profissional está patente neste distrito e o ensino superior sómente dispõe de 1 estabelecimento particular..

A cultura e o lazer incorpora 174 estabelecimentos para a prática desportiva (18% dos mesmos na região Centro). Os estabelecimentos dedicados à cultura representam 14% das infraestruturas culturais da região Centro e são 130 estabelecimentos. Os pólos turísticos em número de 83 correspondem a 15% do total da região Centro. O artesanato está representado por 61 estabelecimentos, 19% dos estabelecimentos dedicados ao artesanato na região Centro.

Ao nível de saúde, este distrito utiliza os serviços de 441 médicos, cerca de 9% da região Centro e 2% do Continente.

No que respeita à cobertura das necessidades básicas da população todos os concelhos dispõe de água canalizada havendo ainda muitas freguesias somente com cobertura parcial, a drenagem de esgotos é feita de forma parcial em algumas das freguesias, estando ainda muitas delas sem drenagem de esgotos, só existindo algumas freguesias com águas residuais tratadas em estação (ETAR) e sendo a recolha de resíduos sólidos efectuada em quase todas as freguesias, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Viseu

Abastecimento de água, e recolha de resíduos

	Abastecimento domiciliário de Água		Drenagem de Esgotos Domésticos		Freguesi-as c/ h2o residuais	Recolha de Resíduos Sólidos	
Concelhos	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total	tratadas em esta-ção.	Fregues. c/ cober-tura total	Fregues. c/ cober-tura total
Continente e Ilhas	265	629	311	300	197	815	279
Região Centro	45	41	6	19	18	83	29
Dão Lafões	98	93	37	71	49	165	53
distrito de Viseu	96	82	33	66	48	152	53

As infraestruturas rodoviárias correspondem a 14% dos Km. de rede da região Centro e 4% do total das estradas portuguesas. As infraestruturas rodoviárias são boas com fácil acesso à IP5 que faz a ligação ao litoral e a Espanha, no entanto a maioria dos concelhos são servidos por itinerários complementares, e há algumas freguesias localizados mais no interior e em zona de serra tem ainda alguma dificuldade de acessos. Quase todas as freguesias dispõe de carreiras de transportes públicos embora não sejam diárias em todos os locais. Das freguesias deste distrito, somente os concelhos de Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Penalva do Castelo e Santa Comba Dão tem acesso ferroviário.

Viseu dispõe de abundantes recursos naturais florestais e solos bons para o cultivo. As indústrias do distrito caracterizam-se na sua generalidade pela utilização excessiva de mão de obra, especialmente mão de obra não qualificada e tecnologias na maioria das vezes obsoletas, apresentando na sua maioria um carácter familiar com uma forte imagem corporativa forte, mas com dificuldade em termos de capacidade de intervenção nos factores de mercado. A maioria das empresas encontra-se com dificuldades financeiras provocadas por uma ausência de utilização e manejo da gestão e de análise e planeamento estratégico, para além de um mau conhecimento dos ciclos de vida do produto e até de mercado e muitas dificuldades na chegada ao mercado.

As empresas de maior dimensão apresentam já algum planeamento estratégico e aplicação de técnicas de gestão e alguma preocupação com a investigação e desenvolvimento quer de produtos quer de processos no entanto muitas vezes trabalha para distribuidores na sua maioria estrangeiros o que condiciona as suas opções de mercado., não dispondo nem tendo controlo sobre os canais de distribuição.

7.2.3 - ESTRUTURA EMPRESARIAL DE VISEU

Tradicionalmente caracterizado por uma economia baseada na agricultura e pecuária, conhecendo-se algumas empresas nomeadamente nos sectores relacionados com a afloresta e com a pecuária. Actualmente devido aos esforços autárquicos e à criação de parques industriais nota-se alguma tendência de crescimento industrial, representando agora cerca de 2,9% das empresas portuguesas e ocupando a 10 posição no ranking dos distritos .

NÚMERO DE EMPRESAS EM VISEU 1993

REGIÕES (DISTRITOS)	EMPRESAS				
	Nº	%	Ordem Geral	Nº empresas por 1.000 hab.	Ordem geral
Viseu	4.619	2,9	10º	11,5	16º
Continente	159.117	100,0		17,0	

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS EMPRESAS POR ESCALÃO DIMENSIONAL SEGUNDO AS REGIÕES 1993

Distritos	ESCALÕES DIMENSIONAIS						
	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
Viseu	80,6	16,7	1,7	0,7	0,3	0,02	100,0
Total	77,7	18,4	2,2	1,0	0,5	0,2	100,0

As empresas da região dividem-se em vários escalões dimensionais estando a maior porção nos escalões dimensionais mais pequenos, o tecido industrial na sua maioria é constituído por pequenas e médias empresas:

Viseu	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
Nº Empresas	3.724	772	77	31	14	1	4.619

As empresas do distrito dividem-se por vários volumes de negócios da seguinte forma (10 6

Esc.):

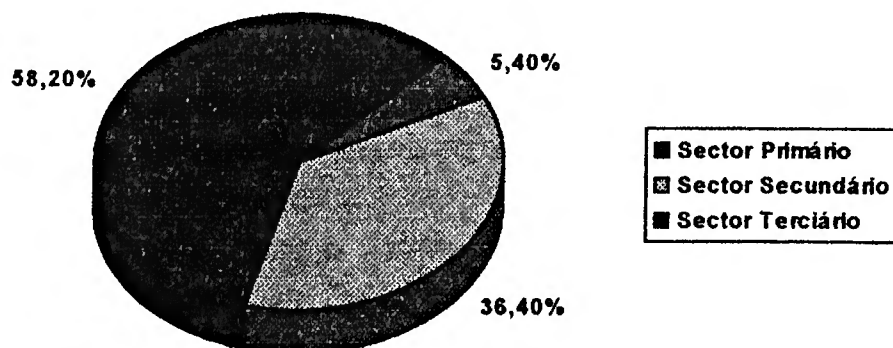
Viseu	<10	10 a 29	30 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 a 999	1000 a 4999	5000 e mais	Ignorado	Total
Nº Empresas	1.292	1.261	479	456	295	207	63	53	5	508	4.619

Na sua maioria são as pequenas empresas que proliferam na malha empresarial do distrito de Viseu. Cerca de 80% das empresas situam-se no escalão das micro e pequenas empresas ocupando até 9 trabalhadores. Do tecido empresarial cerca de 97% das empresas tem entre 0 e 49 trabalhadores, daí considerar-se que na sua maioria o tecido é composto por PME'S.

7.2.3.1 - Sectores de Actividade das Empresas

Os dados relativos a 1993 indicam a existência de 4619 empresas no distrito distribuídas da seguinte forma pelos principais sectores:

REPARTIÇÃO DAS EMPRESAS PELOS SECTORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO 1993



O sector secundário, inclui as actividades extractiva, transformadora, produção de electricidade, e construção civil, representa cerca de 43% do parque empresarial existente, ao sector terciário que abrange comércio e hotelaria, transportes, bancos, seguros e os serviços corresponde a uma percentagem de 54%. O sector primário, incorporando as actividades de agricultura e pecuária, silvicultura e exploração florestal e a pesca, integra 4% do número de empresas do distrito. Esta percentagem não é contudo representativa uma vez que somente o sector primário sob a forma de empresa foi considerado deixando de fora os agricultores individuais.

8 - GUARDA

8.1 - INTRODUÇÃO

GUARDA: é uma cidade portuguesa da Beira Alta, com 18.059h., em duas freguesias, sede de concelho, comarca, distrito e diocese. Encontra-se no flanco NE da serra da Estrela, a 1056 m de altitude. Repovoada por D. Sancho I, este deu-lhe foral em 1199 e escolheu-a em 1203 para sede episcopal, sucedendo à da Egitânia (Idanha). De interesse artístico e histórico a sé gótica manuelina, a Capela românica de Nossa Senhora do Mileu, a Torre dos ferreiros e a igreja da Misericórdia. Constituído por 54 freguesias, o concelho tem 40855 h. Produz batata, cereais, fruta, vinho verde e azeite, cria gado ovino e caprino e possui indústrias alimentares, montagem de automóveis e fabrico de alcatifas. Produz ainda centeio, batata, vinho e azeite, cria gado bovino, ovino, caprino e suíno e tem indústrias de lanifícios e laticínio. O subsolo contém Volfrâmio e Estanho. Formado por 14 concelhos e 332 freguesias, o distrito conta com um decréscimo de 2,5% na última década e uma densidade de 38h./Km². A sua área abrange a serra da Estrela (altitude máxima de 1993 m), que apresenta interesse turístico.

8.2 - DISTRITO DA GUARDA

8.2.1 - GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA

O distrito da Guarda cobre uma área de 5518 km², representando 6,2% da superfície de Portugal Continental.

Administrativamente, o distrito da Guarda encontra-se dividido em 14 Concelhos, agrupando 336 Freguesias.

Esta região é atravessada pela principal cadeia montanhosa do País, da qual se destacam as Serras da Estrela e da Malcata, que conjuntamente com as Serras da Gata e de Gredos em Espanha, constituem a Cordilheira ou Sistema Central.

O relevo é caracterizado por altitudes elevadas que ultrapassam os 1000 metros. A generalidade dos sistemas montanhosos. A generalidade dos sistemas montanhosos da região orientam-se segundo a Direcção NE-SO, podendo destacar-se pela sua importância os seguintes: Serra da Marofa (975 m), Serra da Estrela (1993m), Serra da Malcata (1072m).

Os solos de xisto e essencialmente de granito caracterizam o distrito, sendo este atravessado por uma falha tectónica, que passa a Oeste da Guarda em direcção à depressão da Lousã. Estes solos encerram alguns recursos no subsolo, mas não estão ainda suficientemente estudados, o que dificulta a avaliação do seu potencial económico.

Os tipos de solos predominantes são cambissolos e litossolos, aparecendo também luvisolos e rankers. Em termos de acidez e alcalinidade, os solos desta região são predominantemente ácidos, com valores de acidez entre 4,5 e 6,5.

O clima, pela latitude a que está localizado e pelo relevo que possui, caracteriza-se por um clima atlântico, embora toda a região, junto à fronteira com Espanha se revista de um clima já de natureza continental, devido à grande barreira de condensação que é a serra da Estrela.

A temperatura na Região apresenta grandes amplitudes de variação em termos absolutos, chegando a atingir valores muito próximos dos 35° no Verão e dos 5° negativos no Inverno nas zonas de maior altitude. A humidade relativa do ar ronda os 70%. O distrito da Guarda caracteriza-se como sendo a segunda região do país onde ocorrem mais geadas, logo após Bragança e menos horas de sol, aproximadamente 55h./ano.

Os recursos aquíferos subterrâneos são escassos devido às insuficientes infraestruturas de retenção, armazenamento de águas e à fraca permeabilidade dos solos.

A rede hidrográfica apresenta-se densa, favorecendo a existência de estâncias termais e águas minerais e de mesa, para além de barragens, principalmente para a satisfação das necessidades de consumo e irrigação. Assim, a região dispõe de vários pontos de termalismo destacando-se as termas "Caldas de Manteigas". Os principais rios que cruzam, ou tocam, o distrito são: Douro, Dão, Cão e Zêzere.

A sua capacidade florestal é, em geral, bastante elevada, mas encontra-se subaproveitada, existindo um excessivo uso agrícola em comparação com as reais aptidões do solo. Dai a necessidade de rever a orientação agrícola, escolher as culturas mais adequadas, fomentar acções de protecção contra a erosão e procurar florestar ou reflorestar parte dos terrenos com capacidade para esse fim.

Trata-se de uma zona bastante rica em termos paisagísticos e cinegéticos, onde estão localizadas várias áreas protegidas e de interesse para a conservação da natureza, nomeadamente o Parque Natural da Serra da Estrela e a Reserva Natural da Serra da Malcata, entre outros biótopos Corine. A floresta é efectivamente um dos principais recursos naturais da zona, pese embora a área ocupada actualmente por florestas ser ainda muito inferior à correspondente aptidão florestal, fruto do já referido uso agrícola.

O potencial cinegético é bastante rico e o seu aproveitamento deverá ser articulado com a exploração silvícola e com a dinamização do turismo em espaço rural.

Constata-se assim na Região, a existência de uma tendência acentuada para a desertificação, materializada numa taxa de crescimento média anual negativa de 0,9%.

POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DO DISTRITO DA GUARDA

CONCELHOS	1991				TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL	
	População residente		EDIFÍCIOS		(1981/1991)	
Total	Nº	% Total	Nº	% Total	Pop. Res	Edifícios
Distrito da Guarda	187.769	100,0	104.308	100,0	-0,9	1,4

A manter-se este comportamento seriam apenas necessários cerca de 75 anos para que a população atinja metade dos efectivos actualmente registados na região.

O concelho de Vila Nova de Foz Côa foi aquele que registou maior taxa de diminuição da população pode dizer-se que a diminuição da população é comum a todos os concelhos do distrito

Ao mesmo tempo o forte índice de dependência que resulta da estrutura etária envelhecida, cria graves problemas para a região em termos de exigências em equipamentos, recursos materiais e recursos nos sectores da saúde e da segurança social.

O distrito da Guarda encontra-se entre os que mais contribuíram para o fenómeno emigratório nacional, tendo a sua população optado preferencialmente pela França, Alemanha e E.U.A.

ESTRUTURA ETÁRIA POR DISTRITO 1991

REGIÕES	ESCALÕES ETÁRIOS			
	0 a 14 anos	15 a 34 anos	35 a 64 anos	65 e mais anos
Guarda	18,1	25,9	34,9	21,2

fonte SELGEC-IPCR

INDICADORES DO MOVIMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Taxas (por 1000 hab.)	ANO	Continente	Beira Interior	Guarda
Excedente de vida	1990	1,2	-2,3	0,9
Natalidade	1990	1,0	9,9	9,9
Mortalidade	1990	9,9	12,2	9,0
Nupcialidade	1990	6,9	6,7	6,9

O distrito da Guarda à semelhança de outros distritos no país apresenta uma população envelhecida relativamente ao continente.

No que diz respeito aos níveis de actividade, segundo o censo de 1981, encontra-se ao nível do Continente, com uma taxa na ordem dos 38%, e taxa de desemprego ligeiramente inferior. Já no que respeita à percentagem de trabalhadores por conta de outrem na economia regional, os indicadores encontram-se claramente abaixo do padrão continental, sobretudo o segundo, cuja maior tradição agrícola influencia naturalmente o perfil evidenciado.

8.2.2 - INFRAESTRUTURAS

Ao nível de infraestruturas rodoviárias e de acordo com o Plano Rodoviário Nacional, o distrito é atravessado pelos eixos IP5 (AVEIRO-VILAR FORMOSO) e IP2 (BRAGANÇA-FARO), fazendo a ligação Norte-Sul pelo interior, onde apenas se encontram concluídos alguns troços.

A ligação a Espanha encontra-se assegurada através do IP5 que termina em Vilar Formoso, constituindo o principal ponto de entrada/saída, terrestre, de emigrantes e turistas. As rodovias neste distrito dispõem de 868 Km. de itinerários principais, cerca de 33% da rede rodoviária da região Centro e 9% da rede nacional.

Ao nível do Caminho de Ferro, o distrito é servido por duas linhas férreas (linha da Beira Alta e linha da Beira Baixa) que efectuam a ligação entre a linha do Norte (Lisboa-Porto) e Vilar Formoso, saída para Espanha. São linhas com um traçado antiquado e cujo estado de conservação não é o melhor, não permitindo, por isso, velocidades elevadas; a título de exemplo, a velocidade média na linha da Beira Baixa oscila entre os 33 e 40 km/h enquanto que na linha da Beira Alta esses limites são de 40 e 60 km/h.

Além do já referido, é importante focar a inexistência de uma linha dupla e do elevado número de passagens de nível sem guarda, que condicionam determinantemente as performances atingidas em termos de velocidade.

No que diz respeito à saúde, o distrito da Guarda dispõe de 3 hospitais oficiais e 1 hospital particular, dispõe ainda de 19 centros de saúde localizados nas vilas e cidades, integra ainda cerca de 50 farmácias. Relativamente ao aspecto da medicina, este distrito ocupa 208 médicos , o que representa 4% do total de médicos da região Centro e 0,7% da população nacional de médicos.

Este distrito disfruta de uma boa dotação de centros de saúde e farmácias, apresentando melhores indicadores que a média nacional: cerca de 4 mil habitantes por farmácia e 13,4 mil por centro de Saúde.

No distrito da Guarda existe uma percentagem significativa de analfabetos. A educação, embora tenha melhorado, nos últimos anos ainda apresenta uma taxa de analfabetismo da ordem dos 19,3%.

O distrito da Guarda apresenta em termos dos diferentes graus de ensino um significativo o peso do Ensino Primário, que aparece com mais de 50% do total da População Activa.

O distrito da Guarda tem um Instituto Politécnico da Guarda e do ISACE-Instituto Superior de Administração, Comunicação e Empresa, estes institutos desenvolvem a formação de nível superior.

Existem algumas escolas profissionais e o Instituto de Emprego e Formação Profissional que é assegurado pelo Centro de Emprego da Guarda.

Integra 191 estabelecimentos dedicados ao ensino pré-escolar, o que representa 18% dos mesmos ao nível da região e 4% a nível nacional. O ensino básico ocupa 495 escolas, ou seja, 15% das escolas regionais e cerca de 4% das escolas nacionais de ensino básico. Dispõe de 5 escolas profissionais, representando 8% das escolas profissionais da região Centro e 1% das do país, 4 escolas de ensino superior, que correspondem a 0,9% do total nacional.

No que concerne às infraestruturas básicas, a maior parte das freguesias só dispõe de cobertura parcial da rede de abastecimento de água, a drenagem de esgotos encontra-se completa na maioria das freguesias. As estações de tratamento de águas residuais são ainda em número muito diminuto. A recolha de resíduos sólidos é feita na quase totalidade das freguesias.

A economia do Distrito da Guarda, caracteriza-se pelo peso relativamente exagerado das actividades agrícolas praticadas geralmente com tecnologias ultrapassadas, por uma indústria pouco diversificada e com predominância dos ramos tradicionais pouco inovadores e utilizadores de mão de obra intensiva sem grande qualificação técnico-profissional, por grandes diferenças ao nível da distribuição e comercialização de bens e serviços e por um sector de turismo que manifesta algumas tendências de crescimento.

Esta situação económica regional ligada ao envelhecimento da estrutura etária da população, contribui para a existência de baixas produtividades do trabalho, para a fraca inovação tecnológica e para a marginalização do marketing.

A cultura e lazer dispõe de alguns estabelecimentos, a prática desportiva ocupa 128 estabelecimentos, o que representa 13% dos estabelecimentos desportivos da região Centro. Este distrito dispõe de 99 pólos de atracção, 17% dos pólos de atracção do Centro. O artesanato nesta região é importante e conhecido, dispondo de 69 infraestruturas, 21% das existentes na região Centro.

As empresas externas à Região assumem importância nos volumes do emprego que asseguram (cerca de 15%) verificando-se uma relativa dependência da Região face a estas empresas

Cerca de cinco ramos de actividade concentram 64,8% do emprego desta Região, sendo os têxteis o principal empregador 37,4% do emprego.

8.2.3 - ESTRUTURA EMPRESARIAL DE GUARDA

O distrito da Guarda posiciona-se na 7ª posição no ranking dos distritos com maior densidade empresarial, depois de Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Setúbal e Leiria.

NÚMERO DE EMPRESAS NA GUARDA 1993

REGIÕES	EMPRESAS				
(DISTRITOS)	Nº	%	Ordem Geral	Nº empresas 1.000 hab.	Ordem geral
Guarda	2307	1,5	7º	12,3	15º
Continente	159117	100,0		17,0	

A distribuição do número de empresas instaladas, permite verificar que o distrito da Guarda tem para cada 1000 habitantes cerca de 12,3 empresas, número inferior à média do Continente e que o coloca em 15º lugar no ordenamento geral dos distritos.

ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EMPRESAS

As empresas da região dividem-se em vários escalões dimensionais estando a maior porção nos escalões dimensionais mais pequenos, o tecido industrial na sua maioria é constituído por pequenas e médias empresas:

Guarda	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
Nº Empresas	1.965	282	39	12	6	3	2.307

Se se considerar a designação de PME com base no número de pessoas ao serviço, 99,1% das empresas são PME, tendo as empresas pequenas e as microempresas um papel preponderante pois absorvem cerca de 85,2% do total das empresas do distrito. A percentagem de microempresas neste distrito é superior à média nacional.

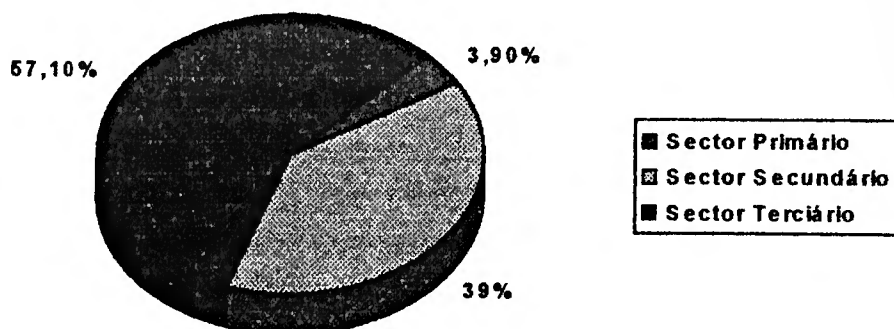
As empresas do distrito dividem-se por vários volumes de negócios da seguinte forma (10 6 Esc.):

Guarda	<10	10 a 29	30 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 a 999	1000 a 4999	5000 e mais	Ignorado	Total
Nº Empresas	755	580	193	223	141	101	30	23	2	259	2.307

8.2.3.1 - Sectores de Actividade das Empresas

Os dados relativos a 1993 indicam a existência de 2307 empresas no distrito da Guarda, distribuídas pelos Sectores Primário, Secundário e Terciário, da seguinte forma:

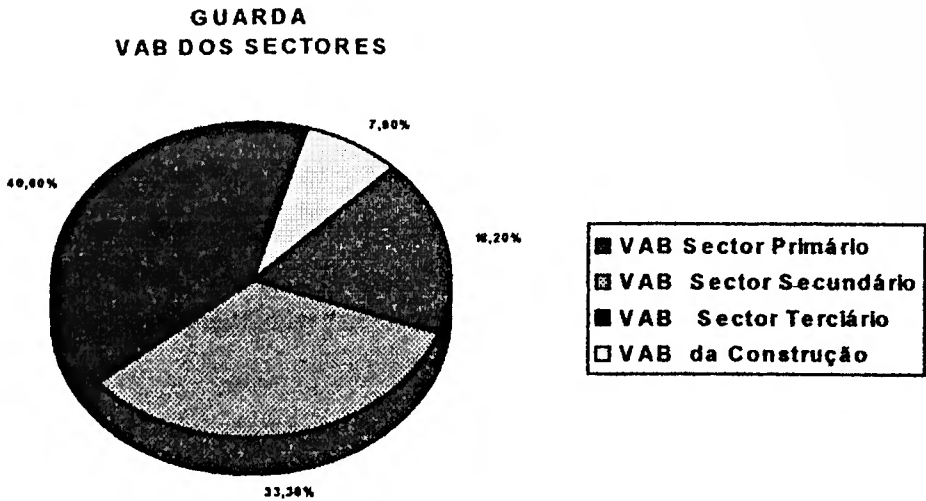
Empresas pertencentes aos Sectores de actividade



O sector secundário, inclui as actividades extractiva, transformadora, e construção civil, representa cerca de 39% do parque empresarial existente, ao sector terciário que abrange comércio e hotelaria, transportes, bancos , seguros e os serviços corresponde a uma percentagem de 57,1% sector primário, incorporando as actividades de agricultura e pecuária, silvicultura e exploração florestal e integra 3,9%o número de empresas do distrito. Esta percentagem não é contudo representativa uma vez que somente o sector primário sob a forma de empresa foi considerado deixando de fora os agricultores individuais.

O sector de comércio e hotelaria é a actividade mais fortemente implantada no distrito de Guarda concentrando 38,73% das empresas. Seguida da indústria transformadora que detem 19,9% do total das empresas instaladas, e construção e obras públicas que ocupa 18,7% das empresas.

Em termos de VAB regional, no entanto, estas actividades apenas 17%, evidenciando-se o importante contributo das actividades secundárias - ligeiramente superior ao do continente (42% na Beira Interior contra 38% no Continente).



Em termos de produtividade média da região, segundo o VAB por trabalhador, Guarda apresentam valores superiores aos nacionais no sector secundário e na construção, sendo sobretudo no sector terciário que a região se afasta negativamente dos padrões nacionais, com excepção da Guarda. Desta forma, a Beira Interior apresenta um valor de 903 contos por trabalhador, menos 284 contos que o valor observado para o Continente.

VAB POR TRABALHADOR EM 1986 (CONTOS)

Sectores	Continente	Beira Interior	Guarda
Primário	375,6	326,5	272,5
Secundário	1.586,1	1.774,2	1.738,0
Construção	757,3	812,2	773,1
Terciário	1.510,3	1.328,8	1.476,0
Total	1.187,3	903,3	808,6

Sectorialmente, as principais contribuições para o produto regional são idênticas nos dois distritos, evidenciando-se a clara importância do sector têxtil.

Guarda	
Têxteis e Vestuário	18,8%
Comércio	15,1%
Agricultura	13,5%
Construção	7,9%
Administração Pública	5,7%

A Beira Interior apresentou uma evolução do VAB superior à nacional no período de 1980 a 1986 destacando-se os crescimentos do sector secundário nos distritos da Guarda (41,6%) em termos médios anuais.

TAXAS DE VARIAÇÃO MÉDIAS AMUAIS 1980 1986

REGIÕES	VAB	EMP.TOTAL
CONTINENTE	22,2	-1,0
BEIRA INTERIOR	24,7	-1,4
GUARDA	24,7	-1,9



9 - CASTELO BRANCO

9.1 - INTRODUÇÃO

Castelo Branco, cidade portuguesa da Beira Baixa, com 23.624 habitantes, é sede de concelho, comarca e distrito. Encontra-se situada a 450 metros de altitude, no centro de uma larga região planáltica, abrigada do lado de NO por um outeiro isolado, no cimo do qual se divisam os restos do antigo castelo dos Templários. Recebeu foral entre 1181-1211 e passou a cidade em 15/04/1771. Os monumentos principais são: o paço episcopal, o Convento da Graça, a igreja de S. Miguel e o museu municipal. Constituído por 25 freguesias, o concelho tem 54.264 habitantes e possui lagares de azeite, indústrias alimentares, de madeira e fundição. Formado por 11 concelhos e 156 freguesias, o distrito conta 232.400 habitantes (decrécimo de 7,9% na última década e densidade de 35 habitantes/Km²). A sua área é de acentuado relevo, com parte das serras da Estrela e da Lousã e com as serras da Gardunha, Moradal e Açor (altitude máxima, 1.418 metros). Os solos férteis da Cova da Beira e da bacia do Zêzere produzem cereais, fruta, legumes e azeite. Cria gado bovino, ovino e caprino. Excelentes o azeite e o queijo da serra. Possui indústrias de lanifícios (Covilhã), celulose e madeiras. O subsolo é rico em volfrâmio, estanho e urânio. Na Covilhã está instalado o Instituto Universitário da Beira. A diocese foi criada em 17/06/1771 e suprimida em 30/10/1881, ficando o seu território incorporado nas dioceses da Guarda e de Portalegre, passando esta a designar-se, desde 18/07/1956, diocese de Portalegre e Castelo Branco.

9.2 - DISTRITO DE CASTELO BRANCO

9.2.1 - GEOGRAFIA FÍSICA E GEOGRAFIA HUMANA

O distrito de Castelo Branco é formado por 11 concelhos e 156 freguesias, conta 232.400 habitantes (decrécimo de 7,9% na última década) e densidade de 35 habitantes/Km².

POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

	1991			TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL		
	População residente	Edifícios		(1981/1991)		
	Nº	% Total	Nº	% Total	Pop. Res	Edifício
Distrito de Castelo Branco	214.716	53,3	103.722	49,9	-0,9	0,6

Constata-se assim na Região, a existência de uma tendência acentuada para a desertificação, materializada numa taxa de crescimento média anual negativa de 0,9%. A manter-se este comportamento

seriam apenas necessários cerca de 75 anos para que a população atinja metade dos efectivos actualmente registados na região.

Ao mesmo tempo o forte índice de dependência que resulta da estrutura etária envelhecida, cria graves problemas para a região em termos de exigências em equipamentos, recursos materiais e recursos nos sectores da saúde e da segurança social.

O distrito de Castelo Branco encontra-se entre os que mais contribuíram para o fenómeno emigratório nacional, tendo a sua população optado preferencialmente pela França e especialmente Alemanha.

INDICADORES DO MOVIMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Taxas (por 1000 hab.)	ANO	Continente	Beira Interior	Castelo Branco
Excedente de vida	1990	1,2	-2,3	-5,1
Natalidade	1990	1,0	9,9	9,8
Mortalidade	1990	9,9	12,2	14,9
Nupcialidade	1990	6,9	6,7	6,5

ESTRUTURA ETÁRIA POR DISTRITO 1991

REGIÕES	ESCALÕES ETÁRIOS			
	0 a 14 anos	15 a 34 anos	35 a 64 anos	65 e mais anos
Castelo Branco	16,6	25,7	36,3	21,5
Total do País	19,7	30,6%	36,0%	13,7%

fonte SELGEC-IPCR

O distrito de Castelo Branco à semelhança de outros distritos no país apresenta uma população envelhecida relativamente ao continente, com uma percentagem de jovens entre os 0 e 14 anos inferior à média nacional e com uma população activa menor do que a média nacional e uma população superior à média nacional no que respeita a pessoas com idade superior a 65 anos. Esta situação demonstra a desertificação a que este distrito tem estado sujeito.

O sector secundário domina em relação aos restantes sectores com 36,7%, seguida de perto pelo sector agrícola com 31,8%. Este factor aliado às condições típicas da Região, justifica um maior número de trabalhadores por conta própria.

9.2.2 - INFRAESTRUTURAS:

Castelo Branco dispõe de abundantes recursos naturais quer, florestais, quer ao nível dos bons solos para o cultivo. A sua população apresenta uma taxa média de analfabetismo que ronda os 15,8% mais agudizada nos concelhos de mais difíceis acessos e cuja população é mais envelhecida. Este distrito dispõe de 8 escolas de ensino superior, sendo 5 delas oficiais, distribuídas por Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Covilhã, 3 privadas distribuídas pelo Fundão e por Castelo Branco. Todos os concelhos dispõem de escolas secundárias, preparatórias, primárias e infantis, havendo ainda escolas profissionais e de

ensino artístico de nível secundário em quase todos os concelhos, mantendo-se alguma carência de pessoal ao nível dos quadros superiores e médios e verificando-se uma taxa de desemprego na ordem dos 7,5%.

Este distrito apresenta 84 estabelecimentos de ensino pré-escolar, o que representa 8% do total destes estabelecimentos na região Centro (2% do total dos mesmos a nível nacional); dispõe de 388 estabelecimentos para ensino básico, ou seja, cerca de 3% do total dos mesmos a nível nacional e 12% dos da região Centro. Castelo Branco tem ainda estabelecimentos para ensino profissional num total de 9, ou seja, 16% dos da região Centro e 3% dos totais nacionais. No que respeita ao ensino superior, as 8 escolas públicas e privadas representam 1% do total nacional e 15% da região Centro.

No que diz respeito às instituições de cultura e lazer, Castelo Branco dispõe de 157 estabelecimentos para a prática de desporto, aproximadamente 16% dos mesmos da região Centro. A cultura integra 15,9% dos estabelecimentos culturais da região, prefazendo 146 estabelecimentos. Os pólos de atracção turística deste distrito totalizam 110 e representam 9,6% dos da região Centro. O artesanato integra 55 estabelecimentos para o seu desenvolvimento, constituindo 16% do total dos estabelecimentos da região Centro para esse fim.

No que respeita à cobertura das necessidades básicas da população todos os concelhos dispõe de água canalizada havendo ainda algumas freguesias somente com cobertura parcial, a drenagem de esgotos é feita de forma parcial em quase todas as freguesias, só existindo algumas freguesias com águas residuais tratadas em estação (ETAR) sendo a recolha de resíduos sólidos efectuada em quase todas as freguesias.

As infraestruturas rodoviárias, embora tendo melhorado principalmente no que diz respeito às vias rápidas (IC3, IP8, etc.), apresentam-se na sua maioria degradadas, com bastante dificuldade de acesso às zonas mais interiores. Castelo Branco dispõe de cerca de 18% dos itinerários principais da região Centro (5% dos itinerários do país), absorvendo 494 Km. de rodovia. Quase todas as freguesias dispõe de carreiras de transportes públicos embora não sejam diárias em muitos locais. Das freguesias deste distrito, somente os concelhos de Castelo Branco, Belmonta, Covilhã e Fundão têm acesso ferroviário.

As indústrias do distrito caracterizam-se na sua generalidade pela utilização excessiva de mão de obra, especialmente mão de obra não qualificada e tecnologias na maioria das vezes obsoletas, apresentando na sua maioria um carácter familiar com uma forte imagem corporativa forte, mas com dificuldade em termos de capacidade de intervenção nos factores de mercado. A maioria das empresas encontra-se com dificuldades financeiras provocadas por uma ausência de utilização e implementação da gestão e de análise e planeamento estratégico, para além de um mau conhecimento dos ciclos de vida do produto e até de mercado.

As empresas de maior dimensão apresentam já algum planeamento estratégico e aplicação de técnicas de gestão e alguma preocupação com a investigação e desenvolvimento quer de produtos quer de

processos no entanto não tendo condições de manter uma estrutura com muita mão de obra recorre ao despedimento colectivo.

A maioria das empresas sendo PME não dispõe nem tem controlo sobre os canais de distribuição.

O distrito de Castelo Branco disfruta de uma boa dotação de centros de saúde e farmácias, apresentando melhores indicadores que a média nacional. A saúde dispõe de 3 hospitais oficiais e 1 particular. Para além dos hospitais, este distrito tem 11 centros de saúde e 55 farmácias. Castelo Branco incorpora 287 médicos, ou seja, 6% dos médicos existentes na região Centro (0,9% dos médicos que trabalham em todo o país).

Esta situação económica regional ligada ao envelhecimento da estrutura etária da população contribui para a existência de baixas produtividades do trabalho, para a fraca inovação tecnológica e para a marginalização do marketing.

Face à construção de parques industriais, muitas empresas sediadas fora lá se instalaram. As empresas externas à região assumem importância nos volumes do emprego que asseguram (cerca de 15%), verificando-se uma relativa dependência da região face a estas empresas. A interpenetração da região faz-se num só sentido Castelo Branco para a Guarda, e com um número reduzido de empresas.

9.2.3 - ESTRUTURA EMPRESARIAL DE CASTELO BRANCO

Castelo Branco posiciona-se na 12ª posição no ranking dos distritos com maior densidade empresarial.

NÚMERO DE EMPRESAS EM CASTELO BRANCO 1993

REGIÕES	EMPRESAS				
(DISTRITOS)	Nº	%	Ordem Geral	Nº empresas por 1.000 hab.	Ordem Geral
C. Branco	3.533	2,2	12º	16,4	8º
Continente	159.117	100,0		17,0	

A distribuição do número de empresas instaladas, segundo os distritos do Continente português, expressa no quadro anterior, permite verificar que o distrito de Castelo Branco concentra 2,2% do total das empresas. Castelo Branco tem para cada 1000 habitantes cerca de 16,4 empresas, número ligeiramente inferior à média do Continente e que o coloca em 8º lugar no ordenamento geral dos distritos.

ESTRUTURA DIMENSIONAL DAS EMPRESAS

As empresas da região dividem-se em vários escalões dimensionais estando a maior porção nos escalões dimensionais mais pequenos, o tecido industrial na sua maioria é constituído por pequenas e médias empresas:

Nº de empresas por escalão de pessoal

Castelo Branco	0 a 9	10 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 e mais	Total
Nº Empresas	2.988	455	41	27	20	2	3.553

Castelo Branco é um distrito caracterizado por um grande volume de PME'S cerca de 98,7% do tecido industrial são PME'S. As microempresas detem um papel preponderante ocupando cerca de 84,6% das empresas existentes.

Quanto ao volume de negócios realizado pelas empresas do distrito, a maioria das empresas tem volumes de negócios até aos 200 000 000\$00, havendo ainda alguma percentagem entre os 200 e os 499.000.000\$00. Acima de 5.000.000.000\$00 somente existem duas empresas.

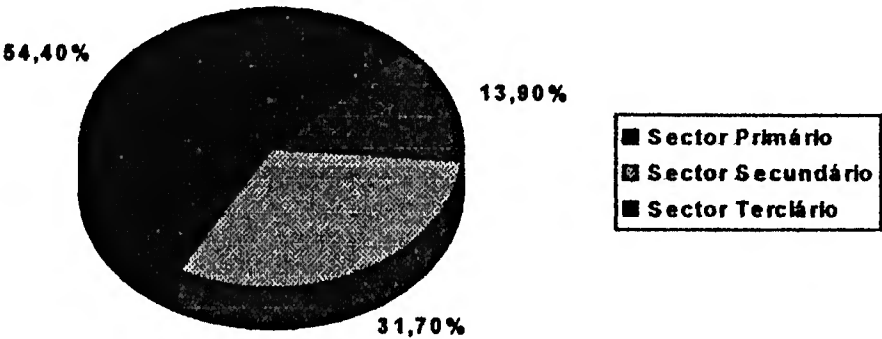
As empresas do distrito dividem-se por vários volumes de negócios da seguinte forma (10 6 Esc.):

Castelo Branco	<10	10 a 29	30 a 49	50 a 99	100 a 199	200 a 499	500 a 999	1000 a 4999	5000 e mais	Ignora do	Total
Nº Empresas	1.061	926	334	293	184	114	51	30	2	538	3.533

9.2.3.1 - Sectores de Actividade das Empresas

Os dados relativos a 1993 indicam a existência de 3533 empresas no distrito de Castelo Branco, distribuídas pelos Sectores Primário, Secundário e Terciário , da seguinte forma:

REPARTIÇÃO DAS EMPRESAS PELOS SECTORES PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO 1993



Este distrito apresenta um sector terciário muito superior aos restantes sectores, ocupando cerca de 54,4%. Seguindo-se o sector secundário com 31,7%, e um sector primário com 13,9%.

Em termos de VAB regional, no entanto, estas actividades apenas representam 17% do nacional, evidenciando-se o importante contributo das actividades secundárias - ligeiramente superior ao do continente (42% na Beira Interior contra 38% no Continente).

